

Drogas: Clínica e Cultura

A COMPLEXIDADE DA
QUESTÃO DAS DROGAS
IDEIAS, UTOPIAS E AÇÕES



Regina de Paula Medeiros

Edward MacRae

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

organizadores



EDUFBA
CETAD/UFBA



editora
PUC Minas



**A COMPLEXIDADE DA
QUESTÃO DAS DROGAS
IDEIAS, UTOPIAS E AÇÕES**

UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA

Reitor
João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor
Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL
Alberto Brum Novaes
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Niño El-Hani
Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
Maria do Carmo Soares de Freitas
Maria Vidal de Negreiros Camargo

CONSELHO EDITORIAL DO CETAD/
UFBA
Ana Rita Cordeiro de Andrade
Antônio Nery Filho
Edward MacRae
George Hamilton Gusmão
Luiz Alberto Tavares (Coordenador)
Maria Eugenia Nunes
Marlize Rêgo

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler
Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor
Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Pró-reitor de Pesquisa e de
Pós-graduação
Sérgio de Moraes Hanriot



EDITORA PUC MINAS

Direção e coordenação editorial
Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Comercial
Paulo Vitor de Castro Carvalho

CONSELHO EDITORIAL
Édil Carvalho Guedes Filho
Eliane Scheid Gazire
Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros
Flávio de Jesus Resende
Jean Richard Lopes
Javier Alberto Vadell
Leonardo César Souza Ramos
Lucas de Alvarenga Gontijo
Luciana Lemos de Azevedo
Márcia Stengel
Meire Chucre Tannure Martins
Mozahir Salomão Bruck
Pedro Paiva Brito
Sérgio de Moraes Hanriot

Regina de Paula Medeiros
Edward MacRae
Rubens de Camargo Ferreira Adorno
organizadores

A COMPLEXIDADE DA QUESTÃO DAS DROGAS IDEIAS, UTOPIAS E AÇÕES

Salvador, 2020
EDUFBA

Drogas: Clínica e Cultura
CETAD/UFBA

2020, Autores.
Direitos para essa edição, cedidos à EDUFBA e ao CETAD/UFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto Gráfico da Coleção e Capa
Yure Aziz e Karime Salomão

Editoração Eletrônica e Arte Final da Capa
Rodrigo Oyarzábal Schlabitiz

Revisão e normalização
Alana Oliveira da Silva e Kátia de Oliveira Rodrigues - Edufba

Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFBA

A complexidade da questão das drogas : ideias, utopias e ações / Regina de Paula
Medeiros, Edward MacRae, Rubens de Camargo Ferreira Adorno, organizadores.
– Salvador : EDUFBA : CETAD, 2020.
272 p. : 14,8 x 21 cm. - (Coleção Drogas: Clínica e Cultura).

Textos em Português e Espanhol
Contém biografia.
ISBN: 978-65-5630-055-9

1.Drogas - Abuso. 2. Abuso de substâncias. 3. Vício em drogas. I. Medeiros,
Regina de Paula. II. MacRae, Edward. III. Adorno, Rubens de Camargo Ferreira.

CDD – 613.8

Elaborada por Jamilli Quaresma CRB-5: BA-001608/O

Editora filiada a



Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas - CETAD/UFBA
Extensão Permanente da Faculdade de Medicina da UFBA
Rua Pedro Lessa, 123 – Canela, CEP: 40110-050 – Salvador-BA
Tel: (71) 3283-7180 Fax: (71) 3336-0466
www.cetadobserva.ufba.br

Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA/UFBA
Rua Barão de Jeremoabo s/n, Campus de Ondina, 40170-115 – Salvador-BA
Tel: (71) 3283-6164, www.edufba.ufba.br. E-mail: edufba@ufba.br

Editora PUC Minas
Rua Dom Lúcio Antunes, 180 – Coração Eucarístico, 30535-630 – Belo Horizonte-MG
Tel.: (31) 3319-9904/3319-9901/editora@pucminas.br

SUMÁRIO

Apresentação 7

Luis Eduardo Soares

**Uma introdução: falar de drogas e conhecimento em
uma época de estado alterado das consciências 13**

Regina de Paula Medeiros

Edward MacRae

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

**Drogas y ciencia, unas relaciones difíciles: de
enfermedades cerebrales, adicciones y otros mitos 27**

Oriol Romani

**La Coca: Planta de Poder y las repercusiones políticas,
científicas, sanitarias y ambientales de la arremetida
en su contra 69**

María Mercedes Moreno

**Intervenções e pesquisas pioneiras
em redução de danos 87**

Edward MacRae

Diva Reale

Oswaldo Fernandez

**Etnografia nos territórios psicotrópicos: da
caracterização eco-social à dimensão simbólica 111**

Luis Fernandes

Entre as *andanças* e as *travessias* nas ruas
da cidade: territórios e uso de drogas pelos
moradores de rua 133
Regina de Paula Medeiros

A Festa Trance em Portugal:
lugar, mobilidade, drogas 157
Luis Almeida Vasconcelos

La irrupción de las drogas sintéticas
como tecnologías del cuerpo 209
Mauricio Sepúlveda Galeas
Sebastián de la Fuente Espinoza

Narrativas de morte e vida: desvendando consumos,
circulação e empreendimentos em torno das drogas
consideradas ilegais na periferia sul de São Paulo 233
Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Sobre os autores 271

APRESENTAÇÃO

Luiz Eduardo Soares

A complexidade da questão das drogas: ideias, utopias, crenças e ações, obra organizada por Regina Medeiros, Edward MacRae e Rubens Adorno, e para a qual contribuíram pesquisadores competentes e qualificados de diferentes países, constitui muito mais do que uma reunião de reflexões relevantes e enriquecedoras sobre um tema importante, já que representa uma intervenção ético-política e intelectualmente consistente no campo acadêmico em torno de uma problemática urgente e estratégica. Além disso, tem um suporte de enorme significado, visto que municia com argumentos e informações os cidadãos que lutam pela mudança da política de drogas, em nosso país, buscando, ao fazê-lo, elevar o nível do debate público brasileiro tão rebaixado nesses tempos sombrios, marcados por obscurantismo anticientífico, autoritarismo crescente, redução de direitos, aprofundamento de desigualdades e reforço do racismo estrutural, da misoginia e da LGBTQIfobia.

Desse modo, destacamos, em primeiro lugar, o que significam, no período histórico que atravessamos, não só no Brasil, os atos de pesquisar, elaborar analítica e teoricamente, escrever, organizar seminários e publicar o livro resultante destes processos sobre a questão das drogas. Assim, como cada um desses esforços expressa e implica coragem e compromisso com valores democráticos fundamentais, os organizadores,

autores e as editoras merecem o nosso mais sincero e comovido reconhecimento, seja pela ousadia de pensar e fazer pensar, desafiando o senso comum preconceituoso e a pomposa ignorância de lideranças conservadoras, seja pela solidariedade que traduzem, suscitam e difundem. Esta solidariedade contém os valores mais caros aos direitos humanos, compatíveis com a Constituição promulgada em 1988, ainda em vigor – apesar dos ataques que têm sofrido pelos arautos da agenda neoliberal e por militantes fascistas no governo e na sociedade civil –, além do imenso contingente que sofre os efeitos perversos da política criminal proibicionista e punitivista.

Ademais, há uma legião de perseguidos e perseguidas, estigmatizadas e excluídas por exercerem sua liberdade com autonomia, recorrendo a substâncias psicoativas inscritas no *index* moral da polícia médica que, apesar de tal instituição estranha e híbrida não existir, ao meu juízo, o processo que está em curso prepara e antecipa seu advento. Além disso, há pelo menos três maneiras de colaborar para a manutenção da política de drogas vigente no Brasil, cujos efeitos são trágicos: defendendo-a, pura e simplesmente, calando-se ou subestimando a importância do tema, mesmo que se o faça em nome da concentração das energias cívicas e dos investimentos intelectuais em torno de objetivos valiosos e urgentes. Neste último caso, parte-se da suposição de que a problemática das drogas diz respeito à pauta dos costumes, forma elegante de depreciar a agenda, reduzindo-a, não sem alguma ironia, a caprichos idiossincráticos, veleidades comportamentais ou até mesmo ao simples desejo de consumo.

Aliás, há aí um grande equívoco, visto que temos a terceira população penitenciária do mundo – mais de 800 mil presos – e a que cresce mais rapidamente desde 2001, cerca de um terço da qual formada pelos que cumprem pena ou lá estão sob acusação de tráfico de drogas – entre as mulheres presas, 62% –, subgrupo que é o núcleo da expansão célere, sobretu-

do, desde 2007, o qual não é formado por criminosos violentos que tenham sido presos com armas ou por vincularem-se a organizações criminosas, já que a imensa maioria foi presa por tráfico em flagrante, sem arma, prática de violência ou ligação orgânica com polos de traficantes no comércio varejistas de substâncias ilícitas. Além disso, ao ingressarem no sistema penitenciário, não lhes restam alternativas para sobreviver, senão o engajamento em facções que o dominam, posto que o Estado se demitiu de suas obrigações constitucionais e não aplica a Lei de Execuções Penais.

Dessa maneira, depois de cinco anos em regime fechado, esses jovens, quase sempre negros, oriundos de territórios vulneráveis, ver-se-ão diante dos deveres da lealdade a quem os protegeu – deveres que lhes serão cobrados – e de opções de integração social ainda mais precárias do que as anteriores, estas que, escassas e débeis, os empurraram para o biscate no negócio das drogas. Então, ante a opinião pública bestializada, sacrificamos centenas de milhares de vidas e entregamos força de trabalho jovem às facções criminosas, fortalecendo-as em nome do que chamamos justiça e segurança pública. Assim, a máquina de morte gira até mesmo por inércia e seu combustível são o medo, o desejo de vingança, a ignorância produzida e bem embalada pelos discursos demagógicos e mistificadores do populismo penal, abençoados por sacerdotes e magistrados. E a máquina infernal, moenda de corpos e futuros, só é possível, porque o racismo estrutural a legitima, conferindo-lhe sentido e naturalidade, afinal, o banho de sangue e a rede de iniquidades são a mera extensão de nossa história mais profunda.

Ademais, as últimas peças institucionais que acionam tais mecanismos são o modelo policial e a política de drogas. As polícias que contam com os contingentes mais numerosos e estão presentes em todo o país são as militares, as quais, por determinação do artigo 144 da Constituição, não podem investigar, entretanto, são pressionadas pela mídia, pelas autoridades e

pela sociedade a produzir, e entendem que produzir significa prender. Ora, se não podem investigar, mas veem-se instadas a prender, só lhes resta fazê-lo em flagrante delito. Assim, como uma das transgressões à lei mais ostensivas, numerosas e fáceis de identificar é o varejo das substâncias ilícitas, basta jogar a rede e a pescaria será prodigiosa, saciando a ânsia dos que cobram dos policiais militares produtividade, embora seus efeitos sejam nulos tanto para conter o tráfico, quanto para reduzir o crime e garantir segurança.

Dessa forma, é ocioso aduzir que a pescaria dar-se-á, sobretudo, em territórios vulneráveis, onde as forças policiais agem sem respeitar limites legais, prescindindo inclusive de mandados judiciais para invadir domicílios, e, por isso, não há incursões em condomínios, nos bairros afluentes, visto que essas exigiriam autorizações da Justiça, apenas expedidas face a solicitações fundamentadas, que, por sua vez, requereriam alguma investigação prévia. Portanto, fecha-se o curto-circuito: lei de drogas e modelo policial, somados e articulados com o ambiente – racismo estrutural, desigualdades, hegemonia da cultura punitivista – que geram a realidade violenta que é a nossa, aprofundando desigualdades.

Além disso, nossas instituições postas em marcha, na trilha da política criminal imperante, contratam violência futura, alimentando facções, ao preço da destruição de gerações sucessivas de jovens pobres, em especial jovens negros, no curso desse processo monstruoso cujos cúmplices são os que se calam, políticos que o endossam, setores do Ministério Público, que lavam as mãos, e da Justiça que abençoa a carnificina; as polícias se degradam, corrompem, gestam milícias e os rosários de consequências que tenho procurado descrever ao longo das últimas décadas. Como também, a mulher e o homem de camadas médias bem intencionados, que pensando na segurança de seus filhos, apoiam estas práticas policiais ilegais nas favelas e periferias, convencidos de que os limites atrapalham

a eficiência do combate ao crime, estão gerando o mal que pretendem evitar. Assim, estes cidadãos médios que não querem nem ouvir falar na legalização das drogas, porque desejam um mundo livre de seduções destrutivas para seus filhos, contribuem para a construção de uma sociedade destrutiva, portanto, não se trata de vaticínio pessimista ou alarmista, mas de simples constatação, visto que esta já é a realidade e esse foi o processo de sua gestação.

Diante disso, este livro que tenho o privilégio de apresentar é a boa nova no cenário sombrio que se junta a uma bibliografia brasileira notável, embora ainda restrita, considerando a magnitude do tema. E, a seus autores e organizadores, minha gratidão em nome, ousar dizer, dos democratas de nosso país e dos que insistem, na contramão do fascismo, em valorizar o diálogo, a ciência, a pesquisa e a universidade.

UMA INTRODUÇÃO: FALAR DE DROGAS E CONHECIMENTO EM UMA ÉPOCA DE ESTADO ALTERADO DAS CONSCIÊNCIAS

Regina de Paula Medeiros

Edward MacRae

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

A Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD), fundada na insígnia da ciência e diversidade, tem contribuído para a discussão sobre o campo das drogas e sociedade, debate de grande relevância em nosso tempo social. Os eventos acadêmicos e a participação em eventos e ações na sociedade civil têm desempenhado um papel de ampliar a discussão sobre esses temas dentro de uma perspectiva multidisciplinar, entendendo o campo da ciência como um campo crítico quando exposto ao debate e ao desafio da complexidade, diversidade, contexto e historicidade do conhecimento.

Este livro expressa essa perspectiva e foi um dos produtos do VI Congresso Internacional da ABRAMD, com o tema “Drogas e autonomia: ciência, diversidade, política e cuidados”, realizado em Belo Horizonte entre 7 e 10 de dezembro de 2017. Aliás, o evento só foi possível graças às parcerias com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o Coletivo Terceira Margem, além do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq); da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec).

Esse congresso deu continuidade a um fórum coletivo de debates e reflexões sobre o tema, em abrangência nacional e internacional, ao agregar pesquisadores, técnicos de saúde e de outros campos de conhecimento, estudantes de diferentes instituições e representantes da sociedade civil. A proposta do evento foi propiciar uma análise crítica sobre a complexidade do fenômeno das drogas na sociedade contemporânea e apontar para ideias, utopias, crenças e ações que contribuam para um debate público; que se orientem pelo reconhecimento dos direitos, diferenças, particularidades de sujeitos, grupos sociais, respeito étnico e autonomia de expressão e pensamento; e que possam se constituir em políticas públicas, legislação e formas de cuidado na perspectiva de um mundo menos desigual. Aliás, toda organização do congresso teve a preocupação de orientar-se pelo seu eixo temático, assim como são partes dessas questões colocadas em exposição e debate que transitam pelos capítulos deste livro.

Importante registrar também que o contexto desse evento e do processo de elaboração deste livro destacam-se pelo desenrolar de um processo sociopolítico e econômico em um momento de grande tensão no cenário nacional, marcado por ações midiáticas e políticas, as quais culminaram no início do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2 de dezembro de 2015. Assim, desde essa data até o encerramento e aprovação do processo em 31 de agosto de 2016, com a posse de Michel Temer, o Brasil passou a viver um intenso clima de tensão, desacordo, insegurança e mobilizações sociais que expressavam posições políticas antagônicas.

Dessa forma, a posse do presidente Temer e sua governança, isenta de limites éticos e de qualquer tipo de autocrítica, abriu um período de profundo retrocesso ético, político, econô-

mico e social, provocando um sentimento difuso de desencanto, ameaça, temor, assombro, desesperança e desânimo coletivo. Como também, se desencadeou juntamente com a participação hegemônica da mídia e do movimento dentro das redes sociais com manifestações de rua, o qual isento de qualquer sentido ético e reflexivo, propagou a defesa de ideais autoritários que no seu limite passou a defender ações de violência e extermínio social, estimulando todo o tipo de projeto discriminatório e de destituição de direitos.

Assim, o contexto político após o *impeachment* foi marcado pela defesa de valores tradicionais e implementação de medidas políticas dispostas a defesa explícita do privilégio e do interesse das elites econômicas da sociedade, e iniciou uma ação discursiva no sentido de justificar intervenções de violação de direitos, buscando aniquilar qualquer espaço de utopia e inovação de políticas públicas e sociais, enaltecendo conflitos e contribuindo para o aumento das desigualdades sociais.

Esse cenário se estende até os dias atuais, já que com a eleição presidencial de 2018 se abriu os portões para a implementação de processos e discursos retrógrados, refletindo-se diretamente no campo da saúde pública e da política em relação aos cuidados e abordagens relacionados ao uso das drogas consideradas ilegais, criando um ambiente de nova barbárie, associada a perspectivas moralistas, orientadas por ideias fundamentalistas de exaltação dos preconceitos, defesa de atos discriminatórios e de negação de direitos, transitando para um campo que, para além da proibição ou de uma lógica proibicionista, propõe a via autoritária, punitiva, de negação e aniquilamento do outro.

Nesse cenário, a reflexão sobre “diversidade, autonomia e direitos humanos” torna-se um lugar de resistência frente a uma (i)lógica que no seu limite propõe, para além da censura e da punição, a defesa de um extermínio social do que seja diverso e diferente, mais que isso, defende um discurso funda-

mentalista de negação do conhecimento, da ciência e de qualquer tipo de exercício reflexivo. Por essa razão, é mais do que necessário resistir na esfera do campo do conhecimento e do diálogo entre os saberes e a vida na perspectiva de um debate multidisciplinar, voltado para a complexidade da questão no âmbito da ciência, diversidade, política e cuidados, capaz de desmistificar e desvendar processos escamoteados e pouco visíveis na nossa realidade, e entender a diversidade de formas e usos que envolvem as substâncias psicoativas, sua produção, consumo, distribuição e seus significados sobre grupos, contextos e sujeitos.

Além disso, é sintomático que as medidas colocadas em prática pela escatologia desse tempo político, no que tange o campo que envolve o tema das drogas e sociedade, pelo menos em termos de ações concretas e visíveis, tenha sido feito no plano das políticas de cuidados, com ataque e destituição de ações na perspectiva da redução de danos, exaltando-se a proposta de um arsenal moral e punitivo de ação das chamadas “comunidades terapêuticas”. Como também, no que diz respeito aos mercados subterrâneos das drogas ilegais, busca-se negar qualquer discussão sobre a complexidade e as características gerais e locais deste mercado, apelando-se para uma continuidade e intensificação de ações de repressão, encarceramento e violência contra as populações pobres, pretas e periféricas das cidades brasileiras. À vista disso, esta coletânea coloca-se em outro patamar e em certa medida em um plano de resistência, quando assume a continuidade de um debate construído nos últimos anos, na procura de alargar, desvendar e aumentar a compreensão e a complexidade do campo drogas e sociedade.

Assim, os artigos reunidos para organização deste livro representam uma parcela dos trabalhos apresentados no VI Congresso Internacional da ABRAMD, e ao apresentá-los consideramos importante falar das evidências que os textos destacam, seguindo um processo argumentativo que se baseia em problematizações

empíricas e metodológicas, e que demonstram como a leitura, assim como o significado contaminado do termo droga, acionado pelo senso comum, é rasteiro, partidário, fragmentado, parcial. Como também, traz em seus enunciados a prisão e repressão ao pensamento, o sentido de imutabilidade, como formas de conter as vidas.

Ademais, o discurso fundamentalista vigente no Brasil faz, no comando do Estado, parceria com os argumentos propalados pelos assim chamados “neoliberais” que corroboram com o ataque aos direitos sociais e as solidariedades. Como também, afirmam que seriam os defensores dos direitos humanos, os não liberais identificados como a “esquerda” que, na verdade, querem com sua tática impor uma ordem repressora da livre iniciativa e da liberdade individual, mal vista por esse grupo, uma vez que esses consideram os direitos sociais como princípios economicamente inviáveis. Entretanto, o discurso da livre iniciativa demonstra justamente o seu contrário e tem se refletido no plano político, já que como o funcionamento econômico neoliberal clama pela intensificação do mercado, do liberalismo comercial e financeiro, por conseguinte, produz e estimula mobilidades, consumos e diversidade. Assim, tudo isso acaba por se confrontar com o estilo moral calvinista dos gestores dos capitais e empresas, que ao pregarem como único fim os ideais de competição e o prêmio à produtividade do sujeito no sistema econômico, passam a ficar em pânico com a ideia de um descontrole da liberdade dos sujeitos e, por isso, acabam defendendo instâncias políticas repressivas, controladoras e moralizantes. Sendo, no caso do Brasil, uma questão que vem acrescida da prática de uma violência estrutural contra as populações pobres por discriminação social e étnica.

Dessa forma, o tema das drogas no Brasil vê-se atravessado pela intensificação destas ações, visto que ao invés de expandir e aperfeiçoar as experiências de governos que buscaram estimular um plano político de apoio a políticas sociais mais

inclusivas, através do estímulo ao conhecimento científico, à educação, aos programas inclusivos na saúde, ao debate e à discussão na sociedade, se preza por um plano do discurso e da prática da livre autorização para exercício da violência e da destituição dos direitos junto com o estímulo ao preconceito, a discriminação e ao ódio de classe, gênero, etnia; contexto este que possibilita uma intensificação das ações de violência estrutural no qual as drogas novamente aparecem como um componente dessas ações.

Além disso, com base na nossa perspectiva, partimos do pressuposto de que se tornou praticamente um clichê e um lugar-comum falar que as substâncias que causam alteração, expansão, diferenciação e possibilidades de consciência fazem parte da história da humanidade. Não obstante, também partimos do fato de que as emoções, as sensações, as experiências sensoriais, a sensibilidade fazem parte da experiência dos corpos e que a partir da história moderna passam a ter uma comunicabilidade global, desde as esferas de consumo individuais às instâncias rituais e às festas construídas e produzidas. À vista disso, acreditamos que se trata de desenvolver práticas e conhecimento da diversidade de contextos e de relações, que se estabelecem entre sujeitos e substâncias, por sua vez, balizadas pelos contextos e limites de liberdade, proibição, punição.

Em relação à história recente do campo das drogas, esta se inscreveu na construção proibicionista, e desde as últimas décadas do século passado, vem sendo condicionada pelo pânico moral, articulada com relações políticas nacionais e internacionais que hierarquizam espaços e grupos no que vem se denominando de relações pós-coloniais. Dentro desse quadro hegemônico, alguns países chegaram a desenvolver visões mais tolerantes e compreensivas, buscando tratar desse tema na dimensão específica e localizada, com atenção a grupos e pessoas que manifestassem de fato problemas na relação de consumo com as drogas. No caso do Brasil, nos últimos anos, houve um

avanço no debate e na implementação de práticas nesse sentido, entretanto, como já assinalamos, assistimos nessa conjuntura a intensificação de uma história de colonialismo interno, na qual grupos que se constituíram em uma elite econômica estão conquistando livre espaço para exploração de territórios e extermínio de povos e entraves à sanha de exploração colonial nas fronteiras do próprio país. Como também, sob cortinas de fumaça, estão os mercados subterrâneos, respaldados e defendidos pela repressão e proibição das drogas nativas, no nosso caso, das Américas, que também se apoiam e lucram com o mercado das armas, intensamente privilegiado pelo atual governo brasileiro.

Ademais, os artigos neste livro, além de apresentarem perspectivas de enquadre e crítica metodológica ao tratamento do tema drogas, apontam para o que podemos chamar de “fissuras do controle e do proibicionismo”, desde a discussão acadêmica e epistemológica, a resistência de populações nativas a ocupação de espaços na cidade ou a produção de espaços para preservar e sentir autonomia. Nesse sentido, a produção dessa coletânea procura romper com o dispositivo jurídico, médico, policial com respeito às drogas, criado em torno de sua história recente. Assim, feito todo esse preâmbulo, vamos passar para a apresentação dos textos, que apesar de poderem ser lidos não necessariamente na sua ordem de apresentação, são apresentados em uma sequência, que juntamente com o diálogo entre os textos, discorreremos aqui.

O texto “Drogas y ciencia, unas relaciones difíciles: de enfermedades cerebrales, adicciones y otros mitos”, que abre esta coletânea, de caráter epistemológico, constitui-se em um excelente processo analítico e argumentativo, que responde as investidas contemporâneas de uma parcela do campo da psiquiatria que, utilizando-se de lógicas monocausais e descontextualizadas, sustentam a tese do diagnóstico dual, ou seja, da comorbidade entre perturbação mental e consumo de dro-

gas, o que, nesse sentido, desvela a inconsistência e a falta de base dos argumentos frente as evidências das questões que afirmam. Além do chamado diagnóstico dual, outra frente discursiva de carácter conservador e alarmista vem colocando em cena o aumento do consumo de cannabis entre os jovens e relacionando-o com questões como, por exemplo, o fracasso escolar. Tendo isso vista, o artigo vai mostrar como essa relação de causalidade não consegue se sustentar através de dados, fatos e evidências, e vai concluir como a proliferação desses estudos que, de maneira geral, se sustentam muito mais em defesa de valores morais do que em um processo crítico e sistemático de conhecimento, fazem parte das relações entre ciência e poder nas sociedades contemporâneas.

Logo após, o texto “La Coca: Planta de Poder y las repercusiones políticas, científicas, sanitárias y ambientales de la arremetida en su contra”, vai descrever como um processo histórico colonial e pós-colonial, tornou a coca, uma planta nativa da América, um produto de exploração que, em um primeiro momento, era um medicamento, mas que depois foi sendo criminalizado, tornando-se um dos sustentáculos da lógica proibicionista. Ademais, nesse processo de proibição e repressão ao cultivo nativo da coca, destaca-se como consequência a deterioração ambiental e a sustentação da violência colonial e pós-colonial em torno da transformação da planta em coca, droga e mercadoria na esteira de mercados subterrâneos. Desse modo, a questão da criminalização da coca, de planta nativa a um produto para a indústria farmacêutica, e posteriormente, como uma droga ilegal, é também relacionada no artigo com o racismo ocidental e a discriminação dos indígenas andinos. Assim, nesse sentido, o artigo torna-se uma peça na compreensão do fato de que a repressão das drogas, ao menos no plano das Américas, tem um vínculo histórico e de origem com a violência contra as populações nativas e escravizadas.

Já o artigo “Intervenções e pesquisas pioneiras em redução de danos” registra a história do uso de drogas injetáveis e a epidemia de aids no Brasil, além de apresentar como dentro de determinadas instituições se dá a abertura para a discussão da redução de danos e da pesquisa com os usuários de drogas injetáveis, rompendo com a perspectiva restrita da visão biomédica da época e podendo legitimar em espaços, ainda restritos às pesquisas de carácter qualitativo, que passaram a identificar os contextos dos usuários e a registrar suas narrativas. Também narra como a criminalização e a referência ao termo “droga”, constituía-se em um campo minado no Brasil, nas décadas de 70 e 80 do século passado, sofrendo discriminação não apenas no campo biomédico, mas dentro das próprias ciências sociais. Ademais, nesse texto, pode-se visualizar como os espaços acadêmicos e os intercâmbios com pesquisadores de outros países foram importantes no processo de abertura, implementação e legitimação de novas abordagens para o problema dos chamados “usos problemáticos das drogas”, e como esses problemas não podem ser individualizados e desvinculados dos contextos sociais onde se constroem.

Em se tratando das pesquisas sociais e em particular da contribuição da etnografia ao campo de estudos das drogas, o texto “Etnografia nos territórios psicotrópicos: da caracterização eco-social à dimensão simbólica”, registra a história dessa produção, e vai discutir a etnografia dos espaços e territórios urbanos a partir das pesquisas realizadas na cidade do Porto em Portugal. E, na sequência, o texto “Entre as *andanças* e as *travessias* nas ruas da cidade: territórios e uso de drogas pelos moradores de rua”, representa uma contribuição metodológica a este campo com a apresentação de uma etnografia sobre a relação entre usos e espaços de travessia utilizados pelos moradores de rua. Destaca-se ainda neste texto, um tema caro a etnografia que diz respeito ao fato do campo da pesquisa afetar o pesquisador; fato destacado na pesquisa com a pessoas em

situação de rua em Belo Horizonte. Além disso, esta premissa metodológica é central dentro do debate que estabelecemos no conhecimento vasto do campo de drogas, espaços e usos, pois desloca o olhar do conhecimento do gabinete e do laboratório como lugares que em geral são os que legitimam o problema dos usos, para o contexto complexo dos sujeitos nos seus espaços, nos quais os usos tem significados vários e que transcendem o que pode ser atribuído às próprias substâncias.

Assim, nesses dois textos, pode-se ver como as pesquisas etnográficas contribuem para olhar sobre pessoas e pode situar as relações entre contexto, usos e as drogas em um quadro mais amplo e abrangente, que amplia a compreensão e relativiza as construções discriminatórias e patológicas feitas em torno do uso das drogas. Além disso, é importante destacar que esses textos falam sobre a cidade e as perspectivas de lugar, trazendo um olhar sobre as cidades que é “reificadamente” ocultado, obliterado e manipulado pelas mídias. Ademais, os espaços de usos de drogas se constituem em territórios reais e concretos, mas também podem ser entendidos como uma trama oculta de milhares de usuários que tem seus rituais de uso cotidiano, sem estar expostos a locais públicos, visto que a exposição, como se pode ver nos textos, ocorre muito mais em função do lugar social disposto para os grupos que vivem nas margens, nos interstícios e nas travessias das cidades. Portanto, neste sentido, o problema das pessoas não se resume às drogas, mas ao fato de estarem em constante travessia entre lugares nos quais se enraizam temporariamente e logo depois podem ser banidos.

Em seguida, o texto “A Festa Trance em Portugal: lugar, mobilidade, drogas” apresenta, em termos metodológicos, uma etnografia clássica sobre a construção do espaço das festas trance em Portugal, como espaços densos de experiências e estímulos sensoriais. Além de demonstrar como na disposição, investimento e mobilidade de atores para produção de um espaço

intersticial e temporário de recreação são utilizadas, em momentos e sentidos próprios, substâncias como a canabis que aparecem como um componente lúdico do processo de trabalho da montagem do espaço. Aliás, a espacialidade é descrita como um dos elementos que junto com a música, a decoração e o uso das substâncias constroem o ambiente para as experiências sensoriais. Além disso, todo esse processo e ambiente se desenvolvem sem a ocorrência de eventos de coerção/repressão, e preveem também o acompanhamento e o cuidados com as experiências de uso das drogas sintéticas.

Mas também, focalizando contextos próximos aos descritos no texto acima, o artigo “La irrupción de las drogas sintéticas como tecnologías del cuerpo”, através de uma narrativa em que utiliza conceitos desafiadores, originalmente produzidos no debate pós-feminista a respeito das corporalidades, e tendo como *locus* os usuários de drogas sintéticas em eventos e baladas de Santiago do Chile, invoca uma discussão, a respeito das drogas sintéticas que contribui para levantar questões e significados, tais como: a relação entre o uso das substâncias tradicionalmente chamadas de drogas e sua relação com os dispositivos médicos, além de uma possível diferença com respeito as chamadas “drogas de síntese” que são por vezes intituladas como novas drogas.

Ademais, em que medida as drogas de síntese acrescentam ou desafiam os paradigmas de discussão dos usos das substâncias chamadas de drogas a partir da história do próprio proibicionismo? E em que medida a ação repressiva e proibicionista não se exercem nesses espaços ao ponto de depoimentos dos usuários valorizarem a segurança que sentem nesses espaços de uso? Essas questões polêmicas podem ser rebatidas a partir do artigo “Narrativas de morte e vida: desvendando consumos, circulação e empreendimentos em torno das drogas consideradas ilegais na periferia sul de São Paulo” que descreve uma pesquisa de contribuição etnográfica, realizada em uma região

da periferia da cidade de São Paulo, referente a morte de jovens e suas relações com usos e atividades em torno do mercado de drogas e de outras atividades ilegais presentes nesse território.

Destaca-se ainda no texto que mortes de jovens, para além de resultado dos homicídios que ocorrem em decorrência da ação policial, também é referido como resultante do consumo de diversas substâncias, entre elas as que podem ser classificadas como drogas de síntese chamadas de “balas”. Além disso, o estudo em uma região periférica onde ocorrem *raves* e festas populares ao ritmo de *funk*, demonstra que há um contraste com os ambientes protegidos, como os narrados nos textos anteriores, ou seja, o uso de drogas sintéticas – junto obviamente com uso de outras drogas – não significa a ausência de repressão, o que se nota são os diferentes contextos espaciais e sociais dos usos.

Essas últimas questões nos inquietam e merecem ser mais aprofundadas, e para retomar a discussão inicial desta apresentação, registramos um evento ocorrido num baile *funk* que reuniu milhares de jovens na periferia de São Paulo, mas acabou se transformando num “show” de violência em que jovens foram assassinados pela polícia. (PARAISÓPOLIS..., 2020) Neste processo que se desenrola a partir do trágico desfecho, conhecido por muitos a partir da mídia, em uma ação praticamente de guerra em que se usaram armas pesadas e gases tóxicos, a justificativa foi pelo fato de se usarem drogas naquela festa. Logo, o alvo seriam as drogas ou a justificativa para a intensificação da violência estrutural do poder sobre os jovens pobres e periféricos como ação exemplar para comunicar qual o limite de seus direitos.

Desse modo, a questão presente no texto refere-se como o uso de drogas sintéticas passaram a ser produzidas em regiões periféricas, onde, nesse caso, o tema do proibicionismo não está presente em ações de repressão ao mercado local ou ao consumo de drogas, mas tendo seu efeito perverso a partir

do próprio produto droga que não sendo alvo de regulação ou de controle de qualidade, acaba por trazer riscos graves ao seu consumo.

REFERÊNCIAS

PARAISÓPOLIS: PM considera que PM fez tudo certo no baile funk que acabou com 9 mortos. *Jornalistas Livres*, [São Paulo], 7 fev. 2020. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/paraisopolis-orgao-da-pm-considera-que-pm-fez-tudo-certo-no-baile-que-acabou-com-9-mortos/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

DROGAS Y CIENCIA, UNAS RELACIONES DIFÍCILES: DE ENFERMEDADES CEREBRALES, ADICCIONES Y OTROS MITOS

Oriol Romani

CONSIDERACIONES PREVIAS: LA CIENCIA COMO EXCUSA

Antes de empezar este texto quería explicar lo que me movió a escribirlo. De hecho, su origen está en el encargo para la conferencia inaugural del 6º Congreso de la Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD), que se celebró en noviembre de 2017 en Belo Horizonte, y que tenía como lema “Drogas y autonomía: ciencia, diversidad, política y cuidados”. Pensé que un foro como aquel, que congrega siempre a tantos profesionales, era un sitio adecuado para desvelar algo que cada vez se está haciendo más evidente, pero que necesita una crítica un poco sistemática, y es el uso torticero de la ciencia que hacen los prohibicionistas para mantener en todo su vigor la prohibición de las drogas.

Esta, como sabemos, está basada en unos argumentos morales – de su moral particular – pero, para tener un mínimo consenso que, a estas alturas de la historia, les permita continuar imponiendo su moral particular a todo el mundo, dichos argumentos no pueden aparecer ya mas como tales, si no que son mucho más presentables bajo el prisma de la cientificidad. Esto es a lo que se han dedicado con gran ahínco las autori-

dades y burócratas prohibicionistas en estos últimos años, y lo que intentaré en las líneas que siguen es demostrar como la ciencia va por un lado muy distinto al que pretenden estos sectores, más allá de sus intenciones y creencias más íntimas, área en la que no puedo entrar. En definitiva, me interesa analizar un determinado uso social que de la ciencia se ha hecho en el campo de las drogas, ya que, “la cuestión a asumir es que las propuestas científicas en sí no modifican nuestras realidades, sino que los modificadores son los usos y desusos sociales de la ciencia”. (MENÉNDEZ, 2018, p. 13)

Creo que es importante no dejar pasar temas como éste, ya que pueden interferir, como de hecho, ya lo han hecho y todavía lo están haciendo, en unas políticas sobre drogas que puedan ser justas, es decir, basadas en los derechos humanos, la salud colectiva y la cohesión social; y, por lo tanto, eficaces, en el sentido de contribuir a paliar y/o resolver los problemas asociados a consumos de drogas allí donde realmente existan. Para ello, es evidente que se necesita el consenso político basado en los valores ahora citados y orientado por la evidencia científica que, hoy por hoy, es la mejor garantía de la que disponemos.

Externalismo versus Internalismo

Para empezar, quiero explicitar algo que, de todos modos, quedará claro a lo largo del texto, y es que cuando nos acercamos a la historia de la ciencia, siempre me ha parecido mucho más productiva la posición externalista, según las conocidas denominaciones asumidas, entre otros, por Thomas Kuhn, que no la internalista, que se encierra en una supuesta sucesión lógica de las distintas teorías que ha ido predominando en distintas épocas. Una visión externalista nos obliga a poner en consideración el desarrollo de las distintas teorías con sus contextos de producción, así como con el uso social de su capacidad explicativa, cosa que nos permite evidenciar que la ciencia es una actividad humana que, como todas las demás, está atra-

vesada por relaciones de poder. Cosa que, a su vez, nos permite entender ciertas incongruencias, por lo menos aparentes, entre desarrollos científicos y sus aplicaciones. Esta perspectiva es la que intentaré aplicar en el análisis de las relaciones entre investigaciones sobre drogas y las políticas públicas que en este campo han dominado, grosso modo en el último siglo.

Ciencia y poder en la era de la posverdad

Y, antes de entrar de lleno en nuestro tema, todavía una tercera consideración sobre las relaciones entre ciencia y poder en estas primeras décadas del siglo XXI. Últimamente estamos asistiendo al abierto desprecio por la ciencia cuando alguno de sus resultados no conviene a los intereses dominantes o de fracciones dominantes: el caso extremo de Trump insistiendo en negar el calentamiento global tiene, por lo menos, la virtud de dejar muy claro que lo que se pretende es deslegitimar el discurso científico cuando este no puede someterse a los intereses de ciertas minorías.

Pero esto no es más que la punta del iceberg de unos procesos que no empezaron ayer. A lo largo del último tercio del siglo XX, uno de los aspectos que han formado parte del desarrollo de las políticas neoliberales ha sido el de la creación de un discurso que legitimara dicho giro neoliberal y sus impulsores se dedicaron, entre otras cosas, a realizar grandes inversiones en todas las instituciones de la cultura, desde la creación de centros de pensamiento e influencia (*think tanks*) más o menos informales, hasta la conquista de las viejas instituciones de nuestras sociedades contemporáneas, tanto aquellas dedicadas específicamente a la ciencia y la cultura, como aquellas otras que se centran en la gestión de las políticas públicas, como la sanidad, los servicios sociales o los transportes.¹

1 Un libro donde se rastrea muy bien el origen en la época de la presidencia de Carter en los EEUU, y la difusión de estos procesos es el de Fontana (2011).

Más en concreto, la ofensiva contra la independencia de las universidades, sobre todo públicas, a través de la introducción del *New Public Management* en su gestión, desde hace ya unos cuantos años, con la introducción de criterios de gestión privada con la excusa, nada inocente, de la bondad de los criterios de eficiencia, productividad, etc., ha sido uno de los elementos clave de este proceso de construcción del discurso hegemónico actualmente en vigor.² A su vez, las universidades forman parte de una red más extensa de distintas instituciones de investigación que, a través de programas de investigación de agencias internacionales, estados, etc. van imponiendo de formas más o menos sutiles – desde los presupuestos para determinados temas y no para otros, hasta las metodologías que se consideran más adecuadas – las orientaciones de lo que hay que investigar, la forma de hacerlo, etc. Tal como se expone en la siguiente cita, con la que estoy muy de acuerdo, esto lo hemos experimentado en el campo de las drogas en relación con la valoración de la antropología en él, al afirmar sus autores que existen

[...] relaciones de poder dentro del campo de la investigación, y si tenemos en cuenta la fuerza institucional, los fondos destinados a uno u otro tipo de investigación, la presencia en comités de evaluación y otros elementos decisivos en este campo, no hay duda que, por más elogios que a veces podamos recibir, 'los etnógrafos continuamos siendo los parientes pobres de la investigación sobre drogas'. (MOORE; MAHER, 2002, p. 247)

2 Esta crítica apresurada no quiere negar la realidad evidente de que muchas de las instituciones de nuestras sociedades democráticas y de sus estados del bienestar correspondientes, incluidas las universidades públicas, necesitaban de cambios urgentes si querían responder a las finalidades para las que se habían creadas, por lo menos según sus funciones explícitas. Pero una cosa es esto, y otra es que, con esta excusa, a lo que se ha ido es a la liquidación de cualquier vestigio de lo común, y de que ello pueda ser gestionado de una forma más o menos democrática, en favor de los intereses puros y duros de determinados tipos de capital. Y, claro, toda esta operación necesita un relato que lo justifique, que es de lo que estamos hablando.

Lo cual, dicho sea de paso, no deja de ser una paradoja, porque resulta que, por lo menos en España, muchas de las intervenciones sobre drogas y, sobre todo, en las “fronteras avanzadas” de las mismas, como serían la reducción de daños, son de tipo cualitativo, cuando no plenamente etnográficas, y están articuladas a programas de diagnóstico o de evaluación a cargo del Tercer Sector, mientras que la actividad investigadora que aparece más ligada directamente al ministerio correspondiente es casi siempre un determinado tipo de psiquiatría, de epidemiología o de campos afines, que nadie duda que son muy interesantes y pueden ser muy útiles, pero cuya relación con la intervención pública es mucho más lejana y mediada; es decir, hay una invisibilización de aquel tipo de aproximaciones metodológicas que son más significativas para la intervención social en el día a día o, dicho de otra manera, existe una cierta incongruencia entre una gran parte de aquello que se ha realizado y los “méritos publicados” de cómo se ha realizado. (ROMANÍ, 2011, p. 103)

Evidentemente, y como ya hemos sugerido antes, ello se relaciona con las metodologías que se privilegian, y con eso me refiero no sólo al hecho de las dificultades, todavía existentes en aceptar metodologías más allá de lo “bio”, si no también a la estrechez de perspectivas con las que se suelen utilizar estas; el ejemplo más claro sería el de la descontextualización de los objetos de estudio y, por lo tanto, de los resultados obtenidos, dando la impresión que, por más renovaciones técnicas que se prediquen, muchas veces estos trabajos todavía se mueven en la estela del más rancio positivismo decimonónico, como veremos luego.

Drogas, fármacos, medicamentos...

Finalmente, una precisión: en este texto hablaré de drogas como sinónimo de drogas criminalizadas, es decir, aquellas

sustancias que en el discurso hegemónico de corte prohibicionista se agrupan bajo la etiqueta de la droga. Pero creo que es muy útil, sobre todo, para contextualizar mejor el tercer apartado de este texto, *Ciencia, drogas y poder*, ser conscientes de que dichas sustancias forman parte de un campo más amplio que es el del “fármaco”, en el sentido anglosajón del término, que no distingue entre las drogas criminalizadas y las legales, es decir, los medicamentos, fundamentalmente. En efecto, en muchas otras sociedades no existían estas distinciones, características de nuestras sociedades contemporáneas y es más, todas o una parte de ellas podían ser entendidas bajo otros conceptos que remitían a remedios a disposición de cualquiera que supiera utilizarlos, a un sacramento o sustancias habitadas por los dioses, a un vehículo para conectar con los antepasados, etc.

Es por ello que me parece interesante recuperar aquí, aunque sea de manera aproximada, una definición de drogas propuesta hace ya unos años como aquellas sustancias químicas que se incorporan al organismo humano, con capacidad para modificar varias funciones de éste – percepción, conducta, ánimo, psicomotricidad, etc.– ; pero cuyas funciones, efectos y consecuencias se encuentran condicionados por las definiciones sociales, económicas y culturales que las diferentes formaciones sociales elaboran, o negocian respecto a ellas, en el marco histórico en el que se sitúan sus prácticas. (ROMANÍ, 1999, p. 53) Aquí vamos a hablar, pues, de un determinado tipo de drogas y de las políticas que se han desarrollado en torno a ellas.

CIENCIA Y DROGAS

Para realizar el análisis de las relaciones entre ciencia y drogas vamos a considerar algunos ejemplos que me parecen especialmente estratégicos en las políticas de drogas, como

es el caso del cannabis, por un lado, y el de la adicción como enfermedad cerebral con la patología dual como corolario, por el otro.

Un primer escollo evidente en el momento de acometer un análisis de este tipo es decidir que tipo de investigaciones escoger para realizarlo. Las que voy a considerar son las principales investigaciones que, de alguna manera, cumplan lo que muchos creemos que es un requisito mínimo de cientificidad en el campo de las drogas, y es que se trate de investigaciones que cumplan con el requisito de contemplar en sus planteamientos la articulación entre contextos, sujetos y sustancias. Lo cual quiere decir, mirándolo desde el otro lado, que no vamos a considerar los centenares y miles de experimentos que, normalmente desde el campo biológico, pero también desde el psicológico y el social, se centran sólo en uno de los elementos de esta tríada, normalmente la sustancia y/o el sujeto, entendido además este último desde la perspectiva individualista de un ente completo, encerrado en sí mismo.

No voy a realizar un metaanálisis riguroso, lo cual sobrepasaría mi capacidad en este momento y mi intención al redactar este texto, si no que voy a utilizar tanto la revisión de algunas de las investigaciones consideradas dentro de los criterios expuestos en el punto anterior, como algunos otros textos ya publicados sobre las mismas; por eso, en este artículo abundarán la utilización de citas de otros textos, ya sea propios ya de otros autores. Aunque me gustaría, ahora no considero que sea el momento de iniciar aquí una discusión sobre la evidencia científica aplicada a los estudios sobre drogas, que es lo que nos permitiría realmente hacer una selección rigurosa.³ No aspiro a tanto, si no sólo a unas reflexiones basadas en criterios claros

3 Sobre el tema de la evidencia científica hay una excelente publicación realizada, precisamente, por un conocido investigador en el campo de las drogas, que recomiendo vivamente: ver Comas Arnau (2014).

que permitan orientarnos en el análisis de las relaciones entre ciencia y política en el campo de las drogas.

El caso del cannabis

Para ilustrar las relaciones entre ciencia y políticas en el caso del cannabis, haremos primero un somero repaso de una serie de informes científicos de carácter institucional que consideramos entran dentro de los criterios expuestos, distinguiendo aquellos que no han sido tenidos en cuenta para orientar las políticas sobre el cannabis, de aquellos que sí. En segundo lugar, discutiremos algunos de los temas clásicos, básicamente por parte del prohibicionismo, en relación al cannabis, como son las psicosis juveniles y el fracaso escolar. Para ello, nos basaremos, principalmente, en distintas partes de un trabajo colectivo que elaboramos recientemente. (GRUPO DE ESTUDIO DE POLÍTICAS SOBRE EL CANNABIS, 2017)

Informes científicos menospreciados

En 1893 se presentó en la Cámara de los Comunes británica el Indian Hemp Drugs Commission Report, en el cual se desvinculaba el cannabis de problemas mentales severos, degradación moral y consecuencias físicas graves. En el mismo sentido concluyen los informes Panama Canal Zone Report de 1925, 1931 y 1933; el comité designado concluyó en los tres informes que el cannabis presentaba escasos efectos perversos entre el personal, y que no suponía ninguna amenaza para la disciplina militar, y en consecuencia se sugirió descartar cualquier iniciativa punitiva. Ambos informes fueron redactados antes de la implementación en EEUU de la Marihuana Tax Act (1937), que representa la primera ley federal de fiscalización del cannabis. Fiorello La Guardia, alcalde de Nueva York, encargó en 1939 a la Academia de Medicina de Nueva York un estudio sobre la incidencia social y los aspectos médicos y clínicos de la

marihuana. Los resultados contradecían las opiniones del comisario Anslinger sobre desviación, delincuencia y enajenación de los fumadores de marihuana. El informe La Guardia marca el punto de inflexión de la influencia política sobre la ciencia, porque a partir de entonces, el conocimiento científico estuvo supeditado a los intereses morales del prohibicionismo.

A lo largo del siglo XX, se encargaron más estudios e informes sobre la toxicidad y peligrosidad del cannabis, todos ellos, en cierta medida, coincidían en apuntar su escasa peligrosidad, o al menos, en señalar como se sobredimensionaban sus efectos nocivos. La mayoría fueron descalificados o tomados poco en consideración y su influencia política fue nula. Ejemplos de ello son: el British Wootten Report (Reino Unido, 1969), el Le Dain Commission Report, (Canada, 1970), el Consumer Union Licit and Illicit Drugs (EEUU, 1972), el National Commission on Marihuana and Drug Abuse (EEUU, 1972), Commission of the Australian Government (Australia, 1977), National Academy of Sciences Report (EE.UU, 1982). (MARTÍNEZ ORÓ; ROMANÍ, 2017, p. 224-225)

A los que habría que añadir, por lo menos, dos trabajos producidos en Francia, como son el Informe Pelletier – Presidencia de Francia, 1978 – y el Informe Roques – Academia Francesa de Ciencias, 1998, encargado por el gobierno francés.

Así como se ha mencionado la incidencia que pudo tener el Marihuana Tax Act de 1937 en la consideración de los informes científicos de la época, habría que subrayar también que el 17 junio 1971, el presidente Nixon declara guerra global a la droga, con toda la presión que eso conlleva en hacer caso, o no, de los resultados de los estudios científicos, en este caso sobre una de las sustancias estrella que se englobaban bajo este epíteto de la droga. Que luego este mismo presidente cayera por una mentira más, en el episodio conocido como el caso Watergate, simplemente nos clarifica frente a que tipo de personaje estamos.

Informes científicos considerados

Los únicos informes científicos que evaluaban la peligrosidad del cannabis (y otras drogas) considerados políticamente fueron los realizados en los Países Bajos (Hulsman Committee de 1969 y el Baan Committee de 1972). Los efectos políticos de estos informes se tradujeron en 1976 en la reforma de la Ley del Opio neerlandesa, que permitió la implementación del conocido modelo neerlandés de coffees- shops. (MARTÍNEZ ORÓ; ROMANÍ, 2017, p. 225)

También deberíamos mencionar, aunque fue a nivel más local, el experimento del barrio londinense de Lambeth:

[...] regulando la distribución de cannabis (una opción sin apenas ningún coste) y midiendo a continuación, por un periodo de seis años, variables como las actividades policiales, las tasas de delincuencia (diferenciando drogas de no drogas), el bienestar subjetivo y objetivo de los más de 200.000 habitantes de este céntrico barrio de Londres, e incluso el atractivo del barrio medido en la evolución comparativa de los precios de la vivienda (Adda, 2014), establece que la regulación aumenta la eficiencia y que por tanto la nueva política muestra un grado óptimo de equilibrio ya que, por ejemplo, con los mismos recursos la policía resuelve más delitos de no-drogas de los que habrían sido víctimas los ciudadanos y que habrían quedado impunes (y que era un impacto negativo), lo cual produce un sentimiento de mayor seguridad del que a su vez se deriva un mayor grado de bienestar subjetivo y una clara mejora de la imagen del barrio. (COMAS ARNAU, 2017, p. 201-202)

Aunque sólo fuera en términos de la eficacia de las políticas prohibicionistas mantenidas por EEUU, Inglaterra o Francia, en comparación con los intentos holandeses, o experimentos locales como el de Lambeth, de establecer unas políticas alternativas visto el fracaso de las anteriores, creo que el balance es muy claro. No es casualidad que, con el paso de los años, distintos gobiernos se hayan visto obligados finalmente a ali-

nearse con las orientaciones de la mayoría de los informes científicos, como ha sido el caso de Uruguay, Canadá o bastantes de los Estados de la Unión Norteamericana.

Algunos clásicos: psicosis juvenil; fracaso escolar

Vamos a analizar ahora dos de los temas que, más a menudo, se aducen para mostrar la “maldad intrínseca” del cannabis, quizás porque afectan a la población juvenil: su incidencia en determinados trastornos mentales, y en el llamado fracaso escolar.

Psicosis juvenil y otros trastornos mentales

Tres de las afirmaciones más repetidas [...] son las de que el cannabis puede inducir psicosis, que causa fracaso escolar y que hay una baja percepción de su riesgo por parte de los jóvenes que facilita que lo consuman. Respecto a la primera, se apoya en la alta prevalencia del consumo de cannabis en sujetos con enfermedades como la esquizofrenia, pero hasta el presente la mayoría de estudios (incluido el de la Comisión Clínica del PNSD del año 2006) no han establecido una relación causa-efecto, si no que han acudido a la explicación de la vulnerabilidad genética de determinados individuos, así como complementariamente, a la hipótesis de su uso como automedicación, precisamente en estos casos de mayor predisposición genética (PNSD, 2006, p. 47-54). Saber transmitir esta información en sus propios términos a los jóvenes y adolescentes, seguramente sería mucho más útil que no envolver datos descontextualizados en un discurso tremendista que acaba escondiendo o, cuando menos, dificultando el acceso a la información real. (ROMANÍ; EIROA, 2015, p. 35)

Más adelante, “en 2012, la Sociedad Española de Patología Dual (SEPD) publicó un libro llamado ‘Patología Dual y Psicosis. Un desafío en la clínica diaria.’” (SZERMAN, 2012) Para la redacción del libro se realizó una encuesta abierta entre médicos de toda España donde estos podían formular tres pre-

guntas sobre Patología Dual y Psicosis dirigidas a un Comité de Expertos seleccionados por la SEPD, el primer capítulo del libro está dedicado a “Cannabis y Psicosis”. De los 5 miembros del Comité de Expertos ninguno señala que el cannabis sea una “causa necesaria, ni suficiente” para causar un trastorno psicótico. Todos apuntan a que hay una relación significativa entre el consumo durante la adolescencia y mayor riesgo de desarrollar psicosis – que se ha visto que es “dosis-dependiente”, luego hay un mayor riesgo de desarrollar psicosis en sujetos con consumos más intensos y habituales.

Un dato significativo que nos aporta el libro para la reflexión que nos ocupa es que “la utilidad para la salud pública de la reducción del consumo de cannabis como prevención primaria de la esquizofrenia no resulta una propuesta eficaz”. (SZERMAN, 2012, p. 11) Si se lograra eliminar por completo el consumo de cannabis en la sociedad, asumiendo que el consumo tuviera una relación causal, esto conllevaría una reducción en la incidencia de la esquizofrenia de aproximadamente el 8%. Uno de los expertos apunta al potencial del cannabidiol (CBD), otro cannabinoide que contiene la planta de cannabis, como anti-psicótico, un dato que abre la puerta a especular sobre el potencial de determinadas variedades de cannabis para reducir la incidencia de la psicosis y no en su aumento.

[...] Las relaciones causales entre consumir cannabis y desarrollar un trastorno psicótico, o cualquier otra enfermedad mental son muy difíciles de establecer. Por ejemplo, la esquizofrenia es una enfermedad que aparece en la juventud, edad en la que hay más consumos de cannabis, y la co-ocurrencia de un fenómeno no implica causalidad. Factores de confusión ocurren igualmente cuando se relacionan otros trastornos psicológicos, como la ansiedad o la depresión, con el consumo de cannabis. No es objeto de este informe resolver el debate científico sobre las relaciones entre consumo de cannabis y aparición de trastornos mentales, debate, por otra parte, que está aún muy lejos de quedar resuelto con la evidencia científica

disponible. La cuestión aquí es más bien reflexionar si políticas más punitivas reducirían la incidencia de enfermedades mentales entre consumidores de cannabis. Ya hemos visto más arriba que incluso campañas masivas dirigidas a concienciar a los jóvenes sobre los riesgos psiquiátricos de consumir cannabis pueden tener una eficacia limitada. Pero en lo que sí puede tener incidencia es sobre la carga de estigma que soporta el usuario con problemas mentales. Primero, por usuario, y, segundo, por enfermo mental. Sin duda, lo deseable es que nadie al que no le sienta bien el cannabis haga un uso que pueda empeorar su salud mental, pero también es una realidad que muchos enfermos mentales utilizan cannabis porque les alivia su sintomatología y/o los efectos secundarios de la medicación. Sea como fuere, el hecho de que el control del cannabis sea por medio de la persecución penal aumenta las probabilidades de que alguien sea diagnosticado de una enfermedad mental, quizás porque en la conciencia de muchos facultativos sigue prevaleciendo la idea de que la enfermedad mental puede ser una consecuencia causal del consumo de cannabis. (BOUSO; PARÉS, 2017, p. 132-135)

Esto último quedaría confirmado por la investigación de Hamilton y otros autores (2013) sobre las relaciones que se establecieron entre la reclasificación administrativa del cannabis y los ingresos hospitalarios y diagnósticos de psicosis provocadas por consumo de esta sustancia en Inglaterra. En 2004, de las tres categorías – A, las más peligrosas y con mayores sanciones, B y C, las menos riesgosas – en que se clasifican las drogas ilegales en este país, el cannabis pasó de la B, donde había estado desde 1971, a la C. Pero en 2009, con el argumento de las relaciones entre cannabis de alta potencia y esquizofrenia, se volvió a situar a la B:

Se observó, de manera significativa, un aumento de la tendencia de los ingresos por psicosis relacionadas con el consumo de cannabis entre 1999 y 2004. Sin embargo, a raíz de la reclasificación del cannabis de la lista B a la C en 2004, hubo un cambio significativo en la tendencia,

de tal manera que los ingresos por psicosis relacionadas con el consumo de cannabis disminuyeron hasta 2009. Tras la segunda reclasificación del cannabis en el año 2009 (de la C a la B) se dio de nuevo un cambio significativo en el aumento de los ingresos. (BOUSO; PARÉS, 2017, p. 135)

Aunque no estén claras las causas de esas correlaciones, lo que sí quedó claro es que la clasificación del cannabis en la lista de las menos riesgosas, con su correspondiente disminución de penas y sanciones, no supuso precisamente un aumento de psicosis cannábicas.

Fracaso escolar

Por lo que se refiere al fracaso escolar existe también cierta confusión interesada. Está claro que habría que evitar el consumo de cannabis y otras drogas a edades precoces, y que un consumo más o menos sistemático se asocia a un menor rendimiento escolar en sus diversos aspectos. Pero una cosa es reconocer los efectos neurocognitivos del cannabis sobre la memoria o la capacidad de concentración, que son indiscutibles⁴, y otra es establecer relaciones de causa- efecto entre el consumo de dicha sustancia y el fracaso escolar, lo cual no es más que una presunción ideológica. Los niveles históricos de fracaso escolar en España no han tenido ninguna relación con los de consumo de cannabis por la población escolar en los mismos periodos, y hay datos empíricos que demuestran que la misma proporción de fumadores adolescentes en contextos distintos se relacionan con niveles de fracaso escolar absolutamente dispares.

4 Aunque habría que distinguir los efectos agudos de aquellos a medio-largo plazo de un consumo intensivo y reiterado de cannabis antes de los 17 años, aspecto sobre el que hay análisis divergentes. En todo caso, siempre será más productivo intentar ver qué hay detrás del hecho de que un adolescente de esa edad haga este tipo de consumo, que no engañarse - y, de paso, dar a la sustancia un poder que no tiene- atribuyendo causas simples a un fenómeno complejo.

Un ejemplo sería el análisis cruzado, por un lado, de los datos (desagregados entonces por municipios) de la página de la Consejería de Educación de la Comunidad de Madrid que se pudieron analizar en un seminario realizado hace unos años con profesorado de dicha Comunidad, en los que se podía destacar que el nivel de fracaso escolar en Rivas Vaciamadrid se situaba en el 6-7%, mientras que en la ciudad colindante de Arganda del Rey era de un 40%. Y, por el otro, los datos de la Agencia Anti-Droga de Madrid, que informaban que el consumo de cannabis alguna vez por los adolescentes, en la misma época, era en las dos ciudades en torno a un 25%.⁵ No hay que saber mucha sociología para deducir que si el consumo no refleja grandes diferencias territoriales y el fracaso escolar sí, entonces ambos fenómenos dependen de otras variables. (ROMANÍ; EIROA, 2015, p. 35-37)

Ampliando la lente a nivel del conjunto del Estado Español, veremos que

según fuentes del Ministerio de Educación, el abandono escolar temprano en España (24,9%) sigue doblando la media de la Unión Europea (12,8%).⁶ Este índice ha bajado ligeramente a lo largo de los últimos 10 años, pasando del 31,6% en 2003 al 24,9% en 2013. De entrada, este descenso no parece estar intrínsecamente relacionado con el descenso en las prevalencias de consumo de cannabis a lo largo de esos 10 años, pues el consumo entre adolescentes ha bajado considerablemente en una década (consumo en los últimos 30 días en 2004: 25,1% y, en 2012: 16,1%) y el fracaso escolar sólo ha decrecido ligeramente. Si la relación entre consumo de cannabis y fracaso escolar fuera directa, hoy en día, deberíamos tener muchísimos más jóvenes escolarizados. (BOUSO; PARÉS, 2017, p. 151)

5 Comunicación personal de Domingo Comas Arnau, 15 marzo 2007.

6 Datos y cifras del curso escolar 2013-2014. 16 sept. 2013. Disponible en: <http://www.mecd.gob.es/prensa-mecd/actualidad/2013/09/20130916-datos-cifras.html>.

Por otro lado, si continuamos ampliando la lente y nos fijamos ahora

[...] en los datos a nivel europeo (sobre abandono escolar Eustat [(2014)] y de prevalencias de consumo en jóvenes EMCDDA),⁷ tampoco encontramos que los países con mayores prevalencias de consumo entre sus jóvenes sean los que tienen tasas de abandono escolar más altas.

Un ejemplo claro es la República Checa, cuyos jóvenes ocupan el tercer lugar en cuanto a mayores consumidores de cannabis de Europa y, el segundo país con menor índice de abandono escolar. O a la inversa, Rumanía, que es el quinto país con más tasa de fracaso escolar y, el que menos cannabis consume en Europa.

Lo más deseable para la sociedad es que sus jóvenes empiecen a consumir drogas lo más tarde posible, dado que están en pleno desarrollo de sus capacidades neurocognitivas, las cuales pueden verse afectadas por un mal uso de las sustancias psicoactivas. La realidad siempre va por su cuenta y, lo cierto es que hay un número considerable de jóvenes que las consumen. En este sentido, las estrategias actuales para detener esta lacra social no han sido efectivas. El control penal del mercado del cannabis es ineficaz a la hora de proteger a las personas jóvenes.

Que el argumento para impedir una regulación alternativa del mercado del cannabis sea que los jóvenes podrán acceder con más facilidad a dicha sustancia y que, por ello, habrá más fracaso escolar no se sustenta más que en suposiciones. Lo que está fuera de discusión es que reducir las desigualdades sociales e invertir en el sistema educativo reduce el fracaso escolar.

Sintomáticamente, la discusión sobre la relación entre el cannabis y el fracaso no es explícita ni entre muchos de los autores que discuten y conocen el fenómeno del fracaso y/o abandono escolar, ni tiene visibilidad en las mismas memorias del Ministerio de Educación. Si esta

⁷ Disponible en: <http://www.emcdda.europa.eu/stats11/gpsfig3>.

relación fuera tan clara, estos foros especializados darían buena cuenta de ello [...] postular que el consumo de cannabis comporta inexorablemente el fracaso escolar es banalizar el cannabis. Lo que no se puede menospreciar es el entorno social en el cual se consume ni las condiciones de vulnerabilidad de determinados individuos. (BOUSO; PARÉS, 2017, p. 152-156)

Precisamente a esto último, a la banalización, es a lo que han llevado las políticas emanadas del prohibicionismo. Para justificar dichas políticas y, de alguna manera, enmascarar sus raíces morales, se ha creado una disciplina – la “ciencia” del abuso y la dependencia a las droga – que, para averiguar los mecanismos biológicos que se hallan detrás de las conductas adictivas, se ha centrado en estudios realizados en animales, de tal manera que lo que han conseguido es dificultar la comprensión de que lo que en mayor medida determina el tipo de uso que se haga de estas sustancias no es tanto su farmacología, como los factores contextuales en los que se produce su consumo. (ZINBERG, 1984; WEIL; ROSEN, 2000)

Es más, el problema no es tanto que se hayan hecho las investigaciones con animales, sino que lo hayan hecho con la estrecha perspectiva metodológica que ha dominado esta disciplina y que citábamos al principio como heredera del positivismo más rancio, en el sentido de buscar unas relaciones monocausales causa-efecto que han oscurecido totalmente dichos factores contextuales. Factores que, si bien obligan a una mayor complejidad analítica, en los experimentos con animales se pueden introducir perfectamente, tal y como demostraron Alexander, Coombs y Hadaway (1978) en su momento; claro que el hecho de tener en cuenta dichos factores tiene unas consecuencias teórico-metodológicas y políticas que acaban cuestionando los argumentos simplistas del prohibicionismo.

Aunque hay que señalar que también habrá muchos investigadores que trabajan a partir de los progresivos conociemien-

tos que se van adquiriendo en estos campos y, por lo tanto, con la corrección y las complejidades inherentes a los mismos. Aquí, el otro gran problema es que esta posible sofisticación de la investigación no queda casi nunca recogida por las noticias que hay sobre ella porque, sea de manera interesada por parte de autoridades y burócratas prohibicionistas, sea por desconocimiento y por la propia lógica de los periodistas y los media, se extrae de aquellas investigaciones lo que está de acuerdo con la doxa prohibicionista, mientras que lo que la cuestiona se considera ruido.⁸

En definitiva,

la variable determinante no es el cannabis, es el entorno social en el cual se consume, y cuanto más seguro es éste, en el sentido de una intensa vida comunitaria, buenos servicios públicos, especialmente la educación, redes asociativas densas, cuidado de la cultura, facilidad de acceso a los deportes, presencia de valores no capitalistas, etc. menos fracaso escolar tenderá a existir. Así que afirmar que el cannabis es causa de fracaso escolar no sólo es falso, sino que tiene unas consecuencias políticas: por un lado, culpando a los adolescentes y/o a sus padres, justificamos el feroz ataque al estado social que existe actualmente, pues parece que el fracaso escolar y otras enfermedades y traumas sean culpa de las drogas, y no de unas políticas dirigidas a dismantelar los servicios públicos y a propiciar unas condiciones de vida cada vez más difíciles, inestables y cargadas de incertidumbre para los procesos de inserción de los jóvenes a la vida adulta. Y por el otro, escondemos las posibilidades, diría que la necesidad, de la acción política y de unas formas de intervención local a través de las cuales sí se puede mejorar la vida de las personas y realizar una política preventiva comunitaria eficaz en relación a las drogas y la juventud. (ROMANÍ; EIROA, 2015, p. 35-37)⁹

8 Ver al respecto Martínez Oró (2018a, 2018b).

9 Hace unos diez años, época en que se recogieron los datos a los que nos referíamos hace un par de páginas, Rivas Vaciamadrid era un municipio en que el 95% de sus habitantes vivían en cooperativas de Comisiones Obre-

El caso de la adicción y la patología dual: el mito de la enfermedad cerebral³

Vamos a considerar ahora el otro ejemplo que mencionábamos más arriba, centrándonos en el autor Leshner y la institución que dirigió, el National Institute on Drug Abuse (NIDA), como unos de sus principales propagadores.

Leshner (1997) habló de las adicciones como ‘enfermedades cerebrales crónicas y recidivantes’ por primera vez en un medio científico del alcance de la revista *Science*. Aunque este autor reconocía que el contacto con la sustancia es contextual, el argumento principal es que, como se había demostrado en modelos animales, llegado a un punto se producen cambios a distintos niveles (moleculares, celulares, estructurales y funcionales) que hacen que el cerebro de una persona que padece un trastorno adictivo sea diferente en cuanto a expresión génica, actividad metabólica, disponibilidad del receptores de neurotransmisión, y en definitiva, a su capacidad de dar respuesta a señales ambientales (por ejemplo perdiendo capacidad de atención sostenida, inhibición, o más generalmente, de autorregulación). Leshner contrapone esta visión a otras dos: la de que los adictos son víctimas de una situación social (visión que denomina ‘benéfica’ y la de que los adictos son personas malas o débiles que no quieren llevar vidas morales en las que controlen sus deseos y gratificaciones. (ROMANÍ; EIROA, 2015, p. 112-113)

Este planteamiento tendría dos consecuencias principales: por un lado, al considerarse enfermos, los adictos dejarían de

ras (CCOO) y Unión General de Trabajadores (UGT), donde sólo existía escuela pública, con una fuerte inversión municipal en educación, el desarrollo de pedagogías muy actualizadas y un fuerte compromiso parental en el consejo escolar, y que recibía las mejores evaluaciones, incluso mejores que escuelas privadas de gran prestigio del centro de Madrid. Desde 1979 ha sido gobernado por la izquierda y, desde los inicios de los 90 hasta la actualidad (2015), más en concreto, por Izquierda Unida (IU).

tener el estigma social de ser considerados unos viciosos; pero por el otro, al tratarse a la adicción como una enfermedad crónica, no se trataría tanto de buscar su (imposible) curación, sino la gestión de su cronicidad, el manejo de las recaídas, etc., para lo cual habrá que buscar los fármacos correspondientes. A nadie se le escapa que la primera consecuencia no es más que un mal intento de justificar la segunda, que es la fundamental: dejar sometidos de por vida a los adictos a otro tipo de sustancias, los supuestos fármacos para controlar su adicción, en una operación con unos ganadores muy claros.

Hay dos investigadores que han hecho una sintética y contundente crítica a esta perspectiva, por lo que a partir de aquí me voy a permitir citarlos *in extenso*, ya que creo muy acertado no sólo lo que dicen sino como lo dicen:

La ciencia siguió su curso, aunque éste fue seriamente alterado: los fondos de investigación gestionados por el NIDA se decantaron claramente por los estudios que ratificaran el modelo de enfermedad cerebral crónica, en detrimento de aquellos que lo pusieran en cuestión. De este modo, estas dos últimas décadas han contemplado un torrente de estudios que consolidaban la idea de que los adictos presentaban cambios estructurales en sus cerebros, provocados por los efectos bioquímicos de las sustancias, que no iban a remitir por más que se consolidara la abstinencia. La sucesora de Leshner en la Dirección del NIDA, Nora Volkow, se convirtió en la más firme adalid de esta consideración, resaltando periódicamente los avances del modelo de enfermedad cerebral de la adicción y consiguiendo que lo que no era sino una hipótesis que guiara la investigación, se ha convertido en un dogma que se proclama en la primera página de la web del NIDA: 'La adicción se define como una enfermedad crónica y recurrente del cerebro'. (PUERTA GARCÍA; PEDRERO, 2017)

Sin embargo, la ciencia no es muy favorable a los dogmas y el modelo de enfermedad para la adicción siempre ha sido contestado por un buen número de investigadores, que llevan

muchas décadas intentando hacerse oír entre el enorme ruido generado por los generosos fondos que el NIDA destina a conseguir que su modelo sea dominante. Entre ellos, Stanton Peele (1990) y Bruce Alexander, Robert Coombs y Patricia Hadaway, (1978) son quizá los dos científicos más activos en la defensa de un modelo biopsicosocial de la adicción. En los últimos años, muchos otros investigadores han sumado sus esfuerzos para derrotar al poderoso emporio del NIDA, aportando pruebas inequívocas de que el modelo de la enfermedad cerebral de la adicción es científicamente inválido, peligroso, socialmente inaceptable y perjudicial para los adictos.

Contra la idea de que la adicción es un proceso crónico e incurable, John F. Kelly y William L. White (2010) ha acumulado evidencia sobre el hecho incuestionable de que la adicción es un proceso perfectamente recuperable. Otro autor, Gene M. Heyman (2013), además de publicar un libro imprescindible negando el concepto de “cerebro secuestrado por las drogas”, ha revisado los grandes estudios epidemiológicos estadounidenses encontrando que no menos del 80% de los adictos se recuperan de su adicción. Y, aún más, determinados estudios (CARBALLO et al., 2007) han mostrado que no menos de las tres cuartas partes de quienes dejan de ser adictos lo hacen por sus propios medios, sin requerir atención médica, psicológica o de otro tipo, proceso conocido como autocambio o recuperación natural. Estos datos debieran ser suficientes para dismantelar el concepto de enfermedad cerebral crónica de Leshner, puesto que ningún diabético conocido ha dejado de serlo por su propia voluntad.

En cuanto a los otros vaticinios de Leshner, ninguno ha alcanzado el éxito augurado por el autor. Si bien es cierto que la financiación selectiva del NIDA ha conseguido una abrumadora acumulación de trabajos que parecen ratificar su modelo, lo cierto es que, a día de hoy, ningún profesional puede distinguir, ante dos pruebas de neuroimagen, cuál de ellas pertenece a un

adicto y cuál a una persona que no consuma drogas. Por una parte, se ha criticado que los interesados en ratificar el modelo han seleccionado muestras de los adictos más deteriorados para encontrar pruebas de alteraciones estructurales, que de inmediato se han propuesto como causadas por la adicción.

En la práctica, en la mayor parte de los casos, esas alteraciones son tan sutiles que no permiten atribuir causalidad a las drogas. Por otra, como otros investigadores han mostrado, los cambios cerebrales no son privativos de la adicción, sino que cualquier experiencia intensa modifica la estructura cerebral de manera irreversible, por lo que los cambios observados son producto simplemente de la experiencia, cuando son sutiles, o de condiciones añadidas a la adicción, como la pobreza o la mala alimentación propia de la vida del adicto, cuando los cambios son más extensos.

Pero, por encima de todas estas consideraciones, un hecho debería haber sido suficiente para desacreditar todos los estudios que atribuían los cambios cerebrales al efecto de las sustancias: la eclosión de las denominadas adicciones comportamentales y la evidencia de que comparten casi todas las alteraciones cerebrales observadas en los consumidores de sustancias. ¿Qué ‘sustancia’ es la que hace que un adicto al juego o un usuario abusivo de internet o del móvil muestren las mismas ‘alteraciones cerebrales’ que quienes consumen cocaína o heroína?. (PUERTA GARCÍA; PEDRERO, 2017)

Todas estas informaciones y argumentos tienden a confirmar, por lo tanto, lo que sosteníamos hace ya un tiempo, en el sentido que

[...] es mas pertinente, a pesar de todas sus limitaciones, abordar la dependencia en relación a lo que llamamos un ‘estilo de vida’ determinado, sobre todo para señalar que no se trata única y principalmente de los efectos farmacológicos de una sustancia sobre un individuo, sino que estamos ante un constructo sociocultural en el que

confluyen procesos de identificación, de construcción del yo, estrategias de interacción, negociación de rol, en fin, todo un entramado de relaciones sociales y expectativas culturales que contribuyen a la construcción del sujeto y a través de las que éste orienta su existencia, aunque en este caso sea en medio de áreas sustanciales de conflicto. Situaciones, desde luego, en las que lo farmacológico tiene su papel, pero que no puede contemplarse como el factor causal de las mismas, tal como se ha tendido a hacer de manera simplista desde el modelo biomédico, sino articulado a los demás niveles que configuran este fenómeno. (ROMANÍ, 1999, p. 59-60)¹⁰

Pero la concepción de la adicción como enfermedad cerebral no termina aquí, si no que se ha ido asociando paulatinamente a un fenómeno llamado patología dual, es decir, a la consideración de que el adicto tiene además alguna patología mental lo cual justifica, siguiendo con nuestros autores,

la prescripción de cócteles medicamentosos, preferiblemente caros, sin contar con evidencias ni de la patología que dicen tratar ni de su utilidad para hacerlo. La coartada para este negocio ha sido que la consideración de los adictos como enfermos les libra de ser considerados ‘viciosos’. También muchos investigadores han reaccionado contra esta interesada intención: *Si este discurso de la adicción-como-enfermedad fuese sólo una estrategia retórica para ganar el derecho a diversos servicios para personas que los necesitan, entonces todo esto podría no ser muy importante. Sin embargo, la adicción-como enfermedad se ha utilizado para otros fines, sin duda menos nobles.* (PUERTA GARCÍA; PEDRERO, 2017, énfasis del autor)

10 Hablaba en aquel momento de las limitaciones del concepto de “estilo de vida” en ciencias sociales, a pesar de algunas aportaciones significativas como la de Menéndez (1998). Posteriormente, el concepto se ha ido trabajando de manera más específica en el campo de las drogas. Ver, en este sentido, dos aportaciones recientes en Dumont y Clua García (2015) y Clua García (2018).

En efecto, la industria farmacéutica, a través de cuantiosas inversiones en marketing, impulsa esta creencia, que le permite tener un inmenso mercado cautivo de “enfermos crónicos”, los cuales deben medicarse de por vida y sufrir los llamados efectos secundarios más o menos graves de dicha medicación. Las consecuencias de ello es que los réditos económicos de las compañías farmacéuticas y de los profesionales que, más allá de sus intenciones, siguen sus dictados, van ligados a procesos de mayor sufrimiento por parte de las personas que se encuentran en estas situaciones, al asumir ellas mismas, en muchos casos, que “un adicto será siempre un adicto”, con lo cual, el proceso de recuperación se ve enormemente dificultado, pues

[...] creerse esta sentencia es uno de los principales factores que favorecen la recaída. Aceptar que su cerebro está enfermo, que siempre lo estuvo y siempre lo estará, no es algo que fortalezca la autoestima. Si además se le exige, como en todos los programas de drogas, que haga cambios en su vida, que se resista al consumo, que cambie de amistades, que rediseñe su vida, el adicto puede llegar a pensar si él es capaz de hacer todo eso con un cerebro enfermo [...] Aun cuando se produzca la recuperación, el tiempo transcurrido, las experiencias acumuladas durante el tiempo de adicción y los efectos de una conducta sin control son algo irrecuperable. Que la adicción se recupera es un hecho, pero que, mientras está activa, no sólo afecta a quien la padece, sino a todo su entorno familiar, social y comunitario es un hecho. (PUERTA GARCÍA; PEDRERO, 2017)

Muchos autores defienden que presentar las adicciones asociadas a la enfermedad mental como una enfermedad puramente biológica, no reduce el estigma, como afirman sus defensores, si no que lo redobla, pues uno, además de adicto, es enfermo mental, produciéndose una serie de bloqueos y retroalimentaciones entre adicción, enfermedad mental y estigma; en realidad, el estigma está en el propio diagnóstico. (TRUJOLS, 2015) Y que esta situación sea culpa de un espíritu o de los

genes, da lo mismo, pero el hecho es que la concepción de la enfermedad cerebral que estamos analizando refuerza la creencia de mucha gente, que entiende que los enfermos mentales no tienen control interno. Y este prejuicio, que estaría en el núcleo del estigma que afecta a drogodependientes y enfermos mentales, puede llegar a los propios profesionales, como parecería indicarnos, entre otros, el ejemplo que hemos visto de las relaciones entre la categorización del cannabis y la presencia de un mayor o menor diagnóstico de psicosis en relación a esa categorización.

Acudir, por el contrario, a las explicaciones sociobiopsicoculturales, además de responder mejor a la realidad, con sus inherentes complejidades, contribuye a crear una narrativa que permite responsabilizar al entorno y a la sociedad y, por lo tanto, manejar mejor las distintas variables implicadas en los procesos que configuran las drogodependencias. Las perspectivas basadas en este tipo de explicaciones, al focalizarse en las personas y sus entornos, en sus motivaciones y capacidades, dejando de lado la “enfermiza” obsesión por centrarse en la enfermedad, han mostrado las posibilidades de una ayuda profesional a las personas que sufren los efectos negativos de las drogodependencias.

En definitiva, a pesar de los generosos presupuestos del NIDA y de otras agencias internacionales para promover la tesis de la adicción como enfermedad cerebral, las numerosas falsaciones de la misma le privan de consistencia científica y no se sustenta, ni desde las ciencias biológicas, ni desde las ciencias sociales y humanas. Para afirmar esto nos basamos, más allá de en los textos citados y los argumentos desarrollados hasta aquí, o de nuestras propias investigaciones y de las de otros colegas con orientaciones similares, en muchas otras investigaciones como las compiladas por Raikhel y Garriott (2013) o Lewis (2017), uno de los impulsores, junto con Nick Heather

(2017), de una red internacional de más de 150 investigadores críticos con dicho enfoque, el *Addiction Theory Network*.

Pero más allá del campo estricto de los estudios sobre drogas, la afirmación de que la adicción no es una enfermedad cerebral crónica, si no un proceso comportamental, se puede hoy en día sostener con mucha mayor contundencia si lo situamos en el trasfondo de conocimientos que nos aportan los avances de las neurociencias (FRAZZETTI, 2014; GAZZANIGA, 2012) o de la epigenética (CAREY, 2013), o en las últimas síntesis sobre el cerebro (EAGLEMAN, 2017), perspectivas todas que vienen a demostrar que lo que podríamos considerar determinante en última instancia en el comportamiento humano sería el contexto sociocultural o, en todo caso, las relaciones que se establecen entre dicho contexto y el cerebro humano, cosa muy distinta a considerar a éste como una especie de *Deus ex machina*.¹¹

Para finalizar este apartado, quiero señalar que podemos ver esta teoría de la adicción como enfermedad cerebral, como un buen ejemplo de *condition branding* (PARRY, 2003), un fenómeno surgido de la industria farmacéutica, pues sigue las estrategias básicas que lo caracterizan. Se trata de conseguir el objetivo de crear una nueva patología con sus correspondientes fármacos para “gestionarla”, tal como también se apunta o se ha desarrollado ya en otros campos como la obesidad o las disfunciones sexuales, por ejemplo, casos presentados siempre como dolencias o enfermedades crónicas. Dichas estrategias se podrían sintetizar en tres puntos: Aumentar la importancia de una condición existente, en este caso las drogodependencias o

11 Mientras que Gazzaniga o Frazzetti, entre otros autores, permiten basar estas afirmaciones, hay mucho epígono que, tomando la parte por el todo, se dedica a postular el “cerebrocentrismo”, del que ahora hablaremos, como el summum de las neurociencias, etiquetando cualquier tipo de fenómeno con el prefijo “neuro”, desde la psicología o la economía, a la estética o el deporte. Ver, al respecto, Vidal y Ortega (2017).

adicciones. Redefinir esta condición en términos estrictamente biológicos, afirmando que así se reduce su estigma. Desarrollar una nueva condición, construyendo consensos para una nueva necesidad que el mercado tiene que satisfacer, es decir, los fármacos que pueden “controlar” esta nueva condición. Esto se suele hacer también en todos los casos mediante vías diversas, como pueden ser investigaciones *ad hoc* sobre esta dolencia por parte de autores comprometidos con la industria, aunque normalmente se procura esconder este aspecto, de reuniones científicas con profesionales de las instituciones médicas, de su difusión por los medios de comunicación masivos, de la creación de “asociaciones independientes” de personas afectadas por la enfermedad, etc.¹²

CIENCIA, DROGAS Y PODER

Tanto este último fenómeno, como, en general, el hecho de que haya ido adquiriendo una gran presencia social el discurso de lo que podríamos llamar el “cerebrocentrismo”— aunque todavía en competencia con otras visiones del ser humano basadas en su racionalidad o en su condición genética, por ejemplo —, también en el campo de las drogas, forma parte de procesos más generales relacionados con nuevos mecanismos de control social que han ido surgiendo en las sociedades postfordistas y neoliberales, y que atañen a muchos aspectos de nuestra vida social. Un aspecto clave del control social es el de la dirección de los valores en presencia y de las formas de ver el mundo, aquello que, a partir de Gramsci, llamamos hegemonía. Y dicho “cerebrocentrismo” se expresaría a través de las “neuronarrativas”, que cumplirían esta función, pues se trata de

[...] relatos que privilegian las explicaciones de la aflicción en términos de disfunciones cerebrales, dificultando una

12 Ver Miglioranza (2017), para el campo de disfunciones sexuales.

conciencia de las dimensiones sociales del sufrimiento y, a la vez, enmascarando el hecho de esta misma obstaculización. Mientras que el *self* se imbrica indefectiblemente en la vida social, las neuronarrativas imaginan un malestar estructurado en términos de individualidad y cerebralidad. (MARTÍNEZ-HERNÁEZ, 2017, p. 308, énfasis del autor)

Como ya hemos señalado al final del primer apartado, hasta aquí hemos hablado de drogas refiriéndonos al conjunto de sustancias que fueron etiquetadas como tales a partir de unos procesos de criminalización desarrollados durante la primera mitad del siglo XX, y que culminaron con la firma en Nueva York del Convenio Único de Estupefacientes el año 1961. De una forma un poco más precisa, me interesa subrayar ahora aquí la escisión que se empezará a producir en los años del cambio del siglo XIX al XX, cuando algunas de esas sustancias inician el camino que acabamos de señalar, mientras que otras, o bien quedan durante muchos años como productos de consumo sin más, como es el caso del alcohol y el tabaco, o bien entran a formar parte de manera paulatina – sobre todo, gracias a un proceso de creación de nuevas sustancias sintéticas, que marca el potente desarrollo de las industrias del sector químico – de productos legales fabricados por la industria farmacéutica, y que serán gestionados por las instituciones médicas, y a las que llamaremos medicamentos. (ROMANÍ; COMELLES, 1991)

Al analizar de este modo el devenir de distintos grupos de sustancias que comparten un campo común permite señalar la importancia de los procesos socioculturales y políticos que las acabarán encuadrando institucionalmente y nos facilita entrar a la temática que nos interesa para desarrollar este último punto, que sería el del papel que las sustancias que podemos denominar como fármacos, en sentido general – medicamentos

y/o drogas, según los casos – juegan en los procesos de control social contemporáneos.

De todos modos, insistamos antes que, frente al simplismo de analizar la eficacia farmacológica de dichas sustancias de manera descontextualizada, en este momento tenemos suficientes evidencias que nos permiten profundizar la tríada contextos-sujetos-sustancias desde la articulación de diversas perspectivas biológicas, cognitivas y socioculturales a la que obliga la necesidad de poder explicar de maneras más satisfactorias campos como la psiconeuroinmunología (SEPPILLI, 2011); o que permiten analizar las interacciones entre contexto, aparato cognitivo y efectos farmacológicos en un caso más concreto, como sería el del “efecto placebo” (MOERMAN, 2002); todo ello, frente a explicaciones poco satisfactorias por demasiado sesgadas, desde la biología, pero también desde cierto tipo de antropología excesivamente anclada en su ángulo culturalista. (APUD; ROMANÍ, 2016)

En cambio, la antropología de las drogas que proponemos desde nuestro análisis podría confluir, aunque desde una óptica claramente distinta, con la antropología del fármaco que, en el límite entre distintas ciencias naturales y humanas, proponen Gutierrez Choquevilca (2017, p. 12, énfasis de la autora) cuando afirman que:

[...] el blanco de la antropología moderna es un imperio medio, situado entre ‘naturalezas’ y ‘sociedades’, que ve como emergen objetos híbridos provenientes de unas y de otras, bautizados como ‘casi-objetos’ y ‘casi sujetos’ (Latour, 1993) [...] el *pharmakôn* designaría el acceso, en un equilibrio inestable, a una forma de control (*‘maîtrise’*) sobre los procesos vivos, que tiene como característica la inestabilidad y la reversibilidad. Gestualidad, dosis y respeto por los protocolos instituidos por las normas sociales precipitan su inclinación (*‘basculement’*), pudiendo transformarse cada especie en remedio (medicamento) o veneno.

Esta óptica también podría ayudar a explicar como la irrupción de la modernidad en forma de prohibicionismo tendió a romper – a distintos ritmos y con diferentes intensidades, según cada una de las múltiples realidades locales – estos delicados equilibrios a través de controles burocrático-institucionales ligados a la creación de nuevas formas de ver el mundo. Pero también, como las grandes capacidades tecnológicas que caracterizan nuestro mundo actual, ayudan a redefinir este “imperio medio de naturalezas-sociedades” desde otro ángulo. Una parte significativa de esta redefinición en las sociedades neoliberales sería la activación de ciertas relaciones individuos-sustancias, en unos determinados entornos, que pueden tener una cierta capacidad de convencimiento y movilización, tanto si se desarrolla para públicos masivos (automedicación), como si se sectorializa; por ejemplo, con la reintroducción de viejos usos recuperados, con su marchamo de tradición ancestral, en este caso para algunos sectores medios urbanos que podríamos situar en la estela de la *post new age*.

Sea como fuere, este papel cada vez más central de las sustancias, fármacos o drogas en su sentido más amplio, deberá situarse históricamente en el paso desde la “biopolítica” foucaultiana (FOUCAULT, 2013), ligada a la disciplinarización de los cuerpos, donde eran uno más de los elementos disponibles para ello, a la actual “neuropolítica”, de la que ahora hablaremos, donde el fármaco se ha convertido en un elemento estratégico; pasando por los procesos de medicalización de las conductas, cuando muchas que antes se gestionaban en el ámbito familiar o, en todo caso, estaban bajo la autoridad de la iglesia, pasan a ser “cosa de médicos”, sea en la práctica o, sobre todo, en el discurso y que analizaron, entre otros, Conrad y Schneider (1980); o la gestión de los riesgos, que ha pasado a tener un lugar central dentro de las nuevas técnicas de control social, y que con tanta certeza analizó Castel (1981).

Todo ello forma parte de los procesos contemporáneos que llevan desde un tipo de control social predominantemente coercitivo, a uno tendencialmente mucho más propositivo, mediante la configuración del deseo para el mercado, supuesto *locus* de la libertad individual, donde el juego entre los distintos actores ayudaría a que estos encontraran ahí la satisfacción de sus necesidades. Se va construyendo, de esa manera, un nuevo tipo de control social, que incluye la utilización de un conjunto de técnicas socio-políticas, dirigidas a producir la construcción de subjetividades humanas acordes con la “flexibilidad” del mercado,

[...] entre las que podemos señalar desde el lugar central que ocupa la cultura consumista, a la presencia cada vez mayor de las técnicas ‘psi’ y de la industria de la autoayuda, pasando por las empresas del ocio, el espectáculo y la comunicación que, no por casualidad, cada vez tienden más a confundirse.¹³

Esta sería la forma dominante de control social que, de forma coherente con las corrientes post-modernistas, se va desplegando junto al desarrollo de la mundialización neoliberal; pero que entra en crisis, lógicamente, en aquellas zonas y periodos en que el empobrecimiento de las poblaciones fruto del hiper-desarrollo de ese mercado desbocado, les impide consumir y, de alguna manera, continuar ‘disfrutando del espectáculo’, por lo que entonces pasan a primer plano los dispositivos de seguridad más tradicionales de las sociedades capitalistas, aunque no sólo de ellas, en forma de represión ante las movilizaciones populares.

En efecto, como plantea Rose (2007, p. 135), ‘[...] sería engañoso interpretar el rediseño contemporáneo acerca de los límites de lo político como una mera reducción del papel del Estado en la sociedad’. Por un lado, hemos visto la difusión de los mecanismos que Deleuze caracterizó

13 Hecho que fue analizado ya tempranamente, y de forma brillante, por Baudrillard (2007), entre otros.

bajo la rúbrica de ‘sociedades de control’, en la que la conducta es continuamente monitoreada y reconfigurada por las lógicas inmanentes al interior de todas las redes de prácticas. En tales prácticas somos continuamente sujetos de procesos de integración funcional: ‘el proceso de aprendizaje a lo largo de toda la vida’, ‘el reentrenamiento continuo’, ‘la constante presteza para el trabajo’, ‘el consumo incesante’ (Deleuze, 1995). Pero estos procesos de modulación continua de la conducta han estado acompañados por la intensificación de la intervención política directa, disciplinaria y, frecuentemente, coercitiva y carcelaria en relación con personas y zonas particulares (la población reclusa aumenta a lo largo de toda Europa, por ejemplo). (ROMANÍ, 2013, p. 311)

Evidentemente, esta necesidad de estar siempre performativamente preparados para ser los mejores empresarios de nosotros mismos, en un mundo en que las diferencias y los malestares se agudizan, nos conduce a la funcionalidad de las sustancias para tales situaciones, tal como abunda Martínez-Hernández (2017, p. 311, énfasis del autor) al afirmar que el actual sistema de dominación,

[...] en lugar de emplear el poder opresor característico del modelo disciplinario, se hace uso de un poder seductor y *smart* que apela a las dimensiones pre-reflexivas. En el ámbito psicopolítico el self no sólo acepta con entusiasmo los intentos de optimización de sí mismo, por ejemplo, consumiendo antidepressivos, sino que se auto-explota unificando en su interior las figuras hegelianas del amo y del esclavo. Como indica Han (2014, p. 57): ‘La psicopolítica neoliberal está dominada por la ‘positividad’. En lugar de operar con amenazas, opera con estímulos positivos. No emplea la ‘medicina amarga’, sino el me gusta’.

En este contexto, hay un lugar central de control y gestión de todos estos procesos que es el cerebro, que tiene en los fármacos uno de los instrumentos básicos de la “caja de herramientas” de la que dispone para estar siempre en perfecto

estado de revista. Pero, como decíamos antes, el “cerebrocentrismo” esconde las raíces socioculturales de nuestra existencia y la sociabilidad constitutiva del ser humano, y no es de extrañar que, en coherencia con ello, señale las adicciones como una de las grandes lacras de la humanidad. Ya hemos visto que esto que llamamos adicción o dependencia existe, pero no tiene ni la generalización ni, sobre todo, el carácter orgánico que se le pretende atribuir desde esta posición. De hecho,

[...] la especie humana requiere de una dependencia del grupo social en el que nacen sus individuos para que estos se puedan desarrollar, lo que viene facilitado por un largo proceso de maduración (neotenia), mucho más que el de otros animales, en el que ellos pueden ir consolidando sus aprendizajes para llegar a ser adultos. Es decir, que un cierto nivel de dependencia, desde el punto de vista biológico, social y psicológico, es indispensable para existir como humanos; es más, no seríamos humanos sin esta interdependencia mutua que nos constituye como personas, por más que los procesos de individualización que han acompañado el desarrollo de la civilización occidental y las actuales técnicas de gobierno, basadas en el espectáculo, el marketing y la autoayuda, se empeñen en escondérselo con la figura del individuo- héroe que es capaz de conseguir todo lo que se propone. (ROMANÍ; EIROA, 2015, p. 11)

Este discurso del individuo centrado en el cerebro tiene el correlato de pretender explicar nuestros malestares o dolencias a partir de la ciencia, entendida como un elemento neutral, que supuestamente no tendría valores ni intereses; aunque en las versiones más simples, y creo que extendidas, de esta posición, quizás sería más preciso hablar de “jerga cientifista” que de discurso de la ciencia. Y la operación que se realiza es traducir dichos malestares o dolencias en disfunciones orgánicas, y esto sea en el campo de las drogas, o muchos otros, como la alimentación o el sexo:

En ciertos ámbitos particularmente sujetos a procesos de biomedicalización, como el de los trastornos sexuales, escriben Katz y Marshall (2004), el binomio normal/ patológico está siendo reemplazado por el esquema bio-social que opone lo funcional a lo disfuncional. Este binarismo apareció en la literatura médica de principio del siglo en relación al funcionamiento del cerebro, y se ha vuelto central en la gestión farmacológica de los cuerpos en el biocapitalismo, ya que permite ‘the governance of everyday life across a broader horizon of human problems’ (Marshall y Katz 2004: 55). A lo largo del siglo XX el placer sexual funcional se fue configurando como la clave para la estabilidad matrimonial, y la funcionalidad (hetero)sexual se promovió como un bien de consumo. Además, se desvinculó de su afiliación con la procreación, y se fue reconfigurando como un asunto que tiene que ver con la satisfacción personal y la realización personal. (MIGLIORANZA, 2017, p. 6)¹⁴

En definitiva, creo que un análisis crítico, desde el punto de vista sociocultural y político, sobre el rol de las drogas o fármacos en sus distintas versiones – dependiendo de las necesidades de diversificación del mercado y de los fenómenos a controlar –, nos permite identificar su posición estratégica en los procesos de control social en las sociedades neoliberales. Esto no es nuevo, pues en muchas sociedades el uso de sustancias estaba integrado en un conjunto de rituales político-religiosos que expresaban, y construían al mismo tiempo, ciertas cosmovisiones hegemónicas en ellas.

Pero quizás lo que sí resulta más novedoso, es que el lugar del discurso político- religioso, que no sólo admitía, si no que ensalzaba los valores culturales dominantes en aquellas sociedades, lo pretende ocupar ahora el de un supuesto discurso científico que estaría por encima del bien y del mal. De todos

14 Esta autora realiza un interesante trabajo sobre la creación de una “enfermedad orgánica”, el hipodeseo sexual femenino, que supuso el intento de expansión en el mercado de la fibanserina (Addyi).

modos, al acudir a la forma popular de expresar esto, que sería que “lo científico va a misa”, en el sentido de que es indiscutible, ya nos muestra la falacia de dicho discurso, pues no hay nada más lejano de la ciencia que su indiscutibilidad, y la ciencia nunca se ha visto libre de valores e intereses. No se esconden las posibles contradicciones que hay en mi argumento, puesto que la neutralidad científica es un valor hegemónico en nuestra sociedad. Pero, sea como sea, reconocer las distintas relaciones de ciencia y poder seguramente permitirá una mayor claridad en el análisis de los fenómenos que estemos trabajando y una mayor capacidad de optar en que polo de las relaciones de poder se sitúa uno.

Porque la ciencia, es crítica o no es ciencia, y creo que un principio metodológico enriquecedor para poder ir avanzando en esta senda es el de que cuantas más perspectivas se sea capaz de articular para analizar e intentar explicar un fenómeno, de manera coherente con una teoría crítica,¹⁵ mayor capacidad tendremos para hacerlo. Esta mayor capacidad analítica puede ser útil también para que las aplicaciones que se puedan hacer de nuestros conocimientos se orienten en unas determinadas direcciones y no en otras, pues sabemos que el conocimiento siempre acabará siendo aplicado, y ello tendrá unas consecuencias.

Las explicaciones de los problemas, reales o supuestos, relacionados con las drogas que hemos visto en este texto, tenderán a resolverse de maneras muy distintas según la explicación de los mismos sea una centrada en el cerebro, o bien una de tipo sociobiopsicocultural; empezando por aquello que se define como problema o no. El caso de la “ciencia de la adicción”, que durante muchos años ha confundido el simple uso de dro-

15 Me refiero que no sirve para ello cualquier tipo de eclecticismo ingenuo o ateórico, si no una cierta adecuación de nuestros instrumentos analíticos a las especificidades de los distintos procesos en presencia.

gas con un problema de dependencia nos lo ilustra bien.¹⁶ Pero más allá de este primer paso, y si nos centramos en los temas analizados en este texto, tanto por lo que se refiere a la relación del cannabis con las psicosis o con el fracaso escolar, o a la adicción y la patología dual, veremos que las consecuencias de una u otra alternativa son bastante evidentes.

La explicación cerebrocéntrica, además de querer extender continuamente sus dominios – de la adicción a las psicosis, los problemas alimentarios o las supuestas disfunciones sexuales y más allá – en el marco de la “neuropolítica”, por sus propias características es incapaz de proponer otras soluciones que no pasen, muchas veces, por la incapacitación de los sujetos – sujetos, valga la redundancia y la literalidad de la expresión, a las órdenes de los especialistas correspondientes – y por los sufrimientos que conlleva una vida ligada a los efectos del consumo cruzado de varios fármacos. La incapacitación no es sólo individual, de quienes sufren esos procesos, si no colectiva, al negar y esconder, como hemos visto, los aspectos socioculturales y políticos del sufrimiento y bloquear así las capacidades de cambio social que pueden contribuir a disminuir dicho sufrimiento, que siempre serán colectivas. Pero no sólo eso, si no que además contribuye a consolidar el actual sistema socioeconómico, generador de sufrimiento, al apostar por el apoyo decidido a grandes negocios como los de las farmacéuticas.¹⁷

En cambio, las explicaciones de tipo sociobiopsicocultural deberían dar una cierta capacidad de empoderamiento a los grupos primarios afectados, pues implican la participación de

16 Sobre todo si se trataba de una droga ilegal, pues no se hacía el más mínimo cuestionamiento de las razones que habían llevado a aquella sustancia a la ilegalidad. Con lo cual, las soluciones que se han ido proponiendo, además de inadecuadas y fracasadas, han comportado la estigmatización, no sólo de los drogodependientes, si no de los simples usuarios.

17 Véase que me refiero a los grandes negocios, no al hecho de que, hoy por hoy, no tenga que existir una industria farmacéutica, aunque creo que debería de ser muy distinta. Pero esto ya es otro tema.

éstos, y del conjunto de la sociedad, en los procesos de recuperación. Participación, además, que es garantía de eficacia en esos procesos, y contrasta con las relaciones jerárquicas impulsadas por las “políticas de los expertos” – farmacológicos, en el caso que nos ocupa – que, al final, impiden soluciones prácticas.

Para terminar, podemos advertir una cierta paradoja al plantear la diferencia del combate por la ciencia que se planteó a partir de la ilustración, que de manera muy clara se dirigía contra el “oscurantismo religioso”, mientras que en la actualidad este mismo combate tiene que dirigirse contra otro tipo de oscurantismo, el del “moralismo cientifista” que tanto daño social ha hecho, como aquí he intentado demostrar en el campo de las drogas.

REFERENCIAS

- ADDA, J.; MCCONNELL, B.; RASUL, I. Crime, and the Despenalization of Cannabis Possession: Eviddence from a Policing Experiment. *IZA Discussion Paper*, Germany, n. 8013, Mar. 2014.
- ALEXANDER, B. K.; COAMBS, R. B.; HADAWAY, P. F. The effect of housing and gender on morphine self-administration in rats. *Psychopharmacology*, [Oxford], v. 58, n. 2, p. 175-179, 1978.
- APUD, I.; ROMANÍ, O. La encrucijada de la adicción. Distintos modelos en el estudio de la drogodependencia”. *Health and Addictions*, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 115-125, 2016.
- BAUDRILLARD, J. *Cultura y Simulacro*. Barcelona: Kairós, 2007.
- BOUSO, J. C.; PARÉS, Ò. Contextualización de los efectos sociosanitarios del consumo de cannabis en España. In: GRUPO DE ESTUDIO DE POLÍTICAS SOBRE EL CANNABIS (ed.). *Cannabis, de los márgenes a la normalidad. Hacia un nuevo modelo de regulación*. Barcelona: Bellaterra, 2017. p. 129-166.
- CARBALLO, J. L. *et al.* Natural Recovery from Alcohol and Drug Problems: A Methodological Review of the Literature from 1999

through 2005. In: KINGLEMANN, H.; CARTER-SOBELL, L. (ed.). *Promoting Self-Change From Addictive Behaviors: Practical Implications for Policy, Prevention, and Treatment*. Boston: Springer, 2007. p. 87-101.

CAREY, N. *La revolución epigenética: De cómo la biología moderna está reescribiendo nuestra concepción de la genética, la enfermedad y la herencia*. Mataró: Intervención Cultural, 2013.

CASTEL, R. *La gestión de los riesgos: De la anti-psiquiatría al post-análisis*. Barcelona: Anagrama, 1981.

CLUA GARCÍA, R. Estilos de vida de los usuarios de las Salas de Consumo Higiénico de Barcelona. *Health and Addictions: Salud y Drogas*, Alicante, v. 18, n. 2, p. 79-89, 2018.

COMAS ARNAU, D. Las nuevas políticas de control del cannabis. In: GRUPO DE ESTUDIO DE POLÍTICAS SOBRE EL CANNABIS (ed.). *Cannabis, de los márgenes a la normalidad*. Barcelona: Bellaterra, 2017. p. 197-216.

COMAS ARNAU, D. *¿Que es la evidencia científica y como utilizarla?: Una propuesta para profesionales de la intervención*. Madrid: Fundación Atenea, 2014.

CONRAD, P.; SCHNEIDER, J. W. *Deviance and Medicalization: From badness to Sickness*. Philadelphia: Temple University, 1980.

CROMBY, J.; HARPER, D.; REAVEY, P. From disorder to experience. In: CROMBY, J.; HARPER, D.; REAVEY, P. *Psychology, Mental Health and Distress*. London: Palgrave Macmillan, 2013. p. 3-18.

DELEUZE, G. Postscript on control societies. In: DELEUZE, G. *Negotiations*. New York: Columbia University, 1995. p. 3-7.

DUMONT, G.; CLUA GARCÍA, R. Acercamiento socio-antropológico al concepto de estilo de vida. *Aposta: Revista de Ciencias Sociales*, Madrid, n. 66, p. 83-99, jul./sept. 2015.

EAGLEMAN, D. *El cerebro: Nuestra historia*. Barcelona: Anagrama, 2017.

EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUGS ADDICTION. *Figure GPS-3. Last 30 days prevalence of cannabis use*

among youth (aged 15–24). Lisboa, 2011. Disponible en: <https://www.emcdda.europa.eu/stats11/gpsfig3>. Acceso en: 20 nov. 2018.

EUSTAT. *Tasa de abandono escolar prematuro (*) de la población total de 18-24 años*. Vitoria-Gasteiz, 2014. Disponible en: https://www.eustat.eus/elementos/ele0006800/ti_Tasa_de_abandono_escolar_prematuro_de_la_poblacion_total_de_18-24_anos/tbl0006878_c.html. Acceso en: 20 nov. 2018.

FONTANA, J. *Por el bien del imperio: una historia del mundo desde 1945*. Barcelona: Ediciones de Pasado y Presente, 2011.

FOUCAULT, M. *Obras esenciales*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2013.

FRAZZETTI, G. *Cómo sentimos: sobre lo que la neurociencia puede y no puede decirnos acerca de nuestras emociones*. Barcelona: Anagrama, 2014.

GAZZANIGA, M. S. *¿Quién manda aquí?: el libre albedrío y la ciencia del cerebro*. Barcelona: Planeta, 2012.

GRUPO DE ESTUDIO DE POLÍTICAS SOBRE EL CANNABIS (ed.). *Cannabis, de los márgenes a la normalidad. Hacia un nuevo modelo de regulación*. Barcelona: Bellaterra, 2017.

GUTIERREZ CHOQUEVILCA, A.-L. Introduction. Transformer la nature, anthropologie du pharmakôn. In: GUTIERREZ CHOQUEVILCA, A.-L. (ed.). *Guérir Tuer*. Paris: L'Herne, 2017. p. 9-24. (Cahiers d'Anthropologie Sociale, 14).

HAMILTON, I. *et al.* Effect of reclassification of cannabis admissions for cannabis psychosis: a time serie analysis. *International Journal of Drug Policy*, [Amsterdam], v. 25, n. 1, p. 151-156, 2013.

HAN, B.-C. *Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. Barcelona: Herder, 2014.

HEATHER, N. Q. Is Addiction a Brain Disease or a Moral Failing? A: Neither. *Neuroethics*, [s. l.], v. 10, p. 115-124, 2017.

HEYMAN, G. M. Quitting Drugs: Quantitative and Qualitative Features. *Annual Review of Clinical Psychology*, [Palo Alto], v. 9, p. 29-59, 2013.

KATZ, S.; MARSHALL, B. L. Is the functional 'normal'? : aging, sexuality and the bio-marking of successful living. *History of the Human Sciences*, London, v. 17, n. 1, p. 53-75, 2004.

KELLY, J. F.; WHITE, W. *Addiction Recovery Management: Theory, Research, and Practice*. New York: Humana Press, 2010.

LATOURETTE, B. *Nunca hemos sido modernos: ensayo de antropología simétrica*. Madrid: Editorial Debate, 1993.

LESHNER, A. I. Addiction Is a Brain Disease, and It Matters. *Science*, [S. l.], v. 278, n. 5335, p. 45-47, Oct. 1997.

LEWIS, M. Addiction and the Brain: Development, Not Disease. *Neuroethics*, [s. l.], v. 10, p. 7-18, 2017.

MARTÍNEZ-HERNÁNDEZ, À. El secreto está en mi interior: La neuropolítica y la emergencia de las neuronarrativas en el consumo de antidepresivos. In: PERDIGUERO-GIL, E.; COMELLES, J. M. (coord.). *Educación, comunicación y salud: Perspectivas desde la historia y las ciencias sociales*. Tarragona: URV, 2017. p. 305-320.

MARTÍNEZ ORÓ, D. P. ¿Cannabis y esquizofrenia? *Cáñamo*, [España], n. 248, p. 40-42, 2018a.

MARTÍNEZ ORÓ, D. P. A propósito de la adicción al cannabis. *Cáñamo*, [España], n. 246, p. 52-55, 2018b.

MARTÍNEZ ORÓ, D. P.; ROMANÍ, O. Modelos de regulación del cannabis. In: GRUPO DE ESTUDIO DE POLÍTICAS SOBRE EL CANNABIS (ed.). *Cannabis, de los márgenes a la normalidad*. Hacia un nuevo modelo de regulación. Barcelona: Bellaterra, 2017. p. 223-261.

MENÉNDEZ, E. L. *Colonialismo, neocolonialismo y racismo: el papel de la ideología y de la ciencias en las estrategias de control y dominación*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018.

MENÉNDEZ, E. L. Estilos de vida, riesgos y construcción social. Conceptos similares y significados diferentes. *Estudios Sociológicos*, México, v. XVI, n. 46, p. 37-67, 1998.

MIGLIORANZA, I. *Neuropolíticas del deseo y "Viagra femenino": biomedicalización, feminismo y neoliberalismo en el siglo XXI*. 2017.

Trabajo Final del Master Interuniversitario en Antropología Médica y Salud Global, Tarragona, 2017, fotocopia.

MOERMAN, D. E. Explanatory mechanisms for placebo effects: cultural influences and the meaning response. *In*: GUESS, H. A. *et al.* (ed.). *The Science of the Placebo: Toward an interdisciplinary research agenda*. London: BMJ Books, 2002. p. 77-107.

MOORE, D.; MAHER, L. Ethnography and Multidisciplinarity in the Drug Field. *International Journal of Drug Policy*, [Amsterdam], v. 13, n. 4, p. 245-247, 2002.

NOVAS, C.; ROSE, N. Genetic risk and the birth of the somatic individual. *Economy and Society*, London, v. 29, n. 4, p. 485-513, 2000.

PARRY, V. The art of branding a condition. *Medical Marketing & Media*, [s. l.], v. 38, n. 5, p. 43-49, 2003.

PEELE, S. Addiction as a Cultural Concept. *Annals of the New York Academy of Sciences*, New York, v. 602, p. 205-220, 1990.

PLAN NACIONAL SOBRE DROGAS *Cannabis*: Informes de la Comisión Clínica. Madrid: PNSD, 2006.

PUERTA GARCÍA, C.; PEDRERO, E. J. La falacia de la adicción como enfermedad cerebral. *LasDrogas.Info*, [s. l.], mayo 2017.

RAIKHEL, E.; GARRIOT, W. (ed.). *Addiction trajectories*. London: Duke University Press, 2013.

ROMANÍ, O. *Las drogas: sueños y razones*. Barcelona: Ariel, 1999.

ROMANÍ, O. La epidemiología sociocultural en el campo de las drogas: contextos, sujetos y sustancias. *In*: HARO, J. A. (org.). *Epidemiología sociocultural: un diálogo en torno a su sentido, métodos y alcances*. Buenos Aires: Lugar, 2011. p. 89-113.

ROMANÍ, O. Reducción de daños y control social, ¿De qué estamos hablando?. *In*: MARTÍNEZ- ORÓ, D. P.; GÓMEZ, J. P. *De riesgos y placeres: manual para entender las drogas*. Lleida: Milenio, 2013. p. 103-116.

ROMANÍ, O.; COMELLES, J. M. Les contradictions liées à l'usage des psychotropes dans les sociétés contemporaines: automédication et dépendence. *Psychotropes*, Montréal, v. 6, n. 3, p. 39-59, 1991.

ROMANÍ, O.; EIROA, F. J. *Adolescencia, juventud y drogas*. Barcelona: Postgrado Salud Mental Colectiva UOC, 2015.

ROSE, N. ¿La muerte de lo social? Re-configuración del territorio de gobierno. *Revista Argentina de Sociología*, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 110-150, 2007.

SEPPILLI, T. Saúde e antropologia: contribuições à interpretação da condição humana em ciências da saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 903-914, 2011.

SZERMAN, N. (dir.). *Patología dual y psicosis: un desafío en la clínica diaria*. Madrid: Enfoque Editorial, 2012.

TRUJOLS, J. The brain disease model of addiction: challenging or reinforcing stigma?. *The Lancet Psychiatry*, [Philadelphia], v. 2, n. 4, p. 292, 2015.

VIDAL, F.; ORTEGA, F. *Being Brains: Making the Cerebral Subject*. New York: Fordham University Press, 2017.

WEIL, A.; ROSEN, W. *Del Cafe a la Morfina: todo lo que necesita saber sobre las sustancias psicoactivas, de la A a la Z*. Barcelona: Integral Publishing, 2000.

WHITE, W. L.; KELLY, J. F. Introduction: The Theory, Science and Practice of Recovery Management. In: KELLY, J. F.; WHITE, W. L. (ed.). *Addiction Recovery Management: theory, research and practice*. New York: Humana Press, 2010. p. 1-8.

ZINBERG, N. E. *Drug, Set, and Setting: The Basis for Controlled Intoxicant Use*. Yale University Press, 1984.

LA COCA: PLANTA DE PODER Y LAS REPERCUSIONES POLÍTICAS, CIENTÍFICAS, SANITARIAS Y AMBIENTALES DE LA ARREMETIDA EN SU CONTRA¹

María Mercedes Moreno

LA GUERRA A UNA PLANTA DE PODER

Las guerras militares e invasiones no se libran ni se han llevado a cabo nunca por razones ideológicas sino por motivaciones comerciales, ante todo por el control de los recursos. Para ganar apoyo popular para dichas guerras comerciales se construyen imaginarios políticos y sociales a través de campañas de desprestigio, en las que caemos sin siquiera aperebirnos. La guerra por las drogas, al igual que la actual Guerra del Terror, es más de lo mismo. La guerra por la droga parte de una monovisión cultural que ha condicionado el aprovechamiento de los recursos humanos y naturales de algunas regiones gracias a la negación de algunos de estos recursos.

Las plantas maestras, entre otras, la *ayahuasca* y la hoja de coca, son parte de la historia, costumbres, religiosidad, ciclo

1 Titulo original presentado en la Mesa redonda – Drogas, movimiento ambiental y autonomía VI Congreso Internacional de la Asociación Brasileña de Estudios Multidisciplinarios sobre Drogas (ABRAMD) – “Drogas y autonomía: Ciencia, diversidad, política y cuidados”, Belo Horizonte – Brasil, 7-10 de noviembre 2017.

de vida y sanación de América del Sur y, el deseo prohibicionista de erradicarlas y consiguientes intentos por suprimir los conocimientos y poder que de ellas se derivan, son un atentado contra los derechos autónomos de los pueblos a sus recursos naturales y soberanía; la prohibición es un atentado contra la naturaleza.

Fernando García señala que, “[...] es aparentemente en la América indígena donde se concentra el mayor número de sustancias psicoactivas utilizadas en el mundo bajo la forma de una diversidad de plantas (e incluso cierta secreciones animales) que se inhalan, comen, beben o se aplican en enemas”. (CORNEJO; GALLARDO; MEGE, 1991 apud DÍAZ, 2002, p. 4)

La coca es la planta de poder por excelencia de Colombia. No obstante, aún hoy en día cuando se habla de hoja de coca se hace alusión a Perú y Bolivia mientras que la coca colombiana siempre se vincula con el tráfico de narcóticos. Esto también es parte del imaginario incorporado a fuerza y que actualmente alimenta el sentimiento de culpabilidad que justifica la generalización de la visión de que el papel de Colombia frente a la coca no es otro que de erradicarla.

Sin negar el desequilibrio que ha generado la expansión descontrolada del monocultivo químico de la coca, el desconocimiento del papel de la coca en Colombia, más allá de la guerra, hace que actualmente reine un frenesí erradicador que, de seguir así, podría impedir el éxito mismo de la erradicación del monocultivo químico y el rescate del derecho de la coca a su supervivencia como parte de nuestro ciclo de vida, recursos naturales, espiritualidad y cultura.

LA EXISTENCIA DE LA COCA EN COLOMBIA

A la llegada de los españoles a América la coca servía, entre otras, de comunión con la naturaleza e intercambio comercial a los pueblos originarios. La Iglesia Católica y los conquistadores

españoles oscilaron entre reprimir su poder o utilizarlo para explotar el rendimiento de la mano de obra local.

Algunas de las principales referencias escritas a la existencia histórica de la coca propiamente colombianas se remontan a los intentos occidentales mediados del siglo XX por proscribirla y hacen ya alusión a cifras de consumo y cultivo. (MAMACOCA, c1998) En general, se encuentran referencias a coca en regiones como la Sierra Nevada de Santa Marta, el Cauca, Huila, Tolima, Boyacá y por las rutas de comercio hacia lo que hoy es Panamá – llegando incluso hasta Nicaragua –, el sur de Colombia por la ruta a Ecuador y el Catatumbo y por las rutas históricas de comercio con Venezuela, en donde los españoles a su llegada describen su consumo en la Isla Margarita.

Gildardo Rivera en su “Aporte a la historia de la coca en Colombia” hace referencia a que, a la llegada de los españoles se conocía en nuestro país siendo utilizada por numerosas comunidades: En los pueblos Quimbayas y Anserma del actual Risaralda, en los pueblos de Cali y Popayán, y en los actuales territorios de Antioquia, Caldas, Magdalena, Guajira, Bolívar, Meseta Cundiboyacense, Cauca, Huila y Nariño. (ROJAS, [201-])

Estas referencias de la existencia histórica de coca colombiana son relevantes si se tiene en cuenta lo estipulado por las convenciones mismas y el compromiso de Colombia en United Nations General Assembly Special Session on Drugs (UNGASS) de abril 2016 que proponen la inclusión de una consideración de peso:

Garantizar que las medidas que se adopten para prevenir el cultivo ilícito y erradicar las plantas utilizadas para la producción de estupefacientes y sustancias sicotrópicas respeten los derechos humanos fundamentales, tengan debidamente en cuenta los usos lícitos tradicionales, cuando existan datos históricos sobre tales usos, y la protección del medio ambiente, de conformidad con los tres tratados de fiscalización internacional de drogas, y tengan en cuenta también, según proceda y de confor-

midad con la legislación nacional, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. (LOI; METAAL, [201-])

Consideración con la que la comunidad internacional, y Colombia, no se compadecen por no lograr superar la monovisión de que la coca es exclusivamente cocaína.

LA CONVERSIÓN DE LA COCA EN COCAÍNA

Los relatos de viajeros como Humboldt (1769–1859) y otros sirvieron para despertar el interés en la coca y el mundo occidental descubrió realmente el poder de la coca en el siglo XIX, convirtiéndola en un bien de consumo y parte de sus pócimas, elixires, bálsamos y estimulante por excelencia. En su momento, el ímpetu del desarrollo químico de la época, convirtió la coca en cocaína. Como lo señala Jean-Claude Grimal (2000, p. 14),

A lo largo del *s* *xix*, las drogas, de origen vegetal en su gran mayoría, van a verse transformadas para ser consumidas en nuevos formatos: líquidos, pastillas, polvos [...] Los avances de la química van a permitir aislar y producir sustancias nuevas que corresponden en buena parte a las drogas que hoy en día se consideran más peligrosas.

A este respecto, Sandro Calvani (2007) en *La Coca: pasado y presente: mitos y realidades*, hace eco a la verdadera historia del descubrimiento de la cocaína al reseñar como, en el ejemplar de la Gaceta Oficial de La Paz publicado el 30 de junio de 1858, se registra un artículo titulado “Cocaína: nueva base orgánico-vegetal” en el cual el farmacéutico Enrico Pizzi anuncia que ha logrado aislar el principio activo fundamental de la hoja de coca. Puesto que es el que más medios tiene el que cuenta la historia, para Occidente la cocaína fue aislada en 1859 por Albert Nieman, el hombre que dio el gas mostaza a la Primera

Guerra Mundial. El interés de los alemanes en los alcaloides a la época fue lo que primero impulsó el comercio de hoja y cocaína cruda principalmente desde Perú y por parte de los alemanes.

El descubrimiento de la acción anestésica de la cocaína en la cornea, como descrita en 1884 por el oftalmólogo Carl Koller (1857-1944) da origen a la anestesia local tal como la conocemos hoy día. La cocaína es asimismo utilizada en el campo de batalla por el médico del ejército alemán, Theodor Aschenbrandt en 1883 mezclándola en el agua de los soldados para contrarrestar la fatiga.

En 1884, el pensador liberal colombiano, José María Samper, escribía que, la coca es para América una gran fuente de riqueza y esperanza. Riqueza como producto apetecible y de amplia exportación y consuelo para los enfermos gracias a su utilización como anestésico. Posteriormente señala que a mano bienhechora de la divina providencia nos dio la posibilidad de sembrarla con provecho, al ser nuestro sucontinente privilegiado en ello como lo demuestra el fracaso en su aclimatación que tuvo en Italia, Argelia – por esa época colonia francesa – y los fallidos intentos llevados a cabo en la Antillas. (LA NACIÓN, 1884)

LA CAÍDA DE LA COCAÍNA

Inicialmente, la Europa importaba hoja de coca desde Perú, esto pronto cambió, dado que la fragilidad de la hoja dificultaba su transporte marítimo. De tal forma,

La estrategia de Merck fue motivar (y probablemente envió agentes a Lima con este fin) a los abastecedores peruanos de ‘cocaína cruda’, una pasta de sulfato de cocaína semi procesada en la selva (con una pureza de 80-90%). Ésta se enviaba mucho más fácil y eficientemente que la hoja seca, y era procesada en cocaína de calidad

médica en Alemania para la red de distribución global de la Merck. (GOOTENBERG, 2001)

Se estima que esta formación de los peruanos en el procesamiento de cocaína cruda es lo que permitió en los años 1970 la fabricación andina de Pasta Base de Cocaína (PBC) que hoy por hoy es uno de los derivados más complejos de la coca y consume en el mundo entero.

Además, las expectativas andinas, como la manifestada por José María Samper, pronto se vieron defraudadas. La creciente popularidad de la cocaína llevó a los holandeses, en ese entonces involucrados en el comercio de opio en Indonesia, a sembrar coca en las Indias Orientales – la isla de Java – desde finales del siglo XIX para ser ellos los encargados de exportar sus hojas a Occidente. Según Gootenberg, para 1920, la coca javanesa podía satisfacer la totalidad de la demanda mundial de cocaína de 12 toneladas.

Así a comienzos del siglo XX, la Holanda se convirtió en el mayor cultivador de coca en el mundo y llegó a fundar la Dutch national “Association of Coca Producers”. En 1924, ocho empresas que ya acaparaban el mercado fundaron “The European Convention of Cocaine Producers” lo que consolidó la compra de coca javanesa y limitó las cuotas cocaína. (GOOTENBERG, 2001) También se llevaron a cabo experimentos botánicos coloniales con la coca en Taiwan, la India, Ceylán y otros lugares como por lo alemanes en Camerún. Por otra, las investigaciones más recientes del Departamento de Agricultura de los Estados Unidos (DAEU) con sus cultivos de coca en Beltsville no dejan de ser premonitorios de que la coca hay que regularla antes de que sea ajena y a Colombia sólo le quede el mito de su asociación con el narcotráfico. (JOHNSON; KIM; EMCHE, 2003)

Las expectativas andinas con la riqueza de la coca también se vieron defraudadas pues, más tardó la cocaína en convertirse en una de las promesas médicas y recreativas del siglo

XX, que los Estados Unidos y su visión del pecado ajeno en alertarse y promover las primeras leyes en su contra. Las llamada Leyes Farmacéuticas, publicadas en el *American Journal of Pharmacy* de 1903, que “describía a los usuarios de cocaína como ‘bohemos; apostadores (gamblers); prostitutas de clase alta y baja; porteros nocturnos; botones/camareros; ladrones; extorsionistas (racketeers); proxenetas, y trabajadores informales.”

Los complots no existen, pero las inclinaciones comerciales, sí. Paralelamente a esta alarma farmacéutica, sobre la adictividad de la cocaína, en 1904, el químico alemán Alfred Einhorn patentó el hidrocloreto de procaína, un anestésico sintético que rápidamente, bajo el impulso de farmacéuticas como la empresa Hoechst – y otras como la Bayer –, sale al mercado con el nombre de “novocaína” y viene a reemplazar en buena parte el anestésico local de origen vegetal, la cocaína.

En 1906, Estados Unidos diseña una ley bajo el impulso y previa aprobación de la Asociación Farmacéutica Americana, el Pure Food and Drug Act. Su implementación fue adjudicada a la Oficina de Química del Departamento de Agricultura y la ley determina la necesidad de ejercer un control de calidad de alimentos y drogas importadas. (THE PURE..., 1906)

En 1909, se reúne la Comisión Internacional de Shanghái. Esta comisión reúne 13 países y constituye el primer texto de derecho de la droga de real alcance internacional, aunque no era jurídicamente vinculante. Según Francis Caballero, es la primera vez que los Estados aceptan la idea de reducir sus exportaciones para proteger el bienestar de otros Estados; se requiere a Inglaterra que reduzca sus exportaciones de Opio y los Estados Unidos impone su punto de vista sobre el carácter universal del problema. El problema “universal” hasta ese momento es el comercio del opio.

El cocólogo peruano Baldomero Cáceres precisa que, “Cabe destacar que el intento de supresión recayó inicialmente sobre

sustancias psicoactivas naturales hasta entonces respaldadas por la medicina académica.” Resalta como, a diferencia de la Conferencia de Shanghái – limitada a una sola droga y una sola región –, “La Convención de La Haya de 1912, llamada indebidamente ‘del Opio’, internacionalizó igualmente la fiscalización de la producción y comercialización de la coca, al incluir en ella ‘la cocaína y sus sales.’” Esta convención de 1912 enfoca en principio dos de las tres plantas maestras más conocidas –la amapola y la coca – y busca constreñir al mundo en su totalidad a su negación. (CÁCERES SANTA MARÍA, [2003])

En 1914, El Harrison Narcotics Tax Act requiere el registro tributario e impone un impuesto especial a la importación, fabricación, procesamiento de compuestos, comercio, venta, distribución así sea de forma gratuita de opio u hojas de coca, sus sales, derivados o preparaciones y para otros fines. (UNITED STATES, 1914) Bajo la Oficina Federal de Narcóticos (FBN) del Departamento del Tesoro de Harry Anslinger se arrecian aún más los controles a las “drogas” y, en 1919, el Tratado de Versalles, tratado de paz que ratifica la Convención de 1912 y funda el Convenio de la Liga de las Naciones, acaba por marchitar el mercado legal de la coca con sus controles por vía del Acuerdo Manufacturero de Ginebra sobre las exportaciones de coca-cocaína de 1931. (CONVENIO..., 2012)

LA ESTIGMATIZACIÓN DE LA COCAÍNA BUSCA SUS RAZONES EN LA COCA

El desprestigio de la cocaína se propaga gracias al sesgo impuesto por las farmacéuticas y, los informes que vienen de Colombia a mediados del siglo XIX, replican hablando del “co-caismo”. (GRANIER-DOYEUX, 1962) Se habla desde el clasismo y el racismo occidental con su menosprecio de los indígenas andinos que viven en condiciones miserables supuestamente en razón de su adicción a la coca y no por el sistema de explota-

ción poscolonial. Bajo este imaginario, en Colombia, la Resolución 578 de septiembre de 1941 reglamenta el cultivo del árbol de la coca y la venta al por mayor de sus hojas. (COLOMBIA, 1941)

En 1946, Colombia promueve la Ley 45, la llamada Ley Consuegra que modifica las disposiciones penales sobre elaboración, distribución, venta o suministro, aun cuando sea gratuitamente, de drogas estupefacientes y se adiciona la penalización del cultivo y ya no sólo de las sustancias. Se prohíbe el cultivo y la conservación de las plantas de las cuales pueden extraerse las mencionadas sustancias; se establece que toda persona portadora de dichas plantas sin permiso legal es traficante ilícito. Se modifica el Código Penal para cambiar la expresión “sustancias narcóticas” por “drogas estupefacientes”. Este proceso legislativo continuó con la expedición de una serie de normas que modificaban, complementaban y adicionaban aquel régimen

El Decreto 896 de 1946 que reglamenta la Ley Consuegra, prohíbe el pago de salarios y cualquier clase de molumentos, total o parcialmente, en bebidas alcohólicas o en hojas de coca, y declara la nulidad de los convenios o contratos de trabajo que contengan estipulaciones en tal sentido. El razonamiento político habla de explotación y exige que se pase por “papel” moneda dinero lo que en últimas acaba beneficiando a los vendedores intermediarios. En su artículo 3 el Decreto 896 prohíbe en el territorio de la República el cultivo de árboles de coca – *erithroxylon coca* y sus variedades. (COLOMBIA, 1947)

En respuesta, miles de coqueros del Cauca envían un mensaje al Presidente Mariano Ospina Pérez: El decreto 896, ha causado profunda inquietud agricultores caucanos, porque gran parte habitantes sur Cauca, dedicase al cultivo de coca, teniendo como único medio de subsistencia este artículo. Como vecinos regiones productoras coca y en nombre diez mil respe-

tuosamente pedimosles derogatoria decreto Ernesto Manzano, Samuel Muñoz y otros. (BEJARANO, 1983)

A mediados del siglo XX, se construyen y promueven informes como el de la Comisión de Investigación sobre la Hoja de Coca. (UNITED NATIONS, 1949) Estos informes carecen totalmente de soporte científico. es más, van en contrasentido de los reportes botánicos y científicos de la época, y, aunque se pretenden científicos y sin sesgo, los prejuicios e ignorancia con los que observa la cultura andina saltan a la vista. (UNITED NATIONS, 1949)

Su homologación de la cultura de la coca con el consumo recreativo y medicinal de cocaína, alrededor del cual ya se había construido un imaginario de nocividad y degeneración, lleva a las instancias antinarcóticas a afirmar a través de Comisión de Investigación sobre la Hoja de Coca (UNITED NATIONS, 1949) que:

I. El coqueo se debe considerar, no como un fenómeno aislado, sino como una consecuencia de las condiciones sociales y económicas bajo las cuales viven amplios sectores de las poblaciones en Perú y Bolivia. Estas condiciones afectan principalmente pero no exclusivamente las poblaciones agrícolas indígenas y mineras de los dos países. La gran mayoría de los masticadores se encuentra entre las poblaciones de estos dos grupos.

II. Peligros del coqueo – Las hojas de la planta de coca contienen cocaína. En el estado actual de los conocimientos todo parece indicar que los efectos producidos por el coqueo se pueden explicar por la acción de la cocaína.

III. La naturaleza del coqueo. Actualmente, no parece que el coqueo pueda considerarse como una adicción a las drogas en el sentido médico”. No obstante, la Comisión acaba recomendando la supresión gradual de la costumbre del mambeo; las correspondientes limitaciones a la producción de la hoja; y el control de su distribución, con un esfuerzo con políticas idénticas en aquellos países en los que existe esta costumbre.

Este imaginario, y la 'dictadura' que de él se desprende, aún no ha sido superado en el siglo XXI. La estocada que da esta Comisión a la coca, recurso natural y cultural de la región Andina, va a condicionar y sacrificar la legislación ambiental colombiana y los derechos humanos a la búsqueda infructuosa por negar la coca y sus derivados.

EL SACRIFICIO AMBIENTAL

Mucho se ha discutido la violación de los derechos humanos por la sujeción a las políticas y medidas de drogas. Lo que aún no se ha dado a conocer es el compromiso del movimiento por la reforma de las políticas de drogas con la protección del planeta y la incorporación plena por parte del movimiento ambiental de que la coca es parte de nuestro legado natural y que, como tal, cuando es necesario erradicarla se debe hacer de manera sostenible y, ante todo, que se debe conservar una coca orgánica como parte integral de ciclo de vida andino.

Colombia vivió, hasta octubre del 2015, más de 35 años de aspersión aérea de la coca como medida de erradicación y el Estado colombiano sigue usando glifosato en tierra con la intención de erradicar la coca, algo que aún no logra. Las fumigaciones se razonan entre otras por un informe de la Comisión Internacional para el Control de Abuso de Drogas (CICAD) que señala que:

Además del uso de agroquímicos en la producción de coca y amapola, también se usan grandes cantidades de productos químicos para el procesamiento y la conversión de la materia prima en cocaína y heroína refinadas. El procesamiento de las drogas ilícitas se hace en sitios remotos y sin regulaciones y controles de salud ocupacional y ambientales. Durante y después de su uso, estas sustancias pueden ser liberadas al ambiente y pueden tener repercusiones significativas sobre la salud humana y el ecosistema. (SOLOMON et al., 2005)

La prelación dada a la lucha por erradicar la coca, y el imaginario de mal que sustenta esta prelación, ha hecho perder de vista que nuestro primer deber y derecho es proteger la tierra que es lo que nos da la vida. Así, mientras el Estado ocasiona severos daños sanitarios a ambientales con sus medidas de erradicación por aspersion aérea o por uso actual de agrotóxicos en tierra, los cultivadores se sublevan con justa razón sin realmente darse cuenta del papel que juegan ellos mismos, jugamos todos, con el uso agroquímicos y el fortalecimiento del poder financiero y político de las multinacionales que los producen.

El uso intensivo de insumos químicos tiene implicaciones no solo a nivel de la salud de cultivadores y consumidores sino en lo que se refiere a la naturaleza como ser con derechos que nosotros los humanos estamos llamados a defender. Al creciente uso intensivo de agroinsumos para aumentar la productividad de la coca se suma el uso y reciclaje de precursores cada vez menos óptimos por las presiones ejercidas por las exigencias de drogas. el gobierno en sus políticas públicas de salud y el movimiento por la reforma de las políticas de droga están rezagados en hacer un balance sobre los daños que esto ocasiona a la salud de los usuarios. Todos pareceríamos estar ciegos a los daños ambientales que de allí se desprenden.

Los cultivadores cocaleros luchan con justa razón por su derecho a la subsistencia mínima que les brinda la coca y, aunque lo que tienen que invertir al usar diversos insumos agrícolas para fertilizar, controlar plagas y malezas y aumentar la productividad es enorme, no se deciden a buscar fórmulas alternativas para liberarse de estos costos. El gobierno, a su vez, contribuye a este debacle ambiental; contribuye asimismo al incremento de la productividad de la coca con sus incentivos y “preferencias arancelarias” (CERO..., 2012) para los insumos químicos cuya producción se encuentra prácticamente cartelizada en manos de seis empresas que controlan el 92% del mercado. (CORREA, 2013)

Los consumidores, por nuestra parte, protestamos nuestro derecho a la salud ante los daños ocasionados por la adulteración de las sustancias por su no regulación sin darnos cuenta a qué grado el uso intensivo de agroquímicos y la sustitución de precursores óptimos – menos nocivos para el medioambiente – por precursores caseros más accesibles puede ser fatal para nuestra salud.

El movimiento ambiental no se posiciona firmemente sobre la actual fórmula de producción de cocaína y su eliminación estatal por vía de la quema de cocinas – cristalizaderos y laboratorios – y precursores en plena selva. La visión de que la erradicación todo lo permite nos tiene paralizados cuando deberíamos estar exigiendo que, ante la constatación de que la cocaína no está presta a desaparecer, se regule su producción para evitar que prosigan los daños ambientales y sanitarios por su procesamiento y búsqueda de eliminación. ¡Es inaceptable que el Estado no busque urgentemente alternativas a la actual fórmula ambientalmente destructiva de procesamiento de la coca y que él mismo siga quemando laboratorios y químicos en plena selva!

El imaginario de terror sobre los daños que ocasionan los derivados de la coca es el árbol que nos impide ver el bosque. Valdría la pena sopesar si detener el consumo voluntario de 21 millón de ciudadanos de los 7.350 millones de habitantes que poblamos el planeta justifica los daños que estamos ocasionando a los recursos naturales; justifica la inversión en guerra dineros que se podrían invertir en el bienestar de las grandes mayorías. Se requiere ciencia y conciencia para contrarrestar este imaginario de terror y el inmovilismo que de allí resulta.

LA CONVERSIÓN DE LA COCA EN BASUCO/CRACK/PBC

La indecisión para regular la coca está íntimamente ligada a la imposibilidad de desligarla de sus derivados químicos y el es-

tigma que pesa sobre el clorhidrato de cocaína y la Pasta Base de Cocaína (PBC). Los derivados, al igual que la coca, sufren de la falta de estudios científicos contextualizados y de terreno que permitirían avanzar respuestas, más allá de la camisa de fuerza de las Convenciones de Drogas.

El alcaloide cocaína, más allá de la hoja de coca, se puede consumir en diferentes formatos: un polvo cristalino blanco (sales) o en piedras (cristales). El PBC, o sulfato de cocaína, sería el equivalente de la “cocaína cruda” de finales del siglo XIX, que era una pasta básica semi-procesada de cocaína de una pureza variable de un 40-85%. El consumo a escala de esta cocaína fumable aparece, según una mayoría de autores, en la primera mitad de los años 1970 – ver 1974 – en las zonas de procesamiento.

En Colombia aparece en forma de basuco (basura de la coca), o “el demonio de la coca” como lo llaman los indígenas, uno de los pasos en el procesamiento del clorhidrato de cocaína (CLC) cuyo producto se distingue por su color marrón, su olor dulzón y la grasa que desprende al quemarse. Su creciente mercadeo se adjudica al cerco establecido contra la salida del clorhidrato de cocaína. El dilema con el basuco es que su consumo parecería tender a ser compulsivo y su alta rotación lo convierte en un producto ideal para las redes de microtráfico.

Se estima que, en Colombia, el 65% o más de los campesinos cultivadores de coca procesan ellos mismos la coca para producir el basuco como producto de valor agregado a su alcance. Es decir que, a la contaminación por el monocultivo químico de coca, se suma el gigantesco daño ocasionado por el procesamiento de basuco. Procesamiento, exportaciones y consumo crecientes de cocaína fumable que le debemos asimismo a las restricciones que pesan sobre la coca y al (des)control de precursores. Por su accesibilidad, el basuco es conocido como “la cocaína del pobre”.

Esto nos lleva a cuestionar si una mayor accesibilidad a una cocaína producida de manera controlada no sería una de las respuestas al creciente consumo de basuco, que es asociado a la marginalización social de los usuarios. Lo cierto es que, salir del descontrol que reina sobre la coca y sus derivados sometiendo su producción controlada a manos del Estado, sería definitivamente la mejor forma de socavar el poderío del crimen organizado – y, si bien enfocada, empresas farmacéuticas – alrededor de las plantas y sus usos y derivados. La dificultada ahora radica en detener la dinámica que ha permitido y aún permite la toma por parte de las multinacionales del capital natural y social de los pueblos al amparo de la Guerra por las Drogas.

CONCLUSIÓN

La potestad e incidencia de países como Colombia y Brasil, en el escenario internacional del siglo XXI, depende de la capacidad de sus Estados y científicos de investigar y diseñar políticas para conservar y valorizar sus recursos naturales y dejar de cederlos a la corrupción que genera la Guerra por las Drogas. Es éste el anhelo de sus comunidades y a lo que le apuestan las instancias sociales trans y supranacionales. Seguirse sometiendo inconsecuentemente a unas convenciones caducas y solapada guerra unilateral estadounidense contra las drogas es un error garrafal en esta encrucijada histórica.

La pelea por la no expropiación, destrucción y no contaminación de nuestros recursos comienza por volver a tomar las riendas del poder de nuestras plantas; por la defensa de nuestras Plantas de Poder. Debemos exigir estudios científicos y proyectos pilotos que nos permitan desentrañar las verdaderas vicisitudes y virtudes de estas plantas y sus derivados y de sus usos alternativos para socavar el poder destructivo del narcotráfico y sus instancias antinarcóticos.

Además, debemos exigir nuestro derecho a la explotación sostenible de nuestros recursos, soberanía alimentaria, cultura, espiritualidad y sanación por medio de estas Plantas de Poder. Exigimos de nuestros gobernantes ciencia y el derecho a no estar destructivamente al vaivén de imaginarios de terror.

Referencias

AMERICAN JOURNAL OF PHARMACY, Philadelphia, v. 75, 1835-1903. Disponible en: <https://ia800504.us.archive.org/0/items/americanjournal751903phil/americanjournal751903phil.pdf>. Acceso en: 10 jun. 2007.

BEJARANO, J. A. Campesinado, Luchas Agrarias e Historia Social: Notas para un balance historiográfico. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, v. 11, p. 251-304, 1983. Disponible en: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/31272>. Acceso em: 2 set. 2020.

CÁCERES SANTA MARÍA, B. *Psiquiatría y 'prohibición de las drogas'*. [S. l., 2003]. Disponible en: http://www.mamacoca.org/FSMT_sept_2003/es/doc/caceres_psiquiatria_y_prohibicion_es.htm. Acceso en: 20 feb. 2003.

CALVANI, S. *La coca: pasado y presente: mitos y realidades*. Bogotá: Ediciones Aurorra, 2007. Disponible en: http://www.mamacoca.org/docs_de_base/Cifras_cuadro_mamacoca/SandroCalvani_La_Coca_pasado_y_presente_mitos_y_realidades_EdAurora_2007.pdf. Acceso en: 10 jun. 2007.

CERO arancel para agroquímicos importados, decide Gobierno. *El Espectador*, [S. l.], 17 agoto 2012. Disponible en: <https://www.elespectador.com/noticias/economia/cero-arancel-agroquimicos-importados-decide-gobierno-articulo-368291>. Acceso en: 17 sept. 2012.

COLOMBIA. Decreto 896 de 1947. *Diario Oficial*, Colombia, año LXXXII, n. 26387, p. 6, marzo 1947.

COLOMBIA. *Lei 45 de 1946*. 18 dic. 1946. Disponible en: http://www.mamacoca.org/docs_de_base/Legislacion_tematica/Ley_45_de_1946_disposiciones_penales_venta.htm. Acceso en: 20 feb. 2003.

COLOMBIA. *Resolución núm. 578 de septiembre de 1941*. 1941. Disponible en: http://www.mamacoca.org/docs_de_base/

Legislacion_tematica/Resolucion_578_1941.htm. Acceso en: 20 fev. 2003.

CONVENIO para limitar la manufactura y regular la distribución de estupefacientes: Ginebra, 13 de julio de 1931: Protocolo de firma. Ginebra. 27 oct. 2012. Disponible en: <https://www.dipublico.org/9998/convenio-para-limitar-la-manufactura-y-regular-la-distribucion-de-estupefacientes-ginebra-13-de-julio-de-1931-protocolo-de-firma/>. Acceso en: 20 fev. 2003.

CORREA, A. M. Los dueños de los fertilizantes en Colombia. *El Espectador*, [S. l.], 8 sept. 2013.

DÍAZ, F. G. El consumo de drogas en los pueblos precolombinos: Elementos para una 'política criminal' alternativa". *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, [Granada], p. 1-14, 2002.

GOOTENBERG, P. The rise and demise of coca and cocaine: As licit Global 'Commodity Chains', 1860-1950. In: CONFERENCE ON LATIN AMERICA AND GLOBAL TRADE. 2001, Palo Alto. *Preliminary Paper* [...]. Palo Alto: Social Science History Institute, 2001. Disponible en: http://www.mamacoca.org/docs_de_base/Consumo/gootenberg_rise_and_demise_coca_cocaine.pdf. Acceso en: 15 jul. 2002.

GRANIER-DOYEUX, M. *Alguns aspectos sociológicos do problema da cocaísmo*. [S. l.], 1962. Disponible en: http://www.mamacoca.org/docs_de_base/Consumo/remote/UNODC_Bulletin_on_Narcotics_1962_Issue%204_001.htm. Acceso em: 29 ago. 2020.

GRIMAL, J.-C. *Drogue: l'autre mondialisation*. [S. l.]: Le Monde, 2000. Disponible en: http://www.mamacoca.org/docs_de_base/Cifras_cuadro_mamacoca/Jean-Claude_Grimal_Drogue_lautre_mondialisation_Gallimard_2000.pdf. Acceso en: 17 oct. 2000.

JOHNSON, E. L.; KIM, S.-H.; EMCHE, S. D. Storage Effects on Genomic DNA in Rolled and Mature Coca Leaves. *Biotechniques*, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 310-314, Aug. 2003. Disponible en: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12951772>. Acceso en: 20 dic. 2004.

LOI, V.; METAAL, P. Tendencias en el mundo en cuanto a encarcelamiento para delitos relacionados con drogas. *Informe Tendencias Mundiales*, [s. l., 201-]. Disponible en: <http://www>.

drogasyderecho.org/wp-content/uploads/2015/10/resto.pdf.

Acceso en: 20 dic. 2010.

MAMACOCA. *Cultivos: La Hoja de Ruta de la Coca 1492-1970*. [S. l.], c1998. Disponible en: http://www.mamacoca.org/Coca_cocaina_historia/Cultivos/cultivos_1492-1970.html. Acceso en: 20 nov. 2001.

LA NACIÓN, Buenos Aires: 1870- .1884.

THE PURE food and drug act. *History, Art & Archives*, [s. l.], 23 June 1906. Disponible en: <http://history.house.gov/HistoricalHighlight/Detail/15032393280>. Acceso en: 20 nov. 2001.

ROJAS, L. *Historia de la prohibición de la hoja de coca*. [201-]. Disponible en: <https://www.elementa.co/wp-content/uploads/2019/03/historia-de-la-prohibici%C3%B3n-de-la-hoja-de-coca-VF.pdf>. Acceso en: 20 nov. 2001.

SOLOMON, K. R. *et al. Estudio de los efectos del Programa de Erradicación de Cultivos Ilícitos mediante la aspersión aérea con el herbicida Glifosato (PECIG) y de los cultivos ilícitos en la salud humana y en medio ambiente*. Washington: [s. n.], 2005. Disponible en: http://www.mamacoca.org/docs_de_base/Fumigas/glisfosatoInformeFinal.pdf. Acceso en: 17 jul. 2005.

UNITED NATIONS. *The commission of enquiry on the coca leaf*. New York, 1 Jan. 1949. Disponible en: http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/bulletin/bulletin_1949-01-01_1_page006.html. Acceso en: 20 nov. 2001.

UNITED STATES. *Harrison Narcotics Tax Act*. [S. l.], 1914. Disponible en: <http://www.druglibrary.org/schaffer/history/e1910/harrisonact.htm>. Acceso en: 20 nov. 2001.

INTERVENÇÕES E PESQUISAS PIONEIRAS EM REDUÇÃO DE DANOS

Edward MacRae

Diva Reale

Oswaldo Fernandez

A chegada da aids no Brasil coincidiu com uma série de mudanças que se davam no contexto das políticas de saúde pública, como a reforma sanitária e a reforma psiquiátrica. Também eram importantes as mudanças liberalizantes que começavam a se dar na sociedade durante os últimos anos do regime ditatorial civil-militar. Essa situação e o pânico geral causado pela pandemia de aids que chegava ao país, fomentaram uma série de mudanças na metodologia dos estudos e intervenções realizados para enfrentar essa nova crise sanitária.

Uma importante novidade da época foi o maior reconhecimento do valor e da cientificidade de metodologias qualitativas, especialmente as de cunho etnográfico, até então pouco reconhecidas entre profissionais e pesquisadores na área de saúde. Foi só a partir desse momento que estes passaram a se aventurar a frequentar o campo onde atuavam seus clientes, na busca por um melhor conhecimento dos usuários de drogas injetáveis e suas diversas formas de sociabilidade e de uso de psicoativos, passo essencial para o desenvolvimento de projetos e de políticas públicas de redução de danos.

Foi a partir do segundo semestre de 1982 que começaram a ser notificados no Brasil os primeiros casos de aids, em São Paulo e no Rio de Janeiro, principalmente. Inicialmente eram 6 casos, dos quais 4 foram a óbito, entretanto, nos meses seguintes, os números mostraram uma tendência a se duplicar a cada semestre, tendo atingido a preocupante cifra de 238 somente nos primeiros três meses de 1987. Os principais fatores de risco encontrados eram: homossexualidade masculina (54,94%), bissexualidade masculina (28,96%), transfusão de sangue ou derivados (3,93%), uso de drogas endovenosas não prescritas (2,89%) e contato heterossexual de bissexual masculino (1,35%). (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 1987) Não se entendia plenamente naquele momento os mecanismos de transmissão da aids, ainda considerada por muitos como um “câncer gay”.

De fato, repetia-se no Brasil, a constatação americana de que a principal forma de transmissão da aids se dava através do contato homossexual masculino. Revelava-se, aqui, um quadro onde 83,90% dos doentes era adepto de práticas homossexuais, quer num contexto exclusivamente homossexual, quer numa alternância com a heterossexualidade. Ao lado do comportamento bissexual – onde se incluía a população carcerária –, outra prática concebida como fazendo uma ponte com a população heterossexual majoritária era o uso de drogas injetáveis.

Nessa época, o centro de estudos do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc), uma autarquia da Secretaria de Justiça do Estado, era um dos únicos dois órgãos do estado de São Paulo onde se dava atenção ao uso de drogas ilícitas e à sua prevenção. Funcionando de maneira paralela, havia também o Grupo de Estudos de Farmacodependência (Gref), grupo também pioneiro do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq/HC-FMUSP), voltado ao estudo

e atendimento clínico de pacientes com problemas de abuso e dependência de drogas ilícitas.

A questão das drogas era vista sob o enfoque de séria ameaça à saúde e à segurança da população, e qualquer questionamento das disposições da Lei de Entorpecentes então em vigor era considerada inadmissível. Mas, o agravamento da pandemia no Brasil levou as autoridades a se preocuparem mais seriamente com a população usuária de drogas ilícitas, que até então tinha sido quase ignorada e pouquíssimo estudada. O próprio tema do uso de drogas raramente recebia atenção da parte dos pesquisadores acadêmicos, e quando a questão das drogas era abordada, quem o fazia eram quase exclusivamente médicos e, ocasionalmente, psicólogos. As ciências da saúde eram concebidas geralmente como as únicas detentoras de um discurso competente sobre o tema e seu enfoque era individualizante e patologizante, até mesmo as contribuições dos psicólogos eram às vezes desconsideradas.

Felizmente algumas exceções, que podemos considerar como confirmadoras desta regra, traziam uma lufada de esperança de que a luta pelos direitos humanos dos usuários de drogas ilícitas e por seu acesso a cuidados de saúde qualificados também podia contar com representantes da saúde mental, era por exemplo, o caso do Gref fundado 1982 por três residentes¹ do IPq/HC-FMUSP. As atividades deste serviço incipiente incluíam, além do estudo do abuso e dependência de drogas ilícitas, o atendimento dos usuários de drogas cujo uso preenchia critérios diagnósticos de abuso ou dependência, tomava-se como evidência deste o sofrimento e os prejuízos múltiplos relatados pelos pacientes encaminhados.

Ademais, a influência de Claude Olievenstein sobre esse grupo, se fez sentir desde os primeiros momentos, através da

1 A iniciativa aqui relatada partiu da coautora Diva Reale, que era residente deste Instituto naquele momento.

leitura do seu livro *Não há drogados felizes*, que serviu de inspiração para a sua criação. A perspectiva psicanalítico-olievensteiniana, adotada pelo grupo, dava um cunho libertário, de contracorrente, a essa prática clínica, o que destoava do *mainstream* institucional psiquiátrico oficial. A convite de Olievenstein, a coordenadora do Gref, Diva Reale, estagiou no Hospital Marmottan, pela primeira vez em 1986 e, ao voltar a São Paulo, inspirada no que aprendeu naquele hospital parisiense, pode aprimorar os dispositivos usados no Gref.

Mas, embora tenha sido um dos primeiros grupos, se não o primeiro, da área médica dentro da universidade, voltado exclusivamente para esta temática – drogas ilícitas – seu destino foi ser assimilado em 1987, pelo grupo de maior força institucional, o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (Grea), que até aquele momento vinha se dedicando ao estudo e atendimento clínico de pacientes com abuso e dependência de álcool. Essa assimilação acompanhou a tendência geral da psiquiatria de tratar e estudar conjuntamente os problemas de abuso e dependência do álcool e outras drogas.

Um outro exemplo, agora na esfera federal, era o Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (Proad) que foi fundado em 1986, pelo psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira,² também discípulo de Olievenstein, com quem estagiou em Paris no Hospital Marmottan no ano de 1987. E até hoje, continua a atuar no seio de uma universidade de excelência, como a Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM-Unifesp).

Na época, dedicar-se ao tema dos usos de substâncias ilícitas despertava, de um modo geral, um certo olhar negativo, que tendia a desestimular pesquisas na área da saúde, ao mesmo tempo que se buscava convocar estudiosos de diferentes disciplinas para iluminar a complexidade das questões trazidas por

2 A história do Proad está disponível em: <http://www.proad.unifesp.br>.

estes usos. Se isso ocorria entre médicos e outros profissionais da saúde, tradicionalmente considerados como os responsáveis pela abordagem da questão, pode-se imaginar a dificuldade de legitimar o tratamento do tema a partir de outras perspectivas disciplinares, como por exemplo, as ciências sociais, incluindo a antropologia.

Assim, durante muito tempo, a maioria dos cientistas sociais, incluindo os antropólogos, mostrou pouco interesse pelo assunto ou agiu de forma muito tímida para divulgar posições contrárias ao senso comum estabelecido pelos médicos. E quando o faziam, muitas vezes também pareciam compartilhar da visão médica dominante ou até de concepções criminalizantes ou moralistas, do uso de drogas ou da dependência. Um exemplo disso, já em 1994, ocorreu quando a renomada antropóloga Alba Zaluar, secundada por Edward MacRae, um dos autores deste artigo, tentou passar uma moção contra a proibição da cannabis, na 19ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF). Naquela ocasião, a moção sofreu acirrada oposição de acadêmicos ilustres que não tiveram muita dificuldade em convencer o plenário, formado pelos principais antropólogos do país, a rejeitar a moção antiproibicionista.

Dificultando ainda mais uma abordagem científica e multidisciplinar da questão, reinava nas ciências da saúde, ainda em meados da década de 1980, uma quase hegemonia das metodologias quantitativas e um forte preconceito contra os métodos qualitativos usados pelas ciências sociais. Até mesmo as contribuições dos raros médicos e psicanalistas que buscavam enfrentar as questões postas pelo uso e abuso de psicoativos ilícitos, como os do Gref e do Proad, corriam o risco de serem consideradas “pouco objetivas”. Como já vimos, por volta de 1987 o próprio GREF acabou sendo absorvido pelo GREA que não partilhava de sua abordagem psicanalítica do tratamento

de droga dependentes e tinha uma orientação mais alinhada com os preceitos que norteiam o IPq.

Os raros trabalhos publicados, lidando com a questão de maneira mais culturalmente contextualizada, eram principalmente de origem estrangeira e pouco conhecidos ou divulgados no Brasil, mesmo entre os estudiosos do assunto. Nas ciências sociais, o tema do uso de drogas era geralmente visto com desconfiança e receio de desqualificação pessoal e acadêmica. Estudantes, de graduação ou de pós-graduação, que quisessem realizar pesquisas sobre a questão das drogas tinham dificuldades em encontrar um professor disposto a orientá-los. Na interface com a medicina, o recurso a métodos etnográficos e qualitativos em geral, essenciais para a realização de estudos mais aprofundados do estilo de vida, das práticas e dos valores dos usuários (ROMANI, 1999, p. 149) tornava ainda mais difícil o reconhecimento dos resultados de suas pesquisas por parte de autoridades acadêmicas. Isso ocorria especialmente nas áreas de saúde, com suas suspeitas generalizadas a respeito da cientificidade das metodologias qualitativas em geral. Entre essas, os métodos etnográficos eram os mais desconhecidos e rechaçados.

Mas, voltando ao final de década de 1980, tempo dos estudos seminais sobre o tema, constatamos que no contexto das ciências sociais e da antropologia, no Brasil, as pesquisas feitas aqui e no estrangeiro entre usuários de substâncias psicoativas tinham pouca difusão e eram quase desconhecidas, mesmo os escritos de Howard Becker sobre a maconha eram de conhecimento restrito aos que liam inglês.

Aliás, Gilberto Velho, um dos principais introdutores e divulgadores da obra de Becker no Brasil, era diretor da coleção Biblioteca de Antropologia Social, da Zahar Editores, e promoveu uma edição do livro *Outsiders: studies in the sociology of deviance*, do qual se responsabilizou pela revisão técnica. A tradução da obra, porém, recebeu na época outro nome: *Uma*

teoria da ação coletiva e alguns dos textos originais foram trocados. (BECKER, 1977) Nessa versão brasileira, os trechos que lidavam especificamente com o aprendizado do uso da maconha foram substituídos por outra discussão mais generalizante sobre drogas. Esta, como toda a obra de Becker, era extremamente instigante e iluminadora, mas fugia da polêmica específica sobre o uso da maconha, de discussão especialmente estigmatizada, tanto na sociedade em geral quanto na academia.³

Pouco antes, em 1975, Velho havia defendido uma tese de doutorado em ciências humanas, sob a orientação da antropóloga Ruth Cardoso, sobre usuários de drogas, principalmente de maconha, por membros da sua rede de amigos da classe média carioca e parentes ou conhecidos destes, ligeiramente mais jovens. (VELHO, 1975) Mas, naquele momento, quando imperava uma intolerante ditadura civil-militar, foi considerado imprudente publicar o estudo, restringindo-se seu acesso àqueles que tinham algum contato mais direto ou pessoal com o autor; a situação perdurou por mais de duas décadas. Ademais, significativamente, a razão que costumava ser dada para esse engavetamento do estudo era a necessidade do autor preservar a sua rede de interlocutores mais próxima, principalmente os “nobres” do estudo, que, compartilhando de sua posição entre a elite intelectual, assim como ele, poderiam vir a ser reconhecidos como usuários de drogas ilícitas.

Quando o estudo foi finalmente publicado em 1998, o autor apresentou, no prefácio da obra, um relato sobre o clima repressivo da época em que realizou sua pesquisa e as suas preocupações com a segurança dos seus interlocutores. Explicou que, nesse novo momento a publicação ainda se justificava, apesar de tardia, devido ao seu “papel pioneiro nos estudos an-

3 *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* viria finalmente a ser editado em sua integridade somente em 2008, novamente pela Zahar, com a tradução de Maria Luiza X. de A. Borges e a revisão técnica de Karina Kuschnir.

tropológicos do meio urbano e da sociedade contemporânea.” (VELHO, 1998, p. 8) Expressou também a esperança de que: “além de um interesse acadêmico, possa ajudar a refletir sobre políticas públicas específicas sobre questões ético-políticas mais amplas, como liberdade responsabilidade individuais, cidadania e democracia”. (VELHO, 1998, p. 8)

As difíceis circunstâncias do momento não impediram, porém que, antes da edição do livro, ele elaborasse e divulgasse importantes conceitos acadêmicos sobre os lugares do usuário e do traficante no *ethos* brasileiro e outros temas relacionados ao que chamou de “mundo das drogas” contribuindo com seu conhecimento e prestígio para o desenvolvimento do debate. (VELHO, 1978, 1980, 1986, 1994, 1998) Embora ele se mostrasse relutante a publicar seu trabalho, nessa época outros pesquisadores sentiram menos impedimentos para a divulgação de seus estudos em ciências sociais sobre o tema do uso de psicoativos.

Uma delas foi a antropóloga Janirza Cavalcante da Rocha Lima que, inspirada pela tese e pela metodologia de Velho, realizou possivelmente a primeira etnografia brasileira sobre usuários de drogas injetáveis, ao tratar do uso de Algafan (Cloridrato de Destro-propoxifeno injetável) em Recife em 1990. (VELHO, 1998) Editada localmente pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e pela Editora Massangana, de Recife, o livro chamado *Passageiros da Fantasia* previsivelmente teve pouca divulgação, apesar de sua qualidade e de seu pioneirismo em retratar o estilo de vida de usuários de uma droga injetável.

Note-se que esta publicação, sobre usuários de Algafan, pode ter sido mais viável na época do que uma sobre o uso de maconha. Isso devido ao risco de desqualificação da autora ser reduzido, pelo fato dela ter como interlocutores um grupo de práticas tão estigmatizadas que ela, uma acadêmica com lugar reconhecido na sociedade, não corria o risco ser considerada como também usuária de Algafan. A situação seria diferente

para um estudioso do uso da maconha, que poderia facilmente ser estigmatizado como maconheiro, uma vez que o uso dessa droga já era bastante difundido entre setores da classe média, especialmente os estudantes, artistas e intelectuais em geral.

Além do estudo de Lima ter sido realizado em Pernambuco, fora do prestigioso eixo Rio-São Paulo, outras razões contribuíram para a pequena repercussão do livro. Naquele momento, o uso de drogas injetáveis ainda evocava pouco interesse entre os médicos ligados à prática e pesquisa clínica em psiquiatria, pela sua relativa pequena prevalência entre os dependentes de drogas. Só viria a ser considerado importante mais tarde, como vimos, quando seus usuários passaram a ser vistos como um importante elo na cadeia de contágio pelo HIV, ligando grupos, então considerados “de risco”, como os homossexuais e os detentos em penitenciárias, com a população em geral.

Assim, quando, por volta de 1987, autoridades médicas preocupadas com a expansão da aids, começaram a considerar que os usuários de drogas injetáveis, mormente cocaína, representavam uma importante ponte, entre os então chamados “grupos de risco” e a população como um todo, não se tinha nenhuma informação sobre essa população ou suas práticas socioculturais. Nessa época, Edward MacRae foi convocado a participar de uma comissão oficial para discutir a prevenção à aids entre esses usuários, como representante do IMESC, onde então trabalhava.

Desde o início da epidemia ele, junto a outros antigos militantes gays, já se posicionava de maneira crítica perante os médicos e os serviços de saúde. Suas posturas pessoais e acadêmicas eram fortemente críticas às maneiras iniciais como a medicina encarava a epidemia, especialmente em relação aos conceitos de “risco” e de “grupo de risco”, e aos perigos representados aos direitos humanos pelas propostas então correntes de internação compulsória de todos os que apresentassem a

presença da síndrome. (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015; MACRAE, 1987)

As reuniões da comissão se davam no Centro de Referência e Treinamento em Aids (CRTAIDS) sob a coordenação da Dr^a Maria Eugênia Lemos Fernandes, os outros participantes eram todos renomados psiquiatras e psicólogos com experiência no tratamento de usuários de drogas injetáveis. Inicialmente, MacRae era o único cientista social da equipe e pôde constatar a total falta de informação existente sobre os comportamentos e formas de sociabilidade dessa população usuária. Até então, o uso de drogas injetáveis no Brasil costumava ser considerado somente a partir dos problemas físicos e psicológicos apresentados pelos indivíduos usuários.

Bem como, a metodologia usada era aquela das clínicas e ambulatórios de saúde, onde os usuários de drogas eram submetidos a exames e entrevistas realizados dentro de ambientes formais do tipo hospitalar, sem nenhuma previsão de visita ao campo por parte de técnicos ou médicos. Mas, outros métodos já começavam a ser aventados, como começava a ocorrer nos Estados Unidos, onde alguns sugeriam que uma abordagem mais ampla e voltada para aspectos socioculturais do uso seria essencial para a prevenção da aids entre essa população. (DES JARLAIS; FRIEDMAN, 1994; DES JARLAIS; FRIEDMAN; STONEBURNER, 1988)

Em São Paulo, a proposta de que também se adotasse aqui esse tipo de abordagem, envolvendo idas ao campo para um melhor conhecimento do contexto onde se dava o uso de drogas, causou estranheza entre os médicos, que constituíam a quase totalidade do grupo. A importância dos aspectos socioculturais custava a ser percebida por esses profissionais, que ainda hoje muitas vezes se mostram pouco abertos às contribuições de outras disciplinas para a questão do uso de drogas, além das tradicionalmente voltadas para a saúde. As próprias técnicas de pesquisa qualitativa, fundamentais para as abordagens so-

cioculturais ainda não tinham sido plenamente absorvidas pelo *establishment* das ciências da saúde, mesmo quando utilizadas por seus pares.

Assim, quando MacRae sugeriu que se fizesse uma pesquisa etnográfica junto aos usuários de drogas injetáveis, a sugestão nem foi plenamente compreendida por outros membros da equipe, tal o seu aparente exotismo para aqueles que achavam que somente os tradicionais métodos quantitativos da biomedicina seriam verdadeiramente científicos. Nesse momento, não se levou adiante nem mesmo a elaboração de um projeto de pesquisa formal nesse sentido, porém, o agravamento da epidemia se apresentava de forma tão alarmante que o grupo não pôde deixar de experimentar algumas medidas, por mais inéditas que parecessem.

Uma das primeiras foi a decisão de distribuir hipoclorito de sódio entre os usuários de drogas injetáveis, para ser empregado na lavagem das agulhas que costumavam ser compartilhadas. Pretendia-se, dessa maneira, adaptar de modo mais eficiente a velha prática dos usuários de usar sumo de limão para essa finalidade. O encarregado da execução do projeto foi um coautor deste artigo, o antropólogo Osvaldo Fernandez, que já realizava uma pesquisa de mestrado com frequentadores da noite paulistana no centro da cidade, alguns dos quais faziam esse tipo de uso. A partir desse estudo, na ocasião ainda não terminado, ele foi capaz de promover uma primeira entrada dos técnicos em saúde no campo dos usuários de drogas injetáveis, que começavam a ser conhecidos pela sigla UDI.

Na época, o jovem antropólogo iniciava uma pesquisa onde enfocava os rituais de uso de drogas, seus modos e técnicas. Buscava construir histórias de vida e o histórico de consumo de drogas lícitas e ilícitas de diversos entrevistados, selecionados a partir de uma etnografia urbana de redes de amigos e do mapeamento de territórios. Estes consistiam em áreas de tráfico de drogas, prostituição e perambulação homossexual da

região central da cidade de São Paulo, sob a sugestão de MacRae, embasou sua pesquisa no interacionismo simbólico e nas ideias de Norman Zinberg.

Esse renomado psiquiatra e psicanalista americano havia detectado um até então desacreditado uso “controlado” de substâncias psicoativas e processos de aprendizagem de seu uso, disseminados entre diferentes gerações de usuários de heroína, maconha e LSD. Contrastava esse “uso controlado”, de poucos efeitos prejudiciais, com o que chamava de “uso compulsivo”, esse sim de grande periculosidade, mas relativamente raro. Segundo mostravam os resultados de suas pesquisas, entre importantes fatores que diferenciariam os dois estilos de consumo estariam os chamados “controles informais”, consistindo de normas, regras de conduta e rituais sociais. (ZINBERG, 1984, p. 4-9)

A pesquisa etnográfica de Fernandez, iniciada em 1988 e terminada em 1993, constatou vários casos de uso de drogas injetáveis, a estigmatização que os cercava e a consequente dificuldade de acessá-los por parte dos serviços de saúde. (FERNANDEZ, 1992a, 1992b, 1993, 1994) Mesmo em seu início, o pesquisador já havia estabelecido contato com diversos usuários de cocaína, seja de modo aspirado, seja de modo injetado e, dessa maneira, pôde recrutar agentes de campo que compartilhavam das práticas e valores da população alvo, o que lhes permitia acesso à população alvo, assim como a sua atenção para as novas propostas sanitárias.

Contando com esse importante auxílio para a sua inserção no campo, a equipe multidisciplinar do CRTAIDS criou o que seria o primeiro grupo de redutores de dano⁴ do Brasil num projeto, cujo nome *Bleach*, já mostrava sua inspiração americana. (FERREIRA et al., 1990, 1991, 1993) Conforme já vimos,

4 Falava-se então em “educadores de rua”, pois a denominação “reductor de danos” ainda não era utilizada naquela época.

consistia na seleção de agentes de saúde para atuar junto aos UDI para ensinar a lavar as seringas para reutilização e o não compartilhamento de material contaminado.

Ademais, coube a Fernandez indicar os locais onde seriam feitas essas intervenções educativas e recrutar, nas rodas de sociabilidade gay e entre usuários de cocaína injetada ou inalada, esses primeiros agentes a trabalharem como redutores de danos. Naquele momento a equipe se sentia sob grandes pressões, devido aos estigmas sociais generalizados contra usos e usuários de drogas, especialmente as injetáveis, e a legislação de drogas então vigente, a Lei nº 6368/76, que criminalizava qualquer prática ou medida que pudesse ser interpretada como capaz de incentivar o uso de droga ilícita. Assim tornava-se temerário sugerir qualquer medida mais eficaz na prevenção à disseminação da aids tal como a troca ou distribuição de agulhas e seringas.

Cientes deste cenário, os coordenadores do projeto consideraram mais prudente não insistir na adoção neste primeiro momento em tal estratégia, limitando-se à distribuição de hipoclorito de sódio na esperança de que assim incentivariam os usuários de drogas a limparem seu material de injeção com o produto. Aqui vale lembrar as dificuldades que viriam a ser enfrentadas pelo Dr. Fábio Mesquita e sua equipe, algum tempo depois, em 1989, quando tentou implementar uma política pública do Governo Municipal de Santos de controle da difusão da aids entre usuários de drogas injetáveis. Esta previa, como estratégia, a distribuição de seringas e agulhas entre aquela população, contudo, tal medida gerou grande polêmica nacional, sendo também explorada de maneira sensacionalista pela imprensa e, por conseguinte, acabou enquadrada pelo Ministério Público de Santos como crime contra a então vigente Lei de Entorpecentes, nº 6368 de 1976. (MESQUITA, 1994) O próprio médico responsável e seus auxiliares sofreram até ameaças de prisão.

Mesmo a estratégia, proposta pela equipe do CRTAIDS de São Paulo, de distribuir hipoclorito de sódio entre os usuários de drogas injetáveis encontrava fortes resistências. A mentalidade extremamente repressiva da época entendia que qualquer manifestação, ação, intervenção ou discurso que não combatesse o uso de droga ilícita constituiria, direta ou indiretamente, um incentivo ao uso passível de criminalização. A rejeição aos programas preventivos que fossem voltados a populações marginalizadas era evidenciada por alguns porta-vozes do conservadorismo de nossa sociedade, como, por exemplo, os artigos publicados em jornal pelo infectologista do Hospital das Clínicas, Vicente Amato.

Fernandez aproveitou a ocasião para distribuir um questionário com o propósito de levantar algumas informações básicas sobre a população atingida, mas novamente sua técnica de questionário foi pouco valorizada pelos médicos e as informações obtidas não foram muito divulgadas, e caíram no esquecimento, embora tenham servido para embasar algumas das técnicas de prevenção adotadas então.⁵ Para emprestar maior cientificidade à pesquisa foi considerado necessário aplicar, além do questionário etnográfico, outro mais voltado a questões então reconhecidas como tendo real importância epidemiológica, no mesmo momento que era feita a coleta de sangue dos sujeitos interlocutores da pesquisa para estimar pela primeira vez no Brasil a prevalência do HIV nesta população.

Nessa época, o corpo inicial de integrantes da equipe multidisciplinar do CRTAIDS, responsáveis pelo trabalho, já havia mudado e contava agora com novos integrantes como a médica psiquiatra e psicanalista Diva Reale. Esta, recém-chegada de

5 Posteriormente o antropólogo Osvaldo Fernandez realizou outra pesquisa inovadora, agora para doutorado, a respeito do uso de cocaína entre diferentes setores populacionais de São Paulo. Nessa voltou a empregar a mesma base teórica e metodológica da sua pesquisa de mestrado. (FERNANDEZ, 2007)

seu estágio no hospital Marmottan, dirigido por Claude Olievenstein, estava muito animada com um trabalho de rua desenvolvido por um grupo chamado Abbey, que se ocupava *sur le terrain* [no território] com sub-grupos de usuários de drogas (UD) e UDI. Esse grupo utilizava uma metodologia própria da etnografia para realizar um mapeamento detalhado de diferentes lugares onde se reuniam os vários sub-grupos que frequentavam a estação Les Halles.

Segundo relata Reale, foi grande a sua surpresa ao descobrir que, apesar da rica rede de recursos terapêuticos construída em Paris desde 1971, continuavam a existir naquela cidade usuários de drogas excluídos da rede de atenção pública. Mas, a partir de sua pesquisa nos lugares de frequência dos drogados, os profissionais do Abbey puderam pouco a pouco estabelecer relacionamentos mais sinceros e produtivos com aqueles indivíduos. Uma de suas descobertas iniciais foi que muitos usuários de drogas não chegavam aos serviços de tratamento, por melhor que eles fossem, porque não estavam dispostos ou se sentiam incapazes de cumprir com as exigências que à época faziam parte do tratamento da dependência. Uma vez estabelecidas relações de confiança junto à sua população alvo, os profissionais daquela instituição parisiense se ocupavam de promover uma reinserção socioprofissional destes usuários que vinham sendo excluídos do circuito da rede de atenção à saúde especializado em atender dependentes de drogas, parte integrante do sistema público.

A própria Diva Reale, já havia constatado, através de sua experiência no Gref, que a baixa adesão ao tratamento logo nas primeiras consultas e o seu abandono precoce eram características da população usuária de drogas. Na ocasião, familiarizar-se com os usuários de drogas em seu meio, conhecendo seus hábitos em uma situação menos controlada e artificial do que uma consulta psiquiátrica, pareceu-lhe uma forma promissora de investigar os componentes da baixa adesão ao tratamento,

ainda não experimentada no Brasil. Conforme relata, embora ainda não soubesse, já estava definitivamente convertida à evidência do benefício de se adotar os princípios da pesquisa de campo para levar adiante o trabalho educativo e preventivo junto aos usuários de drogas. (REALE, 1997) Sua curiosidade fora despertada e ela passou a desejar conhecer no Brasil a realidade dos UD fora da situação de tratamento. Assim, foi com grande interesse que viu o projeto do CRTAIDS como uma possibilidade de aproximar-se de usuários de drogas em campo.

Quanto ela se agregou ao grupo, a equipe responsável pelo trabalho de campo já estava em fase de implantação do mesmo, já se havia selecionado os agentes de campo e mapeado os percursos e locais de atuação junto a redes de UD/UDI. Faziam agora também parte deste grupo, além da coordenadora da pesquisa, Dr^a Maria Eugênia Lemos Fernandes, a médica infectologista Ana Carolina Isler Ferreira do setor de Educação do CRTAIDS, assim como a psiquiatra Iara Czeresnia, outra profissional que havia inicialmente estagiado no Gref, e posteriormente no Hospital Marmottan. Graças a esta experiência prévia, Iara Czeresnia havia sido contratada para dar início ao atendimento de usuários de drogas no recentemente inaugurado ambulatório do CRTAIDS da rua Antônio Carlos. O grupo contava também com o apoio logístico da assistente social Elizabeth Inglesi, cuja grande experiência acumulada posteriormente levou a tornar-se consultora internacional em inúmeros países da África, onde contribuiu formativamente para a implantação ou aprimoramento de políticas nacionais de Aids.

Segundo comenta Reale, ela demoraria ainda algum tempo para assimilar os aprendizados advindos de sua inoculação inicial da metodologia etnográfica e de trabalho em campo. Sua principal experiência em campo com usuários de drogas em seu meio se daria posteriormente, no projeto por ela criado e coordenado, o Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Dro-

gas e Aids (PPUID-AIDS), entre 1991-1994. (KIRSCH; REALE; OSTERLING, 1995) Foi somente nesta gestão, onde um investimento da primeira dama do estado no tema das drogas ofereceu a vontade política para que as autoridades de saúde no estado de São Paulo viessem a instaurar um programa oficial de prevenção ao uso indevido de drogas.

Para que este trabalho pudesse ser iniciado extramuros, era preciso que os profissionais de saúde deste projeto pudessem se aproximar cuidadosamente do UD em seu meio. Para auxiliá-los, convidaram uma antropóloga indicada por uma professora da área de Antropologia urbana da USP, durante três meses esta antropóloga acompanhou as educadoras de rua nas visitas a campo, enquanto teciam os primeiros contatos com os UD que foram sendo apresentados pelos seus amigos, um relatório apresentando o olhar da antropóloga e oferecendo categorias de análise extraídas de suas observações participantes em campo, sedimentou o recrutamento de uma certa sensibilidade e cuidado que a equipe do projeto procurou manter na aproximação dos UD deste projeto.

No trabalho desenvolvido pela equipe do PPUID-AIDS, nos quatros anos de sua duração, a prática que se construiu buscou mesclar os marcos trazidos a campo da escuta e leitura psicanalítica de aspectos transferenciais e contratransferências – dispositivos usados nas relações terapêuticas convencionais da clínica – para estabelecer a sustentação das relações com os UD que foram acessados em sua rede de relações, por meio de uma metodologia mista de abordagem em campo.

A inclusão do método de acesso conhecido como bola de neve, usado em determinadas pesquisas epidemiológicas – contatos que apresentam seus conhecidos sucessivamente – foi apurado pela sensibilidade do olhar antropológico que suspende o próprio julgamento de valor de maneira a se deixar impregnar pelos valores, atitudes e modos de estar e fazer que caracterizam as subculturas de populações de usuários de

drogas ilícitas estigmatizadas e apossadas pela ilegalidade de muitas de suas práticas envolvendo tais drogas. A construção desta metodologia mestiça que se acredita pode ter sido hibridizada impregnou profundamente aqueles que participaram deste projeto.

Os meses iniciais do PPUID-AIDS incluíram a leitura de um estudo clássico da antropologia urbana *Street Corner Society*, dentre outros textos e conversas com a antropóloga consultora; este sumo pode ter impregnado os integrantes do projeto – certamente a coordenadora Diva Reale, pode testemunhar esta impregnação – produzindo uma mudança no seu olhar ao modo *Antropological Blues*, outro dos textos que lhes foi apresentado. Ademais, um dos aspectos marcantes da forma de aproximação foram as peculiaridades do tipo de informação que se obtém em função da posição social do informante na sociedade da qual ele faz parte. Assim, aprende-se que são os membros marginalizados de uma sociedade que fornecem as melhores informações para se entender as relações de poder daquele grupamento, esta é uma particularidade da delicadeza da abordagem do estudo de objetos onde a droga ilícita esteja envolvida.

Em seu último ano de existência, 1994, o PPUID-AIDS voltou-se para contribuir com sua experiência oferecendo insu-
mos para a formação de profissionais que atuavam nas várias secretarias do estado, articuladas num programa multise-
cretarias, que visava interagir diretamente com usuários de dro-
gas fora do ambiente hospitalar/ambulatorial. Dentro deste
programa de governo uma medida adotada foi a oferta de bol-
sas-estágio para profissionais de saúde. No âmbito desse pro-
grama, Diva Reale, recebeu em 1994 o convite para integrar
um grupo formado por quatro profissionais brasileiros para
participar de um estágio promovido pela University of the State
of New York (SUNY): *Grassroots and Outreach Prevention Stra-*

tegies. Este era dirigido a *outreach workers*⁶ que realizavam trabalhos junto a usuários de drogas, adolescentes “foragidos de casa” ou instituições de reabilitação/reinserção social, em 4 cidades estadunidenses (Chicago, Boston, Nova Iorque e Washington). Durante esse estágio, os participantes tiveram a oportunidade de visitar 28 serviços e de conhecer programas como o AIDS Intervention Model de Chicago. Lá, sob a coordenação do Dr. W. Wiebel, realizavam-se trabalhos de intervenção e pesquisa onde se fazia uma estimulante integração entre metodologias de pesquisa quantitativas, epidemiológicas e qualitativas etnográficas, que ajudava a amplificar expressivamente a potência dos conhecimentos gerados pelos dados assim coletados. (WIEBEL, 1992; WIEBEL et al., 1996)

O acesso a esses serviços e a seus conceitos e métodos viriam então a ter forte e duradoura repercussão entre os profissionais brasileiros envolvidos. A própria Diva Reale assegurava que a experiência transformou profundamente seu olhar e a forma tomada por sua prática clínica, ao longo de sua carreira e não apenas em relação aos usuários de drogas. Mesmo em 1994, quando iniciou o seu mestrado no Programa de Medicina Preventiva da FMUSP, ainda encontrou em seus primórdios o estudo do tema das drogas ilícitas naquele departamento. Sua dissertação foi feita a partir de uma grande revisão bibliográfica (REALE, 1997, p. 56-63) e foi o primeiro estudo sobre drogas ilícitas a ser realizado dentro daquele programa de pós-graduação.

Uma intervenção mais eficaz, envolvendo a troca ou distribuição de agulhas e seringas descartáveis, só pode ser realizada mais adiante, em 1994, sob a direção do Dr. Tarcisio

6 Este termo em nosso meio tem sido traduzido por “agente comunitário” ou “agente de saúde”. Refere-se genericamente à utilização de ex-usuários ou pessoas que têm familiaridade com cenas de uso, em programas que atuam nas ruas em locais frequentados por essa população, com a finalidade de “atingir usuários de drogas que não procuram os serviços”.

Andrade, então no Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia (Cetad/UFBA), entre usuários de Salvador. Ele também viria a realizar outro trabalho de grande importância na área médica durante sua pesquisa de doutorado em Medicina, defendido na UFBA em 1996 de onde se mesclou a escuta psicanalítica, feita em sala de espera, e o estudo epidemiológico quantitativo sobre a soroprevalência dos seus interlocutores, ainda considerado essencial para conferir cientificidade aos dados. (ANDRADE, 1996)

Em conclusão, devemos lembrar das diferentes situações de poder que se encontram pesquisadores de diferentes disciplinas em relação aos sujeitos de suas pesquisas e intervenções. No campo médico, as exigências da ética em pesquisa feita *em* humanos levam a que sujeitos participantes da pesquisa precisem ser protegidos dos efeitos do risco de uma exposição indesejável, isso difere da situação dos militantes que escolhem fazer de sua exposição uma arma de fortalecimento de sua luta. Já as pesquisas em ciências sociais estabelecem outra forma mais atenuada de poder sobre os seus sujeitos, ao realizarem pesquisas *com* humanos e suas metodologias, como, por exemplo, a pesquisa-ação, ou a etnografia que questionam e põe em cheque cânones metodológicos de pesquisas que se mantêm atadas a modelos clássicos imperativos na medicina devido ao alto grau de poder direto exercido pelo profissional sobre o sujeito e seu corpo.

Nesse sentido, surgem as particularidades muito distintas das práticas e áreas de atuação profissional do pesquisador na antropologia, do clínico em psicanálise, do psiquiatra atendendo na saúde pública, ou do epidemiologista na coleta de seus questionários estruturados. Torna-se necessário que uma sensibilidade à alteridade seja exercida para que uma abertura e um respeito a estas diferenças possam permitir que as heterogêneas equipes envolvidas em ações articuladas em projetos comuns, possam propiciar enriquecimento mútuo ao invés de

competição e rivalidade, expressando a intolerância às suas diferenças.

Portanto, quando é possível encontrar uma posição balanceada entre assimilação e diferenciação, demarcação e hibridização, isto propicia uma experiência da qual se sai modificado e enriquecido. Então, este é um dos desafios que a história das práticas de redução de danos tem nos ensinado nestas últimas décadas. A assimilação dos conceitos, das lições e dos princípios que regem os programas de redução de danos para outras áreas de atuação como, por exemplo, a prática clínica em consultórios privados é um importante tema a ser abordado.

À vista disso, foi necessário estabelecer uma verdadeira força tarefa para enfrentar os desafios que a prevenção da disseminação do HIV exigia. Para poder estabelecer diretrizes e desenvolver tecnologias de educação e prevenção foi necessário reunir saberes e práticas que até então pouco haviam sido utilizados dentro da área médica, incluindo a metodologia de abordagem de populações escondidas, para os quais os estudos etnográficos são considerados especialmente sensíveis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. M. de. *Condições psicossociais e exposição ao risco de infecção pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis em uma comunidade marginalizada de Salvador-Bahia*. 1996. Tese (Doutorado em Medicina e Saúde) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Antropologia Social).
- BECKER, H. S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. (Biblioteca de Antropologia Social).
- BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde, [19--]. mar. 1987. Edição especial.

DES JARLAIS, D. C.; FRIEDMAN, S. R. A importância das estratégias de redução de danos para os países em desenvolvimento. *In*: MESQUITA, F.; BASTOS, F. I. *Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 13-24.

DES JARLAIS, D. C.; FRIEDMAN, S. R.; STONEBURNER, R. L. HIV infection and intravenous drug use: critical issues in transmission dynamics, infection outcomes and prevention. *Reviews of Infectious Diseases*, [Chicago], v. 10, n. 1, p. 151-158, Jan.-Feb. 1988.

FERNANDEZ, O. F. R. L. *Coca Light?: usos do corpo, rituais de consumo e carreiras de “cheiradores” de cocaína em São Paulo*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FERNANDEZ, O. F. R. L. *A epidemia clandestina: AIDS e uso de drogas endovenosas em São Paulo*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/48_fernandez_osvaldo_francisco_r._lobos_termo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2016.

FERNANDEZ, O. F. R. L. A epidemia clandestina: a nova expansão da AIDS no estado de São Paulo. *In*: SCAVONE, L. *Seminário Temático I: saúde e sociedade*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 1992a. p. 62-73.

FERNANDEZ, O. F. R. L. A Prática de injeções de drogas, o uso comunitário de seringas e a redução dos riscos ao HIV. *In*: PARKER, R. *et al.* *A AIDS no Brasil: 1982-1992*. Rio de Janeiro: ABIA: IMS: EdUERJ, 1994. p. 252-269.

FERNANDEZ, O. F. R. L. Saúde pública: A nova expansão da AIDS entre usuários de drogas. *TEMA: Revista das Faculdades Teresa Martin*, São Paulo, n. 17, p.127-134, 1992b.

FERREIRA, A. C. *et al.* AIDS Prevention for intravenous drug users (IVDUs) in São Paulo State, Brazil. *In*: REGIONAL MEETINGS ON BEHAVIORAL INTERVENTIONS FOR STD AND AIDS PREVENTION, 1990, Jamaica. *Proceedings [...]*. Jamaica: [s. n.], 1990.

FERREIRA, A. C. *et al.* The impact of law and policy on AIDS prevention for intravenous drug users (IVDUs) in São Paulo, Brazil.

In: CONFÉRENCE INTERNATIONALE SUR LE SIDA EN AFRIQUE. 8., 1993, Marrakesch. *Resumes* [...]. Marrakesch: [s. n.], 1993. p. WPD 090.

FERREIRA, A. C. *et al.* Outreachworkers: São Paulo experience. In: INTER-CONFERENCE ON AIDS, 7., 1991, Florence. *Programs & abstract* [...]. Florence: [s. n.], 1991. p. 374.

KIRSCH, H.; REALE, D.; OSTERLING, J. Hard-To-Reach or Out-of-Reach? São Paulo Outreach Workers and Inner-city Addicts. In: KIRSCH, H. (ed.). *Drug lessons and education programs in developing countries*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1995. p. 219-232.

LAURINDO-TEODORESCU, L.; TEIXEIRA, P. R. *Histórias da Aids no Brasil, 1986-2003*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. 2 v.

LIMA, J. C. da R. *Passageiros da fantasia*. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1990. (Série Estudos e Pesquisas, v. 66).

MACRAE, E. AIDS: prevenção ou novo tipo de segregacionismo. *Temas IMESC: Sociedade Direito Saúde*, São Paulo, v. 4, n.1, p. 73-81, jul. 1987.

MESQUITA, F. Perspectivas das estratégias de redução de danos no Brasil. In: MESQUITA, F.; BASTOS, F. I. *Drogas e Aids: estratégias de redução de danos*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 169-180.

REALE, D. *O caminho da redução de danos associados ao uso de drogas: do estigma à solidariedade*. 1997. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ROMANI, O. *Las drogas: sueños y razones*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

VELHO, G. O consumo da cannabis e suas representações culturais. In: SABINA, M. (org.). *Maconha em debate*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 39-47.

VELHO, G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (org.). *Droga e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 23-30.

VELHO, G. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para*

uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 59-68.

VELHO, G. *Nobres e anjos*: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1998.

VELHO, G. *Nobres e anjos*: um estudo de tóxicos e hierarquia. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

VELHO, G. Uma perspectiva antropológica do uso de drogas. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 355-358, nov./dez. 1980

WIEBEL, W. W. *The Indigenous Leader Outreach Model: Intervention Manual*. Rockville: National Institute on Drug Abuse, 1992.

WIEBEL, W. W. *et al.* Risk behavior and HIV seroincidence among out-of-treatment injection drug users: a four-year prospective study. *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes and Human Retrovirology*, [New York], v. 12, n. 3, p. 282-289, July 1996.

ZINBERG, N. E. *Drug, set and setting*: the basis for controlled intoxicant use. New Haven: Yale University Press, 1984.

ETNOGRAFIA NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS: DA CARACTERIZAÇÃO ECO-SOCIAL À DIMENSÃO SIMBÓLICA

Luís Fernandes

O INVESTIGADOR FACE AOS OBJETOS-PROBLEMA

Por que nos interessamos por uma dada realidade social e fazemos dela nosso objeto de pesquisa? Como evoluímos na sua problematização e aprofundamos os nossos modos de trabalho empírico? Ao longo deste texto darei conta da convergência de dois aspetos determinantes nas escolhas do investigador: o modo como novos fenómenos se vão convertendo em “problemas sociais”, oferecendo-se assim como objetos-problema à comunidade científica; e o modo como cada investigador se vai construindo no interior das redes informais de pesquisa em que se socializa. É sobre estas redes que falarei no início deste texto, dando conta da minha aculturação como “especialista das drogas”, para a partir daí me debruçar sobre uma abordagem eco-social do fenómeno droga possibilitada pelo trabalho etnográfico levado a cabo no Porto entre 1990 e a atualidade.

Em suma, o que aqui proponho é um breve percurso pelo modo como o investigador constrói a sua autonomia no meio da diversidade dos especialistas, das suas distintas abordagens e modos de conceber e intervir na realidade que estudam; é a tomada de consciência duma trajetória inscrita num campo

de possibilidades, que fez de mim etnógrafo dos territórios das “drogas duras” e me levou ao aprofundamento da expressão eco-social dos atores e dos territórios psicotrópicos em contexto urbano.

OS ETNÓGRAFOS DA HEROÍNA

No princípio do milénio, ao fazer a recensão de um livro sobre os territórios da venda e consumo de heroína em Lisboa, utilizava a expressão “os etnógrafos da heroína”.¹ Referia-me à série de trabalhos que podemos remontar aos anos 1950 com Everett Hughes ou aos 1960 com Preble e Casey; e que realizam a convergência entre *street ethnography* e interacionismo simbólico, produzindo um olhar sobre o fenómeno droga que questionava as dicotomias convencionais norma-desvio, saúde-doença, normal-anormal, ordem-crime.²

Na Europa, o fenómeno chamaria a atenção pública, sobretudo, a partir dos anos 1980, referimo nos aos países da Europa ocidental, pois os de leste estavam ainda, na sua maioria, sob a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e só com os anos 1990 já avançados teremos notícia do rápido crescimento do consumo de drogas na sua população juvenil. Então, coube aos investigadores, que começaram então a dedicar-se ao fenómeno droga, debruçar-se sobre aquilo que muitos responsáveis políticos chamavam “uma praga”, tal era o aumento dos consumidores do opiáceo e a disseminação dos mercados de rua onde a heroína se mostrava um produto de grande valor comercial.

Assim, estava em formação uma nova comunidade científica e interventiva, desde os terapeutas de várias tendências

1 Trata-se da obra *Heroína: Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa*, de Luís Vasconcelos (2003).

2 Para uma síntese deste campo de estudos ver Ogien (2000).

clínicas aos epidemiologistas ou aos especialistas da prevenção. Predominavam os psicólogos – profissão muito recente, pois só após a revolução de abril de 1974 seria criada a formação em psicologia nas universidades –, mas o campo ia crescendo de um modo multidisciplinar: médicos, psiquiatras, enfermeiros, técnicos de serviço social, juristas. E, em 2002, dizíamos o seguinte a propósito da situação em Portugal:

A já considerável produção científica que se vem fazendo entre nós não autoriza a afirmar que estamos perante uma comunidade científica estabilizada. Com efeito, ela não existe no sentido kuhniano do termo. Não há um paradigma que pacifique a discussão, que defina inequivocamente o objeto, que indique claramente os problemas a investigar e os métodos a empregar. Bastaria aqui invocar a definição do toxicodependente enquanto doente ou a discussão sobre a importância respectiva da droga, do indivíduo e do contexto na determinação do estado adictivo para o demonstrar. (FERNANDES; PINTO, 2002, p. 8)

Todo este labor tinha grande repercussão mediática, dando assim eco a um novo fenómeno social e constituindo-se como o principal construtor dos medos que, em certos momentos, se transformaram em alarme social em torno do “drogado”, do “traficante” ou dos “bairros das drogas”. E foi neste contexto que alguns etnógrafos começaram a eleger o “mundo da heroína” como fértil campo de investigação – e relembro só alguns dos que primeiro realizaram descrições densas, para falar como Geertz, e estabeleceram conceitos capazes de ler esta nova realidade.

Aliás, penso em Rudolph Ingold, que em França realizaria esta coisa singular de ser um psiquiatra a fazer, em meados dos anos 80, os primeiros trabalhos etnográficos importantes com os heroinodependentes das ruas de Paris (INGOLD, 1984, 1987); penso em Oriol Romani, que introduz a abordagem etnográfica dos usos de drogas na então nascente antropologia

urbana em Espanha, pesquisando, primeiro, o haxixe nas práticas juvenis em Barcelona e, depois, os estilos de vida e as trajetórias de heroinodependentes (ARTIAGA; ALFONSO, 1985); penso em Juan Pallarés Gómez (1995) ou Aurélio Díaz (1998), e na sua abordagem naturalista respetivamente dos mundos da heroína e da cocaína, ambos dirigidos por Oriol Romani .

Alguns destes investigadores, em conjunto com juristas, psiquiatras, psicólogos e trabalhadores sociais que se juntaram ao catalão Grup Igia, constituíram uma verdadeira escola com papel importante na formação duma consciência crítica.³ Saliento duas importantes vertentes desta consciência: a contestação ao *status quo* da “guerra às drogas” e a reivindicação de uma nova política interventiva, juntando-se à então nascente redução de danos, hoje, internacionalmente consagrada. Mas, para o conseguir foi necessário autonomizar-se em relação aos dois eixos da visão hegemónica do “problema da droga”: o jurídico-penal que sustentava o proibicionismo e o medico-psicológico que sustentava o modelo da abstinência. Para esta autonomia, foram decisivas as contribuições da antropologia urbana e dos estudos etnográficos, levados a cabo em alguns dos mais importantes cenários de consumo: os territórios psicotrópicos.

Seria assim com naturalidade que, liderado inicialmente pelo Grup Igia, um conjunto de profissionais do campo das drogas lançaria as Conferências Latinas de Redução de Riscos (CLAT). No seu núcleo fundador, em 2001, estavam também a França, a Suíça e a Itália, a que se juntaria, em 2003, a Portugal. Foram organizados cinco congressos entre 2001 e 2009, começando em Barcelona e acabando no Porto; seriam lugares de encontro e discussão criativos e livres, participados por coletivos de utilizadores de substâncias psicoativas e que tiveram

3 Salientámos as obras de Gonzalez e demais autores (1989), Mosquera e Rovireta (2000) e O'Hare e demais autores (1995).

um papel na afirmação das políticas de redução de riscos e no impulso para a criação de equipas a atuar diretamente nos territórios psicotrópicos.⁴

Atravesso agora em direção ao continente americano e digo da importância da etnografia de Phillipe Bourgois, primeiro nos mundos do crack no Harlém novaiorquino (BOURGOIS, 1995), fazendo o seu trabalho de campo na mesma altura em que eu iniciava a etnografia nos “bairros duros” do Porto, depois com toxicodependentes sem-abrigo em São Francisco.⁵ Penso também no Brasil e na inspiração que foi para mim Alba Zaluar, com a sua etnografia da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro (ZALUAR, 1985); penso em Gilberto Velho, cuja passagem pela etnografia das drogas em final dos anos 1970 seria fugaz, mas marcante (VELHO, 1998); penso ainda em Tarcísio Andrade e no seu trabalho de campo nas zonas de pobreza e marginalidade da Bahia (ANDRADE, 1996), ou em MacRae e Simões (2000) com as suas “rodas de fumo”; ou ainda nos trabalhos que Rubens Adorno dirigiu na cracolândia de São Paulo (ADORNO et al., 2013; RAUPP; ADORNO, 2010).

Com todos estes etnógrafos, aprendi a fazer trabalho de campo e a pensar o fenómeno droga para lá dos esteriótipos mediáticos ou do reducionismo clínico que na altura caracterizava o discurso emanado dos especialistas do tratamento. Aliás,

4 Vale a pena deixar registado que na liderança do Grup Igia estavam nessa altura Oriol Romani e Miguel de Andrès, que na França estava representada por Lia Cavalcanti, a brasileira fundadora e presidente da emblemática associação parisiense *Espoir Goute d’Or (EGO)*, Jean Marc Priez ou Thierry Charroi, da parisiense *tecnoplus*, pioneira na redução de riscos em contextos festivos; Annie Minô e Vivianne Prats, da Suiça; Paolo Lamarka e Stefano, da Itália; Maurício Sepúlveda, do Chile e nós próprios representando Portugal. A última CLAT, em 2009 no Porto, teria uma presença significativa de especialistas brasileiros, como Tarcísio Andrade (Bahia), Regina Medeiros (Belo Horizonte), Maria da Glória Melcop (Recife) ou Luís Eduardo Soares (Rio de Janeiro).

5 Para uma visão panorâmica do seu trabalho ver a entrevista que realizei consigo em Lisboa. (FERNANDES, 2009)

com todos os que nomeei acima tive o privilégio de entreter conversas sobre a nossa paixão comum dos “mundos das drogas” e, da arte e ofício da etnografia. Não fazia ideia, em tantas destas conversas, da riqueza do que estávamos ali a trocar, mas tenho-o dito sempre que procuro ensinar doutorandos a fazer etnografia – ou simplesmente a conhecer este estilo de pesquisa – que ela se faz, sobretudo, na transmissão oral partilhada com quem já fez. Processo que é uma espécie de artesanato do método de pesquisa em ciências sociais e humanas, que como qualquer arte tradicional se aprende no contacto com o mestre, manejando as ferramentas da sua oficina, escutando os seus conselhos, mas, sobretudo, o relato das suas peripécias e andanças, os seus expedientes para avançar e sair do impasse que é a realidade quando teima em não se deixar interrogar.

Entretanto, o “mundo da heroína” continuava a ser encenado na narrativa midiática a partir das zonas onde degradação urbana, marginalidade e crime se amalgamavam, ou a partir de reportagens sobre as constantes recaídas dos heroíno-dependentes. Retratava-se uma espécie de calvário que só admitia duas saídas: a cruxificação da overdose ou a ressurreição da abstinência. O adicto ao opiáceo, tantas vezes um “politoxicómano”, como diziam os especialistas referindo-se a uma trajetória em que todos os produtos eram pretexto para a vertigem, era mais um mártir do que um doente – pesem os esforços do dispositivo médico-sanitário para impôr esta segunda imagem. Assim, foi justamente a desconfiança relativamente a estas imagens dominantes – desconfiança, entenda-se, no sentido filosófico do termo – que me levou à decisão de dirigir o meu trabalho de campo para as zonas que eram apontadas como locais do “mundo da droga”.

O QUE É UM TERRITÓRIO PSICOTRÓPICO?

Quando, em 1990, iniciei a minha primeira etnografia naquele que era – e é ainda hoje – um dos principais “bairros das

drogas” no Porto, situado na periferia ocidental da cidade, a concentração espacial de atores da venda e do consumo de heroína tornava-se evidente logo aos primeiros olhares. O evoluir das observações depressa mostraria que estas concentrações não estavam distribuídas aleatoriamente pelo bairro, antes se organizavam sob a forma de territórios, no sentido que lhe confere a etologia. Sintetizávamos o tema num texto dessa época deste modo:

A cidade química é um conjunto de territórios: uns relativamente visíveis, porque são feitos de ruas, de esquinas ou de partes de bairros; outros relativamente ocultos porque são feitos de clubes noturnos de entradas selecionadas, de apartamentos ou de ‘meetings’ privados. Se bem que a droga seja um facto espalhado nos diferentes contextos e nas diferentes classes, uns e outras podem ser mais expostos ou mais opacos, mais vulneráveis ou mais defendidos. Todo o mercado ilícito precisa duma frente visível para funcionar, uma ‘montra’ que ofereça o produto e assegure a transação. Esta é uma das razões que está na base da formação de *territórios das drogas*. (FERNANDES, 1993, p. 200, grifo do autor)

Com o evoluir da pesquisa etnográfica, que a partir de 1997 se desenrolaria também num “bairro das drogas” situado na periferia oriental da cidade, aprofundou-se a definição de território psicotrópico: é um atrator de indivíduos que têm interesses em torno das drogas, com um programa comportamental orientado para aspetos instrumentais ligados a um estilo de vida em que aquelas têm um papel central. Os territórios psicotrópicos são cenários de conduta, isto é, têm um programa comportamental associado que é do conhecimento dos atores.⁶

6 Cenário de conduta é a tradução proposta para “behavioral setting”. Wicker (1987) considera certos territórios como “behavioral settings” sempre que dispõem de um programa comportamental bem definido e conhecido/reproduzido pelos seus atores. A estrutura e o funcionamento do “behavioral setting” não dependem de indivíduos concretos, mas da estabilidade

Os cenários de conduta são supraindividuais, os seus programas comportamentais pré-existem aos seus frequentadores e não dependem de nenhum deles em particular. A esta luz, os indivíduos de cujas práticas resulta o funcionamento do território podem ser considerados equipotenciais. Ademais, veremos mais à frente como esta característica permite, pelo menos em parte, explicar a resistência e a longevidade destes territórios, apesar das inúmeras tentativas das forças policiais para os desarticular

O território psicotrópico é o elo final da cadeia de distribuição de substâncias psicoativas ilegais, onde se realiza o encontro entre o vendedor e o consumidor. Esta definição permite estabelecer vários tipos de territórios psicotrópicos, como os existentes nos contextos festivos ou os de interior (apartamento). Ao longo da minha investigação trabalhei sempre em territórios psicotrópicos de rua situados em periferias sociais, que são os mais mediatizados e em torno dos quais se constroem imagens de desordem, de criminalidade e de marginalidade. Embora os haja em pleno centro urbano, os mais importantes no Porto estão na periferia da cidade, em alguns bairros sociais que, por causa deles, ganharam notoriedade em toda a cidade e mesmo no país.

Entre 2009 e 2010, em nova pesquisa etnográfica (FERNANDES; RAMOS, 2010) na zona oriental da cidade, desta vez nos espaços em que havia ocorrido pouco tempo antes a demolição do mais etiquetado “bairro das drogas” do início do milénio, dávamos conta da existência de dois tipos de atores – os “flutuantes” e os “residentes”, de que falaremos na secção seguinte, por agora interessa dizer que foi a propósito deles que falámos de *plataformas junkie*. Os “flutuantes” e os “residentes” são os atores que dão o carácter de plataforma a um dado território

do programa comportamental. Para uma revisão recente do conceito de “behavioral setting” ver Popov e Champalov (2012).

psicotrópico. Plataformas são lugares de grande movimentação de atividades *drug*, onde uns vêm e logo se vão, onde outros estão em permanência, mas em condições precárias, que asseguram a logística para as necessidades do consumo de drogas no imediato.

As plataformas são territórios psicotrópicos, mas estes não são necessariamente plataformas, pois podem não ter a dimensão e o intenso movimento de vai-vem que os transforma naquelas. Sejam ou não plataformas, os territórios psicotrópicos desempenham um papel instrumental ao serviço de quem “anda na vida”, ou de quem está “na vida do andamento”, para ser fiel à linguagem dos utilizadores. Atraindo-os a si, permitem-lhes a aquisição e o consumo do “produto”, bem como a obtenção duma série de informações estratégicas para a “vida da droga”.

COMO SE ORGANIZA UM TERRITÓRIO PSICOTRÓPICO?

De um modo esquemático consideraremos três elementos estruturantes da organização de um território psicotrópico: tipos de drogas, tipos de atores e tipos de espaços.

Tipos de drogas

Uma das funções centrais de um território psicotrópico e aquela que é mais destacada pelo discurso mediático é a venda de drogas, além disso, nos territórios de periferia desqualificada o leque de substâncias transacionadas é pequeno, com a quase exclusividade da heroína e da base de coca.⁷

7 A base de coca é muitas vezes confeccionada pelos próprios vendedores, adicionando bicarbonato de sódio à cocaína, obtém-se, assim, um produto próximo do *crack* e bastante mais barato do que a cocaína. A sua progressiva expansão ao longo dos anos 1990 fez com que os utilizadores de

Em sintonia com o grande poder adictivo destas substâncias, normalmente designadas como drogas duras, estamos perante territórios psicotrópicos duros: espaços no interior ou nas imediações de cenários de pobreza urbana típicos da periferia desqualificada. Essa constatação é coincidente com a de investigações conduzidas em periferias desqualificadas de cidades em vários continentes: um dos elementos que se mostram constantes neste tipo de contextos urbanos e periurbanos é o consumo e o comércio ligado à economia subterrânea das drogas, tal como constatámos numa revisão de literatura em que procurávamos identificar os signos distintivos destes contextos. (FERNANDES; MATA, 2015)

Embora haja circulação e consumo de cannabis, normalmente sob a forma de haxixe, estes territórios não são locais onde ocorra a sua procura, que, ao contrário da heroína e da base de coca, tem uma grande disseminação de pontos de venda e consumo um pouco por todo o espaço urbano, incluindo os seus lugares mais centrais associados ao lazer e às sociabilidades juvenis noturnas. Outras drogas com protagonismo na atualidade, como o *ecstasy* ou as substâncias psicadélicas, estão praticamente ausentes – os seus territórios de eleição fazem parte de outros roteiros urbanos.

Tipos de atores

A figura do “heroinodependente”, que o discurso clínico teceu entre finais dos anos 1970 e os 1990, isto é, entre o começo do fenómeno droga como problema claramente identificado na sociedade portuguesa e o crescimento duma “epidemia da heroína”, desdobra-se em várias figuras, quando visto de perto através do olhar etnográfico. Assim, as duas figuras centrais destes territórios são o *dealer* e o “agarrado”: um assegura a

heroína passassem quase sempre a alternar os consumos do opiáceo com os da “base”.

venda, o outro assegura a compra do produto, normalmente heroína ou base de coca, como vimos. Mas, estes dois tipos de atores não podem distinguir-se tão nitidamente: há *dealers* que estão “agarrados”, há “agarrados” que coadjuvam os *dealers* na venda como modo de financiar o seu consumo pessoal, tal como os próprios textos legais reconhecem quando falam na figura do “traficante-consumidor”.

Os utilizadores de drogas que vão ou estão num território psicotrópico podem ser divididos em esporádicos, “flutuantes” e “residentes”. Como o nome indica, os esporádicos não têm presença frequente no território e têm pouco envolvimento com as suas redes de sociabilidade ou de cooperação, por exemplo, na venda de substâncias; os “flutuantes” vão com grande frequência ao território, várias vezes ao dia muitos deles, sempre que precisam de se abastecer de heroína e/ou base; os “residentes” correspondem ao “agarrado” com um intenso envolvimento com o consumo, normalmente com grande dependência e marcas físicas e psicológicas visíveis. O seu grau de adicção e a sucessiva perda de laços leva-os a estarem em permanência nos territórios, de modo a se encontrarem perto do abastecimento e das relações de sociabilidade instrumentais para os seus consumos continuados. A etiqueta “residentes” vem do facto de alguns fazerem destes espaços o seu lugar de vida, habitando em casas abandonadas, em barracos (construções precárias), em fábricas abandonadas ou mesmo em tendas de campismo.

Entre *dealers* e consumidores há outras figuras, necessárias ao bom funcionamento do território psicotrópico: “capeadores”, que anunciam o produto, dando indicações aos compradores de modo a cooptá-los para o *dealer* para o qual trabalham; os “vigias”, que desempenham um papel de observação de aproximações de pessoas ou veículos para deteção de potenciais ameaças à atividade que ali se desenrola; “enfermeiros”, que

são consumidores por via intravenosa experientes que ajudam os menos hábeis a injetar.

Desde o início do milénio, há também outro tipo de ator com presença assídua em alguns destes territórios. Isso acontece naqueles que estão assinalados como mais problemáticos a partir de um “diagnóstico territorial” pelo Serviço de Intervenção em Comportamentos Adictivos e Dependências (Sicad), o organismo público que gere o “problema da droga”. As equipas de rua vão diariamente por uma ou duas horas ao terreno, possibilitando assim o contacto próximo entre os profissionais de redução de riscos e minimização de danos – quase sempre psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros – e os utilizadores de drogas. Algumas dessas equipas têm também um educador de pares, que é um utilizador de drogas a quem foi dada alguma formação técnica que lhe permita potenciar o seu conhecimento experiencial do fenómeno e do tipo de atores, tendo um papel facilitador e mediador da relação entre profissionais e utilizadores.

Tipos de espaços

Por que se situam maioritariamente os territórios psicotrópicos de rua de drogas duras neste tipo de zonas urbanas? A questão assume maior relevância pois, como vimos atrás, este é um dado recorrente na investigação sobre a periferia desqualificada numa grande diversidade de cidades espalhadas por vários continentes. O nosso trabalho de campo foi mostrando que os territórios psicotrópicos se formam e estabilizam temporalmente nas zonas onde melhor se tem dado a adaptação das drogas ao espaço urbano, tendo em conta o estatuto estigmatizado que elas têm nas nossas sociedades. Nessas zonas, cruzam-se três dimensões: a económica, a ecológica e a psicológica. Vejamos muito brevemente cada uma delas.

Dimensão económica: na condição precarizada da periferia desqualificada o mercado das drogas assume um valor instrumental que supera largamente outras formas de economia paralela, mas não necessariamente criminal, a que grupos vulnerabilizados sempre recorreram. A elevada taxa de desemprego, as baixas qualificações profissionais que tornam o trabalho formal quase uma miragem e o abandono escolar são circunstâncias que facilitam a adesão a alguma das várias tarefas necessárias ao funcionamento do mercado de rua das drogas.⁸

É importante sublinhar que os processos de marginalização não são consequência da instalação de um mercado das drogas nestes bairros sociais, fazendo, isso sim, parte da sua história. Mas, é igualmente importante salientar que a presença destes mercados tem pelo menos duas consequências: produz clivagens internas na sua população criando um potencial de conflito e coloca estes bairros no mapa dos “casos de polícia”; o que, em conjunto com o impacto mediático do “tráfico”, reforça os processos de marginalização já em curso. Encontrámos em Ruggiero e South (1996, p. 327) a expressão clara deste movimento entre a normatividade e a marginalidade que realizam as economias subterrâneas:

O crime enquanto trabalho não é só uma metáfora, mas uma descrição justa das atividades que são conduzidas em certas partes da grande cidade do fim da era moderna, onde os particulares se apoiam de maneira intermitente em oportunidades legais e ilegais. Dito noutros termos, os particulares implicados nas economias ilegais adoptam e adaptam um modelo de comportamento legítimo, mas ao fazê-lo, passam da economia oficial à clandestina - e vice-versa. Neste processo, eles negociam constantemente a aceitabilidade moral do seu comportamento.

8 Nos anos em que estes mercados se foram instalando o desemprego rondava os 20% nos bairros sociais onde fizemos trabalho de campo, contrastando com os 6% do resto da cidade. Este contraste viria a acentuar-se no início do milénio.

Dimensão ecológica: os territórios psicotrópicos formam-se maioritariamente nas periferias sociais, porque a ecologia destas os favorece. A sobrevivência duma atividade tão criminalizada e reprimida como é a venda de drogas ilegais depende da sua capacidade de defesa, mesmo o consumo, apesar de descriminalizado, não pode ser feito nos espaços públicos e continua sujeito a um olhar social de censura. Quer pela sua localização periférica, quer pela desvalorização simbólica que a cidade dominante lhe dirige, a periferia social é um espaço onde incidem menos as estratégias de normalização decorrentes do controle social informal. Mas também, o controle que é levado a cabo pelas forças policiais tem aqui dificuldades: o êxito das atividades de defesa perante estas ações está potenciado, seja pela possibilidade de vigiar aproximações do exterior – um bairro é um território que instaura uma separação nítida fora/ dentro) –, seja pela configuração interna dos bairros, que permite a recriação semi-privada de espaços públicos.

Assim, constituem-se, deste modo, autênticos territórios de refúgio, áreas de pouca visibilidade a partir da cidade dominante. Aliás, se adotássemos a linguagem goffmaniana diríamos estar perante os bastidores, por contraste com a cena; se adotássemos a do cronista carioca João do Rio diríamos estar perante o contraste entre a cena e a obscena; mas diremos, como Fischer (1994) que estamos perante zonas intersticiais que albergam uma vida social paralela. A adaptação ecológica do fenómeno droga à sua definição social como desviante e marginal determina-lhe um movimento em direção a zonas onde a resistência à normalização pode ser otimizada.

Dimensão psicológica: as substâncias psicoativas agem na mente e no comportamento, desempenhando por isso um papel na economia psicológica dos indivíduos. Relembremos uma das premissas básicas do interacionismo simbólico a respeito dos usos de drogas: “As drogas são um meio comum de resolução de problemas; os grupos selecionam as drogas cujas proprie-

dades psicotrópicas parecem mais adequadas aos seus problemas; os efeitos das drogas são moldados e interpretados em termos da cultura do usuário”. (YOUNG, 1971, p. 71)

Os territórios mais duros, aqueles que, pelo menos simbolicamente, a cidade foi segregando, têm tendência a ser representados como *ghettos*. Não discutirei a adequação desta etiqueta a tais matrizes eco-sociais, detenho-me sim nas reverberações semânticas da palavra: o *ghetto* é o sítio que a cidade afastou e que se afastou da cidade.⁹ Louis Wirth, o sociólogo da Escola de Chicago que fez a análise da ecologia social do *ghetto*, diz que ele é não só um espaço físico, mas um estado da mente. Ora, a nossa hipótese é a de que o modo de agir sobre si que a heroína permite se liga bem à matriz ecológica do *ghetto*, a narcose induzida pelo opiáceo produz a distância do mundo e a aquietação – o tempo ganha outra dimensão, urge menos. Trata-se duma proposta de anestesia que, num sítio que a cidade adiou, permite tudo deixar para o dia seguinte, onde a dura realidade pesa menos e o tempo, suspenso, não tortura.

Ademais, Howard Becker, no seu clássico *Outsiders: studies in the sociology of deviance* (1963), descreve o “estado da marijuana”. Por analogia, o estado da heroína é a fase avançada do contacto com esta droga em que o indivíduo olha o mundo através do filtro opiáceo. Evita de tal modo o tempo em que não está sob o seu efeito, já que todo o tempo que vive é governado por ele. O estado da heroína caracteriza-se por um tempo interior específico próprio à economia psicológica da ghettização.

Ser “agarrado” (às drogas duras) na periferia desqualificada é uma experiência radical em que espaço, tempo e corpo são vividos no limite: o espaço, limitado ao território psicotrópico, confina o sujeito, como nos mostra o exemplo dos “capeadores”, dos “flutuantes” e, sobretudo, dos “residentes”; o tempo, acabámos de o ver, é intervencionado, desacelerando quase até

9 Para a discussão sociológica da figura do *ghetto*, ver Wacquant (2005).

à sua neutralização; o corpo é a fronteira que tem de ser atravessada para incorporar a droga, exibindo as marcas desta resistência e os sinais da luta entre a sua natureza bioquímica e a química exógena que vem interferir com esta ordem natural.

Em suma, à medida que percorremos as dimensões do território psicotrópico fomos vendo como, para além de espaço dotado de uma materialidade física – isto é, lugar concreto, referente espacial para quem “anda na droga” –, é também um lugar no espaço mental dos seus frequentadores. Veremos na secção seguinte ainda como tem também uma dimensão simbólica construída e utilizada nas trocas entre cidade dominante e as suas figuras da desordem.

A DIALÉTICA ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO NOS TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS

A proliferação de territórios psicotrópicos, principalmente, nos anéis periféricos de bairros sociais de Porto e Lisboa, viria a ter uma forte repercussão nos meios de comunicação de massas. O cidadão comum não tem, em geral, experiência direta destes espaços e atores, construindo a sua representação a partir destas propostas mediáticas. Assim, a materialidade dos territórios psicotrópicos gera, por efeito da intensa procura e difusão de narrativas mediáticas em seu redor, todo um plano simbólico. Diríamos que o evitamento experiencial por parte do cidadão comum abre passo a uma redução cognitiva, que apreende estes espaços e suas populações a partir de elementos discursivos mais ou menos estereotipados veiculados pelo discurso de que são objeto.

Apesar da sua pouca visibilidade direta graças à fixação em zonas urbanas com as características eco-sociais a que já aludimos, estes territórios incorporam a imagem da cidade por meio duma narrativa que os transforma em “hipermercados das drogas”, em “bairros do tráfico”, onde se concentram “trafican-

tes”, “drogados/toxicodependentes”, “marginais”, “criminosos”. Por sua vez, estes efeitos simbólicos produzirão consequências ao nível dos mecanismos de controle social, visíveis tanto na alteração das estratégias policiais como na gestão urbana dos “bairros problemáticos”. É como se a droga transbordasse destes bairros, abatendo-se sobre a vida diária da cidade central sob a forma de arrumadores de automóveis que surgiam um pouco por todo o centro da cidade e em qualquer acontecimento da pequena criminalidade predatória – em todos eles se lia a presença e a autoria do “drogado”.¹⁰

O debate público elevava o “combate à droga” à categoria de prioridade nacional: nos anos 1990 aparece nas sondagens entre as três preocupações mais urgentes e o direito criminal reforça em 1993 a moldura penal para os crimes de tráfico. De tal modo os trabalhos policial e penal se aplicaram neste combate que as prisões portuguesas atingiram nos finais dos anos 1990 a sua lotação máxima, nalguns casos mesmo a sobrelotação, enchendo-se com um novo tipo de recluso oriundo na sua maior parte dos “bairros problemáticos” das periferias de Porto e Lisboa.¹¹ De tal modo este movimento em direção ao cárcere foi visível que Manuela Ivone Cunha, fazendo a etnografia de uma prisão feminina onde 90% das mulheres estavam presas por tráfico de drogas, intitularia a sua monografia de *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos*. (CUNHA, 2002)

Todo este cenário foi também pretexto para intervenções urbanísticas do poder autárquico do Porto, decidindo a demolição dos dois mais conhecidos “bairros das drogas”: o Aleixo e o S.

10 Para uma análise desta recente figura da marginalidade que passou a ser presença quotidiana nas grandes cidades portuguesas, o arrumador de automóveis, ver Fernandes (2015).

11 Desde o início do milénio a população reclusa está estabilizada, tendo mesmo ocorrido uma diminuição nos anos seguintes ao da entrada em vigor da lei da descriminalização do consumo de drogas, em 2001. Para uma análise detalhada deste movimento de encarceramento impulsionado pelo “combate à droga” ver Luís Fernandes e Rosário Silva (2009).

João de Deus. O discurso dos dirigentes políticos centrava-se na necessidade de combater eficazmente zonas que eram dominadas pelo tráfico, legitimando assim ações de controle urbano que seriam levadas a cabo entre 2002 e 2006 – demolição do S. João de Deus – e 2011 – demolição do Aleixo, entretanto interrompida com a mudança política na gestão do município.

O território psicotrópico é, pois, também lugar simbólico; concentrando nele os sinais daquilo que importa conter em nome da ordem pública e do governo da cidade, autoriza o reforço do controle sobre as populações periferizadas. Se ele é o lugar de onde emanam os sinais nos quais queremos ver a desordem, torna-se a sede de uma série de efeitos simbólicos cujo grande poder consiste em regressar ao plano material. Que melhor exemplo do que o do desaparecimento de bairros do mapa da cidade para o ilustrar?

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. C. F. *et al.* Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saúde & Transformação Social = Health & Social Change*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4-13, 2013. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudetransformacao/article/view/2246/2646>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- ANDRADE, T. *Condições Psicossociais e exposição ao risco de infecção pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis em uma comunidade marginalizada de Salvador – Bahia*. 1996. Tese (Doutorado em Medicina) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- ARTIAGA, J. F.; ALFONSO, O. R. (coord.). *Dejar la heroína: vivencias, contenidos y circunstancias de los procesos de recuperación*. Madrid: Cruz Roja Española, 1985.
- BECKER, H. S. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press of Glencoe, 1963.
- BOURGOIS, P. *In search of respect: selling crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CUNHA, M. I. P. da. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século, 2002.

DÍAZ, A. *Hoja, pasta, polvo y roca: el consumo de los derivados de la coca*. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 1998.

FERNANDES, L. Questionar a dicotomia normal.desviante: o empreendedorismo de margem dos arrumadores de automóveis. In: EILAT, G. et al. (org.). *Como (falar sobre) coisas que não existem: um livro a partir da 31ª Bienal de São Paulo*. Porto: Fundação de Serralves, 2015. p.198-207.

FERNANDES, L. Tão perto de casa, tão longe de nós: etnografia das novas margens no centro da urbe. Entrevistado: Philippe Bourgois. *Etnográfica*, [s. n.], v. 13, n. 1, p. 197-211, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1291>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FERNANDES, L. Territórios psicotrópicos. In: AGRA, C. da. (ed.). *Dizer a droga, ouvir as drogas*. Porto: Redicário, 1993. p. 195-239

FERNANDES, L.; MATA, S. Viver nas “periferias desqualificadas”: do que diz a literatura às percepções de interventores comunitários. *Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2015.

FERNANDES, L.; PINTO, M. Do que se tem ao que não há: práticas de investigação e comunidade científica das drogas em Portugal. *Toxicodependências*, Lisboa, v. 8, n. 3, p. 3-10, 2002. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/6896/2/83560.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FERNANDES, L.; RAMOS, A. Exclusão social e violências quotidianas em “bairros degradados”: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Toxicodependências*, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 15-27, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tox/v16n2/v16n2a02.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FERNANDES, L.; SILVA, M. do R. O que a droga fez à prisão: um percurso a partir das terapias de substituição opiácea. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência, 2009. Disponível em:

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22918/2/15061.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FISCHER, G.-N. *A psicologia social do ambiente*. Lisboa: Editorial Piaget, 1994.

GÓMEZ, J. P. *El placer del escorpión: Antropología de la heroína y los yonquis (1970-1990)*. Lleida: Milenio Publicaciones, 1995.

GONZALEZ, C. *et al. Repensar las drogas: hipótesis de la influencia de una política criminal liberalizadora respecto a las drogas, sobre los costes sociales, las pautas de consumo y los sistemas de recuperación*. Barcelona: Grup Igia, 1989.

INGOLD, R. La dépendence économique, *Science & Vie*, [s. n.], v. 160, 1987.

INGOLD, R. La dépendance économique chez les héroïnomanes. *Revue internationale de criminologie et de police technique*, Genève, v. 3, p. 331-338, 1984.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas*. Salvador: Edufba, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4702/1/Rodas%20de%20fumo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MOSQUERA, M. de A.; ROVIRETA, G. B. *Contexto, sujetos y drogas: un manual sobre drogodependencias*. Barcelona: Grup Igia, 2000.

OGIEN, A. Sociologie de la déviance et usages de drogues: une contribution de la sociologie américaine. *Documents du Groupement de Recherche Psychotropes, Politiques et Société*, Paris, n. 5, avril-juin 2000.

O'HARE, P. *et al. La reducción de los daños relacionados con las drogas*. Barcelona: Grup Igia, 1995.

POPOV, L.; CHOMPALOV, I. Crossing Over: The Interdisciplinary Meaning of Behavior Setting Theory. *International Journal of Humanities and Social Science*, [s. l.], v. 2, n. 19, p. 18-27, Oct. 2012. Disponível em: http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_2_No_19_Special_Issue_October_2012/2.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

RAUPP, L.; ADORNO, R. de C. F. Uso de crack na cidade de São Paulo / Brasil. *Toxicodependências*, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 29-37,

2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tox/v16n2/v16n2a03.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RUGGIERO, V.; SOUTH, N. La ville de la fin de l'ère moderne en tant que bazar: marches de stupéfiants, entreprise illégale et les "barricades". *Déviance et Société*, Genève, v. 20, n. 4, p. 317-333, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ds_0378-7931_1996_num_20_4_1616. Acesso em: 20 fev. 2019.

VASCONCELOS, L. *Heroína: Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

VELHO, G. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1998.

WACQUANT, L. Les deux visages du ghetto: construire un concept sociologique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, [s. l.], v. 160, p. 4-21, 2005.

WICKER, A. Behavior settings reconsidered: temporal stages, resources, internadynamics, context. In: STOKOLS, D.; ALTMAN, I. (org.). *Handbook of Environmental Psychology*. New York: John Willey & Sons, 1987. p. 613-653.

YOUNG, J. *The Drugtakers: the Social Meaning of Drug Use*. Londres: Paladin, 1971.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ENTRE AS ANDANÇAS E AS TRAVESSIAS NAS RUAS DA CIDADE: TERRITÓRIOS E USO DE DROGAS PELOS MORADORES DE RUA¹

Regina de Paula Medeiros

INTRODUÇÃO

Este artigo é produto de uma pesquisa realizada em Belo Horizonte² e propõe analisar os territórios psicotrópicos urbanos da capital mineira, particularmente na região central, ocupados por moradores de rua.³ A questão a ser discutida são os usos de drogas no centro da cidade de Belo Horizonte pelos moradores de rua, o sistema de significados dos espaços urbanos ocupados ou apropriados pelos atores sociais dessa pesquisa.

Nas últimas décadas, as ciências sociais têm reconhecido os estudos espaciais das cidades como importantes, não só para entender a forma de organização e desenvolvimento urbano, como em função da influência dos espaços na definição de estratégias

-
- 1 O artigo foi publicado originalmente na *Revista Civitas*, v. 19, n. 1, 2019, Dossiê vida na rua: contribuições analíticas do campo das ciências sociais.
 - 2 Este artigo tem como base a pesquisa *Dando voltas pela cidade*: um estudo sobre a trajetória dos consumidores problemáticos de drogas em Belo Horizonte. O referido trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).
 - 3 Nossos interlocutores se auto reconhecem como “*moradores de rua*” e por essa razão, neste artigo, eles serão assim referidos.

de políticas públicas e intervenções policiais, particularmente, em relação a determinados grupos sociais, dentre os quais fazem o uso de drogas ilícitas, para compreender as formas de apropriação dos espaços urbanos pelos moradores de rua e a forma de elaboração de táticas para sobreviver a essa situação.

A definição de territórios de drogas é polêmica, pois, como é sabido, em toda história da humanidade existem as substâncias psicoativas que alteram o organismo do sujeito e que são consumidas por diferentes pessoas em diferentes ambientes e por variadas motivações (ESCOHOTADO, 1989; LABATE et al., 2008; ROMANÍ, 2010), e que não foram, em muitos contextos históricos e sociais, demarcados em espaços específicos. Os territórios das drogas estão relacionados às cidades na sociedade contemporânea e, quando mencionados, estão associados a um problema social decorrente especialmente das leis proibicionistas e de suas repercussões nos grupos de classes sociais mais baixas como os moradores de periferia e negros que comercializam e fazem uso de drogas.

Nesse contexto, discutir sobre os territórios psicotrópicos é debater sobre pobreza, raça e zonas periféricas/marginalizadas da cidade, onde concentram-se indivíduos que consomem preferencialmente as substâncias psicoativas ilícitas ou “tornadas ilícitas” (KARAM, 2014) e em certos espaços das cidades, como comumente passou a ser focado no Brasil, após a chegada do *crack*, caracterizados como terror contemporâneo e que deram origem as chamadas “cracolândias”. Ademais, Fernandes (2000, p. 7) define territórios de drogas como:

[...] um lugar onde existe uma alta probabilidade de que ocorra uma interação a propósito das drogas, ainda que ele não forme parte da intenção prévia dos sujeitos. Estes lugares cumprem a função de potencializar contatos instrumentais eficazes para o caminho da vida das drogas, funcionando como atrativo espacial, e esses espaços permitem a interação entre os atores.

Segundo o autor os referidos territórios são agrupamentos espontâneos formados por uma diversidade de pessoas em determinadas partes das cidades, onde são construídas as regras de conduta, obedecendo a uma lógica própria, seja nas regiões periféricas ou centrais. Oliven (2014, p. 8), no prefácio do livro *A cidade do medo*, explica que o medo “[...] é uma narrativa. Ela é feita de informações, rumores, estórias que vão sendo construídas coletivamente e que, em certos momentos passam a ter o status de verdade”. Ou, segundo Hall (2016), os sentimentos decorrentes das narrativas/linguagens sobre os territórios denominados de drogas são representações sociais construídas por meio de produção de significados e de imagens sociais. Dito de forma mais clara, “[...] é a conexão entre conceitos e linguagem que permite nos referirmos ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos, ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios”. (HALL, 2016, p. 34)

Essa reunião de pessoas no contexto urbano de uso de drogas implica em uma interação mútua, por certo período de tempo, em determinadas circunstâncias, onde os indivíduos podem modificar condutas para se adequar às normas vigentes e aos papéis a ele atribuído pelo próprio grupo ou pela sociedade. Em geral, esse tipo de ajuntamento é uma tendência decorrente de preconceito, discriminação, dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos, gerando uma espécie de isolamento e, de certa forma, fechamento de identidades.

No caso particular de territórios das drogas ocupados pelos moradores de rua, são espaços de agregação voluntária, circunstancial ou acidental, de certos sujeitos, são negligenciados ou permitidos pelo estado e são importantes marcadores de fronteiras regionais, de grupos e de classe social no cenário urbano. Essa demarcação limítrofe obedece a critérios ideológicos, se tornando “regiões morais” (PARK, 1979) que podem variar de acordo com a organização, contexto social, histórico e a localização espacial. As referidas regiões são resultado da im-

posição que a vida urbana decreta aos indivíduos e são caracterizadas por uma aproximação de pessoas e posteriormente a sua segregação; criando uma espécie de código cultural que, segundo o autor, se transforma em “cidades dentro de cidades” (PARK, 1979, p. 38) e acabam por reforçar e legitimar as diferenças, aguçar e intensificar os preconceitos sociais e raciais. Aliás, reforça o autor que uma região moral não é fatalmente um lugar onde se concentram indivíduos anormais, ou criminosos, bandidos e ladrões embora no imaginário social assim seja construído.

Os estudos qualitativos realizados no campo das substâncias psicoativas têm evidenciado que os agrupamentos são compostos de pessoas desempregadas, desabrigadas, loucas, pobres coitadas, vagabundas ou aventureiras que fazem uso ou não de drogas e que, de toda forma, levando em conta as normativas sociais, são desviantes. Ainda que esses grupos sejam assim organizados, o que predomina no discurso midiático, político e social é o uso de drogas, preferentemente as proibidas, e a imagem construída de degradação moral daqueles que ali se concentram como transgressores, sujeitos e perigosos.

Com efeito, desperta na população sentimentos de raiva, medo, compaixão e, por outra parte, motiva a elaboração de estratégias institucionais no sentido de implementar medidas de segurança, vigilância e controle por parte das organizações públicas de seguridade, de saúde, religiosas e jurídicas. Esses dispositivos servem para validar esses lugares como marginais nas grandes cidades e como um problema social. Esse fenômeno é exaltado nos conteúdos e narrativas discursivas, ora para manifestar posições favoráveis às manobras políticas, ora para justificar e demarcar os territórios urbanos, para motivar a repressão – a limpeza – ou o “desinfetar” – em nome da higienização da cidade – e para retroalimentar as diferenças entre a ordem e a desordem, o normal e o patológico, a norma e a transgressão.

Além disso, pesquisas etnográficas ressaltam que, embora esses lugares sejam produtores ou receptores de personagens que são rotulados, estigmatizados e que recebem tratamento social diferenciado, são também lugares de promessa de sociabilidade, de construção de identidade, pertencimento, solidariedade, emoções, sofrimento, conflito, ajuda mútua e visibilidade. São espaços importantes para orientar as narrativas biográficas, o tempo, a posição dos corpos e as práticas sociais tendo o elemento droga como intermediário das interações tão ricas e fundamentais para aqueles que ocupam esses lugares. (ADORNO, 2015; FRANGELLA, 2009; FRÚGOLI JÚNIOR; SPAGGIARI, 2010; MALVASI, 2014; RAUPP, 2011; RUI, 2012 entre outros)

Neste artigo, será feita uma discussão sobre os territórios; as estratégias de mapeamento por meio das trajetórias e andanças cotidianas de nossos interlocutores e da construção social das travessias ou lugares de parada, os usos de drogas, as normas, as regras e a representação simbólica das substâncias.

TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS EM BELO HORIZONTE

Em Belo Horizonte, embora exista determinados bairros reconhecidos por um grande contingente de pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, como perigosos por sua intensa concentração de comércio ilegal de drogas, os espaços de consumo de drogas ilícitas não são identificados como *craquelândias* nos modelos de São Paulo. Na capital mineira, esses lugares estão pulverizados, inclusive no centro da cidade onde existe grande confluência e pluralidade de pessoas, organizações comerciais, volume de circulação de veículos e heterogeneidade de divisão social de trabalho.

Algumas ruas centrais contam com um fluxo intenso de moradores de rua que optam por essas zonas pela facilidade em acessar serviços de assistência ou por serem lugares “tá-

ticos” para atividades específicas, como, por exemplo, para aceder aos albergues, restaurante popular, praças, parques, assistência social, distribuição de roupas, comida etc., e também para fazer uso de drogas, por essa razão, esse foi o espaço escolhido para essa pesquisa etnográfica. Em vista disso, a etnografia tem sido priorizada pelos antropólogos no campo das drogas, para documentar a vida e os sistemas de significados dos atores sociais.

A primeira etapa de trabalho investigativo foi constituída de um estudo exploratório por meio de entrevistas com os comerciantes da região central, transeuntes habituais, funcionários de hotéis e estabelecimentos públicos, além de observação nos pontos de maior concentração de moradores de rua. Na especulação introdutória, a questão colocada era o que/quem se constituía como incômodo da região central da cidade. Os resultados obtidos, quase que unanimemente, indicavam os moradores de rua que fazem uso de drogas e tudo que implica a sua vida de rua, como por exemplo, a sujeira, odor, perigo, escândalo, ameaça, entre outros (MEDEIROS, 2015), os sujeitos “ninguêns” (GALEANO, 2002), as “vidas nuas” (AGAMBEN, 2007), os “corpos abjetos”. (RUI, 2012)

A partir dessa deliberação foi definido o foco da pesquisa: moradores das ruas centrais que fazem uso de drogas. A decisão polêmica era de caráter metodológico, visto que nos primeiros passos do trabalho de campo, surgiram dois desafios essenciais: o primeiro é que as falas dos interlocutores e dos entrevistados do entorno evidenciavam que o uso de substâncias psicoativas seria uma condição *sine qua non* para viver na rua. No caso da bebida alcoólica, não só para autocuidado com o corpo como para aquecimento ou para relaxar e dormir ou, ainda, para substituir os alimentos. No caso das drogas ilícitas, seria uma exigência daqueles indivíduos que dominam os múltiplos territórios de venda dessas substâncias. Assim, foi necessário fazer e refazer os critérios para definir os atores

sociais da pesquisa – que representavam a quase totalidade dos moradores de rua –, as abordagens para entrevistas preliminares e uma escuta atenta não só sobre as motivações, mas sobre as formas de uso das drogas e a representação social que fazem elas em suas vidas.

O segundo desafio foi delimitar os espaços para o foco da pesquisa ou o território de drogas. Havia alguns lugares de maior concentração de moradores de rua como praças e parques, proximidades de albergue, restaurante popular, serviços de assistência social e portas de hospitais, porém, foi observada uma mobilidade intensa no uso desses espaços, reiterados deslocamentos espaciais, representações, trajetos, construções, variedade de objetos urbanos e uma diversidade de personagens com diferentes maneiras de marcar sua presença materializada no corpo em movimento. Uma espécie de nomadismo que envolve processos vitais dos sujeitos em variados pontos do centro da cidade. Essa questão exigiu o exercício de mapeamento para entender, definir e desenhar aqueles espaços e os sujeitos que nele permanecem, mesmo que por pouco tempo.

Seguindo as recomendações de Agier (2011), para o conhecimento antropológico da cidade onde recebe, reproduz e multiplica encontros de uma multiplicidade e diversidade de pessoas e para pensar a construção e relações de identidades, hibridação, trocas, convivência, territorialidade e fronteiras é necessário analisar as dinâmicas urbanas, saberes construídos, entroncamentos, situações, lugares, fluxos e os contextos.

Entendemos como uma espécie de peregrinação, a atividade de mapear o ato de andar a pé pelos lugares traçados (MARRQUES, 2006), em movimentação contínua acompanhando os deslocamentos dos moradores de rua pelo centro da cidade, como afirma Ingold (2005, p. 87) que mapear não corresponde a uma “vista de pássaro”, mas pressupõe percorrer territórios, apreender os lugares por meio dos sujeitos que neles vivem, ou seja, exige uma “vista nativa” para captar os significados que

foram construídos “ao longo das muitas trilhas que compõem um território, ao longo das quais as pessoas vão e vem na vida prática”. Fazer mapas é então uma fotografia com delimitação espacial concreta, simbólica e relacional com base em códigos de conhecimento, experiências, padrões e comunicação compartilhados entre os que nele habitam.

Com base nessas recomendações, a equipe de pesquisa iniciou o processo de mapeamento, caminhando a pé com os moradores de rua no intuito de perceber a lógica dos circuitos feitos, suas rotinas, os espaços frequentados, suas representações simbólicas e as interações sociais. Essa incursão exigiu meses de trabalho, durante longos dias de duras caminhadas, sujeitas às condições meteorológicas, isto é, expostos ao sol e chuva, ao estado de ânimo e de humor dos moradores resultante de noites mal dormidas, efeitos de álcool e outras drogas, conflitos internos, com a polícia etc.

Os andantes, sem uma preocupação em dizer sobre o seu roteiro ou dar alguma explicação ao pesquisador, saíam caminhando, na maioria das vezes com olhar rebaixado, calados, limitando-se a dar respostas com palavras soltas, reduzidas e articuladas por entre os dentes, quase inaudíveis, principalmente, enquanto estão perambulando. Passavam por entre carros, viadutos, marquises, lotes vagos, travessas, becos e, da mesma forma, faziam paradas na maioria das vezes de forma repentina e pouco justificadas. A marcha era feita durante o dia, em grupos de pelo menos duas pessoas – é raro encontrar alguém fazendo esse circuito sozinho. Em geral, carregavam uma sacola de plástico na mão ou uma mochila nas costas, circulando pelas mesmas ruas, em especial as de intenso movimento de automóveis e pessoas e em outros espaços como becos, linhas de trem, ruelas estreitas etc. Circulavam sem dar importância ao semáforo, seguiam uma ordenação invisível como um pêndulo de um relógio, sempre na mesma direção.

É notadamente um fluxo de aventura diária e, ao mesmo tempo um risco, expresso pelos insultos, abordagem policial, problemas de saúde que surgem instantaneamente, como diarreia, vômitos e desmaios ou acidente e atropelamento. O risco foi um ponto importante de indagação na prática do mapeamento, questiona-se se seria ele uma realidade daqueles que tem a rua como morada ou é um estilo de vida, como uma espécie de adrenalina, que configura a novidade, um triunfo e vantagem ao desafio que a rua apresenta, e a superação ou troféu por mais um dia de vida. De toda forma, os nossos interlocutores, tem consciência da previsibilidade débil em percorrer aqueles caminhos e comentam isso entre os companheiros como uma espécie de vitória conquistada. O risco, nesse caso, é uma opção e nos remete à afirmativa de Le Breton (2012, p. 182): “[...] quando o risco é escolhido em uma atividade de diversão ou de desafio pessoal, torna-se uma espécie de reserva no qual se buscam sentidos, refazendo-se o gosto de viver ou buscando aquele gosto que se perdeu”.

O vaivém dos compassos pelos caminhos representa uma busca constante e é uma maneira de expressar o autoabandono e a não conformidade com sua vida, visivelmente marcada pelo corpo, as vestes e o cheiro fétido exibido publicamente, expondo ao restante da população as diferenças sociais. Ao mesmo tempo, ainda que não de uma forma consciente, é uma maneira de provocar os demais cidadãos que transitam também pelos mesmos lugares e despertar medo e desconfiança. As *andanças* transformam a cidade em um território em movimento (MEDEIROS, 2015), expressando a subversão da lógica construída sobre a imagem coisificada de sujeira horripilante ou dos corpos abjetos (RUI, 2012) das pessoas que estão nessa situação.

A movimentação, oposto à inércia da organização urbana, revela a ambivalência entre a cidade projetada e como é vivenciada pelas pessoas em seu cotidiano. Os errantes (FRANGELLA,

2009) ou nômades da região central da cidade são sujeitos sem residência fixa, com laços sociais, familiares e de trabalho corroidos e com um andar desengonçado revelam o lugar social que ocupam, de certa forma mostrando o que o “outro” quer ver e, ao mesmo tempo, demonstrando resistência e retroalimentando as classificações sociais enquanto torneiam por determinados lugares de maneira repetida.

Nos fluxos contínuos, os andantes, revelam o conhecimento produzido pelos percursos, cada rua, loja, barraquinha, os vendedores ambulantes, algumas pessoas com as quais cruzam diariamente, os buracos nas calçadas, os desvios, becos, bares, pontos de ônibus e travessas. Cada detalhe é um elemento simbólico importante para modelar e sinalizar as modificações urbanas dos trechos percorridos, ou seja, para usar ou se apropriar de parte da cidade, ou para fazer uso funcional da mesma, como seguir por uma determinada rua que se destina às praças para o descanso e banho, ao restaurante popular para se alimentar, aos centros de acolhimento, as esquinas de distribuição de comida e os albergues para dormir.

Em geral, embora caminhando em pequenos grupos, o fazem em silêncio como se o silêncio expressasse a própria fala e os pés descalços ou, na maioria das vezes, com chinelas de borracha, ritmam seus passos e a velocidade acelerando ou desacelerando, ao seu modo, sem um aviso prévio ao seu acompanhante, que testemunhava situações incômodas, como o cuspir no chão, urinar em público e, mais que tudo, experimentar a pobreza e a marginalidade social, dando conta das restrições estruturais. No final de cada intensa jornada de trabalho de campo, os pesquisadores se encontravam exaustos, suados, confusos e com uma série de questões sem respostas. Mas, questões inquietantes produziam reflexões pontuais, sobretudo pela ambivalência e os limites tênues entre a vida e a morte, o moral e o ético, a solidão e a diversidade, o silêncio e o barulho excessivo. Viver esse processo é a constatação de que

“estive lá” (GEERTZ, 2002), conhecendo o centro da cidade com os olhos de nossos interlocutores.

Conforme adverte Agier (2011), é preciso abordar a cidade a partir do ponto de vista de seus atores, e, nesse processo, foi possível ver de perto a indignância, a vergonha e o sofrimento social. Aos olhos dos “outros” sociais, eles são nada além de um conjunto ambulante de lixo que espalha mau cheiro pela cidade (MEDEIROS, 2015) e, nesse lugar, humilhados e hostilizados socialmente, expressam conscientemente uma forma diferente de visualizar o mundo, de ocupar e apropriar-se da cidade, desordenando a estrutura urbana e dando visibilidade à invisibilidade das pessoas que são e dos lugares que ocupam. Esse momento etnográfico nos remete a Magnani (2002, p. 17) que elucida,

a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo [...] nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa.

De fato, desde a pesquisa exploratória, as *andanças* e as vivências entre os nativos em seu ambiente possibilitou outras leituras e olhares sobre o contexto social e, em decorrência, provocou modificações na proposta inicial, na dinâmica da pesquisa, na escuta e compreensão dos conteúdos narrativos, na percepção das práticas sociais e no entendimento sobre as formas de gerir a pobreza. E, tão importante, foi a construção do laço de confiança e respeito entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, e a aproximação dos interlocutores que passaram a fazer parte do estudo etnográfico.

Entender a logicidade dos trajetos nas *andanças*, a dimensão espacial e seus significados foi fundamental para conhecer os lugares de parada ou de descanso que denominamos “tra-

vessia”. Esse cognomino foi inspirado nos escritos de Guimarães Rosa (1984, p. 80) que explica que “[...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. Para o autor, é possível pensar em uma espécie de entre lugares, espaços fronteiriços ou mediadores sensíveis de regresso e de partida ao mesmo tempo, de rituais de passagem entre o real e o imaginário, entre o sentido físico e simbólico. São importantes locais para a estruturação do tempo e da vida psicossocial marcados pela expressão do corpo e performance. São apropriados para estabelecer laços que sujeitam as pessoas aos territórios, muito além dos usos e das representações das drogas, longe de negar que elas têm um sentido significativo na vida e nas relações cotidianas entre os moradores de rua.

Aliás, é na travessia onde se aprende os truques de viver na rua de conhecer e aprender a gramática cultural e o guia prático para usufruir dos serviços públicos oferecidos, de aceder e utilizar os equipamentos urbanos, estabelecer encontros e trocas e para usar e apropriar-se dos espaços e da paisagem da cidade; é um ponto de encontro e de referência. São lugares com iluminação, ainda que precária, com sombra, existência de água e de recursos de higiene próximo, embora não disponibilizados publicamente, mas, aos quais é possível ter acesso com um pouco de sorte, negociação com os proprietários de negócios comerciais e disponibilidade de uns trocados para pagar pelo uso. Não se trata de um lugar de moradia fixa e definitiva, é um ponto de registro e de orientação, de ancoragem, de repouso ou de trégua.

Além do mais, a travessia é impregnada de uma diversidade de memórias de cada um, e é onde as histórias se articulam formando uma trama imbuída de sentimentos, emoções, expectativas, conflitos, desacordos e diferenças e, em caráter processual, estabelecendo relações e construindo biografias particulares e coletivas, normas e regras de comportamento, formas de estabelecer vínculos, ajuda mútua, trocas e soli-

dariedade. As travessias também passaram a ser um ponto referência para os pesquisadores e foram valorosas para estabelecer laços de confiança, observar os rituais, as interações entre eles e com o entorno, os conflitos, infortúnios, a divisão de trabalho, a liderança, o preparo da alimentação, os momentos de chegada e de saída, de lazer e de diversões.

Na travessia, foi possível observar a relação com os objetos, a hierarquia, a forma de organização e disposição de cada parte do lugar: lugar de fazer fogo para aquecer ou para a feitura da comida, para colocar os colchões, sacolas etc. Ela foi importante também para entendermos o uso dos espaços no cotidiano, as mudanças ou alterações da rotina nos dias de festas, feriados e celebrações na cidade e sua repercussão na vida deles. Ademais, foi nas travessias que ocorreram as conversas mais importantes, não só com os nossos interlocutores, como também com as pessoas que compõem a sua biografia singular. Pudemos entender a economia subterrânea, as trocas reais e simbólicas e a lógica de construção do contexto da rua e para estabelecer interação com os nativos. Nesse quesito, nos alerta Bourgois (2010), que é na relação cooperativa que o pesquisador entende a luta pela sobrevivência abaixo da linha de pobreza com dignidade e as malícias da rua.

A travessia, em nosso estudo foi reconhecida em dois pontos que denominamos de marco zero A – a praça da Estação e marco zero B – o viaduto das Bolas. O marco zero A de travessias é a praça da Estação, rodeada de grande volume de veículos públicos e particulares, estação de metrô e de trem, estabelecimentos comerciais, sobretudo bares, restaurantes, lanchonetes e instituições públicas, principalmente, municipais. Esses equipamentos públicos são essenciais para facilitar a solução de problemas imediatos no que concerne às necessidades básicas para a sobrevivência na rua. É notório nessa área a intensidade e diversidade de transeuntes que se cruzam sem dar atenção aos demais passantes ou se relacionando com

os vendedores ambulantes, com outros cidadãos nas paradas de ônibus e para usar os serviços existentes no entorno da praça.

O marco zero B das travessias é o viaduto das Bolas que está localizado abaixo de um conjunto de viadutos que cruzam ruas e avenidas centrais, e que têm a estação rodoviária em seu eixo principal. Em torno do viaduto, trafegam automóveis e ônibus intermunicipais, há pontos de táxi, estabelecimentos comerciais e por ele passa diariamente um grande número de pessoas fazendo um atalho para aceder o outro lado das ruas ou para chegar à rodoviária. A travessia B é conhecida como viaduto das Bolas devido à existência de bolas de cimento cravadas no chão pelo governo municipal, com o objetivo de impossibilitar a concentração de moradores de rua ou de outros grupos marginais, a colocação de colchões ou o acendimento de fogueiras para o aquecimento ou para a preparação de comidas. Essa estratégia foi ineficaz justamente porque as bolas de cimento possibilitaram maior conforto: elas servem como encosto, suporte para jogar baralho, secar roupa ou como mesa para comer ou centralizar uma conversa. Tanto a travessia do marco A como a do marco B, dão acesso aos serviços sociais oferecidos na cidade, ao restaurante popular, às praças que contam com fonte de água, a hospitais e albergues e outros espaços que requerem um transitar por ruas movimentadas.

OS USOS DE DROGAS NOS TERRITÓRIOS URBANOS

Embora os territórios urbanos ocupados pelos moradores de rua não tenham uma demarcação tão objetiva como parecem ter ou, como se observa no imaginário social, são desenhados e colocados em debate público com base no juízo condenatório ou como problema social, são locais de referência espacial e moral percebidos de maneira diferente e complementar na ordenação social. Em determinados lugares e situações seus

ocupantes parecem reforçar as desigualdades, as hierarquias e justificar as intervenções feitas pelos mecanismos de controle social através de sanções aplicadas, em geral, de maneira autoritária e preconceituosa.

Nesses lugares, o uso de drogas varia entre as *andanças* e as *travessias* com base em sua funcionalidade e representação simbólica e, dadas as condições de vida na rua e aos seus efeitos diversos que alteram o estado de consciência, trazem benefícios sociais e individuais e são eficazes nas redes de sociabilidades. Em cada espaço da cidade, o consumo das substâncias psicoativas e as relações dos sujeitos com elas são organizadas de maneira particular. No caso da pesquisa realizada, são intermediadores prestigiosos na forma de estruturar a vida, a temporalidade e a espacialidade urbana.

As drogas nas *andanças*

As drogas mais consumidas nas *andanças* pelas ruas da cidade e entre uma infinidade de personagens que se cruzam nesses espaços são as drogas lícitas, como o cigarro e a bebida alcoólica, especificamente a conhecida “*barrigudinha*”. A *barrigudinha* é uma cachaça de má qualidade, de custo baixo, acondicionada em uma pequena e rechonchuda garrafinha de plástico que pode ser adquirida nos pontos de venda do entorno e em supermercados populares. É compartilhada entre as pessoas que transitam em conjunto pela cidade e passada de mão em mão especialmente nos dias de frio ou de chuva, como uma espécie gestual de aproximação, de solidariedade e doação, como bem coloca Mauss (2003, p. 256): “[...] se as pessoas se dão, é porque se devem – elas e seus bens – aos outros”. Esse ritual é repleto de sentidos, códigos e nexos compartilhados pelos moradores de rua que atribuem valores e simbolismo à bebida, de maneira particular. Esse signo, a cachaça compartilhada, é importante para a comunicação e para interceder re-

lações, experiências subjetivas e sociabilidade. Nas andanças, não observamos o uso em público de outras drogas diferentes da bebida e do tabaco. Tais drogas, certamente por serem ilícitas, geralmente não são usadas ou transportadas nos espaços centrais da cidade; enquanto que a cachaça, ao contrário, os iguala aos cidadãos comuns que podem beber uma cerveja ou outras bebidas em cenas públicas, sem nenhum constrangimento, dado a sua permissibilidade social.

A barrigudinha tem um sentido extraordinário nas andanças e tem uma coerência valorativa que pode ser variável de acordo com a situação e com a garrafinha (coisa) e seus significados, sobretudo. Como troca não monetária e nem quantificável, mas como forma de reprodução das relações de reciprocidades entre as pessoas que fazem parte dessa rota. Ela, enquanto objeto simbólico, veicula aspectos do lugar do sujeito na cidade e de suas experiências singulares. Observando como ela é concebida, vê-se que é um mediador das relações sociais e estratégia de continuidade para conectar tempo, espaço e sujeitos. Seguir a barrigudinha é desvelar sistemas de significados, comunicação intersubjetiva, mecanismos de proteção, reação, velocidade, e, sobretudo aproximação da realidade social submersa nos fluxos urbanos.

As drogas nas travessias

Diferentemente das andanças, nas travessias são usadas as drogas ilícitas, porém as mais baratas e de fácil acesso, como, por exemplo, cola de sapateiro, maconha, cocaína e *crack*. De modo oposto à bebida alcoólica, em geral, não são compartilhadas, apesar de o uso ser em conjunto e em público. O lugar escolhido para o consumo é preservado dos olhares dos outros cidadãos, dos órgãos de assistência e, de maneira particular, dos organismos de controle social, inclusive quando estão nas travessias. Cada qual adquire a sua substância para uso indi-

vidual e as regras são muito claras. Por exemplo, não se empresta uma porção de drogas – *crack*, cocaína, maconha – para não ficar em débito com o outro o que pode gerar desavenças, violência e até morte. Assim, como na dádiva de Mauss (2003) o ato de receber obriga a retribuição no mesmo momento ou em outra época, naquele mesmo local ou em outros, aonde certamente vão se reencontrar mais cedo ou mais tarde. Se a droga não for retribuída ou paga, torna o receptor inferior e não merecedor de respeito. Por essa razão, deve ser duramente punido, preferencialmente, pelo doador ou por parceiros que também conhecem essa regra e têm o compromisso de retroalimentá-la. A punição pode ser um ato público à vista de qualquer pessoa, do grupo de moradores ou pode ser enquanto o devedor está sozinho e sem condição de defesa, preferentemente, quando está dormindo, o que resulta em um castigo cruel e fatal.

Esse fato aponta para a noção da honra expressa em rituais governados por regras inscritas na reciprocidade. Para evitar essas desavenças, em geral, a droga ilícita não é dada, não é emprestada, não é bem recebida e nem é compartilhada nas travessias. Esse ritual expressa um caráter normativo, já que a ação/comportamento e a reação/punição é de consenso do grupo e segue uma espécie de roteiro, como bem afirma Goffman (2011) quando, em uma cena determinada os indivíduos se agrupam, tendem a agir como atores em uma peça de teatro, onde a dramatização causa impressões dos outros sobre eles, sobre as normas e os papéis sociais.

No caso de haver uma opinião contrária, no momento do ritual, a pessoa deve ficar em silêncio, pois ela também pode se tornar o alvo devido à desobediência à norma, visto que trata-se de um código moral para definir os parâmetros comportamentais que incluem o ofendido e o ofensor, a tolerância, os limites e o descrédito que pode gerar constrangimento. Por essa razão, o agir deve ter como base a racionalidade entre as pessoas que interagem em um determinado contexto social.

Mesmo que as substâncias ilícitas sejam prevalentes no marco A e B, é comum observar o uso e a companhia constante de uma barrigudinha que é a substância hegemônica de uso continuado entre os interlocutores dessa pesquisa. Ela é um marcador simbólico importante de identidade do morador de rua e, ao mesmo tempo, um atributo estigmatizador. É um tipo de espírito coadjuvante capaz de fazer do possuidor da garrafinha, com seu conteúdo encantador, suficientemente habilitado para enfrentar os obstáculos, sobretudo, para amparar a intermediação pacífica com os outros. É uma espécie de vínculo mágico e difuso; da palavra, do gesto e do olhar; um gênero de suporte humano ou um personagem extraordinário indispensável e intercessor das interações sociais e simbólicas relevantes, pois, trata-se de um fluxo de sentidos compartilhado que veicula aspectos singulares e experiências individuais e sociais.

À vista disso, a literatura antropológica e etnográfica tem nos ensinado há mais de um século que os objetos assim como os donos ou usuários deles só ganham significação no sistema de classificação em seu contexto específico, pois expressam a lógica da organização da vida cotidiana, os rituais e representações e seus efeitos na subjetividade individual e coletiva dos atores sociais. O objeto droga é um veículo simbólico que transporta mensagens, normativas construídas com base em uma lógica própria, expectativa e códigos de comportamento entre os grupos que dela fazem uso, mas, ao mesmo tempo identifica, discrimina, rotula, constrói e manipula sistemas sociais, num processo de ação e reação. De toda forma, as drogas estão sob o domínio dos grupos hegemônicos que tem o poder para classificá-las e indexá-las à legalidade ou a ilegalidade, resultando no estatuto de liberação de algumas e proibição de outras, alicerçado na possibilidade de ameaçar o funcionamento da ordem social.

COM JEITO DE CONCLUSÃO

Os estudos etnográficos em territórios das drogas têm apontado para a diversidade de agregação coletiva, espontânea ou acidental dos sujeitos para quem a droga é um importante elemento de ruptura com os modelos sociais normativos e com as estruturas formais. Nessa perspectiva, é impossível definir um território de drogas de maneira certa e absoluta, pois ele é formado com base na história, nos interesses políticos e ideológicos ou na maneira de apropriar-se ou fazer uso dele. Delimitar os espaços urbanos é uma estratégia classificatória de apartar, demarcar e cronificar os espaços da cidade com base em questões morais, sociais e políticas que acabam por incidir sobre pessoas que fazem uso dele, de maneira particular os de classe social mais baixa, as minorias ou os desviantes sociais atribuindo-lhes rótulos. (MEDEIROS, 2010)

No caso dos moradores de rua, o direito individual de fazer opção pela vida na rua, consumir cotidianamente drogas e bebidas alcoólicas de maneira independente e de vivenciar a liberdade pessoal, como um valor essencial, é desconsiderado. O que prevalece é a negação da capacidade reflexiva do sujeito sobre o seu corpo, do prazer de vivenciar suas escolhas e dos riscos aos quais comumente está exposto.

Por outra parte, delimitar espaços físicos e nomeá-los negativamente é uma tática para produzir e reproduzir imagens sociais dos personagens que fazem uso deles como indivíduos que perderam o discernimento e o controle de suas vidas, do seu próprio corpo, dos lugares públicos e das normas sociais vigentes. Com efeito, se justifica a elaboração de políticas públicas autoritárias, falseadas e repressivas por meio de conteúdos discursivos moralistas sobre a incapacidade do sujeito de responder por si próprio e de exercer sua autonomia retroalimentando as políticas proibicionistas.

Por fim, fazer etnografia na rua, com grupos estigmatizados é uma experiência de reflexão continuada e mesclada pela sedução e pelo desânimo que exige tempo e dedicação para romper com os desafios das dissoluções, mobilidades, dispersões, intermitência, fragmentações, descontinuidade, sistemas simbólicos, interseções, identidades diversificadas e múltiplas, estruturas instáveis e fluxo contínuo. Ademais, exige do pesquisador bases técnico-metodológicas e éticas que sustentem e permitam um fazer e refazer constante. Estudar os territórios de uso de drogas é entender a relatividade dos usos dos espaços urbanos, a diversidade social e o significado das drogas na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. A produção das cracolândias: razões de mercado, pânico moral e elogio a violência do estado – epidemias de uma miséria política brasileira. In: FERNANDEZ, O. F. R. L.; ANDRADE, M. M.; NERY FILHO, A. (org.). *Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos*. Salvador: Edufba, 2015. p. 291-305.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- BOURGOIS, P. *En busca de respeto: vendiendo crack en Harlem*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.
- ESCOHOTADO, A. *Historia general de las drogas*. Madrid: Alianza, 1989.
- FERNANDES, J. L. Los territorios urbanos de las drogas: un concepto operativo. In: MOSQUERA, M. de A.; ROVIRETA, G. B. *Contextos, sujetos y drogas: un manual sobre drogodependencias*. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona, 2000. p. 53-60.

- FRANGELLA, S. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2009.
- FRÚGOLI JÚNIOR, H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 6, p. 1-25, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1870>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- GALEANO, E. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GEERTZ, C. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002. (Coleção Etnologia).
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HALL, S. *Cultura e representação*. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2016.
- INGOLD, T. Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação. *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 76-110, 2005.
- KARAM, M. L. Guerras as drogas e saúde: os danos provocados pela proibição. In: LOPES, L. E.; BATISTA, V. M. *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. Rio de Janeiro: Revan, 2014. p. 265-300.
- LABATE, B. C. et al. (org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: Edufba, 2008.
- LE BRETON, David. *La sociologie du risque*. Paris: PUF, 2012.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- MALVASI, P. A. Além do consenso moral: o problema das drogas na perspectiva de jovens de periferias paulistas. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, [Londrina], v. 10, p. 87-109, 2014. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/252>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MARQUES, R. Entorno, drogas e violência nas escolas: uma contribuição sobre a espacialidade no município de Belo Horizonte. In: MEDEIROS, R. (org.). *A escola no singular e no plural: um estudo sobre violência e drogas nas escolas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 47-83.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naif, 2003. p. 183-294.

MEDEIROS, R. Bêbados, noiados e moradores de rua: efeitos do proibicionismo e desafios das políticas públicas. In: FERNANDEZ, O. F. R. L.; ANDRADE, M. M.; NERY FILHO, A. (org.). *Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos*. Salvador: Edufba, 2015. p. 51-65.

MEDEIROS, R. Clínica e Croni(cidade): impactos de usos/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. In: SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. (org.). *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, 2010. p. 165-218.

OLIVEN, R. O medo nosso de cada dia. In: BORGES, A. M.; MACHADO, L. Z.; MOURA, C. P. (org.). *A cidade do medo*. Brasília, DF: Verbena, 2014. p. 7-9.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 25-66.

RAUPP, L. M. *Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotidiano, práticas e cuidado*. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tdc-27042011-161051/publico/LucianeRaupp.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

ROMANÍ, O. Adicciones, drogodependencias y “problema de la droga” en España: la construcción de un problema social. *Cuicuilco*, México, v. 17, n. 49, p. 83-101, jul./dic. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/cuicui/v17n49/v17n49a6.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

ROSA, G. *Grande sertão veredas*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

RUI, T. *Corpos abjetos*: etnografia em cenário de uso e comércio de crack. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280382/1/Rui_Taniele_D.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

A FESTA TRANCE EM PORTUGAL: LUGAR, MOBILIDADE, DROGAS

Luis Almeida Vasconcelos

INTRODUÇÃO

O capítulo que aqui se inicia constitui seguimento de um minicurso levado a cabo no âmbito do VI Congresso Internacional da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD), realizado entre os dias sete e dez de novembro de 2017, em Belo Horizonte. Dedicado à pesquisa etnográfica da maconha, do *ecstasy* e do LSD, a sessão teve como suporte empírico um determinado tipo de festas de música eletrônica realizadas em Portugal desde o final dos anos oitenta 80 do século passado, as festas *trance*. Genericamente designados como *raves*, estes eventos têm em comum o facto de terem ocorrido pela primeira vez em instalações industriais urbanas abandonadas ou, como é o caso daquelas de que este texto se ocupa, em lugares preferencialmente afastados de quaisquer núcleos populacionais, como são o caso de certas propriedades rurais, de parques de campismo e estruturas semelhantes subutilizadas durante o inverno ou, até – essas as mais apreciadas – em bosques e florestas.¹

1 O trabalho de campo foi levado a cabo no período compreendido entre os anos de 2007 e 2014, mais intenso nos três primeiros anos, nomeadamente pela participação em trinta e duas festas, incluindo a participação em

A designação das festas segue o nome da música eletrônica aí tocada, o *trance*. No plano estritamente musical, o número de bpm – acrônimo da expressão *beats per minute* – é o elemento rítmico que, produzido pela ação conjunta do baixo e do *kick* da bateria, distingue os diferentes estilos de música eletrônica, que são: o *techno*, o *house*, o *drum & bass*, o *electro* ou o *minimal*. O *trance* encontra a sua primeira marca distintiva no intervalo entre 120 e 140 bpm, sendo que a definição de cada subtipo: psicodélico, progressivo, *full on* ou *dark*, é para ser encontrada nas 20 batidas daquele intervalo. Quando dançado – as festas destinam-se à prática da dança – e acompanhando as dinâmicas da pista, o número de bpm pode, em certos momentos, ser progressivamente aumentado pelo *DJ* (Disc Jockey), também designado como artista, bem acima do limite máximo daquele intervalo.² Os instrumentos que produzem e medem

quatro festivais Boom, realizados em Portugal em cada dois anos. Com a mesma estrutura organizacional das outras festas, mas com uma muito maior dimensão em área e em número de participantes, cerca de trinta mil, sobretudo estrangeiros, este festival é não só visto pelos participantes portugueses como paradigma do que é a festividade *trance*, mas também como pináculo de um movimento que se desenvolve no tempo que media a realização entre cada uma das suas edições. O campo incluiu ainda a participação no trabalho de montagem em um destes festivais e em catorze festas de menor porte, bem como, para além de Lisboa, cidade de morada do autor destas linhas, várias estadias em duas outras cidades portuguesas – Porto e Leiria – destinadas a melhor conhecer alguns dos trancers – designação nossa – aí residentes, alguns deles integrantes das pequenas organizações profissionais, as produtoras, que planeiam, montam e acompanham a realização destas festas.

- 2 A música é posta por um *DJ*, isto é, a pessoa que mistura música proveniente de várias faixas – as malhas – gravadas em CD, assim construindo, no momento, uma música nova e irrepetível. O *DJ* será considerado tanto mais hábil quanto maior o número de faixas misturadas e quanto maior a capacidade para, através da música tocada em crescendo durante o respetivo *set*, nome dado à sua atuação, e através da própria postura corporal, interagir com os dançarinos. Para uma excelente elucidação da “mistura” e ação do *DJ*, ver Bezerra (2002). A música misturada havia sido composta por um ou vários “produtores”, nome usado para referir os compositores dos temas dispostos em CDs, que é ofício também de alguns *DJs*. Ambos designados como “artistas”, herdaram um “ethos romântico” (WILF, 2010,

estas batidas, como de resto e na maioria dos casos todos os outros eventos sonoros que lhe são apostos, são o computador, os sintetizadores e outros dispositivos eletrônicos. Aliás, os cultores deste tipo de música distinguem com facilidade as diferenças acima indicadas.

Existem vários tipos de festas. Trata-se, de facto, de uma rede complexa que se articula a partir de pequenos eventos realizados até no interior de habitações de algumas pessoas, geralmente as mais novas, ou, em um desenvolvimento que exige já um maior grau de organização, na região dos respetivos locais de residência, nomeadamente em pequenos bosques. Entre os participantes mais velhos nas festas *trance*, e sem que lhe sejam apostos quaisquer qualificativos, a expressão “a floresta” designa a localização das primeiras festas realizadas em Portugal, com entradas pagas. Resultantes já de um processo relativamente complexo de produção, elas ocorreram em uma propriedade agrícola no centro sul de Portugal, atraindo participantes vindos de vários pontos do país.

Desde os anos noventa do século passado, os locais arborizados tornaram-se uma das marcas deste tipo de eventos. Esta memória estende-se aos vários grupos de amigos com uma expressão local, que, na maior parte dos casos, desenrolam a sua atividade em torno de um ou outro pretendente a *DJ*, normalmente chamado a “tocar” ou a “pôr som” nas festas organizadas pelo grupo do qual faz parte. No extremo sul do país, no Algarve, onde raramente ocorrem festas com mais de meio milhar de participantes, é este o modelo de organização.³ Não quer dizer

p. 564, tradução nossa) que associa a criatividade, a autonomia e a auto-realização individual. Como se verá já adiante, “produtor” e “produção” podem referir-se ainda a outro tipo de pessoas e tarefas.

3 Ao contrário das festas de maior porte e como abaixo se verá, trata-se aqui de eventos organizados por um grupo de pessoas que tem a propriedade do sistema de som e de um gerador de energia elétrica que tornam possível a realização das festas sem necessidade de recurso a outras organizações para além do seu grupo próprio. Trata-se de um tipo de coletivo que me-

que, em alguns casos, tais festas, nomeadamente as realizadas em discotecas, não possam ser pagas, são-no por vezes. O que interessa ressaltar é que se está a falar de eventos realizados em escalas diferentes e, nessa medida, com impactos bem diferenciados, ou seja, os participantes das festas constituem uma rede que se alarga a partir das residências onde o *trance* é ouvido e das pequenas festas realizadas perto de muitos lugares de morada dos seus ouvintes e dançantes. As de maior porte devem ser encaradas como acontecimentos que integram as, e retroagem nas, características dessa mesma rede.

Esse movimento atinge o seu auge na realização de grandes festivais, dos quais se destaca, de dois em dois anos e em Portugal, a realização do Boom, com a participação, como se viu, de dezenas de milhares de participantes, muitos deles vindos de todo o mundo. Muitos daqueles que, como é o caso de alguns pretendentes a *DJ*, aparecem como figuras relativamente centrais a um nível local determinado, podem, aqui, aparecer como trabalhadores da produção do festival – um deles vi-o integrando uma equipa que realizava trabalho da limpeza –, enquadrados, neste caso, pelos membros da mais antiga, conhecida e prestigiada produtora do país. Entre estes dois extremos, existem níveis intermédios: festas com entrada paga e produzidas para um número máximo esperado de 1500 a 3000 pessoas, e um mínimo de 500 a 1000; o principal objeto da descrição e análise presente neste ensaio refere-se a estas festas.

Ainda que possam ocorrer em locais fechados, como é o caso de clubes, os locais tidos por ideais para a realização deste tipo de festas é o que todos os participantes denominam por “natureza”, ou seja, lugares mais ou menos afastados de núcleos populacionais e onde, preferencialmente, e para além da presença de árvores, haja lugar à presença de um rio ou de

Ihor se aproxima do caracterizado por Graham St. John (2001) a propósito da cidade australiana de Melbourne.

um lago, mesmo que seja artificial. Contudo, ainda que tais requisitos não sejam indispensáveis, a existirem, é suposto mimetizarem as praias de Goa, Estado da União Indiana onde, e como adiante se explicará, as festas trance vieram a realizar-se pela primeira vez.

Independentemente do lugar de ocorrência, e ainda que o seu “*design* organizacional” (HANDELMAN, 1998) resulte sempre da reprodução dos mesmos elementos constituintes – no mínimo, um local destinado à dança, um outro ao descanso e um bar, todos eles profusamente decorados – a festa é encarada por todos os participantes como um evento irrepetível. Em alguns casos é-lhe mesmo atribuído um nome. Quando falamos de música, de dança e de decoração, referimos categorias usadas pelos participantes eles próprios. Já quando escolhemos o conceito “*design* organizacional”, como adiante se dará melhor conta e seguindo de perto a proposta de Dan Handelman, remetemos o significado do primeiro termo para o que nele resulta do imbricamento de um desenho e de uma intenção. Os primeiros agentes da transformação a que ficará sujeito o lugar onde a festa se realizará são os produtores que, integrando pequenas organizações mais ou menos conhecidas pelos participantes, planeiam, promovem e dirigem o trabalho de montagem de cada evento, levada a cabo durante mais ou menos uma semana.⁴ Durante a sua realização, são ainda eles que coordenam as ações necessárias a que tudo decorra sem incidentes. Enquanto organizações mais ou menos firmadas – muitas delas têm uma existência que se resume à produção de uma ou duas festas –, a maior parte destas “produtoras” evoluem a partir de um grupo de amigos oriundos de uma mesma cidade que começaram, enquanto simples festivaleiros, por

4 O trabalho de produção para o festival Boom, que ocorre durante uma semana do mês de agosto, devido à área que ocupa e à grande quantidade de participantes, é iniciado no mês de janeiro, portanto, mais de sete meses de montagem.

participar em um certo número de festas realizadas no passado. (VASCONCELOS, 2008) São ainda eles que solicitam o deferimento das autorizações impostas pela lei – licença do município para o toque de música para além da meia-noite e para a venda de bebidas alcoólicas – para que estas festas tenham, como acontece com a maioria, uma realização perfeitamente legal.⁵

As festas *trance* ocorrem em lugares onde se usam drogas. Sem prejuízo de haver quem a utilize apenas nestes eventos, o uso da maconha vem a acontecer como prolongamento de uma utilização que acompanha a vasta maioria dos participantes, dentro e fora do recinto da festa, e neste sentido, ela é objeto de um processo de “normalização”. (SOUTH, 1999, p. 5, tradução nossa) “Ganza” e “chamon” são os termos mais comumente usados para referir os preparados da canábis existentes em Portugal: o “haxe”, o “pólen” e a “erva”.

O termo “haxe” resulta da contração da palavra haxixe, preparado feito a partir da resina da planta. Já o “pólen”, como o nome indica, é feito a partir das flores, é o mais apreciado pelos usuários mais experientes e apresenta-se embrulhado numa espécie de pequenas cápsulas ovais da dimensão de uma bolota, nome dado em Portugal ao fruto do carvalho, do sobreiro e da azinheira, árvores bastante comuns neste país, essa a razão

5 A questão relativa ao lugar de morada dos produtores torna-se relevante, já que estes consideram a sua região como o raio onde podem ser encontrados lugares para realização de festas. Esta atitude tende a que seja por relação a esta região que os produtores melhor conhecem as autarquias locais em cujo território é ou não permitida a realização destes eventos, que saibam quem possa alugar as estruturas necessárias à realização de uma festa. Ou seja, os produtores detêm saberes que estão ligados ao território em que atuam. Assim, e de maneira informal, cada produtora tem um território que lhe é mais ou menos adstrito, sendo considerado de mau tom montar uma festa em um lugar que integre o território de outra produtora. No caso das festas maiores, que exigem um maior esforço de produção, não é raro duas produtoras unirem os respetivos esforços. Tal união é vista como uma aliança que favorece o aumento do raio de ação da produtora que é chamada a agir fora do seu território.

pela qual o “pólen” é também referido pelo vocábulo ‘bolota’; a “erva” designa as folhas da planta, cortadas e secas.⁶

O chamado *ecstasy* é referido como a droga mais utilizada nas raves nas quais um dos tipos de música eletrônica é tocado e dançado, o *techno*. Na verdade, não é nova esta situação na qual uma droga específica é associada a um tipo de música e de dança (SHAPIRO, 1999). A “droga emblemática” do *trance* é o LSD, designamos como emblemático um psicoativo que, para além da sua ingestão, é objeto de um grande investimento retórico, sendo nessa medida que o LSD é nomeado por todos, mesmo aqueles que nunca o ingeriram. Interessante ainda o fato de que aqueles que o ingerem não desenvolverem nenhuma tematização específica sobre alguns daqueles efeitos; eles são remetidos para enunciados nos quais se tende a usar uma adjetivação abundante sobre a qualidade da transformação operada pelo “ácido”, designação mais corrente para o LSD, mas nos quais pouco se diz sobre as características de tal transformação. Essa a razão pela qual todos os principiantes que ouvem as conversas nas quais o ácido é falado nada sabem sobre o que acontecerá após a primeira toma.⁷ Ao contrário do

6 Os usuários mais experientes sabem dos períodos correspondentes ao ciclo agrícola da planta e à feitura daqueles preparados, uma boa parte deles provenientes de Marrocos, sabem até da proveniência das plantas em causa. Uma vez ouvi um *DJ* estrangeiro a perguntar se era possível arranjar “paquistanesa”, sabendo ele que, muito provavelmente, a erva viria de Marrocos, o homem em causa referia-se à origem da planta e não ao país onde ela é cultivada. São muitos os nomes através dos quais estes preparados são designados: “bagulho”, “banza”, “beque”, “besugo”, “broca”, “charro”, “chinha”, “djamba”, “ganja”, “liamba”, “maconha”, “marijuana”, “pia”, “verdinha”. Sobre estas designações, muitas delas de uso ainda corrente durante o trabalho de campo, ver Calado (2006, p. 4).

7 Estabelecemos em outro lugar uma diferença entre substância e produto. (VASCONCELOS, 2003, p. 20-21) No primeiro termo está presente a componente química, nomeadamente a respetiva designação científica; ao segundo que, como designação, recupera os termos criados pelos utilizadores de drogas, são associados itinerários de uso, nomeadamente no que estes se relacionam com os lugares, a mobilidade, os objetos, a forma e a qualidade das interações relacionadas com a toma de drogas. Falar de

chamon, cuja preparação é feita à vista de todos, e cuja fumaça é dada a ver – e cheirar – por todos os que estão na proximidade de quem o usa, o ácido, em virtude da forma como circula, adiante descrita, bem como sua toma nunca são vistos para além do conjunto de pessoas que o ingerem.

O que todos experienciam, usuários ou não do LSD, são os outros componentes materiais da festa. O argumento que aqui se defende é o de que existe uma relação entre a especificidade destes componentes e os efeitos concretos de cada toma de LSD. Prosseguimos, por isso, um tipo de descrição etnográfica muito atenta à especificidade dos elementos constituintes de determinadas festas, que é como quem diz, a alguns dos pormenores concretos daquilo que as compõe. Como se tornará patente no final deste ensaio, são estes pormenores que virão a tornar possível uma melhor compreensão do uso do ácido.⁸

substâncias sem ter em conta tais elementos é, por assim dizer, construir uma narrativa quimicamente pura, com muito pouca adesão à realidade. A título de exemplo, veja-se o caso da designação “MDMA”, acrónimo do nome de uma substância, o metilenedioximetanfetamina. É frequente presumir-se que esta designação tem o seu exato correlato no termo *ecstasy*, um dos nomes através do qual os utilizadores designam um produto que é mais frequentemente vendido sob a forma de comprimido. Tal presunção é errada, pois muito do *ecstasy* não contém, pura e simplesmente, nenhum MDMA, e sim, frequentemente, contém uma outra metanfetamina, ou seja, outra substância. Alguns dos utilizadores conhecem bem esta disjunção e, exatamente, por causa disso, para terem a certeza da droga que estão a tomar, é frequente, e quando está disponível, usarem o MDMA sob a forma de cristais, parecidos, na forma como se apresentam, com a cocaína; neste caso, e ao contrário da ingestão do comprimido, a droga é inalada. Frequente também o facto de tal uso ser utilizado como forma de distinção, quer dizer, como parte de um discurso através do qual aqueles que usam o “MD” – elisão usada para referir os cristais –, se contrastam com os outros utilizadores, derogatoriamente considerados menos experientes. O mesmo se poderá dizer sobre o LSD, acrónimo da denominação alemã Lysergic Säure Diethylamid. Quando aqui falamos desta droga falamos de um produto, não de uma substância. Tal distinção mantém-se sempre válida, independentemente da pureza das drogas em presença.

8 Exatamente por seu uma droga emblemática, e não por ser o único utilizado, o LSD será o produto objeto de análise mais aprofundada aqui; no entanto, também serão feitas algumas notas sobre o uso da ganza. Os

UM LUGAR

Em março de 2006, desloquei-me a um local que integra uma propriedade agrícola situada a pouco mais de cinquenta quilómetros da cidade de Lisboa, capital de Portugal. Aí e uma semana depois iria realizar-se uma festa. A deslocação destinava-se a acompanhar os produtores do evento que iam efetuar uma avaliação das condições do terreno e das necessidades referentes ao trabalho de produção e de montagem daí decorrentes. A viagem, que prolongou uma série de reuniões de planeamento, efetuadas à noite na casa de um deles, situada numa cidade que compõe a chamada Grande Lisboa, foi encarada por todos com alguma expectativa. Na medida em que, como eu, algumas das pessoas não tinham automóvel, a deslocação, feita de dia, obrigou à sua distribuição pelos veículos disponíveis. No meu caso, a carona para o local foi acordada com Rui, homem com idade perto dos quarenta anos, amigo de um dos produtores que já conhecera num dos encontros onde se discutiram alguns pormenores relativos à produção da festa programada. Parte do grupo reuniu-se em um restaurante de uma povoação situada a cerca de dez quilómetros da propriedade em causa.

Transcrevo agora uma parte do diário de campo dedicada a alguns pormenores relativos à deslocação para, e à descrição do, lugar em causa.

Depois do almoço, e percorrida uma distância de alguns quilómetros de Estrada Nacional, tomamos a via secundária na berma da qual se encontra uma das entradas da propriedade agrícola que procuramos. Passado o portão, rolamos agora numa estrada de terra batida que integra a propriedade em causa. À nossa esquerda, uma casa. Desaparecida do campo de visão e guinando à direita,

utilizadores mais experimentados consideram ambas como “psicodélicas”, com efeitos que integram em um mesmo contínuo.

serpenteamos por entre uma floresta de sobreiros. Em sequência, e já no fim daquele maciço de árvores, revela-se um espaço aberto, atravessado pela reta da estrada que continuamos a percorrer. À direita, a estrada é bordejada pela margem de uma charca; à esquerda e numa linha que acompanha a via, por uma vedação de arame. No limite da lagoa e da vedação, barrando a estrada e ligando a margem da primeira ao limite da segunda, um portão. Ultrapassado, temos acesso a um campo com cerca de dois hectares – já ouvira falar dele como pastagem –, um quadrilátero também delimitado em parte do seu perímetro por uma cerca de arame. É aqui que a festa irá ocorrer, sendo também aqui que é dado termo à marcha do automóvel.

Fazendo a pé os últimos cinquenta metros, reunimo-nos ao João e ao Mário [pseudónimos de dois produtores] e a outro homem que não conhecia. Depois dos cumprimentos, rápidos e formais, e pelo conteúdo da conversa, iniciada antes da nossa chegada, percebi que se tratava de alguém ligado a uma empresa de segurança. Com exceção da centena e meia de metros correspondentes a uma parte da lagoa, o lugar é delimitado do resto da propriedade por quatro cercas de arame.

Avaliadas as necessidades de segurança – como sempre, uma das primeiras preocupações consiste em não permitir que alguém venha a entrar sem pagar bilhete –, discute-se a melhor localização do dance floor, do chill out, do bar e de outras lojas. E de dois geradores. A montagem de todos estes componentes será levada a cabo numa clareira – cerca de um hectare – que não ocupa a totalidade do quadrilátero [área arrendada aos proprietários da quinta]. Ela é definida por parte das cercas, pela linha de árvores correspondente ao limite da floresta de sobreiros e, em plano situado dois metros abaixo, pela charca. (Diário de campo)

A deslocação dá conta de como são antecipadas as localizações de vários componentes da festa: o *dance floor* integra a “pista”, nome do espaço destinado à dança. Sem ele, a festa não é sequer pensável. Sem prejuízo de poderem fazê-lo em ou-

tras localizações que integram o lugar onde o evento decorre, os participantes têm no *chill out* o único lugar previamente montado e destinado ao seu descanso. O chão é coberto por uma alcatifa, frequentemente recolhida como salvado de exposições realizadas em edifícios pertencentes a associações empresariais de comércio ou indústria, existentes em algumas cidades do território português. Essa alcatifa é cortada na medida da dimensão do chão do *chill out* e sobre ela são espalhadas almofadas coloridas. Tendencialmente, tudo na festa é colorido. As pessoas sentam-se no chão, geralmente conversando ou, também sobre ele, se deitam e dormem. No *chill out*, é feito tocar um “som” – o *ambient* – que, nos termos de um homem que participa na montagem destas estruturas, é “uma música que não convida logo à dança” e, por isso, considerada adequada ao descanso dos participantes.⁹ A dimensão, montagem, decoração e acompanhamento das atividades do *chill out* durante o tempo em que a festa decorre pode ser contratada a produtores especializados. Sem o *chill out*, o sucesso do evento seria muito gravemente comprometido. A música no *dance floor* e no *chill out* é tocada por *DJs*.

O bar é destinado à venda de alimentos e bebidas, nomeadamente água e cerveja. Pode haver lugar a uma *chai shop* que venda sucos naturais e comida vegetariana ou outro tipo de restaurante, como aquela loja montada em uma tenda ou resultado da fixação de uma roulote, ou de outra viatura destinada também à venda de alimentação.¹⁰ Finalmente, o *flea market* constituído, pelo menos, por uma loja.

Ademais, a presença de Rui na acima referida sessão de planejamento destinou-se a saber alguns pormenores sobre o *flea market*, onde viria a instalar uma pequena loja desmontável

9 Para uma excelente análise da música *ambient*, ver Prendergast (2003).

10 Geralmente, a exploração do bar é feita pelos produtores que organizam a festa em causa, onde a cerveja é a única bebida alcoólica disponível.

– tudo na festa é desmontável –, destinada à venda de artigos como cintos, sandálias e bolsas de feitiços variados, feitos em couro e pele. Nestes lugares podem ser vendidos outros artigos como: peças de roupa, panos decorativos – em uma destas lojas vi e comprei um pano amarelo sobre o qual se dispunham caracteres devanágari vermelhos –, caixas de lata com representações de divindades hindus (Figura 1), pulseiras, colares e até isqueiros. Alguns destes artefatos apresentam representações coloridas de folhas de *ganza*.

Figura 1 - Pormenor de artigo do Flea Market



Fonte: produzida pelo autor.

A disposição daquelas estruturas é organizada de acordo com um padrão que, tendo em conta as características topográficas do terreno em causa, sugere e define, delimitando-o, o lugar onde a festa ocorrerá. Para além desta disposição e da exploração de possibilidades prévias de delimitação sugeridas pelo terreno – uma espécie de parede constituída por um denso canavial pode ser disso exemplo –, há lugar à colocação de

elementos decorativos que, num primeiro momento, ajudam, a partir de seu interior, a tornar ainda mais definido o lugar da festa. A policromia destes elementos, aos quais se juntam a delimitação dos espaços referentes ao *dance floor* e do *chill out*, a decoração exterior do bar e das lojas fornecem ao lugar construído um ambiente feérico.

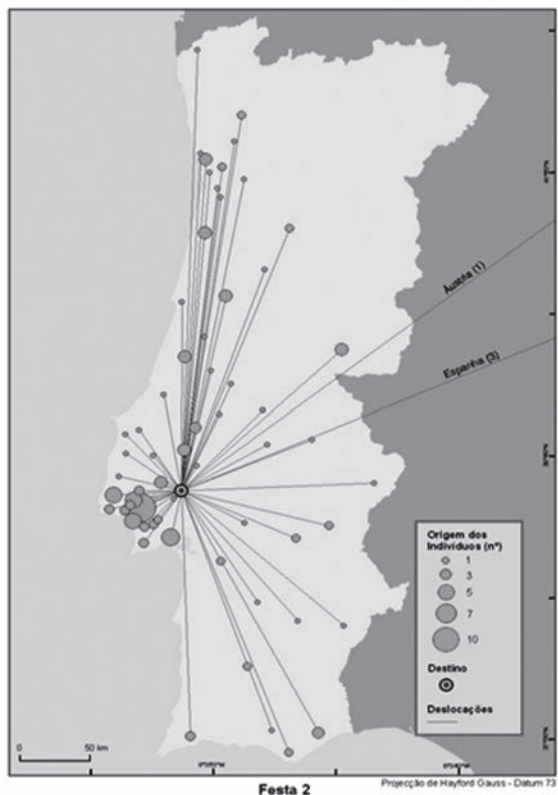
Armada e decorada a tenda de circo para nela ser instalado o *dance floor*; montadas as tendas destinadas ao *chill out*, ao bar, à *chai shop* e ao *flea market*; retirados os veículos e algumas tendas de campismo dos produtores, usadas para dormir durante os dias da montagem; tornados operacionais os geradores destinados à produção de energia elétrica; recebidos e colocados os banheiros portáteis a ser usados por todos durante a duração do evento; definido o lugar da entrada e aqueles a que corresponde a disposição dos seguranças, a festa está preparada para que lhe seja dado o seu início. Para os produtores, trata-se de receber as pessoas que eles designam como “público”.

PARA A FESTA: O PÚBLICO

No mapa da Figura 2, o território português inclui elementos referentes ao lugar de morada dos participantes, representados através de círculos laranja, e a localização da festa, representada por um pequeno círculo verde. Ligando uns e a outra um conjunto de segmentos de reta que representam as deslocções realizadas pelos festejantes.¹¹

11 A designação “Festa 2” corresponde à segunda de um conjunto de oito festas onde foi levado a cabo um pequeno inquérito por questionário. Aqui, os dados do inquérito destinam-se a dar conta da deslocção para a festa. O mapa foi realizado com recurso ao Sistema de Informação Geográfico (SIG). Tendo em atenção os 176 participantes residentes no território português inquiridos na festa aqui colocada em análise – e correspondentes a 10% dos participantes –, faz-se notar que 38% deles declara deslocar-se em viatura própria, 56% declara tê-lo feito na viatura de um amigo e 5,1%

Figura 2 - Mapa de mobilidade do público para uma festa



Fonte: produzida pelo autor.

A representação das deslocações, correspondente às distâncias euclidianas em causa, é, no entanto, passível de esvaziar a caracterização da mobilidade que indicia se a sua

afirma ter usado um transporte público. A distância máxima percorrida por participantes residentes no território português é 420 Km. Três dos inquiridos vêm do estrangeiro: um da Áustria, três de Espanha; e entre todos eles, a idade mínima registrada é 17 anos, a máxima 37. A maioria dos participantes desta como aliás das outras festas é, com pequenas variações, maioritariamente constituída por adultos jovens.

análise se restringir àquilo que nelas releva de uma necessidade estritamente funcional, associada à viagem para o lugar da festa. É que “a mobilidade” não é um “fenómeno autoevidente”. (SALAZAR, 2018, p. 154, tradução nossa) Para os efeitos da análise que aqui continuamos, seguimos a mobilidade através da aproximação que resulta da proposta efetuada por Peter Adey (2010, p. xvii, tradução nossa): trata-se de “uma relação vivida [...] uma orientação para si mesmo, para outros e para o mundo [...] uma forma de referir pessoas, objetos, coisas e lugares”.

Antes mesmo de ser dado o início às deslocações, os participantes têm à sua disposição um *flyer*, geralmente desenhado em computador por alguém conhecido dos produtores e, eventualmente, por eles mandado imprimir. Previamente disposto na internet – no sítio da produtora em causa –, é impresso e distribuído desde logo por lojas e bares da cidade onde moram os produtores da festa em causa. Havendo quem o faça, normalmente amigos aí residentes, são também distribuídos em lugares similares, situados em outros espaços urbanos do país e é colocado também nos balcões das lojas de festas montadas por outras produtoras, cuja realização antecede a anunciada no volante em causa. Antes de mais, as fotografias, desenhos e comentários que tais flyers colocam em relevo atestam o lugar da festa como sendo “natural”, mesmo que o evento venha a realizar-se num parque de campismo, a referência a um lago, uma gruta ou um rio eventualmente próximos ou, até, a uma fase da lua, são disso um bom exemplo. (VASCONCELOS, 2008, p. 93-94)

Mas também fornecem a rota para a viagem, sugerindo e atualizando uma historicamente disponível representação do país: assumem que o território nacional se divide em duas grandes zonas, norte e sul, e que o participante se desloca a partir de uma delas. O principal ponto de referência é, por isso, a A1, nome da autoestrada que liga Porto e Lisboa, as maiores cidades localizadas naquelas duas zonas, sendo a partir dela

que se vai indicando o resto das vias a percorrer. De notar que a maioria dos participantes percorre de automóvel todo o sistema de estradas – municipais, nacionais ou autoestradas –, isto para além das estradas de terra batida ou areia que, como se viu e no final dos trajetos, dão acesso a, e percorrem as, propriedades públicas ou privadas onde a maioria desses eventos se realiza.

Mesmo da parte dos participantes experimentados, são recorrentes as narrativas sobre as dificuldades encontradas na viagem para os lugares onde certos eventos vieram a ocorrer. Tendo em conta que a maioria se desloca em carros de propriedade de um amigo, é ainda para ter em consideração a arrumação no interior do automóvel que, não sendo aleatória, se repercute nas práticas verificadas durante a viagem. No caso raro do uso de viaturas alugadas, são ainda relevantes as práticas relacionadas com a angariação de dinheiro para o respetivo aluguel. Em qualquer dos casos, existe um contínuo no qual relações de amizade, vizinhança e, até, parentesco se imbricam com o planeamento da viagem e com as práticas e vicissitudes relativas à sua prossecução.

A esse propósito, Joana é um exemplo que ilustra a forma como as festas e os padrões de mobilidade a elas associada evoluíram em Portugal. Ela participa em algumas das chamadas festas *techno*, então realizadas, sobretudo, em armazéns e instalações fabris abandonadas, não atribuindo, no entanto, e em retrospectiva, a tais participações, nem um carácter sistemático, nem a importância que hoje atribui ao *trance*.¹² Diz que é ela que muda a sua vida, na medida em que foi na participação continuada nestas festas que veio a iniciar uma forma de

12 Já referido acima, o *Techno* é o nome de um género de música eletrônica, surgido nos EUA. Tendo também este último como base, o *trance* viria a ser criado mais tarde em Goa, nome de um Estado da União Indiana. Estes factos serão enquadrados adiante, quando da análise de algumas características da música eletrônica.

vida que a leva pela segunda vez a Goa, cidade da Índia onde, com trinta e cinco anos e graduada em Comunicação Social, vem a trabalhar como professora de língua portuguesa. Anos antes começara a ir a festas dirigindo ela própria o automóvel que a transportava. Até aí, a participação depende das caronas dadas pelos poucos conhecidos que, na sua zona de residência, uma cidade do norte do país, têm acesso a um automóvel e que, tendo-o, têm também acesso aos meios para suportar os custos das respetivas deslocações. Refere, a este propósito, a importância de um amigo, cozinheiro de profissão. Entre estudantes como ela e por via de um salário, este preenche dois indispensáveis quesitos: propriedade direta de um automóvel e recursos disponíveis para a sua manutenção e movimento.

Ter carro próprio não garante, no entanto, acesso às deslocações implicadas na participação de uma festa. Esse é, mais uma vez, o caso de Joana. Filha e irmã de motoristas profissionais, é portadora de carta de condução e autorização para dirigir o carro da mãe desde os dezoito anos. Não tinha, no entanto, ao contrário do seu amigo cozinheiro, meios autónomos para financiar a respetiva mobilidade muito para além dos limites da cidade onde então residia. Ora é exatamente nesta situação que, pela primeira vez e com vinte anos, se dá início ao processo através do qual as viagens referentes à ida e volta das festas passam a ocorrer em um outro veículo por si dirigido: um amigo negocia com a respetiva progenitora o empréstimo do carro a ela pertencente, a ser dirigido não por ele, mas por Joana. Foi o sucesso desta negociação que outorgou a esta jovem mulher a “grande responsabilidade” – palavras suas – de conduzir o automóvel que não o da própria mãe e a garantir que o expediente viesse a repetir-se em outras ocasiões.

De qualquer forma e por relação ao carro, a disjunção entre propriedade, condução e pagamento das despesas tem repercussão na forma como os viajantes se dispõem no interior da viatura: a condutora a quem foi outorgada a responsabilidade

sobre o veículo e o filho da proprietária na parte da frente, os restantes amigos na parte de trás. Se projetarmos esta arrumação no que Daniel Miller (2001, p. 10, tradução nossa) refere como “experiência da mobilidade” somos obrigados a concluir que ela não é igual para todos. Sem deixar de ter em conta a presença dos amigos, a experiência de Joana deve ser também remetida para a atenção a dar à estrada e todos os elementos que a constituem. Trata-se de experiências que, desde logo e apenas em um primeiro momento, radicam em diferentes “sequências visuais”. (LYNCH, 1981 apud CRESSWELL, 2011)

A ter em conta tais diferenças, seguimos Steven Feld quando, a propósito dos Kaluli da Nova Guiné, explica como esta dimensão é complexificada pela ação do movimento, que recorre a uma diferente “interação cinestésica dos sentidos táctil, sónico e visual”. (FELD, 1996, p. 94, tradução nossa) O autor se refere à locomoção a pé pela floresta. Salvaguardadas as respetivas diferenças, a análise pode ser estendida à situação que decorre daquela mobilidade em um automóvel: os viajantes começam por estar sentados, ouvem música e falam, dirigindo eventualmente sua atenção para muitos pormenores que constituem a deslocação.

Um destes pormenores é o que decorre da preparação dos charros que, à vez, cada um prepara, enrola, fuma e põe a circular entre os companheiros. Na realidade, a viagem integra aqui outra forma de partilha. No que à ganza diz respeito, ela exprime-se na forma como, e numa medida que já fora encontrada entre os produtores no processo de montagem da festa, todos vêm a fumar aquela que é transportada e preparada por cada um. Caso não o faça numa paragem na marcha do automóvel – para usar um banheiro, beber um café ou, simplesmente, descansar –, a da condutora será objeto de preparação por parte de um dos amigos transportados, geralmente o que se senta a seu lado.

Salvo indicação do contrário dada por quem enrola a sua própria ganza em “mortilhas” ou a dispõe em cigarros previamente esvaziados, tal partilha tende a seguir um padrão: os primeiros “bafos” são levados a cabo por quem enrola a canábis trazida por si. Depois ela é feita circular por cada um dos presentes, dando tantas voltas quanto a dimensão do beque feito e a vontade de quem o preparou; tendencial, mas não exclusivamente, este será também o último a fumar. Todos os movimentos – extensão dos braços e a torção do torso de quem dá e de quem recebe são feitos sem que seja trocada qualquer palavra, exceto as que decorrem da conversa, começada antes de ser dado início ao processo do fumo.

Ademais, presenciei uma outra situação ocorrida durante a montagem de uma festa, no qual a ganza foi preparada por um produtor que, no momento, dirigia o trabalho de montagem de um elemento decorativo. A ganza foi posta a circular em um círculo de pessoas em pé, constituído por aquelas que haviam participado na jornada correspondente à edificação daquela estrutura decorativa. O homem que primeiro recebeu, colocado imediatamente à esquerda do produtor em causa e depois de dar umas fumadas, fez, como todos os outros fariam depois, circular a ganza pela sua própria esquerda; porém deu uma pequena corrida, recolocando-se imediatamente à direita do mesmo produtor, o que fez com que todos rissem com esta brincadeira na qual se simulava uma postura tendente a fumar duas vezes em uma mesma rodada.

Como também, durante a montagem de uma outra festa, foi deixado cair sobre a cabeça de um dos presentes – que amparava um andaime no qual outros homens trabalhavam – um alicate destes montadores. O acidente fez com que aquele gritasse e chegasse a ferir a cabeça, e uma das mulheres presentes, que trabalhava em outra tarefa, correu na sua direção, estendendo-lhe, qual solidariedade paliativa, a pia que fumava.

Em outra ocasião, desta vez na casa de um produtor e *DJ*, situada no Porto, um dos presentes enrolou uma chinchá com todo o cuidado, numa apresentação que acompanhava a perfeição formal de um cigarro produzido industrialmente, estendeu-a – os presentes estavam de pé –, apagada e com seu isqueiro, a um amigo que se disponibilizara a trazer alguns *flyers* da festa então em preparação para Lisboa e a distribuí-los por alguns barzinhos existentes nesta cidade. Em outra ocasião, e no início de uma festa realizada no litoral norte de Portugal, um dos participantes, após cumprimento feito através de um abraço, dá a um outro – ambos eram provenientes da mesma região de residência, a chamada Grande Lisboa – uma pequena “banana”, com ganza proveniente de uma planta de canábis cultivada em seu quintal.¹³ Realçada pelo homem que ofereceu, a origem do cultivo mais reforça o fato de a canábis também ser passível de se constituir em dádiva ou contra dádiva. Numa variante da oferta, o bagulho é ainda passível de se transformar em um indutor de comunicação.

Em uma outra festa realizada no norte do país, um *DJ* israelita espera ser chamado para o seu *set*, encostado à parede do clube onde o evento se realiza. Era óbvio que não conhecia ninguém; estendendo o braço, oferece a um dos participantes o beque que havia começado a fumar uns momentos antes: a partilha é suposto tornar mais fácil o início de uma conversa. Pode até ser utilizada como um marcador da alegria de um reencontro: durante a montagem de uma edição do Boom, dois amigos cruzam-se durante a realização de uma tarefa. Após o abraço – a prática mais frequente de cumprimento –, um deles

13 O termo “banana” designa um objeto com dimensões variadas e que resulta do acondicionamento de uma determinada quantidade de erva. Esta é enrolada em uma ou várias folhas de milho, verdes – assim evitando que a ganza seque em um período mais curto de tempo –, sendo a forma do cilindro correspondente mantida pela atadura de um cordel. Para o caso, tratou-se de um cordel branco que atava um cilindro com vinte centímetros de altura e dois de diâmetro.

afirma a necessidade de marcar o momento, sentando-se. Instando o interlocutor a fazê-lo também, enrola um besugo para ser fumado em conjunto.

A corporalidade do carro só pode ser replicada fora dele, se houverem localizações que permitem que os fumantes se possam sentar. Razão pela qual, na montagem e na performance da festa, a posição mais comum de quem prepara uma broca seja a de uma postura na qual a pessoa em causa se mantém de pé, com a ganza na palma de uma das mãos, virada para cima. A outra mão movimenta-se sobre a palma onde a ganza está colocada, acondicionando-a e preparando-a para ser enrolada em uma mortalha. Menos comum o uso de um cigarro de produção industrial, esvaziado de tabaco; neste caso, este mesmo tabaco voltará a ser acomodado no cigarro, depois de nele ser misturado o haxe ou o pólen.

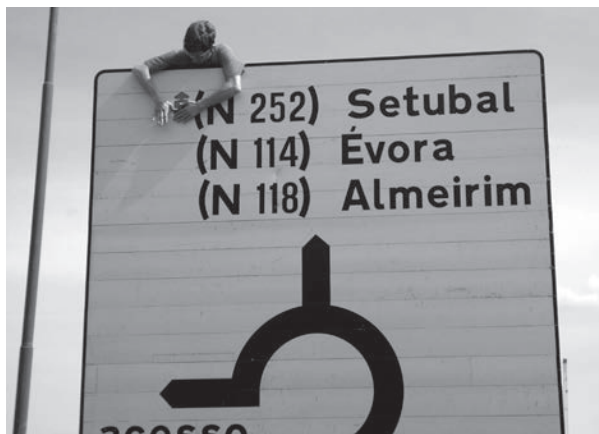
Nestas como em todas as outras situações relacionadas com as festas, e a ter em conta quer a reprodução das corporalidades envolvidas, quer o conhecimento dos códigos de etiqueta que acompanham a circulação, a preparação e as respetivas formas de fumo, o uso do chamon está completamente normalizado. (SOUTH, 1999) Sem prejuízo de haver lugar a um uso diferenciado – alguém que o faça sozinho ou, quando acompanhado, não o partilhe com os interlocutores presentes –, a ganza, no que torna ainda mais evidente aquela normalização, segue aqui uma utilização marcadamente convivial. (INGOLD; TOUSSIRT, 1998)

Na situação da viagem empreendida por Joana, e porque sentado, um dos seus companheiros prepara a ganza na metade de uma entrecasca de coco fixada entre as suas pernas fechadas. O contínuo de situações nas quais a maconha é fumada é, como acima se descreve e no que decorre da sua normalização, parte integrante da deslocação para a festa.

Já no fim da viagem, a atenção dos motoristas e dos outros ocupantes das viaturas é alinhada na região onde a festa fora

montada. As indicações que levarão ao *spot* onde o evento vem a decorrer, ou seja, a direção a seguir, passam a ser indicadas pela produtora responsável pelo evento em causa através da colocação de pequenas setas vermelhas em papel refletor – a maioria das deslocações é feita à noite –, coladas em placas ou sinais de trânsito (Figura 3), em paredes de edifícios, em cercas de propriedades rurais ou mesmo em pequenas estruturas – uma tábua, espetada no solo e encimada por um garrafão de plástico vazio ou presa no arame farpado de uma propriedade rural são disso exemplo –, especificamente, colocadas para esse fim.¹⁴

Figura 3 - Produtor em ação de ordenamento da mobilidade do público



Fonte: produzida pelo autor.

Assim, se os participantes começam por partilhar as indicações comuns a qualquer automobilista, a partir de certa al-

14 A Figura 3 dá conta de uma ação levada a cabo em uma parte de estrada que integra um nó imediatamente após a saída de uma autoestrada, a A1. Também através de uma seta, tem representadas a direção de três Estradas Nacionais, a 252, a 114 e a 118, e outros tantos agregados urbanos, por elas servidas. A placa situa-se a cerca de 15 Km do lugar da festa.

tura o itinerário só se torna manifesto à atenção daqueles que para lá se deslocam. Nos seus efeitos, esta aproximação pode abranger e simultaneamente alargar a mobilidade do participante vindo da Áustria, de avião. A este propósito e incluindo a forma como, também através de setas, a mobilidade é regulada em ruas, estradas e, até, em aeroportos (CRESSWELL, 2006, p. 219-258), não é difícil imaginar que a seta colorida colocada pelo produtor seja a última de um conjunto que se vai alargando à medida que esse viajante sai do seu lugar de morada.

Em qualquer dos casos, os meios de orientação relativos a esta última etapa fazem com que qualquer desatenção tenha como corolário que os viajantes se percam. Quando tal acontece, é frequente que a viatura em que se viaja volte para trás, na busca de uma qualquer seta disposta em um suporte dos já indicados. Em certas circunstâncias e em cúmulo, através do som emitido à distância pelo *dance floor* da festa, é possível aquilatar a posição do *spot* e assim dar melhor continuidade à viagem na sua direção. Esse som tem, aqui e desde logo, o valor de uma “orientação localizacional”. (FELD, 1996, p. 98, tradução nossa)

Na Austrália, estas festas são até designadas pelo termo *doof*, onomatopaica que remete para o som que resulta da ação conjunta do baixo e do *kick* da bateria, evento sonoro que, à distância do lugar onde a festa ocorre, primeiramente se torna audível. (ST. JOHN, 2004) Desconhecida a sua localização específica, a festa exige um tipo de mobilidade que utiliza meios de deslocação do cotidiano, mas que, sobretudo na parte final do percurso, passa a ter-se a si própria como referência.

Casos há em que é difícil discernir um limite claro entre a estrada e o lugar da festa. Ao contrário dos eventos mais comuns, a entrada no festival Boom é feita durante todo um dia, antes de ser dado o início à música no *dance floor*, já mais próximo da hora do pôr do sol. As dezenas de milhares de participantes, a maior parte deles a entrar nesse primeiro dia, fazem

com que a organização destine aquele período à entrada dos festivaleiros, que, ao contrário das outras festas, podem trazer para dentro do perímetro do festival os seus automóveis e carlinhas, a serem arrumados em zonas previamente dedicadas a esse fim.

Desde o dia anterior, começa a formar-se uma fila de viaturas, esperando a abertura da porta. A espera faz com que muitos dos participantes se sentem, até em cadeiras de praia armadas para tal, que prolonguem assim as dinâmicas relacionais trazidas da viagem, que caminhem na estrada fazendo percursos nos quais se visitam amigos ou conhecidos e que oiçam – e, agora, façam também ouvir – a música tocada na aparelhagem sonora do próprio veículo. A estrada vem a transformar-se assim em uma espécie de rua da festa. Intersticial, porque com a duração de apenas um dia.

Tais áreas são passíveis de se prolongar para dentro do perímetro do festival. Aqui, configuram uma espécie de zona na qual, e com algumas viaturas agora parqueadas de forma a delimitar e fechar um quadrilátero de espaço deixado livre – com acesso pedonal levado a cabo nos corredores existentes entre as viaturas parqueadas –, chegam a configurar um tipo de pátios nos quais se desenvolvem socialidades que passam pela partilha de comida aí cozinhada, de água fresca – estamos no verão –, energia elétrica e, mais uma vez, música eletrônica. Alguns deles contam, para isso, com a presença de pequenos geradores previamente trazidos naqueles veículos, que providenciam a eletricidade necessária a esses fins.

Nos casos em que alguém traz uma pequena mesa de mistura, alguém pode levar a cabo um *set* informal, havendo mesmo quem, aí, venha a dançar.¹⁵ A “experiência de parqueamento”

15 Nas festas que aqui são objeto de análise, cada *set* tem a duração de duas horas. Para uma festa que tenha a duração de dezasseis horas, os produtores têm de contratar oito *DJs*, portugueses ou não. Cada *DJ* tem um nome artístico; os temas musicais – as “malhas – fixados em CDs ou outros

(MILLER, 2001, p. 27, tradução nossa) no seguimento do que já acontecera à entrada, e, antes, na marcha dos automóveis vem a transformar-se aqui em uma espécie de praceta de um bairro. Estas relações de vizinhança, e as pracetas onde vêm a ocorrer, têm a duração de uma semana e nessa medida, como o festival tido no seu todo, são também intersticiais.

Entre estas duas experiências de estacionamento, o pagamento da entrada, após o qual é enrolada no pulso de cada participante uma pulseirade papel colorido. Ainda que dirigido a uma função, certificar um pagamento, tal pulseira corresponde também ao primeiro elemento decorativo, apenso pela organização do evento em cada um dos participantes. Não é raro que alguns deles venham a manter tal pulseira no pulso vários dias para além do término da festa; desta forma, após o retorno e já em outros locais e regiões do país, nomeadamente os de morada, e para além da mnemónica que a pulseira constitui para si próprios, os intervenientes vêm a reconhecer nos amigos e em certos transeuntes uma participação comum nas festas *trance*.

NA FESTA

Até mesmo antes de começar, a festa constitui-se em uma espécie de apelo à transformação. Desde logo a que decorre de uma “economia visual” do lugar onde ocorre (SALDANHA, 2007, p. 121, tradução nossa), quer dizer, do ponto de vantagem dos participantes e por via da disposição dos elementos que o compõem, o lugar da festa vem a variar entre uma exposição mínima, correspondente ao período da noite e a uma exposição máxima, correspondente ao período do dia. (SALDANHA, 2007, p. 121)

suportes digitais diz-se que são produzidos por alguém que também apresenta um nome artístico; os *DJs* misturam no momento da performance malhas produzidas por outros e ambos são designados como artistas.

Figura 4 - Elemento decorativo



Fotógrafo: Valter Vinagre (2010).

A maioria das festas, neste caso diz-se serem de um dia, tem o seu início à meia-noite de sábado e o seu final próximo do pôr do sol de domingo, decorrendo, por isso, num intervalo que varia entre as dezassete e as vinte horas, consoante seja inverno ou verão.¹⁶ A aferição do tempo define-se também por relação à festa ela própria, a este nível trata-se de uma temporalidade que, em uma existência também intersticial, se relaciona com as características específicas do evento que a articula. (VASCONCELOS, 2008)

16 Mais raramente, e no caso de haver um feriado encostado ao fim-de-semana, a festa ocorre durante dois dias, porém quando realizadas em espaço fechado, como é o caso das discotecas e clubes, a festa segue o horário habitual destes estabelecimentos. Para duas excelentes análises de clubes e das festas aí ocorridas, ver Malbon (1999) e Jackson (2004).

Ininterrupto, ele não pode decorrer sem a presença de pelo menos um gerador de energia elétrica, alugado e disposto de forma – escondido, por exemplo, por uma rede rachel que envolve o espaço onde se encontra – a não ser visto pelos membros do público (Figura 5). Os cabos que distribuem a energia pelas várias estruturas são tornados invisíveis pelo enterramento em sulcos previamente abertos na terra durante a fase de montagem; este enterramento ajuda a fornecer a impressão de que a festa surgiu de, e se desenrola em um lugar completamente auto sustentando.¹⁷

Figura 5 - Gerador elétrico



Fonte: produzida pelo autor.

17 A este propósito, vale a pena referir um informante a morar em uma cidade situada a algumas dezenas de quilômetros da capital, Lisboa, que pediu ao autor destas linhas que o assessorasse na produção de uma festa, já garantira os elementos decorativos necessários para a decoração, trazidos de uma festa realizada na Alemanha, sendo que projetava mobilizar um amigo para que este custeasse outras despesas de produção, nomeadamente a contratação e deslocação de um *DJ* vindo do estrangeiro. O *spot* da festa não o preocupava de todo. A sua surpresa face à complexidade e ao custo das tarefas que o esperavam era admirável, tanto mais que se tratava de alguém que já participara em alguns eventos com as características daquela que pretendia agora organizar. (VASCONCELOS, 2008, p. 96)

À noite, a clareira que alarga ou estreita consoante a quantidade e proximidade relativa dos elementos que a delimitam, ou seja, a área a partir da qual os participantes inscrevem os itinerários que dão acesso a cada um dos elementos constituintes tidos como estruturas autónomas, é, em toda a sua extensão, pouco visível. São as luzes provenientes de cada uma destas estruturas que, projetando-se em parte dessa clareira, vão servindo de referência à mobilidade das pessoas.

Total ou parcialmente e após o nascer do sol, a nova “experiência de luz” (INGOLD, 2011, tradução nossa) é passível de não só tornar o lugar aberto ao olhar dos participantes, como tornar possível que estes se vejam uns aos outros. Os seus corpos, nomeadamente em uma marcha agora realizada na segurança de um caminho que é dado à visão de quem o leva a cabo e no escrutínio de quem, eventual e simultaneamente, é olhado pelos demais, denotam, em cúmulo e na diferença da participação noturna, outra vinculação ao lugar.

As “personagens”, essas, são mesmo para ser olhadas:

Figura 6 - Personagem: mulher alada



Fotógrafo: Valter Vinagre (2010).

Na forma como se apresentam, cada uma delas resulta da iniciativa da, ou do, participante que a concebe e monta: a título de exemplo, uma jovem mulher alada (Figura 6). A pessoa em causa enverga um biquini de tecido nas cores branco e rosa; olhada de trás são patentes nas suas costas e delas se prolongando acima dos ombros, duas asas trianguladas, armadas em tecido sintético, sendo a superfície de cada uma delas bordejada por tiras rosa que se prolongam em três espirais, estendidas para uma parte central em rosa claro. Tal personagem é passível de incluir o limite máximo de um contínuo que outras podem assumir, já que se espera que, como limite mínimo, todos usem uma roupa que integre e interaja com as cores da decoração.

Outro elemento decorativo, no ar, em um caminho que conduz a um *dance floor*, pendurado em duas árvores que integram a floresta que bordeja a passagem e alguns metros acima dos participantes, a representação de um dragão com cerca de cinco metros de comprimento. Disposto paralelamente ao solo, apresenta um ventre escameado em tiras transversais das quais ressalta a cor vermelha; da cabeça conoidal à ponta da cauda triangular, uma sucessão de escamas em um agregado tecidual, espalhado em uma variação cromática entre o azul e o verde claro; levantada nas costas, uma linha de escamas dorsais triangulares em laranja. Realizada no norte do país, a festa onde este dragão é ostentado fora organizada por uma das mais prestigiadas produtoras, com sede na cidade do Porto. Espetacular nos efeitos causados, em grande parte resultado da sua posição, forma e policromia dos elementos que o constituem, e acompanhado pelas cores da roupa daqueles que se movimentam debaixo, o artefato tridimensional em causa deve ser avaliado na relação que estabelece com todos os outros elementos e pessoas que vêm a constituir a festa.

Pode até ser colocado em uma relação com outro personagem que se deu a conhecer no *dance floor* da primeira festa

participada pelo autor deste ensaio: para além de uma haste de incenso na boca, um corpete usado como segurança na prática do motocross, que lhe cobria o tronco, as costas e os ombros, e de umas joelheiras de plástico, o homem em causa dançava tendo atado ao pescoço um pano retangular, policromado também, de comprimento superior a um metro e meio e que, fluando como resultado da ação do dançarino, ostentava uma representação do que ele próprio – o pano fora trazido da Índia – designou como “símbolo do yoga, deusa da dança”, Shiva. Mesmo depois de questionado sobre aquela designação, pouco mais tinha a dizer sobre o assunto. O *dance floor* em causa, montado numa tenda de circo, tinha penduradas sobre ele e todos os outros dançarinos quatro estruturas correspondentes a sólidos com várias formas e volumes, cada uma delas pintada em uma cor primária: vermelho, amarelo e verde.

Ainda que aquele pano remeta para a origem do *trance* – já adiante esclarecida – e seja passível até de constituir referência à proclamada espiritualidade dos seus primeiros *DJs* – e isso, sim, e exatamente nestes termos, era sabido pelo dançarino –, o que está em causa aqui é a presença de um personagem que se constrói por referência ao exotismo decorrente da ostentação de um elemento proveniente de uma diferente tradição cultural.¹⁸ Mas, para o caso e principalmente, de uma também diferente tradição iconográfica. Isso se poderia dizer também sobre os já referidos panos coloridos com caracteres devanagari neles estampados: no plano da performance da festa, ou

18 Para uma aproximação a um elemento relativo à construção da espiritualidade de Goa Gil, norteamericano que escolheu aquela designação como nome de *DJ*, consultar McAtter (2002), aquele ainda tem residência em Goa e é considerado o primeiro *DJ* de *trance*. O texto é dedicado a um público euroamericano e, nessa medida e para além das práticas religiosas hindus, exprime muito mais o que tal público espera e valoriza na “espiritualidade” daquele *DJ* do que alguns elementos do hinduísmo que são apresentados como instituintes da sua identidade. Para uma análise crítica e mordaz de todo este processo, incluindo o das festas realizadas naquele território indiano, ver Saldanha (2004, 2007).

mesmo fora dela, não conheci quem se interessasse pelo seu significado. Aqui, a escrita é também decoração. Dito de outra maneira e para resumir, o processo correspondente à interação das partes montadas com a sequência das diferentes experiências de luz e com a participação das formas assumidas pelos intervenientes vem a revelar um lugar decorado em processo de contínua transformação.

DO SOM

Numa conversa ocorrida em uma festa, e na qual se discutiam as suas partes mais importantes, um dos presentes interrompe um dos seus interlocutores para lhe perguntar se ele já tinha dançado e aduz que só dançando se percebe o que a festa é. A dança é considerada por todos como *apex* da participação, sendo nessa medida que o *dance floor* é considerado como o componente mais importante do evento, isto não significa que ele se constitua por oposição à festa tida no seu conjunto e raramente é montado no centro de uma área cuja organização depende em grande medida de uma topografia que lhe é prévia.

Esta variabilidade relativa faz com que o processo de incorporação do lugar seja iniciado quando da entrada no recinto, situação após a qual a maioria dos festivaleiros circula pelo conjunto das estruturas montadas, assim começando a criar e integrar os itinerários pedonais percorridos durante as horas de duração da festa. No caso dos itinerários que vêm a ocorrer numa festa cujo lugar era antes dedicado a outra função, o fim do evento e a retoma da organização e apresentação iniciais vêm também a revelar esses itinerários como intersticiais. A importância do *dance floor* decorre desde logo do facto de ser o emissor de um som que se sobrepõe a todos os outros ouvidos no recinto, o do *chill out* ou os produzidos pelas atividades dos participantes, cujas conversas, tendo-o sempre como fundo, podem ser escutadas perto das pessoas que nelas participam.

Montada nos elementos que a compõem, a festa é iniciada quando é dado o início ao som do *dance floor*. Da mesma forma, e mesmo quando os participantes prolongam a sua presença no lugar algum tempo para além do momento em que o último *DJ* em atuação deixe de “pôr o som”, ou seja, que a música acabe, todos consideram que a festa chegou ao fim quando ela deixa de ser tocada. Quando se procede à avaliação de eventos específicos, e sem prejuízo de uma avaliação das características do *chill out*, não é preciso nomear o *dance floor* para se saber que é da música aí difundida que se está a falar. É a sua centralidade enquanto ponto de produção de som, no que nele se imbrica a decoração própria e os momentos em que lhe são dados o seu início e fim que, em muito grande medida, indicia e qualifica a temporalidade da festa.

Esta aproximação às temporalidades de cada evento deve ser estendida a uma análise que tenha agora em conta a evolução da música *trance* e a forma como tal evolução se vai repercutindo no decorrer do evento. Trata-se de integrar em uma aproximação à música eletrônica alguns dos aspectos processuais que compõem a dimensão sincrónica que também lhe corresponde. Logo na introdução de um livro a ela dedicado e a propósito de um dos seus estilos específicos, o seu autor, Simon Reynolds (1998, p. xvii, tradução nossa), em uma asserção que pode ser alargada a este ou a qualquer outro estilo musical, explica como tal género “evolui de forma incremental, semana a semana”. Trata-se de um som que ocorre em um processo que lhe impõe uma permanente transformação.¹⁹

Aliás, quando do início do trabalho de campo, as referências à música tocada nas festas era, implicitamente, um conjunto de alusões ao chamado “Goa Trance”, também chamado

19 Devo ao Pedro Félix, etnomusicólogo, esta explicação sobre as diferentes dinâmicas a que se referem a música erudita – esta sim distribuída por tipos mais ou menos estáveis – e a popular. Devo-lhe igualmente o potencial descritivo da expressão “eventos sonoros”.

“psytrance”. São estes os nomes do som criado por *freaks* residentes desde os anos setenta do século passado em Goa, nome de um Estado da União Indiana.²⁰ Na maior parte oriundos dos EUA e da Europa, eles trouxeram para a música, entretanto criada, eventos sonoros designados como psicodélicos, presentes em certos gêneros de rock, música até aí tida como da sua preferência.

O termo *psytrance* resulta da aglutinação de duas palavras inglesas que compõem a expressão *psychedelic trance*. A primeira festa realizada em Portugal, no final do século passado, foi organizada por iniciativa de um adulto jovem português, então estudante de engenharia de som e filho de uma mulher com a mesma nacionalidade que, após o divórcio e adotando o estilo de vida *freak*, veio, com o filho, a morar durante anos naquele território indiano. Amplamente conhecidos pelos outros produtores, aquele homem e alguns dos seus amigos vieram a constituir o primeiro contingente de *DJs* do Goa Trance e a integrar a primeira produtora de festas nas quais se tocava música com o mesmo nome.²¹ É aliás em uma fidelidade a este som que as primeiras festas vieram a realizar-se. Tal fidelidade, no entanto, teve uma curta duração.

Sem estar sujeito a instâncias de poder sobre o gosto, o *psytrance* rapidamente se viu objeto de várias transformações, posteriormente catalogadas, entre outros, com os nomes: Pro-

20 O termo *freak* é o vocábulo usado pelos próprios desde os anos sessenta do século passado, nos EUA. Corresponde a uma palavra de maior difusão – *hippies* –, considerada por eles como derogatória, usada pela primeira vez por aqueles que, nomeadamente na imprensa do mesmo país, nomeavam os primeiros. (STEVENS, 1988, p. xiii) O uso do vocábulo persiste em Portugal, precisamente entre aqueles que foram a, ou viveram em, Goa.

21 “Foi aí que vimos que havia lá fora gente como nós”. Afirmado por um trancer a propósito da primeira edição do festival Boom à qual acorreram milhares de estrangeiros, o enunciado dá conta da forma como o *trance* era encarado por muitos dos seus cultores em Portugal: importado de Goa, o som e as primeiras festas onde ele se dançava apenas constituíram a gênese de um movimento tido como exclusivamente português.

gressivo, *Full On* ou *Dark*.²² Nenhuma delas tem uma existência perfeitamente autonomizada, com exceção do número das batidas por minuto que continuam a ser contadas no momento posterior à sua criação, e em que, durante pouco tempo, ela subsiste com outras das suas marcas distintivas, sempre a ocorrer entre todas uma permanente troca de elementos e eventos sonoros. Os produtores nunca conseguem, por isso, conhecer de antemão, e porque também elas resultado de uma contínua mudança, as preferências musicais das pessoas que constituem o público das festas que organizam.

Inicialmente encarados como uma espécie de evolução moralmente negativa do Goa Trance, aquelas mudanças vieram, por isso, a ordenar a música tocada no *dance floor* através da sua integração em duas categorias prévias, já aludidas como princípios organizadores da festa tida como um todo: a noite e o dia. “Som noturno” e “som diurno” são as classificações usadas por todos os festivaleiros; no primeiro, e para além de uma maior presença de eventos sonoros, a ocorrência, desde logo, de um maior número de batidas por minuto; no segundo, e por isso considerado “mais leve”, uma menor contagem desses dois elementos. Assim e tendencialmente, sem prejuízo da presença do Goa, se ouve e se dança *trance* progressivo durante o dia, e *full on* e *dark* durante a noite. Há até lugar à produção de sons adequados às passagens entre a noite e o dia, ou seja, ao período durante o qual decorrem o nascer e o pôr do sol. No que o som se revela como parte integrante daquilo que os constitui, até alguns dos marcadores temporais da festa estão sujeitos a um processo de contínua mudança. E o que vale para o som, vale para os outros componentes da pista.

22 Para produzir música eletrônica basta ter um computador; todos os elementos tecnológicos da qual depende para a respetiva produção, como é o caso do som de instrumentos musicais – de que a bateria, o baixo e o sintetizador são exemplos –, bem como da medida da sua duração, podem ser mimetizados pelo computador ele próprio.

A PISTA

Independentemente da topografia do local onde as festas são realizadas e das diferentes dimensões dos elementos que as compõem, o *dance floor* é sempre montado em um terreno plano. Tal não equivale a dizer que cada um deles, como de resto qualquer dos outros componentes, seja igual a todos os que o antecederam. A primeira diferença é para ser observada consoante ele se realize numa estação em que o tempo atmosférico ameaça a possibilidade de chuva, ou, no verão ou próximo dele, numa altura em que deixe de o fazer. No primeiro caso, ele é montado numa tenda de circo alugada, cuja dimensão deverá ter em conta o número de pessoas que se espera venham a constituir o público. As paredes da tenda podem ser decoradas com motivos tão variados quanto o talento dos respetivos decoradores. Como se viu, o espaço acima da cabeça dos dançantes é também passível de ser ocupado com elementos decorativos.

No caso da festa montada na propriedade descrita no início deste texto, os dançarinos viriam a ter suspensas sobre si um agregado de estruturas tridimensionais tubulares em licra, de comprimentos variados. Cada uma delas apresenta-se esticada a espaços a partir do seu interior através de espirais com argolas de metal de diâmetro variado, que ao diminuir, progressivamente e de cima para baixo o diâmetro das argolas, as estruturas tubulares vão, quais estalactites, adquirindo as formas conoidais que apresentam. Todo o conjunto, que interage com as cores do material, lona, com que a tenda é construída, é pintado por fora numa variação cromática entre o branco e o cinzento, o castanho claro e o laranja.

O efeito pretendido com as representações coloridas das estalactites é o de sugerir a transformação do *dance floor* em uma espécie de gruta ou caverna. A este tipo de efeitos, e no período da noite, é sempre aduzida a aposição de luzes emitindo em ultravioletas, as chamadas “luzes negras” e em alguns casos

pode ainda haver lugar à emissão de raios laser. A experiência de luz que proporciona pode ser modificada pela presença do *VJing* disponibilizado pela montagem de ecrãs nos quais são projetadas imagens em movimento, parcialmente sobrepostas. Quando compostas por elementos figurativos, tais imagens vêm a formar blocos que se repetem em *loop*, encadeados em uma rápida sucessão. Nos poucos casos em que a emissão em raios laser e o *Vjing* coexistem, eles não coexistem no *dance floor*; um deles será montado em outra localização.

Especialmente contratada para o efeito e previamente informada sobre a dimensão da tenda, a decoradora daquele agregado decorativo, de nacionalidade britânica, deslocara-se para o lugar vinda da sua cidade de residência. Apenso a um conjunto de panos pretos, apostos entre si e pendurados ao teto da tenda durante a montagem, o elemento decorativo foi transportado e desmontado na sua carrinha desde a cidade inglesa de Manchester, situada a cerca de dois mil e quinhentos quilômetros de distância. Não tendo sido a primeira vez que participara no desenho e montagem dos elementos decorativos de uma festa em Portugal, tendo numa das precedentes conhecido um homem que demonstrara facilidade em subir a e circular pela parte de fora de uma tenda de circo de maior dimensão, a mulher em causa solicita aos produtores que estes o cooptassem como ajudante neste seu trabalho. Contatado para esse efeito, o homem em causa desloca-se da cidade do Porto, situada a norte, a cerca de trezentos quilômetros.

Num outro caso, agora no de uma festa realizada em pleno verão em uma floresta de pinheiros no centro do país e como resultado do trabalho do decorador português contratado para o efeito, o *dance floor* veio a apresentar-se delimitado por várias colunas dispostas de forma semicircular em intervalos regulares de cerca de dois metros. Tais colunas parecem brotar do chão, já que cada uma delas resulta de uma armação cônica, tornada possível pela disposição de barras de aço usadas na

armação de concreto, mas agora cravadas na terra até uma altura de cerca de dois metros e à volta dos quais, de cima abaixo, foram enroladas tiras de película transparente, habitualmente usada na cozinha para acondicionar os alimentos. Agora, e com recurso ao uso de latas pulverizadoras de tinta, a película, para além do uso do vermelho e laranja na maior parte da superfície disponível, é ainda pintada com alguns, poucos, motivos coloridos não figurativos. No interior de cada uma destas colunas, assente no chão, voltado para cima e com luz filtrada por aquelas cores e motivos, um projetor mantido aceso durante toda a noite. Destacando-se na escuridão, assim se sugere uma lavareda colorida – muito apreciada, mesmo por quem, ao longo de vários anos, tenha vindo a participar com alguma recorrência em festas deste tipo.

Ademais, estas soluções, que aliam sempre uma função de demarcação e uma intenção decorativa, não se destinam a delimitar uma área intransponível – no caso das colunas, a entrada e saída da pista é feita pelos espaços livres existentes entre elas –, antes a sugerir a existência de um lugar plano e delimitado, mas com passagem aberta para além dos seus limites. Para o caso, o semicírculo das labaredas, enquadrando-o, é fechado à circulação dos participantes pelo palco onde os artistas atuam. Na medida em que quase todos virão a dançar de pé virados para eles, é na conjugação desta postura com o resto das estruturas existentes, que, sem necessidade de um esforço de orientação por parte de quem a ela se dirige, a pista vai sendo ocupada pelo conjunto dos dançarinos.²³ Erigido de forma a garantir que estes possam ter o *DJ* sempre visível, a

23 Para aceder à pista, e nos casos em que a festa já tenha tido seu início há algumas horas, torna-se necessário passar por entre os homens e mulheres que, dispostos em pé no limite das zonas que lhe dão acesso, observam os dançarinos e a atuação dos *DJs*. A atividade do *dance floor* também pode constituir-se em espetáculo, mesmo para aqueles que nunca venham a dançar.

dimensão do palco, também ele decorado, depende, em área e altura, da extensão do espaço destinado à dança. Alguns metros à esquerda e direita da mesa do *DJ*, geralmente assentes no chão e em uma disposição estereofónica, pelo menos duas pilhas de colunas que lhe fornecem o som.²⁴

Figura 7 - Pormenor decorativo de um palco



Fotógrafo: Valter Vinagre (2010).

A dança nas festas *trance* desenvolve-se a partir das diferenças no movimento das partes superior e inferior dos corpos dos dançarinos. Nesta última, é patente a deslocação oscilante entre os conjuntos de cada perna e pé que, partindo da, e voltando à, mesma zona de sustentação no chão, vão, à vez, sendo movidos em uma cadência, articulada com a sucessão das batidas da música tocada. Na parte anterior, e relacionando-se agora com a textura da música (KEIL, 2005), observam-se os

²⁴ Para uma boa descrição e caracterização das tecnologias de som presentes na pista da festa *trance*, ver Elliot (2006).

braços ondulantes que se movem por relação à miríade dos sons que parecem ter uma origem diversa, os chamados “sons quiméricos” (BREGMAN, 1994 apud FALES, 2002), aparentando os dançantes, especialmente as mulheres, querer tocar-lhes e que, por instantes, pairam sobre, ou deslocam-se no, espaço do *dance floor*.²⁵ Quando tais sons se prolongam por uns segundos, os antebraços e as mãos abertas parecem cortá-los, movendo-se ritmicamente para cima e para baixo. A cabeça dos dançantes mantém-se levantada, e o torso, para além das inclinações laterais que resultam do movimento das pernas e pés, tende a permanecer ereto; este o “padrão básico de movimento” (JENNINGS, 1985, p. 53, tradução nossa) da dança nas festas.

O som da pista não é homogêneo. No que ela se relaciona com a qualidade das características que a sua composição disponibiliza, há “um potencial específico de movimento” (DEWSBURY, 2011, p. 60, tradução nossa) passível de se desenvolver a partir daquele padrão. Na parte da frente, ou seja, mais próximo do palco onde atua o *DJ*, o som debitado pelas colunas é mais alto, sendo possível aos dançarinos sentir com maior intensidade o efeito conjugado da vibração do chão e do próprio corpo. Aqui e por isso, há até quem prefira dançar descalço. Em tom de brincadeira, uma participante afirma que lhe basta ficar de pé, sem se mexer, e apenas “curtir” os movimentos que a intensidade daquela trepidação provoca no seu e nos outros corpos. Nesta localização específica há lugar a uma maior intensidade colocada na sincronização entre os movimentos dos dançantes e os executados pelo *DJ*, bem como na intensidade com que as pernas e pés dos primeiros são projetados para o chão.

25 Para uma excelente descrição da música *trance*, ensaiada aqui nas suas componentes mais simples, ver Pladott (2002). Além disso, a organização dos elementos considerados mais relevantes para a descrição da dança devem muito a recomendações feitas pela Maria José Fazenda, a quem também agradeço as conversas para que se disponibilizou.

No meio da pista, os gestos são feitos decorrer da colocação específica de alguns dos eventos sonoros, já chamados quiméricos, que, aí, integram e constituem o som. Os dançarinos mais experimentados, que conhecem estas variações, procuram a frente ou o centro da pista para neles terem acesso à diferente “experiência de som” (INGOLD, 2011, tradução nossa) que lhes está associada. Mais uma vez e para além da tendência para uma menor intensidade colocada na ação da parte posterior do corpo, tais variações potenciam, sobretudo na ação dos braços, os movimentos ondulantes que lhes são feitos corresponder.

O ÁCIDO

Luís²⁶ tomou ácido por duas vezes, sempre a partir de uma solução líquida e cristalina. Em qualquer dos casos, o LSD foi-lhe oferecido pelo mesmo homem. Podia ter recusado, mas não o fez. Afirma ter encontrado nessas ocasiões o que utilizadores mais experimentados lhe haviam explicado ser a situação ideal para a toma, visto que o LSD deveria ser-lhe fornecido por alguém da sua confiança e tomado de preferência com um grupo de amigos, pois se algo corresse mal, um e outros estariam lá para ajudar. Trata-se, por isso, de duas tomas coletivas, levadas a cabo em duas festas privadas, ou seja, não pagas e realizadas em lugares propriedade de um participante, correspondendo as presenças a um grupo de pessoas convidadas.

O convite para a primeira festa fora feito através de um telefonema, tendo-lhe sido dito que estaria presente a “nata do *trance*”. A festa realizar-se-ia numa pequena propriedade situada a cerca de cento e setenta quilómetros de Lisboa, cidade de morada de Luís, e nela estariam presentes – essa a nata do *trance* – aqueles que tinham formado o primeiro contingente de

26 Pseudónimo do participante que aceitou falar sobre a sua experiência com o ácido.

participantes em festas deste tipo. A estar presentes não mais que 50 pessoas.

O informante desloca-se de ônibus para a cidade mais próxima do lugar do evento; durante a viagem reconhece e, em inglês, fala com um *DJ* russo e com a namorada portuguesa. Já os vira em uma edição do festival Boom, realizado no ano anterior, onde ele tocara durante a noite como conhecido *DJ* de *Dark*. A fim de percorrer os últimos quilômetros até ao local, combinam o fretamento conjunto de um táxi, não sem antes terem parado num pequeno mercado a fim de comprar a comida a ser levada para festa: sucos, pão, queijo e batatas fritas. Nada de bebidas alcoólicas.

Chegados ao lugar no final daquele dia de verão, depois de deixados no interior da habitação a comida levada e cumprimentados os presentes, participam na montagem das colunas de som e da mesa de mistura trazidas também de Lisboa pelo respetivo proprietário, produtor especializado na montagem de *chill outs*. Atrás da mesa, um pano colorido, aberto e, por isso, bem visível da pequena clareira – o *dance floor* – existente no centro de um também pequeno bosque de pinheiros. Trazidos e dispostos por outros participantes, alguns fios de lã ou plástico fluorescente enrolados nos galhos de algumas árvores, sugerindo a existência de teias de aranha coloridas. Em frente da casa que integra a propriedade, também do lado de fora, o *chill out* constituído por algumas almofadas coloridas espalhadas em uma lona aberta sobre a terra.

Às dez horas da noite, já depois de ser dado o início à música, tocada por alguns dos presentes – um deles, como se viu, *DJ* profissional –, o promotor da festa traz para perto do *dance floor* um jarro de suco, onde o LSD fora previamente diluído. O “ponche” – nome dado à mistura – foi dado a beber num pequeno copo de vidro, geralmente utilizado na toma de bebidas alcoólicas destiladas, como é o caso das aguardentes vónicas. Desta forma, a quantidade de ácido a tomar – um ou dois pe-

quenos copos – foi medida em função de se tratar ou não de um utilizador experimentado. Em qualquer dos casos, as gotas haviam sido contadas a partir de um pequeno frasco plástico, doseador de medicamentos. Foi dado a Luís um copo de ponche.

Em alguns dos seus pormenores, a segunda toma acompanha a primeira. Trata-se aqui de outra propriedade, agora a cem quilómetros da capital, e de diferente meio de transporte: uma carona previamente acertada. No lugar da festa, ocorrida menos de um ano passado sobre a anterior, a anotar uma outra diferença: o *chill out* é armado em uma divisão da casa, tendo os festivaleiros autorização para a ocupar. À mesma hora, também no exterior, uma distribuição de LSD pelos convidados: a partir de um doseador é deixada uma “gota” de ácido na parte de cima da mão de quem toma, imediatamente acima da junção do polegar e do indicador, a ser o LSD ingerido depois de a gota ser lambida.

Decorrida cerca de meia hora sobre a toma, os primeiros efeitos: sem perceber exatamente o teor das conversas levadas a cabo nos grupos de pessoas espalhadas pelo lugar da festa, Luís afirma ouvir uma espécie de sons murmurados, provenientes de cada um desses grupos. Dirige-se ao dance floor e verifica o resultado da presença de uma mulher vestida de banco, alvíssima. Assusta-se, pois o riso desta ocorre em uma face distorcida na qual os dentes, alvíssimos também, assumem uma grande dimensão.²⁷ Sai do *dance floor* e dá conta de um outro fenómeno: a grande quantidade de eventos sonoros interage com as cores da decoração provocando uma enorme quantidade de eventos perceptivos. Os sons parecem surgir das

27 O adjetivo verbal “distorcida” corresponde a uma necessidade estritamente descritiva. Não pretendemos esgrimir qualquer argumento, nomeadamente de ordem psiquiátrica, que reporta à discussão das diferenças entre a alucinação e a ilusão ou distorção. Seja como for, fica claro que o episódio relatado por Luís se reporta à presença real de um estímulo, a saber, a presença de uma mulher sorridente na pista de dança.

cores e estas prolongam-se em outros sons, em uma cornucópia em permanente movimento. Mesmo fechando os olhos, os bastonetes da retina pulsam ao som da música e dos eventos sonoros que a compõem. Passado um tempo, vai para dentro da casa e nota que cada estímulo sensorial – um som, da música ou de uma conversa, ou uma cor – lhe provocam hilaridade, sendo o seu corpo percorrido pelas ondas de um prazer que equipara a um orgasmo. O mundo é, agora e todo ele, dentro ou fora da casa, uma experiência de sensualidade.

Ao todo, a *trip* durou sete horas. Não só nunca esteve parado, como não existe na percepção induzida pelo ácido nenhum momento em que não esteja a acontecer algo que nunca lhe fora dado experimentar, quer dizer, a percepção é transformada, ou seja, tornada resultado da ação conjunta da intenção presente nos materiais e dos efeitos da droga. Dessa forma, ela é conduzida do seu trabalho quotidiano de “passividade em atividade” (HUSSERL, 1973, p. 108, tradução nossa) àquilo que se poderia designar como uma “atividade em atividade”.

Glosando a expressão de Edmund Husserl, o que se pretende colocar em evidência é que a ação conjunta da decoração, da música e do LSD desconstrói a aparente passividade do sujeito no trabalho da percepção do quotidiano, transformando-a em algo que deixa de parecer eminentemente passivo: a percepção já não se constrói na interação do corpo com outros elementos do dia-a-dia, mas pelo imbricamento do corpo com os materiais, com a ação das mobilidades que o integram e compõem e, ainda, com o efeito das drogas.²⁸ Dito de outra maneira e

28 Para alguns participantes, este estado pode ser atingido sem o recurso às drogas, havendo mesmo quem defenda, e pratique, que elas não devem ser usadas. (TAKAHASHI, 2004) Embora uma parte significativa dos participantes as use, não se presume, por isso, que todos o façam ou, fazendo-o, o façam exatamente da mesma maneira. Para uma aproximação aos primeiros, o conceito “droga emblemática” ajuda a melhor compreender as dinâmicas e as diferenças encontradas na utilização, não sendo esta empírica e conceptualmente reduzida a uma caricatura. Para todos os efeitos,

para resumir, a festa corresponde ao processo de construção de uma “ordem sensorial” (HOWES, 2006, tradução nossa) de características específicas, com existência limitada ao lugar e tempo do evento. Após aquelas sete horas, Luís deita-se em um sofá existente no interior da casa e dorme quatro horas. Quando acorda, a música acabara e ainda que com muito menor intensidade, continua sensível a alguns estímulos. No fim da manhã, combina uma carona e volta a Lisboa.

Os efeitos da segunda toma são semelhantes aos da primeira. Ao contrário do que acontecera na outra festa, em que todos os presentes eram experimentados, vê uma mulher agitada e declarando medo por não ter controlo sobre a sua percepção. Está a ter a primeira experiência com ácido. A atender à sua curta experiência, Luís sabe que tudo se move sem que ela, por sua vontade, possa dar-lhe um fim. De facto, a velocidade com que os eventos perceptivos ocorrem, bem como a sua origem, quer dizer, a forma como parecem decorrer uns dos outros, podem configurar uma experiência assustadora, na medida em que se desenrola fora do controlo de quem a experiencia. Podem, por isso, constituir o que os utilizadores de LSD denominam uma *bad trip*.

A mitigá-la, a presença regular do homem que havia distribuído o LSD. Passando entre os presentes, certificando-se de

para além do LSD, da ganza e dos chamados cogumelos mágicos, são para recensar a presença de produtos psicoativos como o ecstasy e outras metanfetaminas – nomeadas *pastilhas e MD* –, da cocaína e, ainda, de substâncias sintéticas sem análogos na natureza, como é o caso da quetamina. Isto, claro está, para além da cerveja. Não existem bebidas espirituosas à venda. Ao nível das classificações feitas pelos trancers, a droga emblemática tem uma espécie de efeito centrípeto, agrupando em seu torno os outros psicoativos, numa escala de avaliação que vai das psicadélicas a cada uma das outras. É por essa razão – e este é um elemento específico ao movimento *trance* – que não existem bebidas espirituosas: de uma forma geral e porque associada à prática da violência, a ingestão de álcool é avaliada negativamente. É ainda de referir a presença, eventualmente fugaz, de psicoativos resultantes do rápido e contínuo desenvolvimento dos chamados *research chemicals*.

que tudo estava correndo bem. E, com voz calma e pausada, tranquilizando a mulher que permanecia assustada: que não se preocupasse, uma vez que a experiência pela qual estava a passar não constituía uma situação permanente. Desapareceria em algumas horas, ou seja, que não tinha enlouquecido.²⁹ Explicaria mais tarde que o objetivo da toma do ácido consiste precisamente em que aquele ou aquela que o fazem se tornem espectadores da sua própria transformação. Ora isto só será conseguido se mesmo durante a *trip* não se perder a noção de que o que lhe é dado experienciar ocorre em uma quantidade de tempo limitada, que não corresponde à relativa estabilidade das formas e sons que constituem a percepção do quotidiano.

Dito de outra maneira, a muito intensa experiência do ácido é, tal como a festa na qual ocorre, intersticial. Mas a experiência, também é intersticial *com* a festa. As luzes negras e o *VJing*, a policromia e as formas das asas trianguladas, das espirais, das cabeças conoidais, escamas e caudas triangulares, dos panos coloridos com motivos figurativos ou formas geométricas, das estalactites, das labaredas, das teias de aranha também coloridas, bem como a presença dos sons, nomeadamente os quiméricos, fornecem um potencial de transformação inesperado: a cada toma de LSD corresponde uma experiência totalmente diferente de todas as outras.

29 Esta preocupação é generalizada aos participantes mais experientes; alguns deles, no Algarve, dão pelo nome de “arcanjos” e quando achado necessário, levam a cabo ações: uma conversa na qual se partilha um cigarro ou uma piada são disso exemplo, tendentes a melhor enquadrar na festa aqueles que nela participam pela primeira vez, isto para além da assistência específica quando da ocorrência de uma *bad trip*. No caso do Boom, esta preocupação levou à criação de uma estrutura – o designado KosmiCare – especificamente dirigida à assistência a pessoas em “crise psicadélica” (NIELSEN; BETTENCOURT, 2008), a ser os seus trabalhadores, preferencialmente recrutados entre homens e mulheres que tenham eles próprios experiência no uso de LSD. O KosmiCare presta igualmente assistência a todos aqueles que solicitem ajuda devido a uma má experiência com qualquer droga ou, simplesmente, que procurem um lugar para descansar.

É nesse sentido que se encara a *trip* como o que Gilles Deleuze (2016, p. 187, grifo do autor) denomina “agenciamento”: “aquilo que faz com que elementos bastante heterogêneos *fi-quem juntos* – um som, uma cor, um gesto, uma posição etc. [...] é um problema de ‘consistência [...] Como as coisas ganham consistência? Pode haver, entre coisas muito diferentes, uma continuidade intensiva.”

CONCLUSÃO

Para se produzir como lugar intersticial, quer dizer, com as formas e práticas que o caracterizam e a existir em uma limitada extensão de espaço e durante um limitado período de tempo, a festa *trance* tem de mobilizar para aquela localização específica um conjunto de elementos edificados. Tem ainda de tornar possível a existência de outro componente material, um som, e, por fim, assegurar as condições necessárias à presença das, e assistência às, pessoas que, dançando, nela participam.

Não é a presença destes elementos – edificado, som, pessoas e dança – que configuram a festa *trance* como uma realização extraordinária. Ela torna-se extraordinária para os que nela participam na medida em que induz uma transformação que resulta da concatenação cumulativa de diferentes tipos de mobilidade: a mobilidade dos produtores e dos materiais e tecnologias por eles recrutados; a mobilidade dos participantes para um lugar relativamente distante dos locais de morada; a dança, ocorrida à escala do corpo e considerada como ápice da participação, e, finalmente, a toma de um psicoativo cujos efeitos – imbricados na nova “ordem sensorial” que a festa constrói e disponibiliza – são também nomeados como um tipo específico de mobilidade, uma *trip*, ou seja, uma viagem.³⁰

30 Foi por relação à mesalina – nome dado à versão sintetizada do alcaloide psicoativo existente no peyote – que, em 1954 e em *As portas da percepção*, Aldous Huxley vem a definir os seus efeitos como uma viagem. Nada mais,

Não se trata de uma realização extraordinária na medida em que vem a corresponder a uma socialidade que os participantes vêm a conhecer e incorporar durante a sua vida. Basta, para tanto, evocar as festas de aniversário que, também elas, desenvolvem uma ordem sensorial que não corresponde à do quotidiano. E fala-se aqui de ordem no que o termo também remete para relações de poder: na habitação onde uma festa de aniversário de uma criança ocorre é permitida aos seus participantes, também crianças, uma reversão na qual o som está sujeito a variações geralmente não permitidas durante o resto dos dias do ano. Para o caso português – e assim se quisesse aumentar a escala da análise –, o mesmo acontece com outras festas populares nas quais a intensidade da música também ocupa um lugar público, no resto do ano palco de outras presenças e itinerários, ou seja, no qual é intersticialmente construída uma diferente relação entre forma e função.³¹ Isto, claro está, em cúmulo com o uso de um psicoativo – as bebidas alcoólicas – cuja ingestão e efeitos, estão, também para o resto do ano, sujeitos a códigos que não incluem necessariamente tomas realizadas num lugar público.

Como acontece com estas festas, onde nem todos tomam bebidas alcoólicas ou nem todos as tomam em todas as suas formas e nas mesmas quantidades, o ácido – mantendo suas características de droga emblemática – não é tomado por todos os participantes. Isso não implica que haja quem participe e quem não participe na festa; há lugar, isso sim, a diferentes

nada menos que uma viagem aos antípodas da mente, metaforicamente – e sendo Huxley inglês – situados na Austrália. Este propósito, ver Stevens (1988, p. 47-57).

31 No caso das festas trance, a relação entre forma e função é reatada com o retorno do lugar à sua configuração inicial. Para além da desmontagem de todos os elementos edificados, a alguns dos trabalhadores é atribuída a tarefa de apanhar do chão as bitucas para aí remetidas durante a realização do evento, ou seja, a volta à forma inicial – a “natureza” – é também ela objeto de uma preocupação especial.

tipos de participação e, sobretudo, a participações nas quais o lugar se apresenta seguro para todos. Se o LSD induz mais um patamar de uma transformação que é proposta pela totalidade da festa, quase todos os participantes sabem o que fazer caso haja lugar a uma *bad trip*: trazer a pessoa em causa para uma localização onde a estimulação sensorial esteja sujeita a menor intensidade, falar com ela em uma voz calma e firme e manter-se presente até que ela própria se sinta calma e segura. Assim, todos são, por isso, transformados. Uns pelo LSD, quase todos, com especial incidência nas festas onde muitos dos participantes se conhecem ou nela vêm a conhecer, pela aprendizagem e prática de uma relação de ajuda.

REFERÊNCIAS

- ADEY, P. *Mobility*. Londres: Routledge, 2010.
- BEZERRA, C. M. F. *A festa como ritual e a constituição da cena eletrônica de Brasília*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.
- BREGMAN, A. S. *Auditory Scene Analysis: the perceptual organization of sound*. Cambridge: MIT Press, 1994.
- CALADO, V. G. *Drogas sintéticas: mundos culturais, música trance e ciberespaço*. Lisboa: IDT, 2006.
- CRESSWELL, T. *Mobility*. In: AGNEW, J. A.; LIVINGSTONE, D. N. (ed.). *The Sage Handbook of Geographical Knowledge*. Londres: Sage Publications, 2011. p. 572-580.
- CRESSWELL, T. *On the Move: Mobility in the Modern Western World*. New York: Routledge, 2006.
- DELEUZE, G. Oito Anos Depois: entrevista de 80. In: DELEUZE, G. *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. Tradução de Guilherme Ivo. São Paulo, Ed. 34, 2016. p. 184-188.

- DEWSBURY, J. D. Dancing: The Secret Slowness of the Fast. In: CRESSWELL, T.; MERRIMAN, P. (ed.). *Geographies of Mobilities: Practices, Spaces, Subjects*. Farnham: Ashgate, 2011. p. 51-67.
- ELLIOT, L. C. *Mobile Consciousness, Flexible Culture*. 2006. Thesis (Doctorate) – New York University, New York, 2006.
- FALES, C. The Paradox of Timbre. *Ethnomusicology*, [London], v. 46, n. 1, p. 56-95, Winter 2002.
- FELD, S. Waterfalls of Song: An Acoustemology of Place Resounding in Bosavi, Papua New Guinea. In: FELD, S.; BASSO, K. H. (ed.). *Senses of Place*. Santa Fé: School of American Research Press, 1996. p. 91-135.
- HAINING, P. *The Hashish Club: An Anthology of Drug Literature*. Londres: Peter Owen, 1975. v. II.
- HANDELMAN, D. *Models and Mirrors: towards an anthropology of public events*. New York: Berghahn Books, 1998.
- HOWES, D. *Sensual Relations: Engaging the Senses in Culture & Social Theory*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.
- HUSSERL, E. *Experience and Judgment: Investigations in a Genealogy of Logic*. Translation of J. S. Churchill e K. Ameriks. Evanston: Northwestern University Press, 1973.
- HUXLEY, A. *As portas da percepção*. [Rio de Janeiro: Civilização Brasileira], 1954.
- INGOLD, T. *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. Londres: Routledge, 2011.
- INGOLD, R.; TOUSSIRT, M. *Le Cannabis en France*. Paris: Anthropos, 1998.
- JACKSON, P. *Inside Clubbing: Sensual Experiments in the Art of Being Human*. Oxford: Berg, 2004.
- JENNINGS, S. Temiar Dance and the Maintenance of Order. In: SPENCER, P. (ed.) *Society and the Dance: The Social Anthropology of Process and Performace*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 47-63.

- KEIL, C. Participatory Discrepancies and the Power of Music. In: KEIL, C.; FELD, S. *Music Grooves*. Tucson: Fenestra Books, 2005. p. 96-108.
- LEE, M.; SHLAIN, B. *Acid Dreams: The Complete Social History of LSD: The CIA, the Sixties, and Beyond*. New York: Grove Press, 1985.
- LYNCH, K. *A Theory of a Good City Form*. Cambridge: MIT Press, 1981.
- MALBON, B. *Clubbing: Dancing, Ecstasy and Vitality*. Londres: Routledge, 1999.
- MCATTER, M. B. *Redefining the Ancient Tribal Ritual for the 21st Century: Goa Gil and the Trance Dance Experience*. Londres: Real College, 2002.
- MILLER, D. Driven Societies. In: MILLER, D. (ed.). *Car Cultures*. Oxford: Berg Publishers, 2001. p. 1-33.
- NIELSEN, S.; BETTENCOURT, C. KosmiCare: Creating Safe Spaces for Difficult Psychedelic Experiences. *MAPS*, v. XVIII, n. 3, p. 39-44, 2008. Disponível em: <https://maps.org/news-letters/v18n3/v18n3-39to44.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- PLADOTT, U. *Meaning, Motion and Gesture In Psychedelic Trance Music*. Tel Aviv: Universidade de Tel Aviv, 2002. Final essay presented for the seminar "Music as Motion, Gesture and Action" - Dr. Zohar Eitan.
- PRENDERGAST, M. J. *The Ambient Century: From Mahler to Moby: The Evolution of Sound in the Electronic Age*. Londres: Bloomsbury, 2003.
- REYNOLDS, S. *Energy Flash: A Journey Through Rave Music and Dance Culture*. Londres: Picador, 1998.
- SALAZAR, N. B. Theorizing Mobility Through Concepts and Figures. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 153-168, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v30n2/1809-4554-ts-30-02-153.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- SALDANHA, A. Goa trance and trance in Goa: smooth striations. In: ST. JOHN, G. (ed.). *Rave Culture and Religion*. Londres: Routledge, 2004. p. 273-286.

- SALDANHA, A. *Psychedelic White: Goa Trance and the Viscosity of Race*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- SHAPIRO, H. Dances With Drugs: Pop Music, Drugs and Youth Culture. In: SOUTH, N. (ed.). *Drugs: Cultures, Controls and Everyday Life*. Londres: Sage Publications, 1999. p. 17-35.
- SOUTH, N. Debating Drugs and Everyday Life: Normalisation, Prohibition and 'Otherness'. In: SOUTH, N. (ed.). *Drugs: Cultures, Controls and Everyday Life*. Londres: Sage Publications, 1999. p. 1-15.
- ST. JOHN, G. Introduction. In: ST. JOHN, G. (ed.). *Rave Culture and Religion*. New York: Routledge, 2004. p. 1-15.
- ST. JOHN, G. (ed.). *FreeNRG: Notes at the Edge of the Dance Floor*. Altona: Common Ground, 2001.
- STEVENS, J. *Storming Heaven: LSD and the American Dream*. New York: Harper & Row, 1988.
- TAKAHASHI, M. The 'natural high': altered states, flashbacks and neural tuning at raves. In: ST. JOHN, G. (ed.). *Rave Culture and Religion*. London: Routledge, 2004. p. 145-164.
- VASCONCELOS, L. A. A produção do efêmero: mobilidades e fixidez na festa trance. In: CARMO, R. M.; MELO, D.; BLANES, R. L. *A globalização no divã*. Lisboa: Tinta da China, 2008. 89-105.
- VASCONCELOS, L. A. Setting, Transformation & Mobilities. In: SILVA, A. S. da (ed.). *Boom Book*. Lisboa: Good Mood, 2007. p. 110-119.
- VASCONCELOS, L. A. *Heroína: Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa*. Lisboa: ICS, 2003.
- WILF, E. Swinging With the Iron Cage: Modernity, Creativity, and Embodied Practice in American Postsecondary Jazz Education. *American Ethnologist*, Washington, v. 37, n. 3, p. 563-582, 2010.

LA IRUPCIÓN DE LAS DROGAS SINTÉTICAS COMO TECNOLOGÍAS DEL CUERPO

*Mauricio Sepúlveda Galeas
Sebastián de la Fuente Espinoza*

Las drogas forman parte de nuestra cultura. Lo mismo que hay buena y mala música, hay buenas y malas drogas. Y, por tanto, del mismo modo que no podemos decir que estamos 'contra' la música, no podemos decir que estamos 'contra' las drogas. (FOUCAULT, 2014b, p. 1049-1050)

INTRODUCCIÓN

Hace décadas que el problema de las drogas fue definido por la comunidad internacional como un problema mundial. El escenario principal lo ha ocupado las drogas ilegales generalmente fabricadas a partir de la extracción de principios vegetales tales como la cocaína, la heroína, entre otras. Sin embargo, la producción, venta y consumo de drogas ilegales ha innovado este mercado subterráneo con la presencia de las llamadas drogas de síntesis, cuya principal característica es que son fármacos fabricados en laboratorios a partir de productos de química industrial.

La gran mayoría de estos fármacos fueron utilizados inicialmente como tecnologías médicas al interior de regímenes

terapéutico y como dispositivos de exploración en el campo de los saberes “Psi”. No obstante, tras su retirada del mercado oficial, siguieron su producción en laboratorios clandestinos comercializándose en su mercado como *drogas recreativas*. Este fenómeno de *desviación farmacológica*¹ (LEDESMA, 2018) incide en las políticas de administración de la vida mediando en el proceso de traducción (LATOURET, 2001) de las tecnologías médicas como tecnologías de la vida. (ROSE, 2012) Más aún, se trata de procesos de subjetivación que articulan procedimientos farmacológicos y semiótico-técnicos (PRECIADO, 2014) utilizando al cuerpo como la plataforma viva de materialización de este ensamblaje híbrido.

Ahora bien, y pese a las discontinuidades observadas en la economía y cultura de las drogas, la investigación social desarrollada, en su mayoría adscrita a enfoques tradicionales, ha soslayado la problematización onto-epistémica relacionadas con el objeto y campo de las drogas en relación a la emergencia de una nueva farmacopea y la reconfiguración de su paisaje. Salvo honrosas excepciones, fenómenos como la desviación farmacológica, su inscripción en la farmacotopia moderna, sus discontinuidades y el ensamblaje de éstas con los procesos de subjetivación emergentes, que escasamente han sido abordados por la investigación en materias de legalidad y salud pública.

Es en el marco de esta carencia, a solicitud del Servicio Nacional para la Prevención y Rehabilitación del Consumo de Drogas y Alcohol (SENDA) del Gobierno de Chile, el año 2017 se llevó a cabo un estudio cualitativo de caracterización de la

1 El término desviación farmacológica, filtración farmacológica o fármaco-asociación ha sido utilizado para describir el proceso de desvío de los medicamentos del espacio terapéutico a otros espacios. En la misma dirección, también es utilizado para el estudio de las redes comerciales de los fármacos y el conocimiento que los usuarios de estas sustancias comparten a través de sus intercambios informales, de información y de las sustancias mismas.

población consumidora de drogas sintéticas. La investigación, situada en un paradigma anti-representacionista (BASSI, 2015) y una orientación etnográfica, se basó en el análisis de fuentes secundarias, revisión bibliográfica, observación participante y no participante, entrevistas grupales e individuales tomando como grupo de referencia jóvenes usuarios/as de drogas sintéticas.

En términos generales los resultados mostraron que los usuarios de estas drogas mantienen una relación de consumo que Becker (2012) denominó como consumo recreativo o consumo por placer, a saber, una ética en el consumo en donde la práctica es algo relativamente casual y con el fin determinado de alcanzar un estado recreacional. (RACE, 2009) Es en ese marco, que sugerimos que las drogas de síntesis devienen en tecnologías del cuerpo, en plataformas semiótico-materiales a partir de las cuales los usuarios (re)producen ficciones corporales y (re)politizan su experiencia.

En el presente texto, dicha investigación, aun inédita, constituye una plataforma empírica a partir de la cual ha sido posible articular las reflexiones teórico-empíricas que aquí son expuestas. En este sentido, el presente documento, no tiene por propósito presentar sus resultados. Tal como observarán en el capítulo V, se han utilizado algunos fragmentos narrativos con el objetivo de ilustrar las reflexiones que en los apartados precedentes son expuestos.

FARMACOTOPIA Y MODERNIDAD: RUPTURAS Y DISCONTINUIDAD

Las drogas atraviesan nuestra historia y nuestra cultura. Concebidas canónicamente como naturaleza pura, o como suplemento protésico cultural, las drogas no solo han contribuido a transformar la economía, la legislación y la geopolítica de nuestro mundo, sino también tempranamente fungirán como tecnologías del cuerpo, acoplándose a la producción de

subjetividades marcadas. Para Derrida (1997) el *fármaco*,² esa medicina, ese filtro a la vez remedio y veneno ha ido introduciéndose en el cuerpo del discurso con toda su ambivalencia. En efecto, esa multiplicidad de sustancias estabilizadas en el significante drogas, como aparatos de representación, han configurado una arena de la diferencia, una superficie turbia de figuración de los *otros*. Zonas confusas en las que reina la opción ineludible de lo incierto, lo enigmático y lo abyecto.

A lo largo de la historia, desde la antigüedad a nuestros días, el despliegue de la voluntad de saber en torno al fármaco, en su intento por doblegar la naturaleza ambigua y ambivalente que lo reviste, ha tendido a pensarlo como un cuerpo discreto. En ese horizonte, a inicios del siglo XIX, el discurso de la verdad respecto el fármaco parece dar un paso fundamental en su propósito de neutralizar o estabilizar la naturaleza fugaz y ambigua que hasta entonces lo define. Y es que una serie de acontecimientos científicos y culturales, vinculados a la farmacología y al campo de la literatura respectivamente, van a converger y contribuir a forjar la palabra “droga” con su connotación decididamente patológica. (VIGARELLO, 2004)

En efecto, a comienzos del siglo XIX, los discursos y prácticas en torno al fármaco comienzan a ordenarse conforme a una gramática divisoria a partir de la cual se redefinirán las coordenadas de lo prohibido y lo impensable, al tiempo que irán trazando los límites que separarán lo humano de lo monstruoso; de un lado el medicamento como positividad pura, y del otro, las drogas como negatividad pura. De ahí en más, la invención de nociones como la del poeta moderno Baudelaire, “paraísos artificiales” o entidades nosográficas, como “toxicomanías”, habitarán el haz complejo de relaciones de saber/poder que regularán el mundo del fármaco conforme a la doble faz que lo atraviesa.

2 Para ver más dirigirse a Derrida (1997).

En el proceso de deslinde, no solo se va reconfigurar la verdad onto-epistémica del fármaco, sino también se reconfigurará la partición de lo sensible de su experiencia.³ En este sentido, la singularidad de los sucesos experimentados a comienzos del siglo XIX – descubrimiento de la Morfina, de la jeringa hipodérmica, etc. – en el campo de las drogas, lejos de toda finalidad monótona, constituyen una ruptura, una discontinuidad en su funcionamiento, en los conceptos y operaciones que lo atraviesan, así como en las relaciones existentes entre sus discursos y el contexto material e institucional que lo alberga.

Y es que la singularidad de este paisaje emergente, radicaría en la función estratégica que la partición del fármaco adquiere en su acoplamiento al desarrollo del liberalismo como régimen general de la biopolítica. (FOUCAULT, 2011, 2012, 2014a) En tal sentido, para la administración de los cuerpos y la gestión calculadora de la vida, en el cumplimiento de su función superior que será “hacer vivir”, la partición del fármaco constituirá un acontecimiento extremadamente significativo. Esta modulará la relación entre tecnologías y formas de gobierno, convirtiendo determinados objetos de conocimiento y experiencias del cuerpo en un problema moral, político o jurídico (LEMKE, 2017); desde las guerras imperiales, las convenciones internacionales, a las narcomáquinas contemporáneas.

En rigor, medicamentos y drogas no son contradictorios, sino más bien dos lados de una tecnología amplia y política que apuntan al mismo tiempo al control del cuerpo y al gobierno del alma. Sin embargo, la ficción farmacopolítica moderna persistirá hasta fines del régimen industrial en su deslinde y partición decimonónica. Conforme a esta ficción, la partición medicamentos/drogas, solo podrá ser transgredida o relati-

3 El filósofo argelino Jacques Rancière se refiere a la repartición de lo sensible como aquel sistema de evidencias sensibles que al mismo tiempo hace visible la existencia de un común y los recortes que definen los lugares y las partes respectivas. Para ver más dirigirse a Rancière (2009).

zada a consecuencia de un acto de perversión. Y es que desde esta perspectiva, la totalidad de fármacos habrían sido utilizados inicialmente como tecnologías médicas al interior de un régimen terapéutico o como herramientas de exploración científica en el campo de los saberes Psi. En consecuencia, la transformación de su naturaleza noble originaria, será producto de una torsión social y cultural.

En efecto, en la ficción historiográfica hegemónica, desde los usos del éter, los nitritos, la morfina, cocaína, hasta las primeras drogas sintéticas como el metilendioximetanfetamina (MDMA), la desviación farmacológica será referida y significada como una torsión, una externalidad monstruosa, un ruido, una criatura bastarda de la noble ciencia que amenaza con pervertir el sentido originario del fármaco en su faz medicamentosa. Perversión al límite de lo exponencial, toda vez que cuando éstas son retiradas del mercado oficial, seguirán siendo producidas en laboratorios clandestinos y comercializándose como “drogas recreativas” en las zonas turbias de la sociedad.

Ahora bien, desde una perspectiva arqueo-genealógica, este nuevo orden del discurso se extenderá por un largo periodo con cierta regularidad hasta las décadas posteriores a la segunda guerra mundial. Precisamente, en la transición a un tercer tipo de capitalismo, después del régimen industrial del cual sería tributario dicho orden discursivo, una serie de acontecimientos asociados al capitalismo avanzado – industrias bioquímicas, electrónicas, informáticas y de la comunicación, entre otros – y la puesta en marcha de un nuevo tipo de gubernamentalidad del ser vivo (PRECIADO, 2014), sino determinan, allanarán el camino para una nueva transformación farmacopolítica.

En efecto, en torno a los setenta se dará inicio a una nueva mutación en el campo de las drogas que lentamente irá horadando y desestabilizando el orden discursivo hegemónico con base del cual, desde inicios del siglo XIX, se habría cimentado la farmacotopia moderna. Esta transformación larvada, y

a veces silenciosa, se acoplará a las nuevas dinámicas del tecno-capitalismo avanzado y ficciones onto-políticas, tanto trans como posthumanas. Un nuevo paisaje somatopolítico asoma a partir de los setenta y, de acuerdo a nuestra hipótesis de trabajo, parece cristalizar en la primera década del siglo XXI, a propósito de la emergencia de las drogas sintéticas.

Denominadas como drogas de síntesis, drogas de diseño, drogas de fiesta o como sugerentemente han propuesto algunos autores “drogas emergentes”, más allá de sus matices específicos derivados de sus distintas denominaciones, lo cierto es que este grupo de sustancias psicoactivas irrumpirá en la escena global de las drogas, transformando significativamente su orden discursivo, el campo de la experiencia y sus prácticas de gobierno.

En efecto, la geografía altamente cambiante del mercado de las drogas sintéticas, su originaria y continua desterritorialización, su economía en red y al mismo tiempo profunda y/o oscura (deepweb), su economía transaccional signada por el *bitcoin*, las convergencias de la gramática de su mercantilización y sus políticas de la experiencia, su economía política del placer y ficciones del cuerpo, estos y otros fenómenos, parecen converger en un punto: una discontinuidad farmacotopica la cual habría desestabilizado las racionalidades políticas y tecnologías de gobierno de las drogas.

En total acuerdo con la afirmación de Vigarello (2004) respecto a que las drogas de hoy serían, en parte, hijas de la tecnociencia. Sin embargo, desde nuestro punto de vista, dicho enunciado amerita unos “pequeños matices”, pues después de todo, como bien dice el refrán anglosajón, el diablo esta en los detalles. Ciertamente, hay un pequeño y gran detalle en el nuevo paisaje de las drogas en el presente siglo.

Entre el 2009 y 2016, 106 países reportaron la aparición de 739 Nuevas Sustancias Psicoactivas (NSP) a la Oficina de Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC). Espe-

cíficamente, en 2015 se informó por primera vez a estos organismos de la existencia 75 nuevas sustancias, frente a un total de solo 66 en 2014. Entre 2012 y 2014 la mayoría de las sustancias notificadas por primera vez pertenecía al grupo de los cannabinoides sintéticos, pero los datos recientes (2015) revelan una tendencia diferente: en primer lugar, el número de catinonas sintéticas (20) de las que se informó por primera vez fue casi igual que el de cannabinoides sintéticos (21); y en segundo lugar, se informó por primera vez de una gran diversidad de sustancias (21) que no pertenecían a ninguno de los grupos principales identificados en años anteriores, como opioides sintéticos, por ejemplo, derivados del fentanilo; y sedantes, por ejemplo, benzodiazepinas.

En este sentido, si bien el mercado de las nuevas sustancias psicoactivas se ha caracterizado por el surgimiento sustancias nuevas, las cuales tienen propiedades químicas y/o farmacológicas similares a aquellas sustancias que se encuentran bajo control internacional, estudios recientes están proporcionando pruebas de que algunos NPS han establecido un mercado por derecho propio. Prácticamente un tercio de las nuevas sustancias registradas por los organismos nacionales e internacionales, advierten de su carácter inclasificable, desbordando todo parámetro referencial.

En consecuencia, he aquí nuestra hipótesis central, es posible problematizar la emergencia de estas nuevas sustancias sintéticas como productos tecnocientíficos excéntricos, en tanto y en cuanto su procedencia no es más tributaria de los procesos de desviación farmacológica. Más aun, las drogas sintéticas emergen de las ruinas de la clínica moderna en tanto aparato de veridicción, constituyéndose en un acontecimiento farmacopolítico acoplado a un telos singular donde la ciencia es la nueva religión de la modernidad, en tanto tiene la capacidad de crear, y no solo simplemente de describir la realidad. (PRECIADO, 2014)

Esto sería indicativo de una ruptura, o si se quiere una reconfiguración extremadamente significativa en lo que hemos denominado farmacotopia moderna. Ciertamente, ello implicaría una inflexión, en rigor una ruptura, una discontinuidad en la configuración histórica del objeto y campo de las drogas, en tanto que desestabiliza el hasta ahora lugar estructurante asignado a la desviación farmacológica, sea primaria o secundaria, como eje articulador del complejo oferta - demanda, relevando ahora procesos de producción inscritas el margen o al límite del saber fármaco-terapéutico, ahora reinscrita en una gramática maquínica y experimental del placer y el cuerpo. Una suerte de rebelión de cobayas. Pero no cualquier rebelión, pues ahora los cobayas, si huyen lo harán para ir de fiesta.

IMAGINARIOS TECNOLÓGICOS Y POTENCIONAMIENTO HUMANO

Como es sabido, el mercado de las drogas sintéticas se caracteriza, entre otros aspectos, por el crecimiento exponencial experimentado a nivel de su producción, así como por la innovación en su oferta. Respecto a esto último, desde nuestro punto de vista, el carácter innovador de su oferta ha sido entendido de forma muy restringida y sesgada, desatendiendo la potencia de su singularidad.

En términos cognoscentes, la tendencia mayoritaria ha sido problematizar el carácter innovador de la oferta de drogas sintéticas conforme a una unidad substancial originaria. En este sentido, la inteligibilidad de las drogas emergentes se retrotrae a una episteme de la semejanza. Esto significa que el umbral de reconocimiento de las nuevas sustancias, dependerá fundamentalmente de la similitud, filiación o linaje de éstas con relación a unas sustancias de referencia u originales, las que, prácticamente en su totalidad, se encuentran bajo control.

Este discurso, ha trazado un campo de significación en torno a las nuevas sustancias sintéticas, habitado por nociones

tales como enmascaramiento, simulación, sustitución, imitación, relevando un tipo codificación dual, mediante la cual se ha producido cierta reificación jerárquica del binomio original/copia. Ahora bien, a la luz de la evidencia, y a modo de hipótesis, sostenemos que este posicionamiento discursivo, no solo se ha desestabilizado a propósito de la emergencia de las drogas de síntesis, sino que además, ha abierto la posibilidad para repensar desde otros costados la dualidad original/copia.

Al respecto el filósofo español Antonio Escotado ha señalado que vivimos en la era de los sustitutos a propósito de la expansión de las NSP. Sin embargo, más allá del alcance constatativo de tal enunciado, aquí abogaremos por relevar la función constitutiva del sustituto o suplemento. Respecto a esto último, Derrida (1971) enfatizará como el suplemento produce aquello que supuestamente debe complementar. En este gesto provocativo, relevará el cómo nuestra naturaleza humana, no es sino un efecto de negociación permanente de las fronteras entre lo humano y animal, cuerpo y maquina (PRECIADO, 2002) original y el artificio.

Al respecto, la bióloga feminista Haraway (1995) señala que las “tecnologías del cuerpo” que producen al sujeto moderno se estarían haciendo cada vez más débiles, siendo sustituidas gradualmente por tecnologías de un orden completamente diferente que romperían con los dualismos modernos – entre el yo y lo otro; la naturaleza y la cultura; lo político y lo cultural. En este marco, proponemos entender las drogas sintéticas como tecnologías del cuerpo inscritas en un imaginario social (radical) del potenciamiento humano.

Conceptualmente entendemos el imaginario como una creación incesante y esencialmente indeterminada – social-histórica y psíquica – de figuras, formas e imágenes, a partir de las cuales solamente puede referirse a algo. El imaginario no tiene un objeto a reflejar, sino deseos a proyectar. Como señala Castoriadis (2010) en el caso del imaginario, el significado al

que envía el significante es prácticamente inasible, y por definición, su modo de ser, es un modo de no ser. A diferencia de lo racional, donde esta distinción también puede ser oscura, en el caso del imaginario, el asunto es menos simple, porque el imaginario se da, o se hace visible por sus consecuencias, sus resultados, sus derivaciones. Diríamos que, entonces, produce más que representa, tendría un sentido proyectivo más que retrovisor. De forma simultánea, no se agota solo como intersticio, sino que es al tiempo presencia organizadora y organizada (BUSINO et al., 1989).

Como es sabido el concepto de “imaginario radical” será central en la obra de del filósofo griego Castoriadis (2010). Con ello intenta señalar aquella capacidad de hacer surgir como imagen algo que no es, ni que fue. Desde ese lugar que otorga al imaginario radical establece la relación con lo histórico, lo social y lo psicológico. El imaginario radical, dice, es como lo social-histórico y como psique-soma. Como social-histórico, es río abierto del colectivo anónimo. Como psique-soma es flujo representativo-afectivo-intencional. Al primero lo denominará imaginario social y al segundo imaginario radical, ambos se caracterizan porque lo instituido es recibido/alterado constantemente, no solo en la actividad consciente de la reflexividad, sino fundamentalmente en la praxis; por ello, señala el autor, siempre habrá descontento e ilusión y en la aceptación surgirá el desacato y la indignación.

A propósito de estos planteamientos Busino y otros colaboradores (1989) señalan que mientras muchos han considerado al imaginario como irrealdad, eflorescencia, superestructura, Castoriadis ve al imaginario en la raíz misma, en la fuente de todo lo que se instituye o se crea, tanto en el psiquismo como en devenir sociohistórico. Es la categoría que nos permite escapar al determinismo y al racionalismo para aprehender el carácter genésico de los imaginarios del potenciamiento humano.

Según Rose (2012), las tecnologías del potenciamiento humano se vinculan con los desarrollos en el ámbito de la biotecnología y de las ciencias biomédicas de los últimos años, las cuales tendrían en común el entender la vida humana a nivel molecular: a nivel molecular la vida puede ser diseñada. En este nivel, parece, que no hay nada místico o incomprensible acerca de la vitalidad – cualquier cosa y todas las cosas parecen, en principio, ser inteligibles, y por lo tanto estar abiertas a intervenciones calculadas al servicio de nuestros deseos acerca de las personas que nosotros y nuestros hijos esperamos que sean. Es decir, a nivel molecular, la vida aparece como una sustancia plenamente maleable y re-diseñable. Dicho en términos de su telos, estas nuevas tecnologías “[...] apuntan a intervenciones que pretenden mejorar las funciones o características humanas más allá de lo necesario para mantener la salud, borrando las fronteras entre lo terapéutico y lo incremental.” (MA, 2016, p. 1)

Ahora bien, si las estrategias terapéuticas convencionales prometen reestablecer una “normalidad”, las tecnologías del potenciamiento van “por más, por lo mejor, por lo ilimitado o, aunque sea, por lo simplemente distinto- que no se verá satisfecho con el promedio, ni tampoco tomará su sentido de la distinción entre lo normal y lo anormal, o incluso entre lo saludable y más-que-saludable”. (PRESIDENT’S COUNCIL ON BIOETHICS; KASS, 2003, p. 17) Pero, además, el potenciamiento promueve rendimientos que, al transformar al individuo, lo van diferenciando. Es decir, se trata de performances individualizadoras, que no buscarían la “normalización”, sino la “personalización”. (ROSE, 2012) Piensen, por ejemplo, en toda la variedad de sustancias para el mejoramiento cognitivo.

SOMATOTECNOLOGIAS: FRAGMENTOS NARRATIVOS

Analíticamente hablando, atender los imaginarios sociales en torno al consumo de drogas, implica un esfuerzo por desve-

lar las significaciones producidas en sus interacciones, las configuraciones simbólicas, las formas y medios que cohesionan, articulan o desarticulan, las líneas de sentido, las repeticiones que lo producen, las acciones desmesuradas, los gestos a veces conscientes, otras inconscientes, así como a los discursos que se tejen y trenzan la multiplicidad de formas de estar en el mundo. Ello implica un intento por comprender los modos de subjetivación a partir de los recursos semiótico-materiales que los sujetos estudiados ponen en juego al calor de sus prácticas y políticas de la experiencia.

Al respecto, con base a nuestro trabajo empírico, el análisis de las narrativas relevo tres tipos de imaginarios sociales:

- Imaginario tecno-científico
- Imaginario *Temporary Autonomous Zone* (TAZ)
- Imaginario de potenciamiento.

Imaginario tecnocientífico

La presencia de este imaginario social se observa en la recurrencia de ciertas narrativas en las cuales tanto el objeto-droga, así como sus prácticas de uso son inscritas en un horizonte de avances e innovaciones científicos y tecnológicos. Desde el costado del objeto-droga, el significante sintético, o sintéticas, por oposición, o diferencia a los objetos drogas de carácter natural, o si quiere no manufacturados, como es el caso del cannabis, inscribe lo sintético en un campo de significación asociado a la química, al laboratorio, a la innovación futurista, otorgándole un sentido eminentemente tecnológico.

Ya a ver, en términos de drogas cuál sería mi primer encuentro con las drogas así propiamente químicas, de laboratorio. Déjame hacer memoria porque no me acuerdo, en realidad yo empecé con la marihuana a los 16 y nunca

fui muy bueno pa'l alcohol, tampoco era muy bueno para la marihuana cuando comencé, estoy tratando de hacer memoria, yo creo que la primera droga así como sintética que tomé fue el ácido, muy mal ácido que me consiguió un amigo. (Lucia, 25 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

En su versión más radical, este tipo de imaginario social codifica la práctica del consumo de drogas sintéticas como una topia futurista, ficcional, probablemente en un dialogo convergente con ciertas ficciones cinematográficas ampliamente difundidas en la cultura pop como es el caso de películas como Lucy o Sin Límites, entre otras.

Nunca, a ver, nunca tuve la intención. Siempre he tenido la intención de probar las drogas a pesar que no tengo una personalidad adictiva he tratado de echarme lo que sea que encuentre, siempre que tenga una seguridad sobre sus efectos y su procedencia ya sea natural o sintético, en realidad por el ánimo futurista que tengo prefiero las drogas sintéticas. Creo que son el futuro... (Andrés, 29 años, usuario ocasional de drogas sintéticas)

Desde este imaginario social, la referencia al laboratorio como espacio-lugar de producción de drogas sintéticas, abre su significación más allá de su fijación referencial artefactual. En efecto, desde este imaginario social, el laboratorio se proyecta e implica la experimentación. En este sentido, los usuarios de drogas sintéticas inscribirán sus prácticas en un universo simbólico en el que su propio cuerpo se extiende como un laboratorio de experimentación existencial.

Como que, bueno, como que cuando era más chico igual siempre me interesaba mucho experimentar, como estados alterados de conciencia y leía cosas al respecto, como que me llamaba la atención comprender el límite de lo que podía hacer, cachai. Por eso también yo creo que me metí a estudiar psicología, como que me interesa eso. Y después cuando fui cachando también que era muy entretenido

también empezó a ser algo como más con amigos, cachai, como más porque me encontraba teniendo amigos que pensaban lo mismo y como que nos llevábamos mutuamente a eso, igual yo creo que era una motivación quizás más social. Igual hueveaba a mis amigos así como las demás tienen razón así, dicen que como que los amigos te llevan a las drogas, es cierto, es cierto, los amigos como tú cachai y tú eres el amigo para ellos, cachai. (Isi, 27 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

Más aún, en el límite de este imaginario tecnológico se deja entrever una concepción del cuerpo y la experiencia subjetiva, abierta a la experimentación. En efecto, desde el costado del cuerpo, éste se proyecta como una materia maleable. Una disposición signada por la plasticidad. Por otro lado, la subjetividad, como proceso en construcción, se presenta abierta la experimentación.

para mí son una forma de hackear el funcionamiento normal del cuerpo, es como introducir ciertas informaciones o virus, a través de algún lugar, ya sea la sangre, o fumando. (Andrés, 29 años, usuario ocasional de drogas sintéticas)

no, con ningún fin, si con el hecho de que el cuerpo funciona como...de cierta maneras, así como la visión general de cómo funciona un cuerpo, y uno hace funcionar de otra manera con ciertas sustancias po, lo hackeai en ese sentido. (Fran, 29 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

Imaginario *Temporary Autonomous Zone* (TAZ)

Las narrativas de los y las jóvenes respecto a sus experiencias de uso son habitadas por un imaginario social que permite inscribir éstas al interior de ciertos espacios temporales en los cuales se lograría eludir las estructuras formales de control social. En este sentido, recuerda la imagen de una *Temporary Autonomous Zone* propuesta por Bey (1991). Ciertamente esta

última converge de forma significativa con las narrativas de la experiencia *rave*. En estas el tiempo y el espacio responden a lógicas de autoorganización social y hacen hincapié en una necesaria invisibilidad para huir, escapar de la atención mediática y del control policial-estatal.

Nada, como que concluyo finalmente que el espacio de la rave, donde al menos, es un espacio que habito frecuentemente, es un espacio que hay que aprovechar para ese tipo de experiencias y quizás no analizarlo tanto. No es una fiesta solamente. Yo llegué a ese tipo de fiesta esperando que no sea solamente una fiesta, que sea un espacio de compartir, un espacio donde se dé como esa posibilidad de tener una experiencia simultánea, donde podai sentir la música de otra manera, bailar de otra manera, bailar solo, bailar con todos al mismo tiempo. Y se banaliza con el uso, por ejemplo, de copete, que es una droga legal, o el uso de sustancias que son legales, o veí la droga sintética como una wea meramente recreativa. Siento que pierde como ese espacio perdido en el tiempo y se vuelve parte del espacio, es absorbido finalmente por el espacio de lo legal y pasa a ser como una fiesta más, ¿cachai? No sé si me explico. Eso pensaba, como que la droga finalmente tiene que mantenerse como en ese y siempre con un pensamiento sobre la hueá que estai haciendo, como “me estoy tirando esta droga, la estoy usando por esto y voy a cuidar también a mis amigos, como me voy a cuidar a mí. (Pascuala, 23 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

La dimensión socio estética destaca en este imaginario. Su especial valoración hace de esta dimensión una cuestión fundamental en torno a la cual se articulan las experiencias y los procesos identificatorios de los y las usuarias de drogas sintéticas.

Claro, pero volviendo al tema de la ketamina, yo me acuerdo que me juntaba a consumir con gente, igual tengo eso de que me gusta la estética de las drogas, cachai como que más que el efecto mismo como que disfruto, siempre he tenido ese gusto por la marginalidad y como las drogas están relacionados con eso, no sé, produce una vibración

en mi sintética, como por ejemplo con la ketamina yo la iba a consumir en un principio a una casa ocupa con un loco que la tenía ahí, te picaba el mismo y a pesar que era muy decadente la imagen a mí me encantó, entrara a ese segundo piso de casa medio abandonada y que estuvieran las jeringas tiradas y los colchones todos feos. (Conrado, 30 años, usuario ocasional de drogas sintéticas)

Ciertamente, el imaginario de huida a las lógicas de control social, se materializan de diversas formas. En algunos casos estas adquieren la fuerza vertiginosa del baile y la fiesta. Otras veces, adquiere la forma de límite o margen social. Otras, adquirirá la forma de tiempo ocio, el cual se enfrenta a las lógicas productivistas que signan el espacio social del tiempo de trabajo sujeto a un intenso proceso de control social.

Estuvimos como gaga mirando el techo, tapaditas, conversando. Y estuvimos así todo el día mirando el techo, conversando. (Rosa, 24 años, usuaria esporádica de drogas sintéticas)

Sí, exactamente. A veces uno quiere pasarla bien e irse de este mundo. Rico bailar, hueón. Sentir la música. Bailar, hueón. Tomar agüita, comerse un caramelo ácido, y fumar-se un porrito para mantenerlo y bailar, hueón. (Pascuala, 23 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

El imaginario TAZ refiere también a una escena eminentemente festiva, que si bien incluye a la rave, no se agota en ella. Esta articulación del entorno festivo al imaginario TAZ potencia el sentido de experiencia asociada al uso de drogas sintéticas pues la dota de un halo extraordinario. Y es que independientemente de la frecuencia real de los consumos de drogas sintéticas, lo cierto es que por regla general los usuarios de este tipo de sustancias psicoactivas inscriben sus prácticas en el marco de sus prácticas de ocio. Aquí habrá que entender el ocio como toda actividad placentera, elegida voluntariamente en el tiempo de no-trabajo.

Yo diría, o sea como que en ese momento no era consciente, claro, pero si es que tengo razón y fue a finales del año pasado... justo había defendido mi tesis, estaba relativamente desempleado, no tenía responsabilidades económicas fuertes, por tanto podía salir harto, además estaba con harta angustia, estaba con mucha incertidumbre, de tipo amorosa, de futuro académico, en fin de hueás... claro entonces, como que carreteaba, creo que eso es la razón ... pienso que en general... (Vincent, 23 años, usuario esporádico de drogas sintéticas)

El uso de la droga tiene que ver con los fines de semana, viernes, sábado, jueves incluso, depende igual de la pega, y solo me queda tiempo en la semana los fines de semana. (Joaquín, 23 años, usuario esporádico de drogas sintéticas)

La centralidad del ocio festivo en la vida de los y las jóvenes entrevistados resulta un dato fundamental. Será en el ocio festivo donde los jóvenes puedan sentirse realizados, afianzando su identidad tanto personal como colectiva. Ciertamente, no debemos olvidar que los y las jóvenes realizan sus aprendizajes por medio de un proceso condicionado socialmente a través de la cultura, y esta cultura es, en buena medida, una cultura del ocio, del entretenimiento y del disfrute, y sin duda, del consumo.

Sí absolutamente, yo me siento muy protegida en el tecno, muy... o sea voy con las cabras y podemos ir ... antes yo no salía en peto, me gustaba estar con la hueá al aire, pero no salía en peto porque todos me iban a mirar a mí, ahora todas las cabras salen en peto, ahora me empecé a poner peto porque pico, ahora no por eso me van a tocar las pechugas ¿cachái?... (Fran, 29 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

Es el vivir como situaciones inesperadas y locas y bohemias, como vivir como aventuras en una noche, cachai. Siempre los carretes donde hay drogas son como capítulos cachai, como una historia entretenida donde parten en un lugar y hay personajes y hay climax y hay todo cachai, y es como salir un poco del mundo real y vivir un capítulo en una noche de fantasía, cachai. Eso me gusta, le encuentro como

mucha belleza, estética también, fantasía, como en las drogas. (Isi, 27 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

No, de hecho, me pasó por mucho tiempo, que no comprendía porqué la gente se calentaba como con el éxtasis, también tenía un drama con eso, cachai?, entonces como todas esas cosas para mí eran como, entender por qué pasaba tales cosas, qué es lo que yo siento a través de las drogas, por qué me hacen sentir así. Entonces toda esa wea fue como aprender de a poco, porque me costó, como te decía, era muy niña para todo, para absolutamente todo, entonces cuando me decían así como “ay! yo me caliento con esta wea y no sé qué”, y era como, a mí nunca me pasaba esa wea, hasta que obviamente pasaron ciertos destapes en mi vida, y fueron como “uuau”, brígido, y ahí empecé como a entenderlo mucho más, pero al principio era como mucho más recatada en ese aspecto. (Andrea, 30 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

Imaginario de Potenciamiento

El potenciamiento es el modo en que los usuarios se administran una droga para modificar y/o aumentar sus capacidades susceptibles de producir un mejoramiento sobre las propiedades generales del cuerpo. El potenciamiento como ideal a alcanzar es una intoxicación voluntaria característica del éxtasis del cual se espera lograr como función alcanzar un estado de optimización en el rendimiento de las funciones físicas, servir como estimulante para aguantar la noche y seguir en el espacio festivo, sobre todo del baile.

Sí, es que la pastilla la muerdo, es como para tener ese... Es para despertar un poquito. (Pascuala, 23 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

Estos efectos de optimización son percibidos por los usuarios cómo una forma de modificación que no sólo remiten a las capacidades corporales sino también a la fabricación de equipamientos subjetivos más sofisticados que capturan de mejor

modo los efectos senso-perceptivos. De esta forma, una droga sintética como el éxtasis funciona no sólo como un estimulante del rendimiento físico sino también del placer.

Muchos más activos todos tus sentidos. La visión, el oído, el tacto. También te agarrai el pelo para tirártelo pa' tras y es como "¡oh qué rico el pelo!" ¿cachái? (Fran, 29 años, usuaria frecuente de drogas sintéticas)

COMENTARIOS FINALES

A lo largo de texto, nuestro propósito ha sido problematizar la emergencia las drogas sintéticas como productos tecnocientíficos excéntricos, en tanto y en cuanto su procedencia no sería más tributaria de los procesos de desviación farmacológica. Más aun, las drogas sintéticas, habrían emergido de las ruinas de los aparatos y tecnologías de veridicción asociados a la clínica moderna. En este sentido, hemos sostenido que la emergencia de estas nuevas sustancias psicoactivas constituyen un acontecimiento farmacopolítico inscrito en el horizonte tecnocientífico del mejoramiento humano.

Este nuevo paisaje, forma parte de un complejo más amplio en el campo de la gubernamentalidad biopolítica contemporánea. Aun considerando el exceso de simplicidad que caracteriza cualquier visión preliminar, diremos que las inquietudes precedentes sobre el gobierno de la población se habían orientado inicialmente siguiendo una política de carácter securitario-higienista, en donde toda visión de estabilidad estaba asegurada por el control de las enfermedades y patologías que amenazaban al conjunto de la población. Hoy, en cambio, el foco parece desplazarse cada vez más desde la súbita y extraña anomalía hacia la gestión misma de la normalidad, fundamento que afecta a las posibilidades de su modificación y su respectiva optimización y/o mejoramiento. (ROSE, 2012)

En esto, nuestro presente parece indicar un panorama marcado por la presencia de tecnologías que conducen a los sujetos a varios pasos más allá de las rudimentarias intervenciones caracterizadas por su dimensión únicamente terapéutica. Estas tecnologías, reconocidas como tecnologías del potenciamiento u optimización, se caracterizan por su capacidad de intervención sobre el cuerpo humano cuyo propósito es el logro de una mejoría y/o potenciamiento en su normal funcionamiento.

Al respecto, Beatriz Preciado (2014) enmarcará este nuevo periodo de la gubernamentalidad biopolítica asociado a un momento específico del capitalismo contemporáneo, al que llamará con el nombre de farmacopornismo, régimen político que toma como una de sus principales referencias a los procesos de gestión molecular de la subjetividad. Esta molecularización impondrá un nuevo estilo de pensamiento sobre el cual se desarrollarán subjetividades nómades que transitarán entre el gobierno y autogobierno que impone todo régimen somatopolítico.

En síntesis, estos cuerpos/subjetividades ensamblados a las nuevas sustancias psicoactivas, lejos se encuentran de estar aislados de la producción tecnocientífica de la cual participan y son producto, siendo dispuestos como plataformas tecnovivas y multiconectadas a sistemas generales de información que incorporan cada vez más la codificación del potenciamiento, acomodando y asimilando en su proceso de materialización somática estas tecnologías que llamaremos como “somatotecnologías”. Estas incitan a un nuevo proceso de productividad, más acá o más allá de lo normativo.

REFERENCIAS

BASSI, J. *Formulación de proyectos de tesis en Ciencias Sociales: Manual de supervivencia para estudiantes de pre y posgrado*. Santiago de Chile: Universidade de Chile, 2015.

- BECKER, H. *Outsiders: Hacia una sociología de la desviación*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- BEY, H. *T.A.Z.: The Temporary Autonomous Zone, Ontological Anarchy, Poetic Terrorism*. New York: Antonomedia, 1991.
- BUSINO, G. *et al. Autonomie et autotransformation de la Société: La philosophie militante de Cornelius Castoriadis*. Genève: Librairie Droz, 1989.
- CASTORIADIS, C. *La institución imaginaria de la sociedad*. Buenos Aires: Tusquets Editores, 2010.
- CLARKE, A. E. *et al. Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness, and U.S. Biomedicine*. *American Sociological Review*, Menasha, v. 68, n. 2, p. 161-194, 2003.
- DERRIDA, J. *De la gramatología*. Madrid: Siglo XXI editores, 1971.
- DERRIDA, J. La farmacia de Platón. In: DERRIDA, J. *La diseminación*. Madrid: Editorial Fundamentos, 1997. p. 429-538.
- FOUCAULT, M. *Defender la sociedad: Curso en el Collège de France (1975-1976)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014a.
- FOUCAULT, M. *Nacimiento de la biopolítica: Curso en el Collège de France (1978-1979)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- FOUCAULT, M. *Seguridad, territorio y población: Curso en el Collège de France (1977-1978)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- FOUCAULT, M. *Obras esenciales*. Barcelona: Paidós, 2014b.
- HARAWAY, D. J. *Ciencia, ciborgs y mujeres: La invención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra, 1995.
- LEDESMA, R. *Usos no medicos de benzodiazepinas entre adolescentes pertenecientes a sectores populares de Santiago*. 2018. Tesis (Magister en Psicología) - Universidad Diego Portales, Santiago, 2018.
- LATOUR, B. *La enseñanza de Pandora: Ensayos sobre la realidad de los estudios de la ciencia*. Barcelona: Gedisa, 2001.

- LEMKE, T. *Introducción a la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- MA, E. Body and Enhancement Technology: An Introduction. *East Asian Science, Technology and Society*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 1-4, 2016.
- PRECIADO, B. *Manifiesto contrasexual*. Madrid: Editorial Opera Prima, 2002.
- PRECIADO, B. *Testo yonki: Sexo, drogas y biopolítica*. Buenos Aires: Paidós, 2014.
- PRESIDENT'S COUNCIL ON BIOETHICS (U.S.); KASS, L. *Beyond Therapy: Biotechnology and the Pursuit of Happiness*. New York: Regan Books, 2003.
- RACE, K. *Pleasure consuming medicine: The queer politics of drugs*, Durham: Duke University Press, 2009.
- RANCIERE, J. *El reparto de lo sensible: estética y política*. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2009.
- ROSE, N. *Políticas de la vida: Biomedicina, poder y subjetividad en el siglo XXI*. La Plata: UNIPE Editorial Universitaria, 2012.
- VIGARELLO, G. La droga ¿tiene un pasado? In: EHRENBERG, A. *Individuos bajo Influencia: Drogas, alcoholes, medicamentos psicotrópicos*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004. p. 79-111.

NARRATIVAS DE MORTE E VIDA: DESVENDANDO CONSUMOS, CIRCULAÇÃO E EMPREENDIMENTOS EM TORNO DAS DROGAS CONSIDERADAS ILEGAIS NA PERIFERIA SUL DE SÃO PAULO¹

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

UMA ENTRADA NA PERIFERIA SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO

Era um dia frio, soprava um vento gelado e encontrei Nádia pintando sua casa de cal branco. Era uma construção em cima de 4 pilares e havia todo um exercício para galgar até a entrada da cozinha, com um pequeno corredor. Chegamos ao quarto onde, para sentar, ela nos ofereceu a cama [...]. Retomamos a conversa em que ela nos fala de irmãs, irmãos, primos e suas histórias de relações, festas, não deixa de mencionar a presença constante da polícia como um sistema de vigilância e participação em praticamente tudo o que ocorre no bairro.

Ao terminar a conversa saímos e fomos circular pelo pedaço... procuro observar, exercer o estranhamento. [...] Olho para aquelas ruas de um bairro da periferia de São Paulo e longe de

1 A pesquisa que originou esse texto foi apoiada pela Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas (PBPD), versão do artigo também foi publicado na Revista Platô.

Agradeço a colaboração de Thiago Nagafushi no processamento dos dados que deram origem às tabelas apresentadas no texto.

pensá-la como as margens da cidade, vejo ali um movimento intenso como se estivesse em um ponto específico, diferente, mas com todas as características da cidade. Com uma urbanização um pouco mais apertada, mas com certa uniformidade, às vezes uma parte menos alinhada com uma quebra e o imprevisto na construção das casas, das escadas íngremes e não acabadas, dos muros malfeitos, mas muitas vezes com arames e grades improvisadas. Pela falta ou excesso de arranjos para remediar precariedades, não se trata de um território excluído como muitas vezes mencionado, mas como um padrão urbanístico de imitação de outros espaços – mais centrais e abastados da cidade. É muito forte a oferta do consumo: equipamentos elétricos e eletrônicos, celulares e seus acessórios, móveis e venda de automóveis estão presentes em vários lugares. Existem todos os recortes de consumo de qualquer outro lugar, desde os mercadinhos, bares, mercearias, pequenos comércios a padarias modernizadas. Nas imediações a presença de várias lojas de diferentes redes, hipermercados... e um intenso comércio, muitos grupos pelas ruas, jogam cartas na porta dos bares, adiante, numa roda, jovens fumam um baseado e conversam animadamente, passa uma mulher e um carrinho de bebê, uma van da empresa de telecomunicações faz trabalho na fiação, que está com um papagaio (pipa) enroscado; o vizinho traz uma haste comprida e ajuda um guri a desenredá-lo do poste, passam carros, micro ônibus, um bando de crianças uniformizadas vai para a escola. Alguns pais acompanham com filhos no colo, as ruas estão em geral limpas e varridas, no fim da rua onde se bifurcam dois becos vejo em um canto um monte de pequenos invólucros de plástico, como depois me contaram trata-se de “pinos” de cocaína utilizada, estão ali juntados, talvez para serem recolhidos para reciclagem – penso ironicamente –, e logo em seguida também um pequeno monte de seringas. Depois me explicaram que existe ali, em períodos noturnos, o uso de cocaína injetável, não muito grande, mas no lugar pode-se

comprar o “pino” com a seringa e outros apetrechos para usar a cocaína injetada... tudo isso remete a presença incessante do consumo, da circulação de dinheiro, negociações, mercadorias. (Diário de Campo, dezembro de 2016)

Nesse texto, apresentamos uma pesquisa realizada no subdistrito do Capão Redondo, parte do Distrito de Campo Limpo, que se localiza em uma porção da periferia sul do município de São Paulo. Sua motivação inicial partiu da pergunta sobre se as mortes violentas que ocorrem sobretudo entre a população jovem na região teriam relações com as atividades denominadas de “tráfico de drogas”. Os dados aqui apresentados foram obtidos desde uma perspectiva etnográfica, um trabalho de escuta e interpretação das narrativas a partir de sucessivas visitas ao bairro para observar a constante movimentação do lugar, das pessoas e de visitas e entrevistas a familiares de jovens vítimas de homicídios. (ADORNO et al., 2013)

Além disso, também fomos atrás dos dados bioestatísticos sobre mortes de jovens na região, recortados a partir de um banco de registros de atestados de óbito² do subdistrito de Capão Redondo. Desse banco, tivemos a preocupação de destacar as mortes causadas pelas chamadas “causas externas”,³ entre elas o grupo das “causas violentas”. Tanto os dados dos registros de óbitos como as narrativas de mães, primas, cunhadas e irmãs a respeito de casos de mortes de jovens, desvelaram histórias, que para além dos homicídios, registravam sempre a presença da polícia em enredos que se associavam a essas

2 Esses dados foram obtidos a partir de uma listagem de atestados de óbitos que nos foi disponibilizada pelo Serviço de Informações de Mortalidade da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo (SIM/SES/PMSP). A solicitação desses dados foi feita a partir da apresentação de justificativas, considerando as normas de ética de pesquisa em ciências humanas de acordo com a Resolução N° 510, de 7 de abril de 2016. (BRASIL, 2016)

3 Causas externas são todos os óbitos causados por circunstâncias externas ao corpo, de certo modo as mais diretamente vinculadas a eventos e contextos sócio ambientais.

mortes como relacionavam-se supostamente às situações de intoxicação, devido ao uso de substâncias bastante usadas no bairro.

Escutamos, em campo, menção a usos de substâncias tais como: a cocaína, o lança perfume e a “bala”,⁴ uma espécie de “ecstasy” popular. Essas substâncias seriam misturadas e embaladas em “laboratórios” da própria região⁵ e foram mencionadas como de livre comércio e fácil acesso no mercado local. A partir da intenção original dessa pesquisa, que seria indagar se os homicídios de jovens estavam relacionados com o tráfico de drogas, tomamos contato com uma situação mais complexa que envolve relatos sobre usos dessas substâncias. Ademais, as narrativas do trabalho de campo se caracterizam pelo fato de terem sido feitas basicamente a partir de escuta de mulheres que falavam sobre filhos, irmão e primos jovens, sendo marcante nessas falas o recorte geracional.

Afinal, estávamos, ao investigar histórias de homicídios de jovens na periferia sul da cidade de São Paulo, tratando de um contexto relativo a guerra às drogas? Uma guerra às atividades de comércio e circulação de substâncias consideradas ilícitas? Abordagens suspeitas em relação aos homens jovens com uma

4 Para uma descrição desses usos recomendamos a leitura de Malvasi (2014). Existem poucos estudos para caracterizar as drogas usadas na periferia, a maior parte deles são encontrados em matérias de imprensa que tratam o tema em tom alarmista. De qualquer forma, a cocaína é um dos principais alcaloides extraídos das folhas das plantas do gênero *erythroxylum coca*; a “bala” ou *ecstasy*, como é conhecido o MDMA, a abreviação de 3,4-metilenodioxometanfetamina, é uma droga cuja classificação está no limite entre o estimulante e o psicodélico e o “Lança” ou “Lança perfume”, é normalmente um solvente à base de cloreto de etila ou cloretila. Esses termos se tornaram guarda-chuvas para uma gama de substâncias, novas ou não, mas pouco estudadas sobre a sua composição e/ou grau de pureza.

5 Ainda que não seja possível afirmar que toda a produção de drogas seja feita localmente, Liniker Batista (2015), em sua etnografia sobre a vida no crime e mercados do crime em uma periferias de São Paulo, descreve a existência de laboratórios onde se realizam as misturas de cocaína, como se fabricam tanto os inalantes como a bala, um tipo de *ecstasy* “popular”.

certa performance e estereótipo? De qualquer forma, uma guerra na qual a maioria das mulheres se colocam muito mais como espectadoras e se tornam referências para um tipo de memória. Uma memória expressa em relatos próprios dos acontecimentos e dos seus lugares no interior do bairro; e, portanto, com a edição pessoal e a linguagem própria para narrá-las.

Além da dimensão de gênero, outro recorte relevante foi o geracional, pois há desvelamentos e modos de narrativas diferentes quando se trata da fala das mães e da fala das filhas, irmãs, primas, cunhadas. As primeiras relutam em narrar determinados assuntos e buscam construir moralidades próprias para justificar as tramas entre o que consideram lícito e ilícito, certo ou errado. A geração de mulheres mais jovens falava mais rápido e mais abertamente da cadeia de negócios e de consumo presentes no bairro, se colocando e se posicionando no interior das dinâmicas locais que envolvem atividades articuladas ao circuito das drogas consideradas ilícitas.

OS HOMICÍDIOS DE JOVENS, A VIOLÊNCIA E O TRÁFICO DE DROGAS

Os registros de homicídios, dentro do conjunto das chamadas “causas externas”, consideradas na demografia e na epidemiologia como “mortes violentas”, passaram a representar índices privilegiados para tratar o tema da violência na sociedade brasileira. A partir desses registros, distribuídos por estados da federação e por municípios, foram elaboradas uma série de classificações com cruzamento de variáveis para determinar áreas, grupos etários e outras características sociodemográficas como aproximações estatísticas para buscar padrões explicativos para essas mortes. Há bastante tempo, essas análises apontam a maior incidência de mortes violentas no grupo dos homens jovens.

A relação entre violência e juventude ganhou destaque e se tornou um tema politicamente sensível, conformando um cam-

po de tensão e de debate na mídia, na esfera política, na produção acadêmica e nos estudos para subsidiar políticas públicas de agências governamentais e internacionais. Esses estudos estruturaram uma chave temática: morte de jovens marcados socialmente como pobres, negros e habitantes das periferias urbanas. A referência à violência entendida como morte por homicídio e a configuração de um lugar social e uma identidade para os corpos desses jovens e suas fronteiras com as atividades do tráfico de drogas seriam questões que atravessariam um campo de pesquisa e de reflexão em, pelo menos, três direções:

- Um campo de produção acadêmica fortemente marcado pela vitimização dos jovens e dos territórios periféricos das cidades e as relações com a figura do jovem traficante (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002; FEFFERMANN, 2006; ZALUAR, 1985, 2004);
- Uma vertente do campo da saúde pública/coletiva que trouxe esse debate para a epidemiologia e para a relação com as “vulnerabilidades” dos jovens e, ainda;
- Uma terceira chave interpretativa, de caráter mais amplo, na qual essa discussão também se insere, que abrange uma reflexão das relações entre o Estado, as populações periféricas e os mercados ilícitos, processos que atravessam os modos de vida dessas populações e estão em um campo de disputa entre as ações repressivas estatais e organizações criminosas ou de “mundo do crime”. Disputas que são entre o Estado e as formas de legitimação realizadas pelas narrativas das populações que moram em territórios periféricos identificados como regiões em que está presente o “mundo do crime” (BATISTA, 2015; FELTRAN, 2008, 2012; MALVASI, 2012; SILVA, 2014) e das articulações entre o legal, o ilegal e o ilícito e as ações extralegais (TELLES, 2013; TELLES; HIRATA, 2010) têm feito parte de um campo de investigação nas periferias da cidade de São Paulo, que busca

desvendar e interpretar processos como a própria queda no número de homicídios. Alguns trabalhos também passaram a investigar as relações entre as políticas de segurança e a constituição do principal ator do “mundo do crime” – o Primeiro Comando da Capital (PCC) – a partir de sua organização e suas relações no campo das ilegalidades. (FELTRAN, 2012; SINHORETTO, 2014)

OS HOMICÍDIOS COMO ÍNDICES DA VIOLÊNCIA: RELATÓRIOS E DADOS ESTATÍSTICOS

O *Atlas da violência 2017* produzido com o apoio de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de instituições governamentais e por organizações não-governamentais nacionais e internacionais, passou a acompanhar os índices de homicídio ocorridos no Brasil desde o ano de 1998. Mais recentemente, a partir de agências estatais, foram gerados relatórios como o *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à violência e à desigualdade racial – 2014* (BRASIL, 2014) e o *Atlas da violência 2017*. (CERQUEIRA et al., 2017)

O *Atlas da violência 2017* (CERQUEIRA et al., 2017) caracteriza a preponderância do assassinato de jovens do sexo masculino como um fato denunciado há décadas em um quadro que comporta, de um lado, as forças policiais e sua concepção belicista que pouco dialoga com a sociedade e com outros setores da administração pública e, de outro, a falta de oportunidades educacionais e laborais que resultariam, na visão desse trabalho, em uma “anomia social”. O estudo cita, por exemplo, como uma das causas para o aumento da violência, sempre referida por meio do número de homicídios em um determinado território, a expansão dos negócios com drogas: “observou-se o incremento da violência letal, utilizada não apenas na disputa dos mercados, mas ainda para disciplinar devedores

duvidosos e trabalhadores desviantes do narcotráfico, sem a qual o dono do negócio perderia credibilidade levando a firma à falência”. (CERQUEIRA et al., 2017, p. 20) Nesse mesmo estudo, aponta-se que as mortes “decorrentes de intervenção legal”, traduzidas como aquelas praticadas pelas forças policiais, ultrapassaram o latrocínio e outras formas de criminalidade e, assim, são como denomina o texto referido, um “padrão institucional do uso da força pelas policcias”. (CERQUEIRA et al., 2017, p. 22)

O *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil* (WASELWISZ, 2016), que apresenta os dados de óbitos decorrentes por esse meio,⁶ enumera características das áreas em que ocorrem um maior número de eventos, destacando-se o tráfico de drogas nas periferias das cidades brasileiras e o tráfico de drogas e a pirataria nas regiões de fronteiras. Na mesma publicação, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) às armas de fogo aponta que os jovens negros são alvos principais dos assassinatos, já que que ocorrem a uma taxa duas vezes e meia maior nessa população, sendo os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Ceará, aqueles com maiores taxas desse tipo de morte; o estado de São Paulo é apontado, também nesse estudo, como a unidade da federação com a menor taxa de vulnerabilidade de morte de jovens.

Os estudos que mensuram a violência a partir da contagem do número de homicídios, trazem como hipótese que o aumento da atividade dos mercados ilícitos, com destaque para o tráfico de drogas – que, por sua vez, tiveram sua expansão por conta do aumento da renda média no país, teriam contribuído para o aumento dos homicídios. Segundo esses estudos, a maior parte dessas mortes teria sido causada pela característica da ação repressiva realizada a essas atividades. Conclusão

6 Nas mortes violentas ocorridas no subdistrito do Capão Redondo, 84% foram causadas por armas de fogo.

que traz uma segunda questão à tona: a repressão policial, que poderia ser enquadrada no que referimos como “guerra às drogas”, seria feita à base do assassinato dos participantes desse mercado e, em menor proporção, também resultaria na morte desses policiais no confronto. Para o *Atlas da violência 2017*, ocorreria uma naturalização desse fenômeno: o grande número de mortes tanto pela disputa como pela repressão às atividades ilícitas e a incapacidade e/ou descompromisso do Estado com o controle sobre essas práticas e seus agentes.

A discussão trouxe visibilidade aos contornos desse campo discursivo envolvendo drogas, tráfico, criminalidade e comportamentos chamados de ilícitos, apontando para uma representação das vítimas a partir dos recortes de classe (pobres), etário (jovens), étnico/racial (negros) e geográficos (habitantes de territórios “negligenciados” pela cidade). Como nos informa Ramos (2014), a leitura crítica e politizada desses dados teve uma relação importante com a própria constituição, por exemplo, do movimento negro e de suas interfaces com a categoria “jovem”, a construção social da mobilização em torno da categoria raça e a problematização histórica do racismo na sociedade brasileira. Esse recorte “étnico-racial” se relaciona com um campo de discussão e de ativismo em torno da relação com o “tráfico de drogas”.

A discussão acerca das formas de repressão e de controle do Estado sobre determinados grupos da população, como os jovens de determinadas regiões discriminadas dos espaços urbanos, suas características como a performance corporal, a cor da pele e a incriminação de suas práticas cotidianas, acabam por criminalizar esses sujeitos considerados “corpos ilícitos”. (FERNANDES; BARBOSA, 2016) Essa discussão também destaca a maneira como o racismo, os preconceitos e as discriminações se tornam uma questão de saúde pública. (MENÉNDEZ, 2009) Nos relatos de campo dessa pesquisa, esse fato foi destacado nas falas a respeito dos procedimentos das

ações policiais: “A polícia busca alguns perfis que considera ser característico de bandidos, sendo principalmente homens jovens, negros, motoqueiros, homossexuais e tatuados”. (Diário de Campo, agosto 2017) Ademais, entre os índices de violência na sociedade brasileira, as ações policiais ganham destaque como mortes por “intervenção legal”, termo atualmente utilizado pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), que está em sua 10ª classificação e é utilizado no campo da saúde pública para descrever os agravos e as causas de morte de uma população.

As ações policiais violentas, assim como as terminologias que as nomeiam, além de se colocarem na fronteira entre campos institucionais diferentes, como o da saúde e o da segurança, têm uma história que revela muito de sua persistência e de seus sentidos no Brasil. No campo da “segurança pública” e das instituições policiais, tornou-se prática e legal a utilização do termo “auto de resistência” para justificar os assassinatos nas ações de rua. Essa expressão surgiu durante a ditadura militar e é utilizada desde 1969, a partir de “ordens de serviço” referendadas pela então Polícia Judiciária do Estado da Guanabara. Ela legitimava o uso de meios para defender e vencer resistências à abordagem policial e dispensava a lavratura de um auto de prisão em flagrante e a instauração de Inquérito Policial.

Em 2015, ou seja, só depois de 40 anos, uma resolução conjunta assinada pelos membros do Conselho Superior de Polícia (CSP), superintendentes regionais da Polícia Federal e membros do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil (CONCPC), atendendo a uma resolução da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), dispôs sobre a abolição de designações genéricas, como “autos de resistência” e “resistência seguida de morte”, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime, determinando o uso do termo “lesão corporal decorrente de oposição

à intervenção policial” e “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial”. Essas mudanças foram, por sua vez, criticadas pela Anistia Internacional, que propõe a supressão da palavra “oposição” e propõe a terminologia: “homicídio decorrente de intervenção policial”. (CUNHA, 2016)

O *Atlas da violência 2017* (CERQUEIRA et al., 2017), registra uma incongruência entre os registros produzidos no âmbito da saúde e as estatísticas de segurança que usam respectivamente os termos “homicídio por intervenção legal” e “homicídio decorrente de intervenção policial”. Segundo dados do Ministério da Saúde, foram registrados, em 2015, 942 casos de mortes violentas por “intervenções legais”. Nesse mesmo ano, o Ministério da Justiça, que administra as estatísticas a respeito de operações policiais, registrou 3.320 mortes decorrentes de intervenções policiais, ou seja, 3,5 vezes o número de registros constantes nas estatísticas da saúde. (CERQUEIRA et al., 2017)

DO QUE MORREM OS JOVENS EM UM DISTRITO DA PERIFERIA SUL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O banco de dados utilizado nessa pesquisa, fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde, consolidou as informações das declarações de óbitos de jovens de até 29 anos que possuíam como endereço o subdistrito do Capão Redondo, entre os anos de 2010 e 2015. No campo da saúde pública, os óbitos são referenciados pelo local de residência para, assim, ser possível analisar as principais causas de morte da população de determinado território. Os dados também são organizados a partir da CID, hoje em sua 10ª revisão. Além desse banco de dados, informações complementares foram obtidas a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade/Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade/Coordenação de Epidemiologia e Informação (SÃO PAULO, 2009), da prefeitura de São

Paulo. Ademais, entre 2010 e 2015, ocorreram 158 casos de homicídios de pessoas que residiam no subdistrito do Capão Redondo, o que corresponde a 27% de todas as mortes ocorridas entre a população de 10 a 29 anos. Desses homicídios, 18 foram os casos devidos a “intervenção legal”

Em relação às 18 mortes por intervenção legal, o Capão Redondo ocupou, em números absolutos, o oitavo posto entre os subdistritos do município de São Paulo. Destacamos que todos os casos ocorreram com homens jovens, sendo seis deles menores de 18 anos. No caso dos homicídios por “intervenção legal”, a resolução que propôs a abolição da expressão “auto de resistência” por parte das operações policiais, citada no item anterior, também determinou que nos atos policiais que gerassem ferimento ou morte por arma de fogo a polícia deveria chamar o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (Samu) para o socorro ou o transporte das vítimas. Essa resolução buscaria inibir o artifício usado pela polícia para justificar o “ato de resistência”, como alterar a cena e o estado da vítima para produzir um suposto confronto. Na tabela abaixo, cabe destaque que, apesar dessa recomendação, ainda foram registrados casos nos quais as vítimas não foram levadas a uma unidade hospitalar, ou com corpos que ficaram expostos e recolhidos em via pública e, caso ainda mais grave, um homicídio praticado dentro de um domicílio:

Tabela 1 - Homicídios por intervenção legal por local de ocorrência - Subdistrito do Capão Redondo (2010-2015)

Local da ocorrência	N	%
Hospital	14	77,8
Domicílio	1	5,6
Via pública	2	11,1
Outros	1	5,6
Total geral	18	100,0

Fonte: São Paulo (2018).

Ao compararmos as informações de auto declaração de raça/cor do último Censo (2010), disponíveis para o município de São Paulo, tínhamos uma população de 60,6% de brancos e 37% de pretos e pardos. Os homicídios e as mortes por intervenção legal registravam, respectivamente, 55%, e 55,6% a proporção de ocorrência na população descrita como pretos e pardos. Contudo, destacamos que essas informações têm sempre que ser balizadas pelos diferentes critérios utilizados em suas fontes, visto que no Censo Demográfico do IBGE, o critério de raça/cor é tomado a partir do auto declaração, ou seja, informado pela própria pessoa; e no caso dos atestados de óbito, essa informação é produzida pelo profissional que preencheu o atestado. Ademais, por meio das informações dos registros de homicídios no bairro do Capão Redondo, verificamos que, em sua maioria, eles vitimaram e jovens pardos e pretos com idades entre 15 e 24 anos.

Uma outra questão, diz respeito ao conjunto identificado pelos registros de mortes de jovens atribuídos à intoxicação causada por substâncias; atribuição essa que merece uma discussão. À vista disso, os estudos sobre esse tema envolvem desde as técnicas farmacológicas utilizadas para identificar a presença das substâncias até as condições dos Institutos Médico-Legais (IML) de realizarem esses testes (TOLEDO, 2004), além da tendência a pesquisarem substâncias mais específicas.

Na literatura internacional e em estudos nacionais (DAYRELL; CAIAFFA, 2012), o álcool tem sido a substância mais identificada em mortes por intoxicação, seguido pela cocaína e pelas anfetaminas. Dessa forma, esses dados devem ser vistos com ressalvas, inclusive pelo fato de que, entre os atestados de óbitos que indicam essa causa de morte na região, apenas 14 apresentavam laudo de realização de necropsia. Importante frisar essa limitação, porque, diante das inúmeras histórias de mortes atribuídas as substâncias, pode ser um indicio de subnotificação.

O conjunto de óbitos por intoxicação por substâncias somou 41 casos, sendo 68,3% dessas intoxicações, os 28 casos, atribuídas ao uso de cocaína, quatro casos atribuídos ao uso de álcool, dois aos anticonvulsivantes – ou sedativo, hipnótico, e demais psicotrópicos – e um a analgésico inalatório; esses últimos casos indicam intoxicações por substâncias lícitas, inclusive por medicamentos. Além disso, chama a atenção a existência de seis casos relacionados aos efeitos tóxicos do tricloroetileno – exposição a solventes orgânicos e hidrocarbonetos halogenados e seus vapores – que são um indicativo de causa de morte por usos abusivo de lança-perfume e suas variantes.

Tabela 2 - Óbitos segundo agente de intoxicação -
Subdistrito do Capão Redondo (2010-2015)

Mortes por intoxicação	N	%	% do total
por cocaína	28	68,3	4,0
por etanol	4	9,8	0,6
por anticonvulsivante	2	4,9	0,3
por analgésico inalatório	1	2,4	0,1
por solventes orgânicos e hidrocarbonetos halogenados e seus vapores	6	14,6	0,9
Total	41	100,0	5,8

Fonte: São Paulo (2018).

A maioria dos casos de intoxicação por cocaína atingiu jovens de até 20 anos (17 casos); a maioria homens, já que dos 25 casos, apenas três ocorreram em mulheres; nove declarados brancos, dois pretos e 17 pardos; ou seja, ainda segundo esses dados, as mortes atribuídas ao uso dessa droga atingiram em sua maioria jovens do sexo masculino e não brancos, correspondentes a quase dois terços do total de mortes, onde a maioria das ocorrências foi registrada em um hospital geral. Além disso, os casos de intoxicação por substâncias provavelmente relacionadas ao lança-perfume atingiram, em sua maioria,

homens jovens, sendo destes, quatro casos registrados em atendimentos realizados em Hospital Geral, onde ocorreram as mortes.

Tabela 3 - Óbitos por Intoxicação segundo sexo/gênero, idade, raça/cor - Subdistrito do Capão Redondo (2010-2015)

Intoxicação	Cocaína	“Lança”
Gênero		
Masculino	25	5
Feminino	3	1
Idade		
< 18 anos	6	1
>= 18 anos	22	5
Raça		
Branços	9	3
Pretos	2	0
Pardos	17	3
Local da ocorrência		
Hospital Geral	21	4
Outros Est. Saúde	2	1
Domicílio	1	0
Via Pública	2	0
Outros	2	1

Fonte: São Paulo (2018).

A título de comparação entre os dados do Brasil e do restante do estado de São Paulo, de acordo com os dados consultados no sistema de informações de mortalidade disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS),⁷ entre 2010 e 2015, os 40 casos de morte por intoxicação ou envenenamento no Capão Redondo, no mesmo

7 Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937>.

período e para a mesma faixa etária, correspondem a 4,3% de todos os casos do estado, e 1,7% dos casos de todo o Brasil. Mesmo se considerarmos que é um bairro populoso, sendo o quinto maior da cidade, o Capão Redondo tem, segundo o último Censo (2010) 275.230 habitantes, o que representa 0,66% da população do estado de São Paulo com um total de 41.262.199 habitantes.

Ademais, em cinco dos casos nos quais a informação é mais detalhada, o registro de intoxicação por cocaína foi acompanhado por “choque cardiogênico”, infarto do miocárdio ou por morte súbita. Como se tratavam de jovens com até 30 anos de idade, é possível que os casos de morte descritos como infarto agudo do miocárdio (17 casos), e de morte súbita (três casos) sejam decorrentes do uso de substâncias como cocaína ou inalantes. Todos estes casos aconteceram com homens, sendo mais da metade dos casos de jovens que tinham entre 16 e 21 anos (13 casos). Há dois casos em que é informado, de forma complementar, ocorrência de edema pulmonar, sendo que um deles tem a informação de ferimentos no antebraço. A maioria dos declarados são brancos (13, no total), com cinco declarados pardos, um negro e um amarelo. A maioria das ocorrências se deu em hospital (14 casos), dois em locais não identificados, dois em residência e dois em via pública, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 4 - Óbitos por Infarto Agudo do Miocárdio segundo sexo/gênero, idade, raça/cor - Subdistrito do Capão Redondo (2010-2015)

Infarto no miocárdio	
Gênero	
Masculino	20
Feminino	0
Idade	
< 18 anos	4
entre 19 e 21 anos	9
>= 21 anos	7

Raça	
Branços	13
Pretos	1
Pardos	5
Amarelos	1
Local da ocorrência	
Hospital Geral	14
Outros Est. Saúde	0
Domicílio	2
Via Pública	2
Outros	2

Fonte: São Paulo (2018).

Dada a constatação epidemiológica da menor probabilidade de morte de jovens por infarto do miocárdio, encontramos na literatura médica, sobretudo a partir de estudos clínicos – nem sempre relacionados com as condições sociodemográficas e epidemiológica das vítimas –, a relação entre um uso de quantidades excessivas de várias substâncias e a morte por parada cardíaca. Ressaltamos que além de situações de uso intenso de substâncias, outras ações, tais como a prática excessiva de esportes, atletismo e exercícios físicos prolongados também podem causar uma parada cardíaca súbita. (SANTOS et al., 2012)

A partir dessas considerações, apontamos que, no período analisado, possam ter ocorrido até 60 mortes relacionadas a situações e contextos de intoxicação por jovens com até 30 anos de idade no subdistrito de Capão Redondo. Se somarmos os dados descritos na Tabela 6 e os dados de morte por infarto agudo e morte súbita – chegaríamos a uma proporção de 8,52% de todas mortes de jovens nesse período, devido à intoxicação. O Capão Redondo corresponde, portanto, a 6,42% de todos os casos de morte por intoxicação no município de São Paulo no mesmo período e 1,71% de todas as mortes por intoxicação em jovens de até 30 anos em todo o Brasil.

Tabela 5 - Óbitos por causas selecionadas - Subdistrito do Capão Redondo (2010-2015)

Mortes no Capão Redondo, até 29 anos (2010-2015)	N	%	% do total
Homicídios	140	54,1	19,9
Intervenção legal	18	6,9	2,6
Intoxicação	41	15,8	5,8
Parada cardíaca (intoxicação)	160	23,2	8,5
Total	259	100,0	36,8

Fonte: São Paulo (2018).

Mas também, ponderando os dados quantitativos de óbitos com os contextos investigados no bairro, com frequentes referências ao uso de cocaína e de lança, ambos acompanhados pela ingestão de bebidas alcoólicas, em situações que são chamadas de “fluxo”,⁸ é possível concluir que tais práticas respondem por um considerável número de mortes dos jovens dessa região.

UMA INCURSÃO NO TERRITÓRIO: A ESCUTA DAS HISTÓRIAS DOS ASSASSINATOS DE JOVENS

Descontinuidades e suspensões da fala, como a pontuar assuntos sobre os quais nada deveria ser dito, era como se nossas interlocutoras soubessem pouco sobre o que passou ou que isso pertencesse a um terreno confuso, da vida dos filhos, de uma parte na qual elas não tinham acesso. Silêncios, pausas, interrupções. Com o tempo, percebemos que sobre esses

8 O termo “fluxo” é utilizado pelos jovens frequentadores de festas informais realizadas nas ruas ou em casas noturnas nas periferias da cidade de São Paulo, a palavra expressa tanto a concentração e confluência de pessoas para um determinado lugar como as ações ali realizadas que dão conta de situações de lazer, paqueras, namoros etc. (BARBOSA-PEREIRA, 2016; BRAS, 2016)

fatos pesava um silenciamento – uma tensão, como se pisássemos em um terreno minado. O mesmo não ocorria com a fala das mulheres mais jovens, que normalmente eram primas, irmãs, cunhadas ou companheiras. Desde o primeiro momento em que perguntamos sobre as mortes dos jovens que ocorriam ali e a preocupação com o que teria levado a essa ocorrência, escutamos falas repetidas sobre a perseguição da polícia aos jovens, algo narrado de diferentes maneiras e por diferentes tons durante as conversas.

A história de Justina, Nancy e Eloy

Justina, uma mãe e avó que tem por volta de 49 anos, logo nos contou a história de um filho morto e de um filho que se encontrava preso. Ela fazia parte do grupo da população “vulnerável”, de acordo com os critérios da Unidade Básica de Saúde (UBS), pois é hipertensa e sofre de “problemas emocionais”, o que levou a ser encaminhada ao psicólogo da unidade de saúde, para quem desabafar seria um ato terapêutico, pois as pessoas não deviam esconder ou calar sobre suas mágoas. O ato da escuta era proposto como uma possibilidade de intervenção terapêutica, apesar de não se colocar como uma ação central dentro do planejamento das ações de saúde programática da UBS, que privilegiava os programas voltados ao controle de patologias crônicas e específicas. Dado que a lógica da escuta ou de atendimento psicológico não é prevista para casos como esses no Programa Saúde da Família (PSF); como o atendimento é sempre feito a critério da consulta médica, as prescrições de psicoativos passam a ser a forma privilegiada no tratamento, sobretudo, das mulheres.

As marcas da violência representadas pelo assassinato de um filho e pelo afastamento de outro que está encarcerado se expressa no corpo dessas mulheres: uma série de indisposições, mal-estares, padecimentos e sensações de medo, angústia

e tensões. (EPELE, 2010) Para além das sensações corporais, as reações emocionais passam a envolver dimensões político-morais que culpam a polícia como a corporação responsável pelas perdas, sofrimentos e traumas. Ao mesmo tempo, envolvem um silêncio e um sentimento de medo em relação aos que vendem as drogas nos bairros, e uma desconfiança em relação aos vizinhos que são estranhos à rede familiar.

Nas narrativas de Justina, podemos situar uma trama de acontecimentos e de relações que atravessavam a sua vida no bairro. A começar pelo seu trabalho como merendeira de uma creche da prefeitura que garante sua principal fonte de renda para o sustento dela, da filha de 15 anos e de suas netas, gêmeas com 9 meses de idade, além de garantir o pagamento do “jumbo” mensal de R\$ 300,00⁹ para manter o filho no presídio. Também fazia parte da economia doméstica um sistema de relações “externas” que vinculava o grupo familiar de Justina com o sistema prisional em que se encontra seu filho, como cartas que vinham da cadeia em busca de destinatários no bairro e as conexões entre o sistema carcerário e os responsáveis pelas atividades das drogas ilegais. Estas relações externas eram fios da teia da geração mais jovem, de filhos e filhas.

Depois de cerca de dois meses, ocorreram alguns fatos: as gêmeas de Nancy, filha de Justina, foram internadas com pneumonia grave; Justina entrou em conflito com a filha, alegando a falta de cuidado com as netas; porém, o fato mais grave foi Nancy ter recebido quinhentos reais para repassar ao irmão que estava preso. Justina, manifestando sua posição e seu código de moralidade, condenava a relação dos filhos com esse

9 “Jumbo é a categoria nativa usada para denominar as sacolas com mantimentos, produtos de higiene e outros pertences que as mulheres levam para seus parentes presos nas unidades prisionais. Em geral são sacolas grandes e de plástico transparente, por recomendação da administração da penitenciária, para facilitar a revista na entrada da unidade”. (SINHO-RETTO; SILVESTRE; MELO, 2013, p. 87)

tipo de “negócio” e com as organizações do bairro e do sistema prisional, o que causou um conflito que culminou com a saída da Nancy da casa do pai de suas filhas. Entre os diversos fatos relatados e em diferentes períodos de visita ao bairro, tomamos conhecimento de situações semelhantes a essa: namoros e parceiros sexuais de sua filha, motivos de constante vigilância e preocupação por parte de Justina, pois aproximariam a filha de situações de lazer com o uso de substâncias e das atividades ilícitas do bairro.

No mundo fora de sua casa, estavam também a memória e as razões da morte de seu filho Eloy, que, de acordo com o atestado de óbito, foi vítima de uma “intervenção legal”. Justina conta que Eloy, numa sexta-feira à noite, fez um roubo de um carro para se divertir durante o fim de semana:

ele foi lá e pegou, acho que nem era uma arma, nunca vi ele com arma, apontou para quem estava no carro, mas matou o homem e o homem parece que tinha amizade com os policiais [...] pois bem, pegaram ele e deram muitos tiros, depois levaram lá para Taboão da Serra, ele já morto, e disseram que ele tinha roubado um carro e pegado a filha de uma mulher como refém e que deram tiro nele para libertar essa menina [...] (Justina)

A grande indignação de Justina é em relação à mulher que deu o depoimento para a polícia como mãe dessa menina que o seu filho Eloy teria sequestrado. Por conta dessa revolta, fora várias vezes até a casa dela para se apresentar como mãe e tirar satisfação, dizia que também era uma mãe e que tinha entrado “na farsa que os policiais armaram”. Conta que sempre que chegava lá no bar ao lado da casa estava cheio de polícia, o que a fazia voltar para trás, mas comprovava, para Justina, a trama com a polícia. Essa questão era o que fazia Justina lacrimar, limpar os olhos e ficar com uma voz embargada.

Apontando, então, para a porta de sua casa, ela disse:

Tudo isso era a casa da minha mãe, que construiu depois da morte da minha avó que era portuguesa. Morávamos no Alto de Pinheiros, éramos empregadas de uma família rica e viemos para cá, construímos uma casa bem grande, mas como a prefeitura veio e demoliu porque estava numa encosta que era uma área de risco, tivemos que vir para o fundo do terreno e construir essas pequenas casinhas [...]
(Justina)

O incômodo para Justina era compartilhar a divisa de sua casa, de meia parede, com vizinhos estranhos, que perscrutavam sempre à porta, o que a fazia baixar o tom da voz para que não escutassem o que ela nos contava. Depois, soubemos que seu receio era de que os vizinhos, estranhos à família de Justina, pudessem comentar o fato com alguém. Havia ali um conjunto de constrangimentos: o filho baleado e a história “montada”, segunda ela; a casa que pertencia à família e que fora destruída pela prefeitura; a presença de vizinhos que não eram apenas estranhos, mas que representariam uma ameaça, já que todos poderiam se comprometer pelo que falassem, seja da polícia, seja daqueles que não se diziam o nome mas que tinham o domínio do território, pois ali empreendiam seus negócios de produção e venda de drogas, sem constrangimentos.

Irmãs, sobrinhas e primas: as gerações mais novas e as outras moralidades

Nádia era amiga de Nancy, filha de Justina, e estava junto com ela e as gêmeas em uma de nossas visitas. Como Justina não estava presente, Nancy e a amiga falaram um pouco sobre o uso das drogas, pois faziam parte da geração das jovens, dos filhos, e, nesse caso, contavam as histórias de fora de casa, espaços que não eram frequentados pelas mães, ou eram silenciados nos seus relatos, também as relações com o circuito de comércio das drogas eram mais próximas e mais fluídas. Nádia falou sobre o uso de “bala” – uma espécie de *ecstasy*, segundo ela e – de lança-perfume, que junto com a cocaína faziam parte

do cardápio de usos entre os jovens do bairro. Também contou sobre a participação dela, e de outras amigas, em trabalhos como encher “pinos” com cocaína ou envasar lança nos frascos em que são vendidos. Falou que nesse local há, inclusive, uma máquina industrial que fabrica os pinos de plástico nos quais se embala a cocaína para ser vendida.¹⁰

Ademais, foi como resposta à pergunta sobre o uso do crack no bairro que o termo droga foi citado por Nádia: *“crack é uma droga e ninguém usa aqui, se for usar tem que ser bem longe!”* Lembramos, então, da maconha, que vimos ser usada em vias públicas do bairro, e os relatos que ouvimos diziam respeito a naturalidade de sua presença ali, que muitos jovens e adultos a usavam e, de certa forma, era o que acalmava, sendo “muito melhor do que usar cocaína”. Mas também, tal narrativa abordava esse lado do bairro que era silenciado pelas mães. Nádia é mulher, compartilha espaços com homens jovens, mas, como demonstrado nos dados de óbitos, ela tem um risco muito menor de ser assassinada; e como outras mulheres jovens que também contavam histórias, podia participar ou não das atividades consideradas ilegais.

Além disso, ela falou sobre o uso das drogas e como classificava cada uma delas: maconha, normal, como cigarro; crack, não muito usado na periferia e, quando usado, somente de forma escondida, porque não é visto com bons olhos pela comunidade; e cocaína e lança-perfume, drogas de uso mais frequente pelos jovens na comunidade e no fluxo. Interessante destacar que ao fazer esses relatos, Nádia procurava fechar a narrativa com o tom de que esses usos envolviam muita “overdose” e “irresponsabilidade”. O termo “overdose” está incorporado às

10 Na etnografia de Batista (2015), encontramos o relato do “laboratório” como parte das atividades do “mundo do crime” como o local onde as drogas eram embaladas ou produzidas para a distribuição local.

falas das mulheres de geração mais jovem, inclusive na atribuição dos riscos de morte.

Seguindo as falas sobre as drogas, Nádia contou, então, a história de um de seus irmãos, que se chamava Diogo e foi morto pela polícia: Diogo tinha saído do emprego e no próprio bairro conseguiu uma ocupação que não envolvia drogas, mas sim a montagem de caça níqueis nos bares da região. Diogo tinha um palhaço¹¹ tatuado no braço e foi flagrado montando um caça níquel, o que, segundo Nádia, era um flagrante que normalmente permitiria uma negociação ou, no máximo, um “corretivo” dos policiais. No entanto, por ter a tatuagem representando um palhaço, foi imediatamente encurralado pelos policiais e levado para a viatura, sendo encontrado morto logo depois. No entanto, a versão da polícia foi a de que Diogo estava armado e tentou resistir à abordagem. Aliás, encontramos o nome de Diogo entre as mortes por “intervenção legal”.

Visitamos Nádia em sua casa. Ela morava com um irmão um pouco mais novo que se agitava no espaço reduzido em que viviam, ele fazia café na cozinha, mas mantinha-se atento às nossas conversas com Nádia no quarto onde nos recebeu – ela estava gripada e deitada na cama com dois pequenos filhotes de sua cachorra. Nádia começou a dizer que os homens eram fracos e precisavam das drogas para resolver seus conflitos; ela “não precisava disso”, porém o irmão gritou do outro lado da parede: “mas você pega o *Rivotril*¹² toda hora lá na unidade de saúde” e, então, ela mudou de assunto para dizer que as mães gastavam o que ganhavam para dar aos filhos que usam co-

11 Ter uma tatuagem representando um palhaço seria uma indicação de que se trata de um símbolo de revolta e oposição aos policiais. Um estudo feito em um instituto médico legal busca relacionar corpos tatuados pelo palhaço e a ocorrência de morte violentas de policiais. (BRETAS; BORDONI, 2017)

12 Rivotril é nome comercial do clonazepan, benzodiazepínico com amplo uso e prescrição.

caína ou lança. A seguir, perguntamos o que ela achava “pior”, cocaína ou lança e, nesse momento, o irmão de Nádía entrou bruscamente no quarto onde estávamos e disse: “*Claro que lança é pior, a cocaína a gente inala e digere e põe pra fora, ela vai para o estômago e depois nos livramos dela, mas o lança sobe pra cabeça e aí ferve, pode explodir os miolos*”. Falou isso e saiu. Em poucos instantes, nos oferecia café que havia acabado de coar.

Fomos embora ao perceber a tensão presente na casa. Na verdade, seu irmão, outras pessoas nos contaram depois, estava sempre “cheirado”, morava com a irmã e era sustentado pela mãe. A mãe morava em outra casa, com o seu companheiro e Nádía justificava seu conflito com a mãe, porque não admitia que ela sustentasse o “vício” do irmão. Com seu trabalho de encher pinos de cocaína, ela também era ajudada por seu namorado e passava mais tempo na casa da família dele do que na casa em que morava com o irmão.

Depois de várias semanas, quando voltamos ao bairro, soubemos que o irmão de Nádía havia agredido a mãe, porque ela não lhe dera dinheiro suficiente para pagar o que tinha gasto com cocaína. No mesmo dia, tios e primos juntaram-se e deram uma surra nele por ele ter agredido a mãe. “*Na comunidade, mãe é soberana. Não se bate ou desrespeita a mãe, porque se bater na mãe, apanha da comunidade*”, nos disse uma moradora do bairro.

Mortes por “overdose”?

Ele, meu irmão, falaram que morreu de overdose, ele tinha cheirado muito aquele dia, aí o policial veio e deu uma coronhada na cabeça dele, e ele teve uma parada cardíaca, então eu acho que ele morreu foi da coronhada que recebeu do policial, não foi da cocaína, porque ele não era um iniciante, ele sabia usar a droga [...] ele sabia exatamente até onde ele poderia cheirar [...] Então eu acho que ele morreu foi da coronhada do policial [...]

A reflexão sobre a morte do irmão indica mais uma vez uma cisão entre gerações. Gertrudes, como uma mulher jovem, também acompanha os fluxos e os usos de drogas no bairro. Um fato interessante é que, mesmo longe das mães, as filhas que detinham informações sobre a manufatura das drogas e de seus usos nunca assumiram se faziam ou não uso delas. A morte do irmão de Gertrudes foi classificada, nos registros, como ocasionada pela intoxicação por cocaína. A polêmica acerca da “overdose” persiste nessa história e, mais uma vez, a ação policial é apontada como a responsável pela morte. As falas sobre as mortes por intoxicação se completam com as referências feitas, por parte das mulheres mais jovens, a respeito de uma considerável oferta de vários tipos de drogas.

Não apenas as referências nativas, mas também aquelas compartilhadas pelos profissionais de saúde a respeito das “overdoses”, merecem discussão. (CANDIL, 2016) O mercado ilegal oferece vários produtos cuja composição é adulterada a partir dos insumos que estejam disponíveis para aumentar a quantidade e simular efeitos da substância que está sendo oferecida. Nessa experimentação, não existe forma de controle ou de regulação nas composições e dosagens podem levar a erro um usuário que se julga experiente. Epele (2010), em sua etnografia sobre o uso do “paco” nas periferias de Buenos Aires,¹³ aponta que as mortes atribuídas a uma “overdose” estavam, de fato, relacionadas às impurezas da droga e das misturas feitas pelo tráfico. Ela também cita que, no decorrer do tempo, uma estratégia da venda ilegal de drogas era a de cada vez mais reduzir a quantidade de cocaína no “paco” oferecido no mercado dos bairros populares.

Esse trabalho não tem como foco os usos e as drogas consumidas a partir das narrativas dos próprios consumidores, nem

13 O “paco” é um subproduto da cocaína misturado a solventes e outros produtos, considerado similar ao “crack”, também é fumado.

aprofundar uma pesquisa bibliográfica acerca dessas substâncias. Assim, está baseada nas referências indiretas presentes nas narrativas das irmãs, primas e cunhadas sobre os homens jovens, principalmente os que morreram, e seus consumos. As referências foram reiteradas: primeiro sobre os usos como parte da economia emocional dos homens que, por qualquer frustração cotidiana, justificavam um aumento do consumo; segundo, que o uso de drogas é um lazer frequente nos finais de semana e realizado em bares e baladas. Esse consumo era descrito de uma forma problemática, seja como “excesso”, quando estavam nas festas ou nos bailes, ou como “falta”, no caso de frustrações. E também se torna problemático, porque envolve a obtenção de recursos econômicos para a manutenção do uso de droga.

No que diz respeito especificamente à cocaína, a fala de um usuário – o irmão da Nádia – como uma droga menos prejudicial do que o lança, é uma pista importante, visto que nos atestados de óbito, a cocaína foi a substância mais citada nos laudos necroscópicos. Parte considerável das pesquisas realizadas sobre o consumo de drogas quantificam frequências de uso em grupos específicos a partir de perguntas a respeito do repertório de drogas utilizadas, sendo presente a referência do uso de cocaína e do lança-perfume. (HORTA et al., 2014; PORTELA; ANDRADE, 2006) Ademais, relatos jornalísticos amparraram o crescimento do uso combinado das duas substâncias, sob as quais não há nenhum tipo de controle ou regulação. (MISTURA..., 2015)

ROUBOS, DROGAS, REDUÇÃO DE DANOS E ECONOMIAS MORAIS

Nas narrativas, houve uma fronteira muito marcada entre a questão das drogas e práticas de roubos e outras atividades ilícitas quando as mortes dos jovens eram evocadas. Usar drogas não era tratado como prática incomum entre os homens mais

jovens, nem era visto como um “crime” ou como uma “falta”. O termo “traficar” ficava em suspenso, alguma coisa sobre a qual não se falava, ao menos diretamente, mas, depois, escutamos histórias sobre jovens que saíam dali com mochilas e roupas – muito bem vestidos – e que levavam carregamentos para vários bairros da região ou para mais longe, para o centro da cidade. Assim, o que nos disseram era que além do consumo local, ocorria a distribuição de drogas para outras regiões da cidade.

Justina contou a história da morte de seu filho e, em seguida, com muita veemência, afirmou que “roubar podia ser errado, roubar merece castigo, mas, matar não, isso não é justo”. Compreende-se que mesmo os roubos eram legitimados quando contribuíam para a economia doméstica e que os distinguia dos roubos praticados para sustentar o uso de drogas. E, principalmente, porque havia uma consequência desmedida para a prática do ato ilícito e a sua punição que, normalmente, envolve a ação violenta e potencialmente homicida de policiais contra jovens do bairro. Isso não significa que não haja ambiguidade com relação à legitimidade do roubo, mas, de alguma forma, ela indicava um sentido de pertencimento local, pois a questão era colocada de diferentes formas quando tratada na história de uma trajetória individual e quando tratada em termos mais coletivos.

Nádia tinha um “bico” trabalhando com a manufatura de frascos para embalar lanças e cocaína, um trabalho oferecido a algumas mulheres no bairro. O transporte das drogas para fora, oferecido para os homens jovens, neste caso, não se fazia diretamente referência a essas funções como sendo do “tráfico”, ou mesmo um trabalho com as drogas, não escutamos a referência aos termos “drogas” ou “tráfico” ser pronunciado pelas pessoas que entrevistamos. Os mais jovens, quando narravam seus “bicos”, contavam diretamente o que faziam sem mencionar essa atividade como parte do tráfico.

Os filhos homens custavam dinheiro às mães, por vezes às irmãs, tanto os que estavam presos, como aqueles que se encontravam no bairro, trabalhando, fazendo bicos ou apenas flanando pelas ruas e fazendo consumo de cocaína, de lança e de balas. Possibilitar que os filhos tivessem dinheiro para usar as drogas fazia parte de um sistema de proteção em relação aos que as vendiam, uma espécie de “redução de danos”, pois diminui a chance de eles cometerem roubos e ficarem, assim, expostos a ações violentas da polícia. Esse dinheiro provinha, por sua vez, de empregos formais e informais e, como citamos, de “bicos”, muitas vezes na própria manufatura local das substâncias vendidas no bairro. Proteger da polícia, de certo modo, fazia parte também de um certo sentimento “comunitário” das mulheres em relação às gerações mais jovens:

Teve um dia em que eu estava fazendo uma visita domiciliar, cumprindo minha rotina, enquanto conversava e orientava uma mãe, um garoto pulou a janela da casa dela, e ofegante pediu para que ela o escondesse, pois estava sendo perseguido pela Polícia. Então, sem hesitar, a mulher disse para ele ir depressa para baixo da mesa e jogou uma toalha por cima, cobrindo-o totalmente. Logo em seguida, policiais entraram na casa, perguntaram se haviam visto um garoto por ali, ao que receberam uma resposta negativa. Então revistaram a casa às pressas e partiram sem nada encontrar. E sabe que essa cena é muito comum por aqui, a comunidade protege um ao outro como irmãos, porque são como família e entendem que precisam cuidar da nova geração. (Agente de Saúde da Região)

Conforme os relatos, o roubo, e não o envolvimento no comércio de drogas, era o motivo para a repressão policial que resultava nos homicídios dos homens jovens. Verificamos que a relação entre roubos e negócios que envolvem as drogas tinha uma dinâmica complexa que era, por sua vez, atravessada pelas economias morais que faziam parte das narrativas das mães. Na etnografia de Batista (2015), que descreve as várias

atividades do “mundo do crime”, o “mercado” do roubo é narrado como um território menos regulado e que envolve situações mais instáveis e imprevisíveis, o que torna a atividade mais arriscada do que o “tráfico de drogas”. Nos registros que pudemos fazer, as perseguições policiais eram motivadas por conta dos roubos, não de tráfico.

Os temas das “legitimidades” e das “moralidades” foram registrados em etnografias sobre a periferia, tanto em estudos sobre as relações de gênero (FONSECA, 2000; SARTI, 2003) como em investigações sobre os mercados ilícitos e as atividades do “mundo do crime” (FELTRAN, 2008; TELLES; HIRATA, 2010). Esses estudos mostraram como pesam, sobre as populações periféricas, olhares que transitam entre a suspeição e a criminalização, o que faz compreender a constante necessidade de demonstrar e atualizar valores morais e manter a vida cotidiana. Os julgamentos morais, nos contextos de vida dessas mulheres, obedecem a uma lógica, sobretudo, prática e objetiva no contexto do manejo de uma economia doméstica e cotidiana (DAS, 2015); proteção das mães visava afastar os filhos desse “corretivo”. Há uma diferença muito grande quando o “corretivo” é aplicado pela família e quando ele é feito por não familiares que negociavam a droga, o “corretivo” familiar envolve um plano de correção moral, o de fora era uma ameaça vital.

Numa das últimas idas ao bairro, no ano de 2017, encontramos Dona Maria, uma mãe que havíamos visitado algumas vezes e que também contara a história de um filho que foi morto em uma ação policial. Ela estava bastante abalada e nos disse que um outro filho não voltava para casa há dois dias, já haviam dito que ele tinha sido baleado, depois disseram que não era ele; talvez uma nova situação trágica para o cotidiano dessas mulheres, vinculadas a seus filhos e a situações que se repetiam. Seguindo as narrativas, esses sofrimentos diziam respeito aos filhos que se envolvem com roubo ou com a mon-

tagem de caça-níqueis; ou, então, preocupavam por causa das dívidas que poderiam contrair para usar das drogas.

As referências às ações policiais foram, sem dúvida, o aspecto central, crítico e transversal entre as diferentes gerações de mulheres, de forma geral, a polícia representa a principal ameaça. O mercado de drogas e o seu funcionamento foi referido tanto como responsável por um tipo de consumo e como uma forma de trabalho, de vigilância e da aplicação de “corretivos” aos usuários que causavam problemas. Demandavam ações corretivas, mas não se falam das pessoas, a palavra “tráfico” foi muito poucas vezes mencionadas, e quando mencionada aparecia nas falas dos técnicos de saúde e de assistência social: “esse é um bairro onde a quebrada não está largada”, escutamos uma vez quando um técnico de saúde nos fez a referência a sua área de atuação e frisou que isso se referia àquele território não podendo falar dos bairros no entorno.¹⁴

A polícia mata e, como destaca a fala de Justina, esse ato vai além do “corretivo” a ser aplicado quando se faz um deslize moral. O significado de matar atravessa um território moral colocado na vida dessas mulheres, pois vai além do círculo comunitário e doméstico, quando observamos os dados sobre as mortes pela chamada “intervenção legal” e destacamos a existência de uma morte realizada dentro de um domicílio, fica visível esse limite transgressor da “autoridade” policial que pode entrar em uma casa e executar um jovem. Já no que compete aos usos dos filhos, irmãos ou primos, esses podem ser problemáticos, mas destacamos aqui a fronteira presente como na história do irmão de Gertrudes e a dúvida a respeito do diagnóstico de sua morte por overdose, já que para Gertrudes, a

14 No entorno do bairro havia uma ocupação mais recente, falavam que era uma invasão, mas não mencionavam se era de algum movimento, esse território foi uma vez citado como onde ficava o grupo que se ocupava do roubo de carros, mas era sempre apontado como uma área de fora do bairro.

morte fora provocada pela coronhada dada por um policial ao encontrar o rapaz na rua sob o efeito de droga e, portanto, o responsável é o policial e não o uso da cocaína.

O termo “vulnerabilidade”, que é corrente no campo da saúde pública/coletiva para discriminar de que maneira as dinâmicas e os marcadores sociais tornam os sujeitos mais ou menos expostos aos riscos e agravos, pode ser aqui utilizado para referir os efeitos do lugar e da maneira como os jovens realizam seus empreendimentos de vida e de lazer. As formas como obtêm recursos e a oferta de consumos dentro de um mercado segmentado que oferece produtos “acessíveis” a partir de uma lógica de obtenção e maximização dos lucros do mercado ilegal de drogas, a lógica proibicionista e o tratamento narrado sobre o efeito da ação repressiva da polícia, nessa razão de lugar, vai para além da fronteira dos controles e dos corretivos que se aplicariam aos excessos da vida.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. C. F. *et al.* Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saúde & Transformação Social = Health & Social Change*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 4-13, 2013. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/2246/2646>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BARBOSA-PEREIRA, A. Os “rolezinhos” nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 14, n. 1, p. 545-557, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v14n1/v14n1a38.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BATISTA, L. G. *A grande cidade e a vida no crime: uma etnografia dos mercados do crime em uma periferia de São Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BRAS, J. M. F. de. Funk ostentação na zona norte paulistana. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Paulista, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.unip.br/presencial/ensino/pos_graduacao/strictosensu/comunicacao/download/com_joamarcelofloresdebras.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Presidência da República. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade 2014*. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://juventudern.weebly.com/uploads/1/8/2/8/18286025/indice-vulnerabilidade-juvenil.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRETAS, C. Z. B. A.; BORDONI, L. S. Correlação entre diferentes tipos de tatuagens e mortes violentas nas necropsias realizadas no Instituto Médico-Legal de Belo Horizonte, 2008-2011. *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and bioethics*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 297-319, 2017. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8752/1/ARTIGO_Correla%c3%a7%c3%a3oDiferentesTipos.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

CANDIL, A. L. Una lectura socio-antropológica sobre las sobredosis y los cortes en la piel. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 549-568, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v26n2/0103-7331-physis-26-02-00549.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p. 143-176, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14402.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CERQUEIRA, D. *et al. Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: IPEA: FBSP, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

CUNHA, P. *Auto de resistência ou oposição decorrente de intervenção policial?* [S. l.], jan. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/45753/auto-de-resistencia-ou-oposicao-decorrente-de-intervencao-policial>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DAS, V. *Affliction: health, disease, poverty*. New York: Fordham University Press, 2015.

DAYRELL, M.; CAIAFFA, W. T. Homicídios e consumo de drogas: breve revisão contextualizada em uma zona urbana metropolitana. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 321-327, 2012.

DIAS, C. C. N. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 213-233, nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n2/v23n2a09.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

EPELE, M. E. Entre la escucha y el escuchar: psicoanálisis, psicoterapia y pobreza urbana en Buenos Aires. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 798-818, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v25n3/0103-7331-physis-25-03-00797.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

EPELE, M. E. *Sujetar por la herida: una etnografía sobre drogas, pobreza y salud*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FEFFERMANN, M. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FELTRAN, G. de S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

FELTRAN, G. de S. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-148, 2008.

FERNANDES, L.; BARBOSA, R. A construção social dos corpos periféricos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 70-82, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n1/1984-0470-sausoc-25-01-00070.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

HEIDARI, S. *et al.* Equidade de sexo e gênero na pesquisa: fundamentação das diretrizes SAGER e uso recomendado. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 26, n. 3, p. 665-676, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v26n3/2237-9622-ress-s1679-49742017000300025.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

HORTA, R. L. *et al.* Lifetime use of illicit drugs and associated factors among Brazilian schoolchildren, National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2012). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 17, p. 31-45, 2014. Suplemento 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v17s1/1415-790X-rbepid-17-s1-00031.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9677&t=notas-tecnicas>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MALVASI, P. A. Além do consenso moral: o problema das drogas na perspectiva de jovens de periferias paulistas. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, [Londrina], n. 10, p. 87-109, 2014.

MALVASI, P. A. *Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-09032012-132410/publico/PauloMalvasi.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MENÉNDEZ, E. L. De racismos, esterilizaciones y algunos otros olvidos de la antropología y la epidemiología mexicanas. *Salud Colectiva*, [S. L.], v. 5, n. 2, p. 155-179, 2009. Disponível em: <http://>

revistas.unla.edu.ar/saludcolectiva/article/view/258/259. Acesso em: 20 jan. 2020.

MISTURA de cocaína e lança-perfume surge em relatos de mortes em SP. São Paulo, 31 maio 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1635997-mistura-de-cocaina-e-lanca-perfume-surge-em-relatos-de-mortes-em-sp.shtml>. Acesso em: 23 dez. 2017.

PORTELA, A.; ANDRADE, A. Consumo de drogas lícitas e ilícitas por praticantes do esporte de aventura escalada em rocha. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 11, n. 99, ago. 2006.

RAMOS, P. C. “Contrariando a estatística”: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SANTOS, F. C. P. dos *et al.* Morte súbita cardíaca em atletas. *Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba*, Sorocaba, v. 14, n. 4, p. 131-134, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/RFCMS/article/view/9689/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SÃO PAULO (Município). Secretária Municipal de Saúde. *O Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM: PRO-AIM/CEInfo*. São Paulo: Secretaria de Saúde, 2009. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/estabelecimento_saude/index.php?p=5786. Acesso em: 20 jan. 2020.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Saúde. [Tabulação sobre mortalidade]. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde, 2018.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, J. D. dos S. *Políticas de quebrada e políticas estatais referentes aos homicídios em Luzia, São Paulo*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SINHORETTO, J. Controle estatal e organização do crime em São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 167-196, 2014. Disponível em: <https://>

revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7246/5828. Acesso em: 20 jan. 2020.

SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; MELO, F. A. de L. de. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 83-106, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/05.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

TELLES, V. da S. Prospectando a cidade a partir de suas margens; notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea: Revista de Sociologia da Ufscar*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 359-373, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/147/83>. Acesso em: 20 jan. 2020.

TELLES, V. da S.; HIRATA, D. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v22n2/v22n2a03.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

TOLEDO, F. C. P. de. Verificação do uso de cocaína por indivíduos vítimas de morte violenta na Região Bragantina-SP. 2004. Tese (Doutorado em Toxicologia e Análises Toxicológicas) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/9/9141/tde-13012012-143705/publico/FernandaCrossiPdeToledo_Doutorado.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. [S. l.]: Flacso Brasil, 2016. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

ZALUAR, A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOBRE AUTORES

DIVA REALE

Psiquiatra, psicanalista e pesquisadora.

EDWARD MACRAE

Antropólogo, pesquisador e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

LUIS ALMEIDA VASCONCELOS

Antropólogo, Doutor em Saúde Pública e pesquisador do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (Sicad), Portugal e Escola Superior de Enfermagem de Lisboa.

LUÍS FERNANDES

Psicólogo, pesquisador e professor da Universidade do Porto (U.Porto), Portugal.

MARÍA MERCEDES MORENO

Pesquisadora colombiana, ativista do Coletivo Mama Coca, grupo de pesquisas acadêmicas.

MAURICIO SEPÚLVEDA GALEAS

Antropólogo, pesquisador e professor da Universidade Diego Portales (UDP), Santiago, Chile.

ORIOI ROMANÍ

Pesquisador e professor emérito da Universidad Rovira i Virgili (URV), Tarragona, Espanha.

OSVALDO FERNANDEZ

Cientista social, pesquisador e professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

REGINA DE PAULA MEDEIROS

Antropóloga, pesquisadora e professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte.

RUBENS DE CAMARGO FERREIRA ADORNO

Antropólogo, Doutor em Saúde Pública e Professor Sênior da Universidade de São Paulo (USP).

SEBASTIÁN DE LA FUENTE ESPINOZA

Psicólogo, Mestre em Pensamiento Contemporáneo, Universidad Diego Portales, Chile.

COLOFÃO

Formato	<i>14,8 x 21 cm</i>
Tipologia	<i>Bookman Oldstyle / Holstein</i>
Papel	<i>Alcalino 75 g/m² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m² (capa)</i>
Impressão	<i>EDUFBA</i>
Capa e Acabamento	<i>Gráfica 3</i>
Tiragem	<i>500</i>



ISBN 978-65-5630-055-9



9 786556 300559